

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Valdir Erick dos Santos

**A luta anticomunista a partir dos órgãos de informação da ditadura brasileira (1969-
1979)**

Porto Alegre
2022

Valdir Erick dos Santos

A luta anticomunista a partir dos órgãos de informação da ditadura brasileira (1969-1979)

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carla Simone Rodeghero

**Porto Alegre
2022**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos Andre Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patrícia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Prof.^a. Dr.^a. Clarice Gontarski Speranza

CHEFE SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Prof. Dr. Alessander Mário Kerber

COORDENADORA DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Luziane Graciano Martins

CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos, Valdir Erick

A luta anticomunista a partir dos órgãos de
informação da ditadura brasileira (1970-1979) / Valdir
Erick dos Santos. -- 2022.

248 f.

Orientador: Carla Simone Rodeghero.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2022.

1. Anticomunismo. 2. Doutrina de Segurança
Nacional. 3. Ditadura. 4. Serviço Nacional de
Informações. 5. Comunismo. I. Rodeghero, Carla Simone,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Valdir Erick dos Santos

A luta anticomunista a partir dos órgãos de informação da ditadura brasileira (1969-1979)

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História.

Porto Alegre, 04 de agosto de 2022

Resultado: Aprovado com conceito A

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^ª. Dr.^ª. Carla Simone Rodeghero (Orientadora) - UFRGS
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - UFMG
Departamento de História
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Paulo César Gomes - UFF
Departamento de História
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres - UNB
Departamento de História
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita de uma pesquisa acadêmica tem sempre algo solitário. Esses dois anos de pesquisa no curso de mestrado em História foram ainda mais desafiadores e bastante difíceis devido ao isolamento social e ensino à distância, causados pela pandemia de Covid-19, que, infelizmente, até o momento em que escrevo esses agradecimentos (junho de 2022) já vitimou 670 mil brasileiros e brasileiras. Por isso esses agradecimentos, fechando esse tortuoso período, são um alívio e sensação de dever cumprido.

Devo agradecer inicialmente aos meus pais, Eduardo e Tânia; meu irmão Emerson e minha avó Santa, que sempre estiveram ao meu lado e me apoiaram nas minhas escolhas em direção aos estudos e na difícil escolha da profissão de professor de História. Na figura deles agradeço aos demais familiares.

Aos meus amigos Sabrina Batista, Fabiano Capella e Thaina Domingues, que conheci ainda nos tempos de ensino médio e pude construir uma importante amizade. O clichê “do terceiro pra vida” com nós realmente se concretizou.

Aos companheiros e companheiras que tive a sorte de conhecer e me tornar amigo no curso de História; especialmente Bruno Constante, Giovane Zuanazzi, Mariana Gama, Marthina Borghetti, Raul Godinho, Leonardo Amorim e Ewandra Paz. A “barra dos petistas” tornou a graduação e também minha pós-graduação uma experiência muito melhor.

A todos os amigos e amigas que me cercam e que tornaram esses últimos anos menos pesados. Especialmente aquelas com quem convivi mais de perto recentemente, Júlia Estran, Natali Machado, e, especialmente Rafaela Carvalho, a "Tijolinho", que é minha adolescente favorita.

Agradeço também a banca, composta pelos professores Rodrigo Patto Sá Motta, Paulo Cesar Gomes e Mateus Gamba Torres, que gentilmente aceitou o convite para ler e avaliar meu trabalho. Me sinto verdadeiramente honrado de ter professores que são referências nas suas respectivas áreas, avaliando e contribuindo com minha formação de historiador.

Agradeço muitíssimo a minha orientadora, a professora Carla Simone Rodeghero, que aceitou a tarefa de orientar essa pesquisa sobre um tema que ela tanto já se debruçou. Desde as minhas indecisões e indefinições iniciais até a escrita dos capítulos a professora esteve sempre muito presente e disponível, as suas conversas, indagações, críticas construtivas e leituras atentas foram realmente essenciais nesta pesquisa. Muito obrigado!

Dedico essa pesquisa à memória do professor Enrique Serra Padrós, que lamentavelmente nos deixou no final do ano de 2021. Padrós foi um dos melhores professores que tive a honra de conhecer na universidade, suas disciplinas, sua forma de ensinar e tratar as pessoas, sua preocupação com a construção de uma sociedade livre e justa, sem a sombra das ditaduras que assolaram nosso continente, são um exemplo para todos nós. Em sua última mensagem à comunidade acadêmica e não-acadêmica ele reafirmou suas convicções que o fizeram ser tão admirado e reconhecido. Muito obrigado, Padrós.

Por fim agradeço ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, ao Programa de Pós-Graduação em História, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a todos os professores, professoras, técnicos administrativos e demais funcionários por terem me acolhido e sempre me proporcionado um ensino de qualidade indiscutível. Ao agradecer pela educação e formação que tive, reafirmo meu compromisso e defesa de uma educação pública democrática, de qualidade, verdadeiramente inclusiva e que seja voltada para a democratização da sociedade brasileira, com valores básicos de respeito aos direitos humanos, de defesa das classes oprimidas e menos favorecidas, que abrace todos e todas.

Nesse sentido, por último mas não menos importante, agradeço aos ex presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores, maior instrumento de defesa da classe trabalhadora e formador da minha consciência cidadã, pelos seus governos, pelo investimento em educação, ciência e tecnologia, pela distribuição de renda, pelos programas sociais que visavam diminuir as desigualdades estruturais deste país. Se eu fui o primeiro membro da família com diploma de graduação e a entrar em uma pós-graduação, foi graças a esse modelo de governo democrático e comprometido com as classes populares. O Brasil será feliz de novo!

O anticomunismo sempre foi o caminho para a ditadura. Apresentando-se como acusador e acusando as suas vítimas de crimes infamantes, o anticomunismo leva, ele sim, a regimes em que crimes infamantes são o pão de cada dia - tortura, sequestro, assassinato, banimento, exílio -, como bem sabemos.

Nelson Werneck Sodré.

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a analisar o anticomunismo brasileiro durante a década de 1970, ou seja, durante a vigência da Ditadura de Segurança Nacional (1964-1985). Sabe-se da enorme importância do anticomunismo na política brasileira ao longo do século XX, a ponto de utilizar-se do combate a um suposto comunismo como argumento central para a deflagração de dois golpes de Estado - de 1937 e 1964 - bem como para a instalação e manutenção de suas respectivas ditaduras. Tendo esses fatos em mente, nossa proposta é analisar como o anticomunismo foi importante para a manutenção da última ditadura bem como de seu aparato de informações e repressão, e de que maneira esses aparelhos de Estado utilizaram-se de argumentos de combate ao “movimento comunista internacional” e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) como principal justificativa para a continuidade da ditadura e sua comunidade de informações e repressão, baseados na Doutrina de Segurança Nacional. Para isso, utilizaremos como fonte documentos produzidos pelos órgãos de informações, especialmente do Serviço Nacional de Informações (SNI), criados pela ditadura no sentido de vigiar e reprimir seus principais opositores políticos: os comunistas. Nossas fontes são informações, informes, dossiês, e relatórios de informações, que nos permitem perceber como o fenômeno do anticomunismo constituiu uma política oficial do Estado de Segurança Nacional e um dos pretextos e argumentos para sua atuação repressiva e vigilante. Também analisaremos nesta pesquisa a história e métodos de ação dos serviços de inteligência - com ênfase no SNI e órgãos militares - para isso os documentos e apostilas doutrinárias dos serviços, bem como os depoimentos de militares ligados à área de informações, serão indispensáveis para a nossa compreensão.

Palavras-chave: Anticomunismo; Doutrina de Segurança Nacional; Ditadura; Serviço Nacional de Informações; Comunismo; Partido Comunista Brasileiro.

ABSTRACT

The present research proposes to analyze the Brazilian anti-communism during the 1970s, that is, during the validity of the National Security Dictatorship (1964-1985). It is known of the enormous importance of anti-communism in Brazilian politics throughout the 20th century, to the point of using the fight against a supposed communism as a central argument for the outbreak of two coups d'état - of 1937 and 1964 - as well as for the installation and maintenance of their respective dictatorships. Bearing these facts in mind, our proposal is to analyze how anti-communism was important for the maintenance of the last dictatorship as well as for its information and repression apparatus, and in what way these state apparatus used arguments to combat the “communist movement international” and the Brazilian Communist Party (PCB) as the main justification for the continuation of the dictatorship and its community of information and repression, based on the Doctrine of National Security. For that, we will use as a source documents produced by the media, especially the National Information Service (SNI), created by the dictatorship in order to monitor and repress its political opponents: the communists. Our sources are information, reports, dossiers, and information reports, which allow us to understand how the phenomenon of anti-communism constituted an official policy of the State of National Security and one of the pretexts and arguments for its repressive and vigilant action. We will also analyze in this research the history and methods of action of the intelligence services - with an emphasis on the SNI and military bodies - for that, the doctrinal documents and handouts of the services, as well as the testimonies of military personnel linked to the information area, will be indispensable for our understanding.

Keywords: Anti-communism; National Security Doctrine; Dictatorship; National Information Service; Communism; Brazilian Communist Party.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAA	Aliança Anticomunista Argentina
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
ADESG	Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNM	Brasil Nunca Mais
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CDDPH	Conselho em Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CF	Constituição Federal
CGI	Comissão Geral de Inquérito
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência - EUA)
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centros de Operações de Defesa Interna
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DOI	Destacamentos de Operações de Informações
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DPF	Departamento de Polícia Federal
DSI	Divisão de Segurança e Informações
ESG	Escola Superior de Guerra
ESNI	Escola Nacional de Informações
FAC	Frente Anticomunista
FFAA	Forças Armadas
GAC	Grupo Anticomunista
GAP	Grupo de Ação Patriótica
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IC	Internacional Comunista
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MAC	Movimento Anticomunista
MCI	Movimento Comunista Internacional
MCB	Movimento Comunista Brasileiro
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCCh	Partido Comunista Chileno
PCC	Partido Comunista Chinês
PCP	Partido Comunista Português
PCUS	Partido Comunista da União Soviética

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNI	Plano Nacional de Informações
REI	Relatório Especial de Informações
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contrainformações
SN	Segurança Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN	Sistema Nacional de Segurança Interna
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
UEE	União Estadual dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL E ANTICOMUNISMO NA HISTORIOGRAFIA.....	18
1.2	REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	27
1.3	SOBRE AS FONTES E A ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	38
2	CAPÍTULO 2: ANTICOMUNISMO, SEGURANÇA NACIONAL E DITADURA NO BRASIL.....	42
2.1	O ANTICOMUNISMO NO BRASIL.....	42
2.2	A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL NO BRASIL.....	56
2.3	O APARELHO REPRESSIVO: A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES DA DITADURA BRASILEIRA.....	71
2.4	O SNI E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA NA DITADURA.....	88
3	CAPÍTULO 3: A PRODUÇÃO ANTICOMUNISTA DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES NO INÍCIO DOS ANOS 1970.....	101
3.1	A DITADURA NO INÍCIO DOS ANOS 1970.....	101
3.2	OS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA NO COMBATE ANTICOMUNISTA.....	109
3.3	O “MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL – MCI” NA VISÃO DA ESPIONAGEM.....	116
3.4	INFILTRAÇÃO COMUNISTA EM DIVERSOS SETORES.....	128
3.5	A “CORRUPÇÃO DOS COSTUMES” E A “DEGRADAÇÃO MORAL”: AS NOVAS TÁTICAS DO MCI.....	143
4	CAPÍTULO 4: A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES: ENTRE A DISTENSÃO E A PERMANENTE LUTA ANTICOMUNISTA.....	157
4.1	O GOVERNO GEISEL E O PROJETO DE DISTENÇÃO.....	157
4.2	A VITÓRIA DA OPOSIÇÃO EM 1974, A VIGILÂNCIA AO PCB E A INDÚSTRIA DO ANTICOMUNISMO.....	165
4.3	AVANÇOS E RECUOS DA DISTENÇÃO E A OPOSIÇÃO ANTICOMUNISTA DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES.....	178
4.4	A VIGILÂNCIA AO PCB PELOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÕES.....	195
4.5	ACARAJÉ, BARRIGA VERDE E MARUMBI: ANTICOMUNISMO E AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO CONTRA O PCB.....	208
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	228
	BIBLIOGRAFIA.....	234

1 INTRODUÇÃO

O Movimento Comunista Internacional representa o grande desafio dos dias atuais e não se pode deixar de aceitar esse desafio, não só porque estamos sendo violentados e agredidos dentro de nossas próprias Pátrias, como também porque temos o dever de preservar a segurança e a liberdade das gerações vindouras.¹

O anticomunismo foi uma das principais forças políticas atuantes ao longo do século XX no Brasil e no mundo, a luta contra o comunismo envolveu uma série de grupos sociais que criaram um conjunto de representações, imaginários, mitos e alegorias para detratar aqueles que eram considerados seus maiores inimigos políticos: os comunistas. No Brasil, sabe-se que o fenômeno foi instrumentalizado politicamente e tornou-se uma das justificativas para o golpe de Estado de 1º de abril de 1964 e a instauração da ditadura de Segurança Nacional.² O combate contra o comunismo, que já configurava uma das características marcantes da política brasileira, também foi um dos elementos centrais na manutenção da ditadura imposta após o golpe de Estado da burguesia brasileira aliada ao capital estrangeiro.

Se outrora o anticomunismo não foi um objeto central na produção historiográfica, sendo apenas um dos elementos auxiliares para a compreensão de contextos históricos específicos ou apenas um dos capítulos em uma pesquisa sobre uma realidade maior, hoje o campo de estudos já é consolidado e se tem ampla produção analisando o chamado “anticomunismo brasileiro” e tudo que o envolve, como veremos adiante.³

Nesta pesquisa visamos contribuir com os estudos sobre o anticomunismo brasileiro durante a última ditadura, especialmente na década de 1970. Para isso analisaremos a produção anticomunista do Estado brasileiro a partir da chamada “Comunidade de Informações” montada pelo poder ditatorial de Segurança Nacional. Essa comunidade era centralizada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), o poderoso serviço de inteligência brasileiro criado logo após a instalação da ditadura e que sobreviveu a esta, sendo extinto apenas em 1990.

O SNI e os demais órgãos de informações faziam parte da imensa malha repressiva da ditadura, sendo responsáveis pela vigilância e espionagem, especialmente contra os “inimigos

¹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Informação nº: 0010/19/AC/73, 08 de janeiro de 1973.

² Explicaremos adiante a opção pela denominação “Ditadura de Segurança Nacional”. Utilizaremos, a partir daqui, ora “Ditadura de Segurança Nacional”, ora apenas “ditadura”.

³ Conforme RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 15

internos” do Estado.⁴ Na presente pesquisa nosso foco será compreender a produção de informações sobre os comunistas e o comunismo e de que maneira essa colossal produção de documentos é tributária de uma tradição anticomunista no Brasil, e como ela dialoga com um conjunto de representações e imaginários anticomunistas construídos ideologicamente. Na citação que inicia esse texto trouxemos um exemplo do que encontramos em documentos produzidos pelo SNI durante a ditadura. Nesta informação de 1973 o serviço faz um alerta contra a dominação do chamado “movimento comunista internacional” no Brasil, que estaria agredindo e violentando a “Pátria” por dentro. Por isso, o desafio imposto pelos comunistas deveria preocupar tanto os contemporâneos, quanto às gerações futuras. Esse é o tipo de argumentação anticomunista que abordaremos em toda a pesquisa.

No Brasil, embora possamos retroceder a 1917, ou até mesmo antes, o que marca a história política do país em relação ao anticomunismo são os malogrados levantes de novembro de 1935.⁵ Como veremos adiante, a chamada “Intentona Comunista” possibilitou a institucionalização da ideologia anticomunista nas Forças Armadas (FFAA), refletindo em outras instituições e na sociedade como um todo, este evento inclusive passou a fazer parte do calendário cívico da instituição sendo lembrado política e simbolicamente todos os anos dia 27 de novembro.⁶ O episódio e tudo que o envolve é importante para os estudos sobre o tema, pois o anticomunismo militar - junto com o católico - é um dos mais fortes e atuantes no Brasil.⁷

Rodrigo Patto Sá Motta, especialista no tema, aponta dois momentos centrais na história do anticomunismo brasileiro: uma primeira grande “onda” anticomunista de 1935 a 1937, que resultou no golpe do Estado Novo e uma segunda onda de paranóia anticomunista

⁴ Para uma análise introdutória e ampla dos órgãos de repressão e informação, cf: JOFFILY, Mariana. O aparelho repressivo: da arquitetura ao dismantelamento. In: REIS, Daniel A; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁵ Sobre os levantes de 1935 Cf: COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935**. Natal, RN: EDUFRN, 2015; SODRÉ, Nelson Werneck. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986; VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: Sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002. (no capítulo 7 o autor trata sobre o que considera como o levante comunista de 1935)

⁶ CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002. p.49-62. Na minha monografia de conclusão de curso fiz uma análise comparativa entre o discurso anticomunista do Exército antes e após o golpe de 1964 a partir das Ordens do Dia referentes ao dia 27 de novembro. Cf. SANTOS, Valdir Erick dos. **“Lembra-vos de 35!”**: o anticomunismo militar antes e depois do golpe de 1964 nas comemorações da “Intentona Comunista”. 2019, 68 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, 2019.

⁷ CF. MONTEIRO JÚNIOR, Luis Otávio Ribeiro. **A cruz e a espada contra a foice e o martelo: anticomunismo católico e militar no Brasil (1917-1945)**. Rio de Janeiro: UFF, 2014. Dissertação (mestrado em Assuntos Estratégicos). Programa de pós-graduação em Assuntos Estratégicos da Defesa e Segurança. Instituto de Assuntos Estratégicos. Universidade Federal Fluminense, 2014.

entre os anos de 1961 e 1964, que levou ao golpe civil-militar de 1964 e a posterior instalação da ditadura.⁸

A ditadura imposta após esse golpe fez com que os militares se mantivessem no governo e reorganizassem o Estado em diversos aspectos da administração pública. O objetivo dos golpistas, conforme a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), era principalmente “proteger” o país do “perigo vermelho”. Tornava-se necessário, portanto, a criação de mecanismos para manterem-se no poder. Acreditamos que um dos mecanismos utilizados pela ditadura foi a obsessão de combate à subversão comunista e ao comunismo. Nesse contexto que se encaixa nossa pesquisa.

Ao fazermos a pesquisa bibliográfica percebemos uma lacuna na produção acadêmica sobre a continuidade do fenômeno anticomunista no período pós 1964. Essa constatação é paradoxal, pois sabe-se que um dos elementos centrais da DSN é a defesa da unidade nacional e do desenvolvimento capitalista frente às “ideologias alienígenas” dos comunistas, ou seja, o combate ao comunismo e aos comunistas foi uma política de Estado ao longo da última ditadura e não mero “excesso” de militares exaltados e ultraconservadores.

Como já dito, houve uma grande reorganização do Estado brasileiro após a tomada do poder pelos militares, a começar pelo próprio Exército, polícias e serviços de inteligência. Logo após o golpe de 1º de abril os militares perceberam a necessidade de um novo serviço de informações para assessoramento do poder executivo. Com a posse do ditador Humberto Castelo Branco, um dos seus principais aliados, Golbery do Couto e Silva, propôs a criação de um novo serviço secreto diferente daquele que já havia. O projeto que foi enviado ao Congresso Nacional em maio de 1964 foi aprovado em junho do mesmo ano, criando o SNI.⁹

Visto em certos períodos da ditadura como um poder paralelo ou a “Quarta Força”,¹⁰ a história do SNI é complexa e extremamente importante para conhecermos o período da ditadura. A importância política e militar do *serviço*, como era conhecido, pode ser percebida

⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., Cf. capítulos 7 e 8

⁹ As considerações sobre o SNI e a Comunidade de Informações são baseadas na bibliografia que citaremos com mais profundidade adiante. Entre elas: ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI e ABIN**: uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luis a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005; D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A.D; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A.D; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

¹⁰ Segundo depoimento do general Octávio Costa, na gestão de Otávio Medeiros à frente do SNI (1979-1985), o serviço “chegou a ter um poder extraordinário, algo como uma quarta força armada”. Depoimento Octávio Costa (1992). In: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A.D; CASTRO, Celso. Op. Cit., 1995, p. 117.

pelo fato de dois dos cinco ditadores do período de exceção terem chefiado o poderoso órgão, Emílio Garrastazu Médici (1967-1969) e João Batista Figueiredo (1974-1978).

Sendo assim, nossa pesquisa se propõe analisar o *imaginário* e as *representações* da ideologia anticomunista produzidos e difundidos pela Comunidade de Informações da Ditadura de Segurança Nacional, comunidade centralizada pelo SNI, mas também composta por órgãos de informações civis e militares, como CIE, CENIMAR, CISA, CIEEx, entre outros. Analisaremos um importante período para ditadura e os rumos que esta tomaria, e especialmente importante para a Comunidade de Informações - período dos ditadores Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel (1969 até 1979).

O general Médici substituiu Golbery do Couto e Silva na chefia do SNI, um militar que fez carreira na área de informações, na sua presidência teve o comprometimento com a expansão da Comunidade, e a partir de 1970 é exatamente o que veremos ocorrer. Já o general Geisel, substituto de Médici no comando do Executivo, apesar de visto como “moderado” ou “castelista” e ter chegado ao governo prometendo uma distensão gradual e segura, não impediu a enorme expansão da comunidade de informações da ditadura, e, no seio dela, do SNI. Seu período de governo é um dos que a Comunidade mais produziu informações, vigiou e espionou os inimigos do regime. Por outro lado, Geisel impõe certas restrições à atuação dos serviços na repressão política e inicia um processo de diminuição de seus plenos poderes, isso faz com que a comunidade se volte contra o ditador e seu projeto de distensão e ele próprio passe a ser espionado e monitorado.

Os órgãos de informação e repressão da ditadura produziram uma imensa quantidade de documentos - informações, relatórios, dossiês - sobre os seus “inimigos” (internos e externos). Esses documentos produzidos pelo *serviço* constituem a principal fonte desta pesquisa. Especialmente as informações produzidas sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus militantes, eventos e publicações partidárias. Também reunimos um conjunto documental de informações e relatórios sobre o que denominavam de “Movimento Comunista Internacional” (MCI) e “Movimento Comunista Brasileiro” (MCB). Será interessante perceber as diferenças e similaridades entre a produção feita sobre os militantes e atividades políticas do PCB em relação às que são feitas sobre o MCI e MCB, que eram sempre mais abstratas e podendo encaixar todo e qualquer oponente da ditadura, seja estrangeiro ou nativo, seguindo os preceitos da DSN. Nossas fontes indicam que ao longo da última ditadura houve uma permanência e potencialização da luta anticomunista e um discurso ideológico que marca uma continuidade dos velhos jargões anticomunistas, presentes no discurso militar e das elites desde a década de 1930, mas também com

elementos novos para representar esses indivíduos conforme a conjuntura política nacional e internacional exigia.

Trataremos sobre a história da atividade de informações no Brasil e sobre a complexa organização do SNI, que tinha tanto a função de produzir as informações para a Presidência da República, quanto de receber a produção de todos os demais órgãos de inteligência existentes no país. Portanto, é imprescindível que se trate não só do SNI mas também dos serviços de informações das Forças Armadas - Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). Toda essa complexa rede constituía o Sistema Nacional de Informações (SISNI) ou simplesmente chamado de “Comunidade de Informações”.¹¹ Esses órgãos tinham contatos bastante estreitos, embora uns fossem mais fechados ou “radicais” que outros, cabendo ao SNI ser o coordenador do SISNI.

Um dos principais objetivos desta pesquisa é contribuir com a produção acadêmica sobre o fenômeno do anticomunismo e suas implicações na vida social e política do Brasil no século XX. Esse objetivo principal relaciona-se com nossa principal justificativa para propor o estudo deste tema no período selecionado, ou seja, a menor produção historiográfica sobre o anticomunismo depois do golpe de Estado de 1964. Pois, assim como Carla Luciana Silva, que pesquisou o anticomunismo entre 1931 e 1934, defendemos que “o anticomunismo deve ser estudado não apenas nos momentos culminantes, em que “se visualiza o perigo”. Os seus fundamentos são perceptíveis também quando é mais difícil de ser visualizado pelos sujeitos aos quais pretende atingir”.¹²

O segundo objetivo é compreender como os militares e seus apoiadores voltavam a se utilizar da “ameaça comunista” para legitimar as ações repressivas e expansão dos serviços de informações durante a ditadura, considerando que nosso período de análise se divide em dois: início do governo Médici, período em que os serviços de informações e repressão estão se consolidando e fortemente atuantes, e o período de distensão iniciado com o governo Geisel, momento em que a Comunidade possui uma grande força política e passa a atuar no sentido de postergar a abertura política e até mesmo a conspirar contra o ditador.

¹¹ No Brasil, até a década de 1990, era mais comum denominar a atividade de inteligência como “informação”. Depois da extinção do SNI e demais órgãos, para tentar escapar do estigma repressivo deixado pelos serviços de informações da ditadura e ressaltar maior profissionalismo, a denominação “inteligência” passou a ser mais utilizada. Inclusive no nome da nova agência brasileira (ABIN). Embora nesta pesquisa tratemos sobre os órgãos de *informações* da ditadura, utilizaremos as duas denominações. CF. FERNANDES, Fernando do Carmo. Inteligência ou informações? **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília: ABIN, v. 2, n. 3, p. 7-21, set. 2006.

¹²SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p.15

Por fim, procuraremos compreender nesta pesquisa não apenas o funcionamento dos serviços secretos atuantes durante a ditadura, mas como eles foram estruturados justamente no sentido de combater e vigiar os comunistas num contexto de Guerra Fria, embora, é claro, os comunistas não fossem o seu único alvo. Tentaremos compreender como e porquê se dava a produção de uma quantidade tão grande de documentos, entre relatórios, informes e informações, sobre os comunistas e o Movimento Comunista, além de buscar compreender como obtinham essas informações e quem as produzia.

1.1 DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL E ANTICOMUNISMO NA HISTORIOGRAFIA

Nossa pesquisa está centrada nas permanências do anticomunismo durante a última ditadura no Brasil a partir de documentos oficiais de Estado produzidos pelos serviços de Informações, portanto, faz-se necessário que se destaque algumas obras sobre esses temas em separado, tendo em vista que há poucas pesquisas sobre o fenômeno neste período específico.

Uma importante obra sobre o anticomunismo que abarca o período que propomos é a dissertação de mestrado em Ciências Sociais de Roberto Martins Ferreira defendida em 1986 e publicada como livro em 2005 sob o título de “*Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro*”.¹³ Ferreira analisa o anticomunismo do Exército no longo período de 1935 a 1985, principalmente a partir das comemorações anuais da derrota da “Intentona comunista de 1935”, realizadas religiosamente nos dias 27 de novembro. Esse trabalho é indispensável pois nos mostra de que forma o Exército brasileiro construiu e consolidou um conjunto de representações e de imaginários sobre os comunistas e o comunismo a partir dessas cerimônias, onde toda a pompa e circunstância dos rituais serviu para consolidar um “ethos anticomunista” na instituição e ao mesmo tempo fez com que esta fosse vista pelo restante da sociedade como verdadeira salvadora da nação frente ao “perigo vermelho”. Por conseguinte, segundo o autor, “não há um acontecimento relevante para a política brasileira entre 1935 até 1985 que conte com a presença das Forças Armadas, ou com setores expressivos delas, onde a retórica anticomunista não tenha sido utilizada”.¹⁴

Em 1996, Carla Simone Rodeghero defendeu dissertação sobre o imaginário anticomunista católico no Rio Grande do Sul, no período pós ditadura do Estado Novo até o

¹³ FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e Poder: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2005.

¹⁴ Ibidem, p. 58

golpe de 1964. A pesquisa foi publicada como livro em 1998 e reeditada em 2003 sob o título “*O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*”. A autora utiliza como principais fontes dois grandes jornais editados no estado e um boletim da Arquidiocese de Porto Alegre, onde é possível perceber a forma como a Igreja contribuiu na elaboração e divulgação de representações anticomunistas na região.¹⁵

Em 1998, Carla Luciana Silva defendeu sua dissertação sobre os imaginários anticomunistas durante o governo provisório de Getúlio Vargas (1931-1934), a pesquisa foi publicada como livro em 2001. O trabalho de Silva é importante, pois a historiadora questiona as visões até então hegemônicas que davam ênfase a fundação da Aliança Nacional Libertadora ou ao ano de 1935 como matrizes fundantes do anticomunismo no Brasil. Segundo a autora, “em diferentes momentos da história política brasileira o “anticomunismo” foi utilizado para legitimar uma reação conservadora”,¹⁶ não obstante, o fenômeno também possa ser percebido “não apenas enquanto reação em momentos de instabilidade social”.¹⁷ Conforme a historiadora, para compreendermos a continuidade do anticomunismo brasileiro “é necessário associá-lo a continuidade da política autoritária no Brasil”,¹⁸ por isso a problemática em fixar datas como a fundação do PCB, da ANL, ou os levantes de 1935 como suas origens, tendo em vista que “o anticomunismo brasileiro apareceu junto com os movimentos populares, manifestações e greves, os quais já existiam desde o século XIX no cenário político brasileiro”.¹⁹

A obra de Rodrigo Patto Sá Motta é referência nos estudos de anticomunismo no Brasil, também resultado de sua tese de doutorado em História, “*Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*” foi publicado como livro em 2002,²⁰ e em uma segunda edição recentemente em 2020.²¹ Nesta pesquisa, Motta escreve uma história do anticomunismo no país desde a Revolução Russa até o golpe de Estado de 1964, trazendo importantes contribuições acerca do *imaginário anticomunista*, suas matrizes, a iconografia e a “indústria” do anticomunismo.

¹⁵ RODEGHERO, Carla Simone. **O Diabo é Vermelho: Imaginário Anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo: UFP Editora, 2003.

¹⁶ SILVA, Carla Luciana. Op. Cit., p. 26

¹⁷ Ibidem, p. 32

¹⁸ Ibidem, p. 40-41

¹⁹ Ibidem, p. 48

²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

²¹ _____. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Niterói: EdUFF, 2020.

Em 2002, Carla Simone Rodeghero defendeu sua tese de doutorado em História intitulada “*Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*”,²² que deu origem a dois livros que serão utilizados na pesquisa: “*Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*”,²³ e “*Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*”.²⁴

Capítulos da Guerra Fria será especialmente útil devido às relações estreitas entre os Estados Unidos e Brasil no período pós II Guerra Mundial, pois faremos uma análise de como os estadunidenses auxiliaram na reformulação das políticas de segurança do Brasil e especialmente na criação dos dois principais serviços de informações brasileiros, o SFICI e SNI, no sentido de aperfeiçoar a luta anticomunista, já que consideravam os brasileiros como “extremamente calmos e tolerantes, incapazes de ter uma noção real do perigo comunista”.²⁵ Outro estudo nessa direção é o trabalho de Martha Huggins, “*Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*”, onde a autora analisa a internacionalização da segurança pública estadunidense (baseada em um forte anticomunismo) e sua expansão sobre a América Latina, especialmente no Brasil.²⁶ Além do treinamento das polícias estaduais e nacionais, compartilhamento de equipamentos e técnicas de policiamento, veremos o papel dos estadunidenses e outros estrangeiros na formulação dos serviços secretos brasileiros e nas doutrinas de informações.

Nos últimos anos as pesquisas acadêmicas sobre o anticomunismo tiveram um crescimento considerável. Sem pretensão exaustiva, mencionarei alguns trabalhos, com destaque para aqueles que fogem dos recortes tradicionais e/ou para aqueles que adentram no período da ditadura.

Em 2010, Ianko Bett defendeu sua dissertação sobre o discurso anticomunista católico presente nos grandes veículos de imprensa no Brasil e na Argentina nos contextos dos golpes de 1964 e 1966, respectivamente. É notável o fato de o historiador se preocupar em avaliar,

²² RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações:** Norte-americanos, Católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

²³ _____. **Capítulos da Guerra Fria:** o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

²⁴ _____. Op. Cit., 2017.

²⁵ RODEGHERO, Carla Simone. Op. Cit., 2007, p. 205

²⁶ HUGGINS, Martha. **Polícia e Política:** relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

no quarto capítulo da pesquisa, as mudanças e continuidades do discurso anticomunista no período pós golpes, já que seu corte cronológico cobre os períodos de 1961 a 1967.²⁷

Faustino Cavalcante Neto defendeu em 2013 sua tese de doutorado em História sobre o imaginário anticomunista na Paraíba desde a Revolução Russa de 1917 até o golpe do Estado Novo em 1937. Segundo o autor, embora 1917 seja um ano chave para compreensão do anticomunismo no estado, ele é um fenômeno anterior e que dialoga com uma atuação autoritária das elites regionais, que instrumentalizaram o medo do comunismo. Cavalcante Neto ainda procura investigar o papel da Igreja Católica na produção e disseminação das representações anticomunistas na região, especialmente durante a primeira onda anticomunista. Para tanto, o historiador utiliza como fontes cartas pastorais, atas do poder legislativo e legislação do estado da Paraíba, relatórios de polícia e dois jornais, um ligado ao governo do estado e outro à Igreja Católica.²⁸

A tese de Erinaldo Cavalcanti, de 2015, é interessante, pois o historiador se propôs a analisar o fenômeno do anticomunismo no período de 1960 a 1968, ou seja, analisar a “segunda onda” anticomunista bem como a sua continuidade nos primeiros anos da ditadura. O foco do autor é também uma análise regional, para isso ele utiliza como fontes jornais, crônicas, relatórios, pareceres e informes dos órgãos de informação e segurança, relatórios policiais e processos de investigação. Cavalcanti procura demonstrar como o medo do comunismo foi instrumentalizado tanto para a deflagração do golpe quanto nos discursos políticos para a consolidação do projeto ditatorial nos seus primeiros quatro anos. Os capítulos finais se destacam, pois o autor descreve a forma como a ditadura atuou naquele estado de modo reprimir os comunistas, seja através do DOPS ou de outras frentes.²⁹

Na dissertação de Rodrigo Pereira da Silva, defendida em 2017, a categoria de imaginário anticomunista é utilizada para analisar a atuação e colaboração dos informantes da polícia política no estado do Paraná no período de 1964-1985. Nesta pesquisa, o historiador analisa o anticomunismo durante a ditadura, se deslocando das “ondas anticomunistas” e, portanto, dialoga com nossa proposta. Silva busca compreender de que maneira o imaginário

²⁷ BETT, Ianko. **A (re) invenção do comunismo**: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. 2010, 261 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo-RS, 2010.

²⁸ CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **A ameaça vermelha**: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937). 2013, 274 f. Tese (doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2013.

²⁹ CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena**: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE – 1960 – 1968). 2015, 225 f. Tese (doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História. Recife, 2015.

anticomunista propagado na sociedade brasileira relacionava-se com as delações e denúncias contra os comunistas (ou quaisquer outros opositores) a partir da documentação do DOPS-PR. Contudo, suas considerações sobre o funcionamento do serviço de informações desta instituição podem ser alargadas para toda a Comunidade de Informações.³⁰

A literatura sobre a ditadura no Brasil é consideravelmente mais extensa e diversa. Vale ressaltar que optamos por essa nomenclatura, em parte, para fugir das pouco proveitosas "polêmicas historiográficas" recentes.³¹ O historiador Marcelo Ridenti faz considerações importantes sobre as possibilidades e limitações do conceito de "ditadura civil-militar". Concordamos com o historiador quando ele afirma que, independente do uso do termo, o aspecto mais importante é a compreensão da complexa relação entre os militares e os civis no processo de modernização conservadora que o país experimentou no período. É importante que se tenha o cuidado de não atribuir responsabilidades genericamente a toda a sociedade, eximindo de culpa os militares golpistas, assim como também não devemos perder de vista a contribuição dos civis - especialmente tecnocratas, empresários, jornalistas, políticos - para a manutenção da ditadura ao longo de duas décadas.³²

Sendo assim, consideramos que o conceito de "Ditadura de Segurança Nacional", ao abarcar os aspectos civis e militares da última ditadura, seja mais adequado para esta pesquisa, onde tratamos dos órgãos de informações e repressão, especialmente do SNI, que conforme autoras como Alves e Lagoa, são as expressões mais fiéis da DSN aplicada no Brasil. Segundo Alves, o SNI constitui o principal órgão a serviço da DSN no Brasil, sendo a primeira aplicação legal da doutrina no país, e um dos principais órgãos atuantes ao longo de toda a ditadura, por isso "apresenta particular interesse como instituição do Estado de Segurança Nacional".³³ Lagoa também inicia seu estudo sobre o SNI a partir da implantação da DSN no Brasil, para a jornalista "o sistema nacional de informações não é meramente um aparelho repressivo sofisticado, no sentido policial da palavra", mas sim faz parte de uma

³⁰ SILVA, Rodrigo Pereira da. **Os informantes da polícia política e o anticomunismo durante a ditadura civil-militar (Paraná, 1964-1985)**. 2017. 125 f. Dissertação (mestrado em História) Universidade Estadual de Maringá. CCHLA. Programa de Pós-graduação em História. Maringá - PR, 2017.

³¹ Sobre essas disputas entre a historiografia do centro do país ver: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004; MELO, Demian Bezerra de. Ditadura "civil-militar"? controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro pós 1964 e os desafios do tempo presente. In: **Espaço Plural** • Ano XIII • Nº 27 • 2º Semestre 2012 • p. 39-53;

³² RIDENTI, Marcelo. The debate over Military (or civilian-military?) Dictatorship in Brazil in historiographical context. In: **Bulletin of Latin American Research**, c. 37, n. 1, pp. 33-42, 2018.

³³ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 71-74

“estratégia global, que nasce dos preceitos colocados pela Doutrina de Segurança Nacional”.³⁴

Para a compreensão da DSN utilizaremos trabalhos de referência, como o consagrado livro de Joseph Comblin, *“A ideologia de Segurança Nacional: o poder militar na América Latina”*.³⁵ Nesta obra o autor analisa os fundamentos básicos da DSN, sua aplicação nos Estados Unidos e em países da América Latina. Cito ainda as importantes obras de Eliezer Rizzo e, mais recentemente, de Luiz Reznik e Enrique Padrós, que também serão utilizados para tratarmos da Segurança Nacional e sua orientação como doutrina/ideologia essencialmente anticomunista, como veremos detalhadamente no segundo capítulo da dissertação.³⁶

Sobre a Ditadura, citamos aqui alguns dos trabalhos sobre o tema que consideramos ter maior proximidade com nosso objeto de estudo, ou seja, o anticomunismo dos órgãos de informação. Uma dessas obras é *“Como eles agiam, Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política”*, do historiador Carlos Fico, publicado em 2001.³⁷ Nesta obra pioneira, Fico analisa os pilares básicos da ditadura a partir documentos oficiais produzidos pela Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça; como veremos, as DSIs eram um dos tentáculos do SNI nos ministérios civis e a DSI-MJ foi uma das que mais produziu informações sobre os inimigos do regime. O livro de Fico é de suma importância pois nele o historiador procura analisar a estrutura e métodos de espionagem do SISNI, além dos temas mais recorrentes que constam nos documentos produzidos pela comunidade de informações ao longo da ditadura. No quinto capítulo da obra, intitulado “O Estado contra o povo”, o autor discorre brevemente sobre o que os agentes de informações produziam sobre temas como: censura, meios de comunicação, estudantes e professores, clero (em especial o “progressista”) e estrangeiros. Destaca-se a grande preocupação que a Comunidade tinha com a “infiltração comunista” nos meios de comunicação, sejam jornais, televisão, rádio etc. Segundo Fico, a partir do abrandamento da censura a comunidade de informações “passou a ver em qualquer análise jornalística ou programa televisivo mais crítico a expressão de uma

³⁴ LAGOA, Ana. **SNI: Como nasceu, como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 11

³⁵ COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

³⁶ RIZZO, Eliezer. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976; REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; PADRÓS, Enrique Serra. **“Como el Uruguay no hay”... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do pachecato a ditadura civil-militar**. 2005, 878 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

³⁷ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

“evidente infiltração comunista nos meios de comunicação social”.³⁸ Os estudantes e professores também foram muito visados pelos serviços de informação e de repressão, pois segundo os agentes da ditadura, eram os mais propensos a serem arregimentados pelo “comunismo internacional”. Nos documentos produzidos, aliado ao anticomunismo, somava-se também preconceitos de classe, gênero e raça direcionados a jovens estudantes.³⁹

Em pesquisa publicada em 2014, sobre as universidades durante a ditadura, Rodrigo Patto Sá Motta utiliza, entre outras fontes, documentos produzidos pelas ASI, assessorias da comunidade de informações dentro das universidades e, especialmente, da DSI do Ministério da Educação. Segundo o autor, “eles [os agentes de informação] enxergavam comunistas por toda parte, e qualquer movimento de contestação era atribuído aos desígnios do Movimento Comunista Internacional”. Nesse combate obsessivo aos comunistas dentro das universidades “vigorou a estratégia de industrialização do anticomunismo, ou seja, de mobilização oportunista do medo do perigo vermelho”, embora não devamos desconsiderar que, conforme argumenta Motta, o anticomunismo “forneceu um ethos combatente aos militares, à polícia política e aos membros da comunidade de informações, uma razão de ser que justificava sua existência e missão”.⁴⁰

Paulo Cesar Gomes fez um estudo sobre a vigilância e perseguição dos serviços de informações contra o chamado “clero progressista” da Igreja Católica. Em seu livro *“Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem”*, Gomes analisa a produção da comunidade de informações sobre esses bispos ditos progressistas, que nada mais faziam do que defender os direitos humanos daqueles que eram perseguidos, presos, torturados e desaparecidos pela ditadura. Segundo o historiador, “na perspectiva do serviço de informações, a defesa dos direitos humanos estava estritamente ligada ao comunismo, embora saibamos que essa temática sempre esteve vinculada ao liberalismo político”.⁴¹

Citamos ainda três publicações que nos ajudarão a compreender a estruturação e a desmontagem dos serviços de informações e repressão da ditadura. Resultado de um grandioso esforço de pesquisa dos historiadores e cientistas políticos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, os livros são o resultado das entrevistas cedidas aos pesquisadores por militares que atuaram nos

³⁸ Ibidem, p. 181-182

³⁹ Ibidem, p. 187-191

⁴⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 207.

⁴¹ GOMES, Paulo Cesar. **Os bispos católicos e a ditadura militar (1971-1980): a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 157.

governos ditatoriais, são eles: “*Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*”; “*Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão*”; e, “*A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*”.⁴² O segundo e terceiro livros dessa coletânea serão os que mais utilizaremos, nestas entrevistas foram ouvidos os militares do alto escalão que trabalharam justamente nos órgãos de informação e repressão, como Carlos Alberto da Fontoura que foi ministro-chefe do SNI na gestão do ditador Emílio G. Médici e Enio dos Santos Pinheiro, um dos fundadores e primeiro diretor da Escola Nacional de Informações. Segundo os organizadores, tratar sobre o tema da repressão e informação implica em:

abordar de maneira direta a construção do Estado de Segurança Nacional, tentativa de engenharia política dos governos militares para combater fundamentalmente o que percebiam como perigo interno representado pela ameaça comunista.⁴³

Portanto, para entendermos como se dava a produção de informações, dossiês e relatórios sobre os comunistas e o comunismo, precisamos compreender não só como se constituiu o Estado de exceção nascido do golpe, mas também o funcionamento dos serviços de informação atuantes a mando do regime, além, é claro, dos próprios conceitos e teorias que envolvem estas atividades de informação.

Para tal fim, alguns trabalhos serão indispensáveis para a compreensão das atividades de informação durante a ditadura, especialmente os livros “*Ministério do Silêncio*” de Lucas Figueiredo e “*SNI e Abin*” de Priscila Antunes. Além, é claro, de outras produções como as conhecidas obras jornalísticas de Ana Lagôa, “*SNI: como nasceu, como funciona*” e “*Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*” de Ayrton Baffa.⁴⁴

O jornalista Lucas Figueiredo escreveu uma história dos serviços secretos desde o primeiro órgão brasileiro com essa função, o Conselho de Defesa Nacional criado em 1927 durante o governo de Washington Luís, passando pelo Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI) criado no governo Dutra e regulamentado no governo Kubitschek, dando maior destaque ao Serviço Nacional de Informações (SNI) criado pela

⁴² D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A.D; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: 12 depoimentos de militares que articularam o golpe militar de 1964**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014; _____; **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. _____; **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

⁴³ _____; **Os anos de chumbo**. Op. Cit., p. 7

⁴⁴ LAGÔA, Ana. Op. Cit., 1983; BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

ditadura em 1964, e chegando até a atual Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em 1999.⁴⁵

Em seu trabalho, resultado da dissertação em Ciência Política, Priscila Antunes Brandão também se propõe a avaliar o papel das atividades de inteligência no Brasil ao longo do século XX, das suas origens até o momento de redefinição desta atividade na década de 1990 com a fundação da Abin. Antunes avalia o papel da inteligência no Estado democrático de direito e a dificuldade de se debater o tema no Brasil contemporâneo devido ao estigma dos serviços de inteligência resultado de sua atuação altamente repressiva, especialmente relacionada ao SNI.⁴⁶

As recentes pesquisas de Aloysio Castelo de Carvalho sobre o papel da inteligência e da comunidade de informações durante a ditadura também merecem destaque. Segundo o historiador, “o papel da inteligência no Brasil foi concebido com base na ideia de que informação e segurança nacional são conceitos interligados e constitutivos da organização do Estado”. Ainda para o autor, a concepção de segurança nacional professada pela ESG “conferiu sentido a produção de inteligência no âmbito do Estado”, além de fomentar, a partir de 1964, a criação de um “Estado policial dotado de uma poderosa estrutura repressiva e com uma vasta rede de serviços secretos que os dirigentes militares chamavam de comunidade de informações”.⁴⁷ Na conclusão de sua pesquisa intitulada “*Inteligência e Segurança Nacional no Brasil pós-1964: a comunidade de informações*”, o autor afirma que:

As estruturas de informações do regime foram tomadas por uma forte conotação ideológica, assentada nos valores de desenvolvimento e segurança nacional. Não há como dissociar a comunidade de informações do regime militar da ideologia que lhe deu origem, assentada nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional, na teoria da guerra revolucionária e na existência de um inimigo interno que deveria ser eliminado do cenário político.⁴⁸

Por fim cito a tese em História de Daniel Trevisan Samways, que aborda justamente o discurso anticomunista do SNI a partir de uma publicação mensal do Serviço intitulada “Comunismo Internacional”.⁴⁹ O autor utiliza essa espécie de revista do SNI, que teve curta duração mas deixou farto material, para analisar como os comunistas e o comunismo

⁴⁵ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., 2005.

⁴⁶ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

⁴⁷ CARVALHO, Aloysio Castelo de. **Inteligência e Segurança Nacional no Brasil pós-1964: a comunidade de informações**. São Paulo: Appris, 2021. p. 23-24

⁴⁸ Ibidem, p. 171-172

⁴⁹ SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. 2014. 250 f. Tese (doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História. Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

internacional são retratados nesta publicação que refletia os ideais do próprio serviço secreto. O autor também justifica sua pesquisa afirmando que o anticomunismo foi fundamental ao longo da ditadura e em seus períodos mais repressivos, “principalmente entre os anos 1968 a 1975 e que, baseado nele, os militares conseguiram angariar apoio de parte da sociedade”.⁵⁰

1.2 REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para entendermos de que maneira prosseguirá nossa pesquisa, faz-se necessário alguns breves apontamentos sobre os principais conceitos usados. Obviamente, um deles é o de *anticomunismo*, que pode ser entendido como o conjunto de práticas e representações de oposição e negação sistemáticas aos ideais comunistas, ou aquilo que é entendido por determinados grupos por comunismo.⁵¹ Para Motta, os anticomunistas são “indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação. A base de sua atuação estaria centrada, portanto, numa atitude de recusa militante ao projeto comunista”.⁵²

Entretanto, segundo Luciano Bonet, o anticomunismo é um fenômeno com “valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional”. Para o autor, explicações simplificadas de “oposição” não são suficientes para a compreensão deste fenômeno que é “complexo, ideológico e político ao mesmo tempo”.⁵³ Lincoln Secco, em artigo recente, também colabora com essa questão ao afirmar que “o prefixo “anti” não é constituído como negação determinada do comunismo. O que ele supostamente nega não nos permite passar ao seu oposto, afinal, o comunismo real não conserva nada do anticomunismo”.⁵⁴

Bonet traz ainda outra questão que é interessante para pensarmos o anticomunismo no Brasil. A diferenciação entre o anticomunismo em países com uma oposição comunista pouco relevante e em países com oposição comunista expressiva e potencialmente viável na política interna. Em países como o Brasil, com oposição comunista com pouca expressão política, o anticomunismo constituiria, segundo palavras do autor, como “componente fundamental da cultura política difundida, tendo, por isso, uma função importante na

⁵⁰ Ibidem, p. 17-18

⁵¹ RODEGHERO, Carla Simone. Op. Cit., 2007. p. 21

⁵² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2002. p. XIX

⁵³ BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 34

⁵⁴ SECCO, Lincoln F. O anticomunismo preventivo. In: **Boletim do GMARX-USP**. São Paulo. Ano 1, nº 55. 2020. Disponível em: <<https://gmarx.fflch.usp.br/boletim55>>.

integração sócio-política e na legitimação do sistema”. Isso explicaria a eficácia na “prevenção e isolamento de possíveis movimentos de oposição, que se refiram mesmo que genericamente ao marxismo e às tradições comunistas”.⁵⁵ Este anticomunismo interno de tipo reacionário se traduz em sistemática repressão à oposição comunista e qualquer oposição de base popular que questione o estado de coisas, costuma ser o entendimento da maioria dos trabalhos sobre o anticomunismo brasileiro, inclusive desta pesquisa.

Considerando isso, vale ressaltar que o anticomunismo pode se apresentar e ser interpretado de diferentes formas à luz do momento histórico de cada país, conforme as origens e ideias que apresenta. Diferentemente do que pode parecer à primeira vista, existe uma diversidade de grupos que utilizam a bandeira do anticomunismo, havendo o anticomunismo militar, clerical/católico, fascista/hitlerista, reacionário/autoritário, liberal, social-democrata, até mesmo por parte da esquerda socialista, o que nos mostra que o fenômeno não pode ser visto como exclusividade da direita política, como perceberam pesquisadores pioneiros na temática no Brasil, como Rodeghero e Motta, por exemplo. Não obstante, embora o anticomunismo seja bandeira de diversas ideologias políticas, é comum a todas essas citadas a negação sistemática dos ideais comunistas, seja o anticapitalismo, defesa da extinção do Estado, planificação da economia etc. É típico de seus discursos definir o comunismo e os comunistas como opositores a serem combatidos e derrotados, como indivíduos perigosos devido às suas ideias e métodos de atuação. Portanto, acreditamos que o combate anticomunista, independente da origem, é essencialmente ideológico.⁵⁶

O que possibilitou o golpe de Estado de 1964 e a implantação da ditadura foi, entre outras questões, a construção e consolidação de um *imaginário* anticomunista na sociedade brasileira. Por *imaginário anticomunista* entendemos o conjunto de representações imagéticas e discursivas, sempre negativas, sobre o comunismo e os comunistas.⁵⁷ A ditadura nascida deste golpe foi marcada pelas atualizações constantes deste imaginário, difundido por parte dos que passaram a ocupar o poder de Estado, pela grande imprensa, nas ações repressivas do regime e na produção incessante de informações sobre o comunismo e os comunistas por parte dos serviços secretos.

⁵⁵ BONET, Luciano. Op. Cit., p. 35

⁵⁶ Explicaremos adiante e detalhadamente a opção por utilizar a categoria de ideologia para análise do anticomunismo.

⁵⁷ Mais discussões sobre o *Imaginário Anticomunista*, cf: RODEGHERO, Carla Simone. Op. Cit., 2003. p.27-37; MARIANI, Bethania. **O PCB e a Imprensa: Os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998. p.107-123; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op.cit. p.47-88.

Bronislaw Baczko é um importante teórico sobre a questão dos imaginários nas Ciências Humanas. Segundo o autor, qualquer poder, e especialmente o poder político, se rodeia de representações coletivas e imaginários sociais. Baczko destaca que para que haja a legitimação do poder político o domínio, controle e disseminação de determinado imaginário é um importante lugar estratégico, pois os imaginários têm “uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças”.⁵⁸ O autor ainda afirma que:

As situações conflituais entre poderes concorrentes estimulam a invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário. Por um lado, estas visavam a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através das representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para a qual pretendiam obter o maior número de adesões.⁵⁹

As contribuições de Pesavento também são pertinentes, especialmente para uma definição básica do conceito. Segundo a historiadora, "o imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade".⁶⁰ Essa noção para análise do anticomunismo é importante, não somente pelas questões já ressaltadas a partir de Baczko sobre o imaginário político e pela variedade de estudos sobre imaginários anticomunistas, mas também para destacar que, embora mantenha relações com o real, as imagens e discursos que dão forma a um imaginário não constituem exatamente o real ou expressões literais da realidade representada. Em suma, o imaginário que se construiu sobre o comunismo e os comunistas não é o comunismo nem aquilo que professam os militantes comunistas, embora em alguma medida possa ter relação com eles.

Como vimos, grande parte da produção acadêmica sobre o anticomunismo utiliza-se do conceito de imaginário para analisar o fenômeno. Carla Rodeghero em seu livro “*O diabo é vermelho*” analisa a construção de um imaginário anticomunista por parte da Igreja Católica no Rio Grande do Sul. Segundo a autora, esse imaginário seria “um conjunto de representações construídas e utilizadas por diversos setores da Igreja Católica para interpretar a realidade e os problemas vividos pela sociedade como um todo, ou pelas instituições no período de 1945 a 1964”.⁶¹ Ainda conforme a autora, “as representações relativas à

⁵⁸ BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: **Enciclopedia Einaudi (Anthropos-Homem)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1985. p. 312

⁵⁹ Ibidem, p. 300

⁶⁰ PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 15, nº 19, 1995. p. 15

⁶¹ RODEGHERO, Carla Simone. Op. Cit., 2003. p. 28

identidade, às ações e aos projetos dos comunistas elaboradas pelos que os combatiam eram variadas, ainda que girassem em torno de um eixo comum: a defesa da sociedade ocidental e cristã frente à expansão do comunismo”.⁶² Rodeghero também procurou demonstrar como o anticomunismo serviu para reforçar uma identidade católica que, segundo a Igreja, estava sendo ameaçada pela modernização e secularização do mundo. O discurso anticomunista servia, portanto, “como um meio de autoafirmação e de triunfo da Igreja no sentido de mostrar ao mundo moderno a sua força”.⁶³

Para Carla Luciana Silva, os imaginários anticomunistas também estão ligados a concepções políticas “represadas pelos preconceitos morais, religiosos e ideológicos”, e as formas como elas são “apreendidas, ressignificadas e reproduzidas na sociedade estão diretamente vinculadas a criação e disseminação dos imaginários”. Conforme a autora, o imaginário é em certa medida ideológico e não deve ser desvinculado do processo histórico:

Ele está vinculado com a forma com que as classes dominantes se conservam no poder político, econômico e social. No nosso caso, podemos falar de uma ideologia burguesa hegemônica, que necessita de uma mentalidade conservadora, e de imaginários legitimadores, que são também a possibilidade de maleabilidade dos conflitos sociais.⁶⁴

Neste trecho, embora a autora trate de uma “ideologia burguesa” e de “mentalidade conservadora” que utiliza de imaginários anticomunistas legitimadores de sua dominação política, não devemos considerar o anticomunismo de forma maniqueísta enquanto “burguesia *versus* proletariado”, conforme a própria historiadora complementa adiante:

O estudo dos imaginários sociais pode ser elucidativo para entender as relações de classe social, e que somente podem ser compreendidas a partir da definição de suas especificidades históricas. Não é possível apresentar uma definição simplificadora de que existe uma formação ideológica *a priori* que representa interesses das classes médias, que por sua vez representam as classes altas, lutando contra as classes baixas. A análise deve conseguir abarcar essas aparentes contradições. Considerando-se uma sociedade dividida em camadas sociais, com interesses e funções diferenciadas.⁶⁵

Imaginários e representações sociais tem uma conexão bastante visível, e para compreensão deste último utilizaremos, entre outros, Denise Jodelet, que retomando Durkheim, afirma que as representações são criadas devido à nossa necessidade de classificarmos, estarmos informados sobre o mundo à nossa volta. Segundo Jodelet, as representações são fenômenos complexos em ação na vida social, e “elas nos guiam de modo

⁶² Ibidem, p. 29

⁶³ Ibidem, p. 56

⁶⁴ SILVA, Carla Luciana. Op. Cit., p. 18

⁶⁵ Ibidem, p. 34

a nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, de modo a interpretar esses aspectos, tomar decisões e eventualmente posicionar-se frente a elas de maneira decisiva”.⁶⁶ Em sua riqueza e complexidade para análise dos fenômenos sociais as representações podem ter elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc. Sendo sempre representação de alguma coisa (objeto) e/ou de alguém (um grupo social), as características desse sujeito ou objeto nela se manifestam. Conforme a autora:

[a representação] é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. (...) Geralmente, reconhece-se que as representações sociais - enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros - orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, expressões dos grupos e transformações sociais.⁶⁷

O texto clássico de Chartier, “o mundo como representação”, também nos auxilia a pensar sobre o assunto, principalmente pela relação que o autor faz com a formação das identidades sociais. Segundo ele, não há prática social ou estrutura que não seja produzida por representações (de determinado objeto ou grupo), e é por meio dessas formas de classificação que os indivíduos dão sentido ao mundo que é deles. Importante também são as colocações feitas sobre o equívoco de se considerar as representações como algo distante do real, algo que atua no plano único das subjetividades. Segundo Chartier, é necessário “considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e percepção como verdadeiras “instituições sociais”, incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social”, e especialmente considerando que elas são as “matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social”.⁶⁸

José D’Assunção Barros traz elementos para pensarmos as relações entre representações, imaginário e ideologia, especialmente sob a ótica da Nova História Cultural. Conforme o autor, retomando o pensamento de Chartier, “as práticas e representações são sempre resultado de determinadas motivações sociais”, assim, o campo das representações pode abarcar elementos do imaginário, configurando inclusive o que se costuma designar como imaginário político e suas representações de poder. O historiador também discorre sobre o equívoco de considerar representações como distantes do real, para isso ele destaca a

⁶⁶ JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 17 -21

⁶⁷ Ibidem, p. 22

⁶⁸ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 11 (5), 1991. p. 177

relação complementar entre práticas e representações. Para exemplificar, Barros cita as mudanças de representações e práticas do ocidente europeu para com os mendigos desde a Idade Média, vistos com benevolência e alvos de caridade, até o advento da Idade Moderna capitalista, encarados como vagabundos, estorvos para o progresso e alvos de repressão. Esse exemplo nos auxilia a pensar também a postura do ocidente capitalista para com os comunistas, e como as representações acerca dos comunistas e do comunismo como indivíduos maléficos, traiçoeiros, diabólicos, licenciosos, assassinos etc, darão origem a uma série de práticas, sejam leis de combate ao comunismo, medidas repressivas, estabelecimento de normas e padrões sociais para diferenciar o comunista do não-comunista.

Relacionados e interligados, os conceitos de representação e imaginário auxiliam a explorar a forma como os comunistas e o comunismo aparecem no meio político brasileiro no século XX, especialmente no período de análise da pesquisa em que o combate ao comunismo dava sentido à atuação repressiva e vigilante da ditadura. Nas fontes que analisamos, há uma imensa variedade de representações sobre os comunistas e sobre o “comunismo internacional” ligadas diretamente a um imaginário político que se construiu historicamente em torno desses indivíduos e grupos militantes, e onde podemos perceber como os esquemas de “lutas de representação” de um grupo social específico contra o outro (o comunista) ficam evidentes. Neste ponto, acredito que os três conceitos, representação, imaginário e ideologia, se conectam e podem dar contribuições importantes para o estudo do anticomunismo brasileiro.

As reflexões de Pierre Bourdieu são aqui relevantes, principalmente aquilo que o autor chama de “lutas de representação”. Para Bourdieu, o campo das representações é um dos campos de manifestação das lutas sociais. Segundo ele, as lutas de classificação ou de representação são “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos”.⁶⁹ Bourdieu ainda faz uma distinção entre representações mentais e objetais. A primeira enquanto “atos de percepção e apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem seus interesses e seus pressupostos”; as segundas enquanto coisas - sejam emblemas, bandeiras, insígnias - ou atos e estratégias interessadas de manipulação simbólica que tem em vista determinar as representações mentais. Contudo, de modo geral, a preocupação do autor também é com a contribuição da

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 113

construção do real a partir das representações que se faz desse real, não deixando de lado, é claro, as estratégias de interesse e de manipulação por trás delas.

Na conjunção destes aspectos, que ligam a Nova História Cultural com a Nova História Política, os três conceitos nos ajudam a pensar o anticomunismo e as estratégias variadas de combate ao comunismo. Pois, como assinalado por Chartier, “mesmo as representações coletivas mais elevadas, só têm existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos”.⁷⁰ Relacionando, portanto, as representações e imaginários ao conceito de ideologia. Segundo Barros, é possível ligar ideologias às representações, na medida em que estas podem ser apropriadas ou impregnadas de uma direção socialmente motivada. Em suma, a interação das representações passa a reger as atitudes e as tomadas de decisão dos indivíduos social e politicamente. Conforme o autor, “por vezes, a ideologia aparece como um projeto de agir sobre determinado circuito de representações, no intuito de produzir determinados resultados sociais”, nesse sentido a ideologia também “corresponde a uma determinada forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses”.⁷¹

Para relacionar com Bourdieu, além de outros autores que também trabalham com o conceito de ideologia, é interessante ressaltar que elas “devem a sua estrutura e funções mais específicas às condições sociais de sua produção e circulação”. Ainda segundo o mesmo autor, é preciso

ter presente que as ideologias são sempre duplamente determinadas - que elas devem suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou frações de classe que elas exprimem, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e a lógica específica do campo de produção.⁷²

Francisco Falcon afirma que o conceito de representação possui enorme relevância na Historiografia, e a relação com o conceito de ideologia é onde ela se faz mais presente. Para o historiador, quase todos os autores preocupados em trabalhar com o conceito de ideologia, em um sentido amplo (ou “neutro”) consideram-nas como representações sociais, e por conseguinte também podemos aproximá-las dos imaginários. Portanto, para o autor, “é evidente que a importância das representações sociais constitui um fato indiscutível no conjunto da produção historiográfica atual”.⁷³ Jodelet afirma que “a representação serve para agir sobre o mundo e o outro”, assemelhando-se às ideologias na medida em que às suas

⁷⁰ CHARTIER, Roger. Op. Cit, p. 183 (nota 20)

⁷¹ BARROS, José D’Assunção. Op. Cit., p. 137-138

⁷² BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., p. 13

⁷³ FALCON, Francisco J. C. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro F; MALERBA, Jurandir. **Representações:** contribuição a um debate interdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000. p. 51

funções “se acresce a de orientação das condutas e comunicações, de justificação antecipada ou retrospectiva das interações sociais ou relações intergrupais”, possui um caráter prático na medida em que orienta para a ação e para a gestão da relação com o mundo.⁷⁴

No caso específico desta pesquisa nos interessa analisar as representações e imaginários, que se expressam, nas palavras de Pesavento, tanto pelos “símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas” presentes no ambiente político e nos documentos produzidos pela ditadura, quanto pelas práticas e ações resultantes dessas representações, em um sentido ideológico orientado para ação contra os comunistas e seu(s) partido(s).⁷⁵

Para a análise das fontes, os três conceitos (representação, imaginário e ideologia) nos ajudam tanto a interpretá-las e reconstruí-las historicamente naquele contexto ditatorial, quanto a compreender a lógica por trás dessa produção documental. Auxiliam na compreensão dos elementos ideológicos que relacionam-se a essa produção de informes, informações, dossiês e relatórios por parte da Ditadura de Segurança Nacional. Dentro da lógica do aparato de informações-repressão da ditadura, a ideologia anticomunista serviu para produzir e reafirmar um conjunto de representações e imaginários acerca do comunismo e dos comunistas no sentido de atingir determinados objetivos impostos pelo contexto político e ao mesmo tempo defender determinada ordem.

É importante ressaltar que apesar das importantes contribuições teórico-metodológicas de trabalhos que utilizam apenas as categorias de imaginário e/ou representação, consideramos o anticomunismo como um fenômeno essencialmente ideológico, por isso a opção de interligar os três conceitos. Embora as definições de ideologia sejam tão ricas quanto as diferentes correntes que se propõe a utilizar essa categoria, tentarei brevemente discorrer sobre o caráter ideológico do anticomunismo. Ressalto ainda que ao longo da pesquisa retomaremos esse ponto que é bastante complexo.

Antes de discutirmos propriamente sobre o conceito de ideologia para relacioná-lo ao fenômeno do anticomunismo, é importante destacar a dificuldade de analisar esse conceito. Segundo Michael Lowy, é difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo e cheio de significados quanto o de ideologia, “nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambiguidades, de equívocos e mal

⁷⁴ JODELET, Denise. Op. Cit., p. 35

⁷⁵ PESAVENTO, Sandra J. Op. Cit., p. 24

entendidos”.⁷⁶ Devido a tal complexidade que muitos autores procuram abordar o conceito separando-o em diversas categorias, autores e correntes, de forma a didatizar a análise.

Mario Stoppino atenta para a questão das ideologias dividindo-as em dois grupos de sentidos. A ideologia com significado “fraco” ou “neutro” seria definida como “um conjunto de ideias e de valores respeitantes a ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos públicos coletivos”; já a com significado “forte” teria origem no conceito marxiano de ideologia, grosseiramente entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes.⁷⁷

Outros autores também buscam didatizar o entendimento do que são ideologias, como Raymond Williams e Terry Eagleton. Williams afirma que as ideologias não surgem no marxismo nem se limitam a ele, e que por isso elas podem ser separadas em três grupos distintos, I- Um sistema de crenças característico de uma classe ou grupo; II- Um sistema de crenças ilusórias (ideias falsas ou consciência falsa) que se pode contrastar com o conhecimento verdadeiro ou científico; III- O processo geral de produção de significados e ideias.⁷⁸ Os primeiros dois sentidos, segundo o autor, são os mais correntes e se relacionam mais diretamente com a ampla produção marxista e não marxista. Em outro texto, Williams retoma o tema, afirmando que no século XX o sentido de ideologia foi basicamente de “conjunto de ideias que surgem de um dado conjunto de interesses materiais ou, em termos mais gerais, de uma classe ou grupo definido”.⁷⁹

Eagleton também distingue as diferentes interpretações desse conceito. Segundo o autor, é possível definir a ideologia de seis maneiras diferentes. Para essa análise não ser exaustiva decidi focar em apenas duas das seis maneiras, as que acredito serem mais precisas e relevantes. Em uma delas, Eagleton afirma que ela pode dizer respeito a “ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico socialmente significativo”, nesse sentido ela aproxima-se da ideia de uma “visão de mundo”. Outra definição é a que trata da “promoção e legitimação dos interesses de tais grupos sociais em face de interesses opostos”. Em suma, segundo o autor, “a ideologia pode ser vista aqui como um campo discursivo no qual os poderes sociais que se

⁷⁶ LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2015. p. 17

⁷⁷ STOPPINO, Mario. Ideologia [verbetes]. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 586

⁷⁸ WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 60

⁷⁹ _____. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 215

autopromovem conflitam e colidem acerca de questões centrais para a reprodução do poder social como um todo”.⁸⁰

Feitas essas ressalvas, utilizamos nessa pesquisa o conceito de ideologia apresentado por John B. Thompson. Este autor apresenta uma nova concepção de ideologia, que embora seja tributária de alguns aspectos de correntes anteriores, não se liga diretamente a nenhuma delas. Nos interessa especialmente a sua concepção crítica revisitada, em que as formas simbólicas/ideológicas se entrecruzam com as relações de poder, ou seja, quando os sentidos são mobilizados por e para pessoas que ocupam posições de poder. De acordo com Thompson, “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. Complementa o autor:

Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. *Desde que:* é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação.⁸¹

A ênfase do autor, como se percebe, se dá na estreita ligação entre fenômenos ideológicos e a questão do poder e da dominação. Não se trata de retomar interpretações marxistas do conceito, embora faça a ressalva que sim, em alguns casos, os fenômenos ideológicos possam ocultar, mascarar ou obscurecer fenômenos sociais, essas são possibilidades contingentes e não características *a priori* da ideologia. O autor também esclarece que, ao tratar de relações de poder e dominação, não considera apenas a dominação de classe. Thompson defende que deve-se também considerar relações estruturadas entre homens e mulheres, entre grupos étnicos, entre Estados-Nação etc., portanto, sua teoria da ideologia não se limita ao que tradicionalmente foi abordado pelo marxismo.⁸²

John Thompson apresenta alguns modos pelos quais a ideologia pode operar para estabelecer e/ou sustentar relações de dominação, são elas: “legitimação”, “dissimulação”, “unificação”, “fragmentação” e “reificação”, não sendo essas as únicas formas de operação da ideologia, podendo sobreporem-se ou reforçarem-se.⁸³

O anticomunismo, enquanto um fenômeno ideológico multiforme e complexo, atua especialmente por meio da *fragmentação*. De acordo com o autor, se as relações de dominação podem ser mantidas unificando grupos em uma coletividade, também podem ser

⁸⁰ EAGLETON, Terry. **Ideologia:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 45-46

⁸¹ THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 76

⁸² Ibidem, p. 77-78

⁸³ Ibidem, p. 80-81

mantidas fragmentando, segmentando e estigmatizando grupos e indivíduos “que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador”.⁸⁴ Thompson complementa:

Aqui, uma estratégia típica de construção simbólica é a *diferenciação* - isto é, a ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder. Outra estratégia pertinente pode ser descrita como o *expurgo do outro*. **Essa estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou expurgá-lo.** Essa estratégia, muitas vezes, sobrepõem-se com as estratégias que tem como fim a unificação, pois o inimigo é tratado como desafio ou ameaça, diante do qual as pessoas devem se unir.⁸⁵

Essa definição de modo de operação da ideologia encaixa-se na nossa interpretação do anticomunismo. O próprio autor utiliza o anticomunismo e o antisemitismo do nazismo nas décadas de 1920 e 1930 como exemplos de *expurgo* e *fragmentação* do outro. O *outro* é tratado como inimigo que deve ser destruído por ser um perigo para a sociedade, a ideologia nesse sentido atua para manter e estreitar as relações de dominação.

De modo geral, a ideologia pode ser um conjunto de ideias, crenças e sentidos sustentados por indivíduos/grupos, com a função social de mobilizar aqueles que a professam, seja para a ação ou na criação e reafirmação de imaginários e representações que sustentem ou reafirmem relações de poder e dominação. As ideologias anunciam aquilo que tem e não tem valor, o que precisa ser mudado e o que precisa se mantido como está, o que é válido e realmente importante dentro de uma sociedade e o que não é, enfim, elas moldam as atitudes dos seres seja para apoiar decididamente algo ou se opor a algo.

Em suma, os conceitos fundamentais da Nova História Cultural aliados à Nova História Política serão utilizados nesta pesquisa considerando que o conceito de ideologia também é relevante para análise do anticomunismo. Considera-se que o imaginário anticomunista que captamos nas fontes analisadas, a partir de um resgate das representações utilizadas pelo Estado para caracterizar o comunismo e os comunistas tinha uma dimensão ideológica, considerando as lutas pelo poder, relações de dominação e os conflitos sociais e de classe no período em questão.

⁸⁴ Ibidem, p. 87

⁸⁵ Idem. [em negrito grifo nosso]

1.3 SOBRE AS FONTES E A ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Como já afirmamos brevemente acima, nossas fontes são principalmente documentos provenientes dos órgãos de informação da ditadura brasileira - SNI, CIE, CISA, CENIMAR - sobretudo informações, informes, dossiês, relatórios especiais e apostilas doutrinárias. Encontramos esses documentos no site do *Serviço de Informações do Arquivo Nacional* (SIAN). Após fazer um cadastro no site com seus dados pessoais, é possível pesquisar nos domínios do arquivo todos os acervos disponibilizados. Pesquisamos sobretudo o acervo do SNI, sob o nome de *BR DFANBSB V8 - Serviço Nacional de Informações - Fundo*, e fizemos uma pesquisa simples por termos que constam nos documentos, pesquisamos especialmente por “Movimento Comunista Internacional”, “Movimento Comunista Brasileiro”, “Atividades do PCB”, “Infiltração comunista”, “comunismo” entre outros que nos permitiram encontrar temas de anticomunismo.

Selecionamos em torno de setenta (70) documentos do período 1969-1979, entre informações, informes e dossiês sobre a suposta atuação do Movimento Comunista Internacional no Brasil e de vigilância ao PCB, também selecionamos outros sete (07) extensos Relatórios Especiais de Informação (REI). Após a seleção dos arquivos realizamos o download e leitura de todos os documentos, e produzimos alguns fichamentos temáticos sobre cada um dos documentos selecionados.

As informações seguem os modelos estabelecidos pelas diversas apostilas criadas pelos serviços secretos, geralmente o cabeçalho de uma informação ou informe continha: Data; Assunto; Origem; Avaliação; Difusão; Anexos. Logo após o cabeçalho vinha o conteúdo de fato deste documento e, se fosse o caso, ao final os anexos (geralmente fotografias e recortes de jornais). As informações variam de tamanho, algumas têm duas ou três páginas, enquanto outras podem chegar a vinte. Já os REIs tinham outro caráter, eram relatórios excepcionais e sem periodicidade determinada, além de mais extensos, alguns chegando a ter quase 100 páginas, sendo geralmente resultado de um grande conjunto de informações e dossiês sobre determinado assunto. Os REIs que selecionamos tratam especialmente da caçada ao PCB pós 1974 e as operações de repressão anticomunista nos estados, e dois sobre o assunto mais geral relacionado ao MCI.

Para a compreensão da estrutura da Comunidade de Informações e das suas ações ao longo da ditadura, além dos documentos da própria comunidade, também utilizaremos como fonte os depoimentos de militares colhidos pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (presentes nos livros já citados), e o Manual Básico da

Escola Superior de Guerra, aliado a estas fontes também utilizamos a complexa legislação que envolveu os serviços de informações ao longo do século XX.

A partir dessas fontes procuraremos responder aos seguintes problemas de pesquisa: Como eram representados os comunistas e o movimento comunista internacional e brasileiro nos documentos analisados? Como elementos do imaginário anticomunista da sociedade brasileira aparece nesses documentos? Quais novos elementos a ditadura agrega a este imaginário anticomunista? Por que o PCB continuou sendo vigiado e perseguido mesmo não tendo optado pela luta armada? Como eram representados esses militantes comunistas do partido? Por fim, quais outros setores da sociedade brasileira também foram alvo do anticomunismo durante a ditadura? De qual modo o anticomunismo foi importante para a manutenção da ditadura e da sua comunidade de informações, especialmente após 1974? Esses são alguns problemas que tomaremos como ponto de partida da pesquisa, o que não significa que outras questões possam aparecer ao longo do texto.

No primeiro capítulo faremos uma contextualização histórica sobre o período, considerando o contexto internacional da Guerra Fria na América Latina. Além de apresentarmos uma breve história do anticomunismo, trataremos sobre a imposição da ditadura no Brasil e a história dos serviços de inteligência no país ao longo do século XX, desde o primeiro órgão com essa função em 1927 até a extinção do SNI em 1990. Daremos ênfase no SFICI e SNI, que tinham claros contornos de um serviço de informações e atuaram na maior parte deste século. Ainda neste capítulo trataremos sobre o contexto de instalação da ditadura brasileira e montagem do Estado de Segurança Nacional, e de que maneira o SNI é pensado e arquitetado seguindo os desígnios anticomunistas da ideologia de segurança nacional. Usaremos neste capítulo bibliografia indispensável sobre a DSN, a ditadura e a história dos serviços de informações. Além das fontes encontradas no SIAN que nos mostram como se estruturaram esses serviços (a maioria das fontes são ainda do período do SFICI e foram reutilizadas pelo SNI), o Manual Básico da ESG e os depoimentos de militares que atuaram diretamente na Comunidade de Informações serão de grande valia.

No segundo capítulo, começaremos a fazer a análise da produção anticomunista do SNI, CIE, CISA e CENIMAR. Neste capítulo analisaremos especialmente o período de 1970 a 1975, embora seja impossível nos limitarmos fielmente a ele, quando a produção documental é consideravelmente maior sobre essa entidade quase metafísica que a comunidade denomina de *Movimento Comunista Internacional* e suas variadas formas de atuação no Brasil. Será importante compreender o contexto político no início da década de 1970 com o governo do general Médici, quando a DSN e o “milagre brasileiro” estavam no

centro das lutas políticas. Possibilitados, em grande parte, pelo desenvolvimento econômico e novo modelo de acumulação capitalista, o Sistema Nacional de Informações (SISNI) e o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) foram implantados e consolidados neste período da ditadura, representando um importante aperfeiçoamento e institucionalização das técnicas e órgãos de repressão-informação estabelecidos pelo regime.

No terceiro capítulo a análise vai se deter sobre a vigilância da comunidade de informações ao Partido Comunista Brasileiro e seus militantes no período de 1974 a 1979, embora a vigilância ao partido também ultrapasse esse limite temporal. Alguns fatores me levaram a escolher o velho PCB e este período de tempo determinado. Primeiro, justamente pelo fato deste partido não ter integrado os movimentos de luta armada contra a ditadura, o que não impediu que continuasse a ser vigiado e “temido” pelo Estado de Segurança Nacional, ao longo da análise explicaremos com mais detalhes, baseado nas fontes, o motivo desta escolha. Segundo, pelo fato de que neste período o PCB tenha voltado a preocupar os militares devido a vitória do MDB nas eleições de 1974, pela derrota das esquerdas armadas no início dos anos setenta e a possibilidade de fim do regime. Após essa mudança no panorama político a ditadura mirou seus canhões contra o PCB, sendo os anos de 1975 e 1976 o ápice da caçada aos comunistas. A iminente distensão e abertura política não poderia ocorrer com o partido intacto, na lógica perversa do Estado de Segurança Nacional, era necessário acabar com os comunistas do PCB antes de os militares voltarem à caserna.⁸⁶ Portanto, vamos analisar como o anticomunismo foi instrumentalizado pelos militares de extrema-direita que eram contrários à distensão política e a volta aos quartéis, e como o PCB e seus militantes serviram de bode expiatório para que esses anticomunistas fanáticos pudessem mostrar seu descontentamento com as iminentes mudanças propostas pelo grupo liderado pelo ditador Ernesto Geisel e seu ministro Golbery do Couto e Silva.

As considerações finais são com o objetivo de fazer uma análise geral do anticomunismo analisado ao longo da pesquisa, especialmente comparando o anticomunismo do início da década de 1970, mais preocupado com o “movimento comunista internacional” e sua presença no Brasil; com o anticomunismo de final desta década, que buscou instrumentalizar o anticomunismo para combater as mudanças que o regime propunha. Destaco, portanto, as continuidades, mudanças e rupturas deste fenômeno ao longo do período ditatorial analisado. Além de chamar a atenção também para o retorno do interesse

⁸⁶ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 257

em pesquisas sobre as direitas, anticomunismo e fascismos no Brasil, especialmente devido ao caótico contexto político.

CAPÍTULO 2: ANTICOMUNISMO, SEGURANÇA NACIONAL E DITADURA NO BRASIL

Neste capítulo nosso objetivo é contextualizar historicamente algumas questões indispensáveis para a compreensão geral da pesquisa. Primeiramente trataremos sobre o anticomunismo ao longo da história do Brasil. Entendemos o anticomunismo como um fenômeno de longa duração na história republicana, embora em momentos de crises políticas ele tenha tido maior força mobilizadora. À vista disso, é importante compreendermos que o fenômeno teve enorme importância e adquiriu caráter de política de Estado ao longo da ditadura brasileira vigente entre 1964 e 1985.

Depois de analisarmos panoramicamente a história do anticomunismo, serão abordadas questões que envolvem a implantação da Ditadura de Segurança Nacional no Brasil. Para isso, já levamos em consideração aspectos gerais da história da segunda metade do século XX, tais como o contexto pós Segunda Guerra Mundial; nova configuração mundial e a escalada de conflitos que levaram à Guerra Fria entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); hegemonia dos EUA no ocidente capitalista e na América Latina, bem como os embates entre imperialismo e anti-imperialismo, revolução e contrarrevolução, e, especialmente, o embate incessante entre comunismo e anticomunismo ao longo do século.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) faz parte de um processo de reordenamento mundial em torno da hegemonia estadunidense e muito já foi tratada pelos estudiosos que cito na bibliografia, portanto, abordaremos apenas aspectos gerais que podemos relacionar diretamente ao caso brasileiro. Por último, trataremos sobre o Sistema Nacional de Informações (SISNI) montado pela ditadura brasileira - que consideramos como produto desta ideologia de Segurança Nacional - e que ficou conhecido como “Comunidade de Informações”, centralizada em torno do Serviço Nacional de Informações (SNI).

2.1 O ANTICOMUNISMO NO BRASIL

Podemos dizer que o fenômeno anticomunista nasceu junto com o próprio comunismo no século XIX. Comunismo, segundo a teoria marxista, é o objetivo final a ser alcançado por determinada sociedade após a etapa revolucionária de derrubada da burguesia e do modo de produção capitalista, e do estabelecimento de um Estado de *transição* socialista. Sendo o objetivo a ser alcançado, foi identificado e defendido pelos movimentos e partidos

comprometidos com a construção do socialismo e do futuro comunismo e que adotaram essa denominação no século XX com a fundação dos diversos partidos comunistas no mundo, especialmente após a adoção por parte dos bolcheviques russos como nome do partido guia do socialismo soviético (Partido Comunista da União Soviética - PCUS).⁸⁷

O anticomunismo foi denunciado já no “*Manifesto Comunista*” de Karl Marx e Friedrich Engels, de 1848. Nesse panfleto os intelectuais iniciam sentenciando que “um fantasma ronda a Europa: o fantasma do comunismo. Todos os poderes da antiga Europa uniram-se numa caçada demagógica ao fantasma”.⁸⁸ Mais adiante denunciam que “nós, comunistas, temos sido condenados pelo desejo de abolir o direito de pessoalmente adquirir propriedade como fruto do trabalho do próprio homem” quando na verdade “a característica distintiva do comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas da propriedade burguesa”.⁸⁹ Marx e Engels ainda citam outros impropérios que circulavam como o de que “os comunistas são condenados ulteriormente pelo desejo de abolir países e nacionalidades”, mas respondem que “as acusações contra o comunismo feitas de um ponto de vista religioso, filosófico e, geralmente, ideológico não merecem um exame sério”.⁹⁰

Em outro texto clássico de meados do XIX, “*O 18º Brumário de Luis Bonaparte*”, Marx denuncia a utilização política e falsificadora do tema do socialismo/comunismo, ao afirmar que após os movimentos revolucionários de 1848 na França, as classes dominantes se uniram “num partido da ordem frente à classe proletária” para salvar a sociedade francesa de seus “inimigos” socialistas e comunistas. Marx ainda afirma que naquele contexto “qualquer reivindicação da mais simples reforma financeira burguesa, do liberalismo mais vulgar, do republicanismo mais formal, da democracia mais trivial, é ao mesmo tempo castigada como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo”.⁹¹ Mais adiante no texto, Marx volta a denunciar a utilização instrumental do espantinho do socialismo nos debates da Assembleia Nacional francesa:

Quer se trate do direito de petição ou do imposto sobre o vinho, da liberdade de imprensa ou do comércio livre, dos clubes ou da organização municipal, da proteção da liberdade pessoal ou da regulamentação do orçamento do Estado, a

⁸⁷ Cf. BEDESCHI, Giusieppe. Comunismo (verbete) in: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 204-210; Comunismo (verbete) in: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 122-124; CAMPBELL, Al. Socialismo, comunismo e revolução. In: FINE, Ben; SAAD FILHO, Alfredo (orgs). **Dicionário de economia política marxista**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 449-455.

⁸⁸ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p.7

⁸⁹ Ibidem, p.32-33

⁹⁰ Ibidem, p.40-41

⁹¹ MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 220-221

palavra de ordem repete-se sempre, o tema é sempre o mesmo, a sentença está sempre preparada e reza invariavelmente: “Socialismo!”.⁹²

Essa citação de Marx é interessante para pensarmos aquilo que Rodrigo Patto Sá Motta chama de “indústria do anticomunismo”, ou seja, a exploração vantajosa do medo que se tinha do comunismo e dos militantes comunistas. Segundo o autor, os “industriais do anticomunismo seriam aqueles que tiram proveito do temor ao comunismo”.⁹³ Motta complementa afirmando que:

A manipulação oportunista do medo do comunismo assumiu características diferentes ao longo do tempo e se prestou a objetivos diversos. Vários agentes sociais exploraram o anticomunismo: o próprio Estado, a imprensa, grupos e líderes políticos, órgãos de repressão e mesmo a Igreja. E é interessante observar que os dividendos hauridos da indústria anticomunista variavam de natureza. Os ganhos podiam ser políticos, na forma de votos por exemplo, ou apoio popular a medidas de governo; num sentido genérico, crescimento do prestígio de algumas instituições que se colocavam como campeãs na luta contra os comunistas, como no caso da Igreja [...].⁹⁴

Interessante notar que também no Manifesto Comunista, Marx e Engels denunciavam essa utilização instrumental do comunismo ao questionar “onde está o partido opositor que não tenha sido desacreditado como comunista por seus oponentes no poder?”.⁹⁵ Assim como Marx denunciou as acusações de socialista/comunista a qualquer projeto de mudança social, até mesmo regulamentações básicas do orçamento estatal burguês, a indústria do anticomunismo no século XX tinha o objetivo de desacreditar e condenar qualquer projeto de mudança ou reforma que colocasse em perigo a manutenção do *status quo*. O anticomunismo, assim, é filho de um antimarxismo grosseiro que Marx e seus contemporâneos se anteciparam ao denunciar seus conteúdos falaciosos.

Antes de examinarmos sumariamente a história do anticomunismo brasileiro, é importante destacarmos algumas fontes matriciais deste fenômeno no país. Utilizaremos aqui as explicações dadas por Rodrigo Patto Sá Motta, que chama a atenção para a existência de três matrizes principais do anticomunismo no Brasil: catolicismo, nacionalismo e liberalismo.

Destaca-se a matriz católica do anticomunismo brasileiro. A Igreja Católica Apostólica Romana talvez tenha sido uma das instituições mais empenhadas em combater os inimigos vermelhos, não só no Brasil mas no ocidente como um todo. Os principais documentos que serão fonte para a construção das ideias que colocam a Igreja no combate ao “marxismo-

⁹² Ibidem, p.264

⁹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Niterói: Eduff, 2020. p. 183

⁹⁴ Ibidem, p. 184

⁹⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Op. Cit., p.7

ateu” são as Cartas Encíclicas *Quod Apostolici Muneris* de 1878 e *Rerum Novarum* de 1891, ambas escritas pelo papa Leão XIII; e *Divinis Redemptoris* de 1937 escrita por Pio XI. Segundo Motta, para as lideranças da Igreja Católica os comunistas seriam inimigos irreconciliáveis da Igreja, “um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta”.⁹⁶ Em nível global, dois eventos são determinantes para que a Igreja se consolide como uma das maiores inimigas do comunismo: a Revolução Soviética de 1917 e, especialmente, a Guerra Civil Espanhola de 1936-1939.⁹⁷

A guerra civil na Espanha entre os legalistas partidários da República e os golpistas patrocinados pelo nazifascismo e liderados por Francisco Franco, dará “provas” dos ataques “maléficos” dos comunistas (todos os republicanos foram assim chamados) no seio de uma sociedade ferrenhamente católica. A Guerra Civil Espanhola gerou a mais feroz reação anticomunista, consagrada com a Encíclica *Divinis Redemptoris* de 1937, na qual o líder máximo da Igreja condena o comunismo como “intrinsecamente mau”. Segundo Rodeghero, esse documento trata dos casos de perseguição à Igreja “entendendo-os como funestas consequências da aplicação da doutrina comunista”.⁹⁸ Além de referir-se diretamente aos supostos crimes cometidos por comunistas contra clérigos e templos religiosos, a Encíclica reforça a posição anticomunista da Igreja de Roma:

Velai, Veneráveis irmãos, para que se não deixem iludir os fieis. **Intrinsecamente mal é o comunismo** e não se pode admitir, em campo algum, a colaboração recíproca, por parte de quem quer que pretenda salvar a civilização cristã. E si alguém, induzido em erro, cooperasse para a vitória do comunismo em seu país, seria o primeiro a cair como vítima do próprio erro.⁹⁹

No Brasil, de sociedade majoritariamente católica, o conturbado contexto da década de 1930 e da Guerra Civil Espanhola coincidiu com a primeira onda anticomunista pós levantes de novembro de 1935, o que, segundo Motta, “forneceu mais argumentos para os ativistas locais, contribuindo para o estabelecimento de um clima de guerra sem tréguas ao comunismo”.¹⁰⁰ Os católicos denunciavam que o objetivo dos comunistas era solapar instituições basilares das sociedades ocidentais e estabelecer regimes ateus pelo mundo, replicando o modelo adotado pelos bolcheviques soviéticos. Além disso, os comunistas causariam “distúrbios sociais” perturbando a paz nos países e aproveitavam-se das demandas

⁹⁶ Ibidem, p. 42

⁹⁷ Cf. BUADES, Josep M. **A Guerra civil Espanhola**. São Paulo: Contexto, 2019.

⁹⁸ RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e combates**: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 77

⁹⁹ PIO XI, Papa. Carta Encíclica *Divinis Redemptoris*. Apud: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 47 [grifo nosso]

¹⁰⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 46

dos trabalhadores para implantar ideais comunistas em todas instituições, principalmente nos sindicatos.

Além das Encíclicas papais - documento máximo do doutrinamento católico - as Cartas pastorais, livros, sermões e panfletos produzidos por líderes religiosos e fiéis, foram fundamentais na construção do imaginário anticomunista no Brasil.¹⁰¹ Segundo Rodeghero, esse imaginário pode ser definido como “um conjunto de representações construídas e utilizadas por diversos setores da Igreja Católica para interpretar a realidade e os problemas vividos pela sociedade como um todo”, essas representações giravam em torno do eixo comum, que nada mais era do que a “defesa da sociedade ocidental e cristã frente a expansão do comunismo”.¹⁰²

O imaginário anticomunista [católico] expressava-se por meio da utilização intensa de elementos simbólicos, formulando definições que apropriavam, na maioria das vezes, de expressões com sentido conotativo (...) sendo muito ricas de significado, como a do *diabo*, do *demônio* e de *Satanás*, para identificar comunistas. Falava-se de *demônio vermelho*, nas *crueldades diabólicas do comunismo*, no *mundo dividido em dois grupos - o de Deus e o de Satanás* - na *maldade satânica do comunismo*, no *flagelo satânico*, na *propaganda verdadeiramente diabólica* etc.¹⁰³

Dando continuidade a análise, Motta afirma que o nacionalismo constitui outra importante matriz para o anticomunismo brasileiro. Como no Brasil os mais ferrenhos anticomunistas eram oriundos da direita ou da extrema-direita política, é sob esse viés que analisamos tal nacionalismo que origina um forte anticomunismo, desconsiderando, portanto, o nacionalismo defendido por setores de esquerda. Conforme Motta, os nacionalistas execravam o comunismo por ele fundamentar sua filosofia política na divisão da sociedade em classes antagônicas ao invés de um todo integral e harmônico. Assim, baseando-se em um romantismo do tipo bismarckiano, esses anticomunistas percebiam as nações como unas e indivisíveis, diferentemente da visão comunista. O internacionalismo proletário pregado pelos comunistas seria outro fator que comprovaria a sua falta de comprometimento com a nação e valores como o patriotismo ou nacionalismo.¹⁰⁴

Não obstante, o argumento de tipo nacionalista mais utilizado pelos anticomunistas ao longo do século XX é de que o comunismo e os comunistas seriam estranhos ao Brasil, ou

¹⁰¹ Poderíamos citar uma lista infindável de livros e panfletos de caráter anticomunista escritos por leigos e clérigos católicos, mas destacamos apenas um dos mais famosos e largamente reeditado no país desde a sua primeira edição na década de 1960: SIGAUD, Dom Geraldo de Proença. **Catecismo anticomunista**. Belo Horizonte: Edições Cristo Rei, 2018.

¹⁰² RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e a Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo: Editora UPF, 2003. p. 28-29

¹⁰³ Ibidem, p. 33

¹⁰⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 56-57

seriam alienígenas, estrangeiros, forâneos, exóticos. O início da infiltração dos “alienígenas comunistas” teria se dado nas primeiras décadas do século passado, quando vieram muitos comunistas entre os trabalhadores imigrantes. O anticomunismo relacionado ao imigrante/estrangeiro aproximou-se bastante de posições xenófobas, especialmente nos anos 1930 e 1940. Ao apresentar os comunistas brasileiros como estrangeiros ou infiltrados, os anticomunistas afirmavam que estes serviam a uma potência estrangeira - a União Soviética - portanto, seriam traidores da Pátria.

No conjunto, a argumentação nacionalista convergiu para uma condenação peremptória. Uma vez que a ameaça a unidade nacional por meio do estímulo às lutas de classes, vinculava-se a uma potência estrangeira (e/ou uma conspiração internacional) e constituía-se num fenômeno eminentemente estrangeiro, o comunismo só poderia significar uma coisa: uma ameaça à pátria. O comunismo habitava o pensamento dos conservadores, na medida em que representava o fantasma da desagregação, da ruptura da ordem e da unidade orgânica da nação. Ele era a personificação do estrangeiro, do alienígena, em uma palavra, do “outro”.¹⁰⁵

Essa matriz nacionalista do anticomunismo vincula-se, especialmente, ao anticomunismo de tipo militar, embora não possa ser atribuída apenas às FFAA. Conforme Motta, a posição de destaque do anticomunismo militar no que se refere a argumentos nacionalistas se dá por características organizacionais das próprias FFAA. O episódio dos levantes de 1935, que os militares chamaram de Intentona Comunista, explicita perfeitamente essas posições, especialmente nas Ordens do Dia expedidas anualmente em comemoração à derrota dos comunistas na tentativa de tomada do poder. Segundo o autor, nesses rituais de rememoração “os militares recordavam o dia da “traição” ou da “vergonha”, como muitos diziam, e renovavam o voto de estar sempre à postos contra o comunismo”.¹⁰⁶

Por fim, com menor destaque, Motta apresenta a matriz liberal do anticomunismo brasileiro. Os liberais rechaçariam o comunismo por atentar contra dois dogmas essenciais do liberalismo: liberdades (política e, sobretudo, econômica) e direito à propriedade privada. O autor afirma que a fragilidade do anticomunismo liberal, no caso brasileiro, se dá devido a tradição autoritária no país, afinal o tema da “liberdade” sempre foi delicado em um país com desigualdades monumentais e que viveu maior parte do período republicano sob regimes autoritários e/ou ditaduras.¹⁰⁷ Assim, a defesa da propriedade privada foi o argumento mais fácil a ser utilizado pelos liberais anticomunistas. O patronato e o empresariado são os que mais facilmente representam esses segmentos, eles procuravam demonstrar como a livre-iniciativa, o livre-mercado e o capitalismo liberal seriam superiores ao socialismo soviético e

¹⁰⁵ Ibidem, p. 59-60

¹⁰⁶ Ibidem, p. 63

¹⁰⁷ Ibidem, p. 64

ao comunismo. Tais argumentos do empresariado liberal são mais evidentes na conjuntura anterior ao golpe de 1964.

É pertinente destacar a ressalva que o autor faz sobre as três matrizes do anticomunismo apresentadas - catolicismo, nacionalismo e liberalismo. Elas não seriam exclusividade dos grupos a elas vinculados, ou seja, “os valores religiosos não eram atributos só de padres, o nacionalismo não constituía privilégio das Forças Armadas e os homens de negócios não os únicos a defenderem ideias liberais”, esses grupos constituíam apenas os principais divulgadores de tais doutrinas. Uma organização anticomunista poderia estar, ou não, permeada de elementos religiosos, nacionalistas e liberais ao mesmo tempo.

Feita essa explicação sobre as bases ideológicas e matriciais do anticomunismo brasileiro, é importante que analisemos brevemente o fenômeno na história brasileira.

Em artigo publicado recentemente o professor Lincoln Secco mostra como o tema do socialismo/comunismo já agitava a política brasileira desde a segunda metade do século XIX, ou seja, muito antes da Revolução Soviética de 1917 ou da fundação do partido comunista. Segundo o historiador, o anticomunismo é um elemento de longa duração no Brasil e surgiu antes mesmo da atuação de qualquer movimento socialista ou comunista no país, considerando que “no século XIX, a palavra “comunismo” aparecia nos compêndios jurídicos, discursos de deputados e artigos de jornais associada ao crime, à preguiça, à irracionalidade e ao agigantamento do Estado”. Secco ainda nos apresenta como eram as caricaturas criadas no Brasil pelas elites escravocratas e pelos jornais acerca do comunismo tão em voga na Europa. Deputados defendiam nas tribunas do parlamento que o ensino público gratuito e apoio ao teatro e artistas seriam medidas comunistas, assim como eram comunistas as leis abolicionistas, como a Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários. Para o autor, ainda que a ideia de comunismo fosse caricata e hiperbólica, “havia exageros retóricos que cumpriam a função de prevenir as classes dominantes contra qualquer ameaça, mesmo mínima, aos seus interesses materiais”.¹⁰⁸

Contudo, concordamos que a Revolução soviética de 1917 e a ascensão dos bolcheviques ao poder transformaram aquilo que até então eram promessas e projetos, em um “perigo” real, por isso ela constitui fator principal para a arregimentação de anticomunistas pelo mundo. O que era apenas teoria econômica e social tornou-se existência concreta em um regime político de um enorme e atrasado país europeu. As repercussões da vitória bolchevique foram imensas, especialmente no ocidente. Para o historiador inglês Geoffrey

¹⁰⁸ SECCO, Lincoln F. O anticomunismo preventivo. In: **Boletim do GMARX-USP**. São Paulo. Ano 1, nº 55. 2020. Disponível em: <<https://gmarx.fflch.usp.br/boletim55>>.

Barraclough, desde a Revolução Russa de 1917 “o drama da história contemporânea vem sendo descrito como um tremendo conflito de princípios e crenças, um choque entre ideologias irreconciliáveis”.¹⁰⁹ Ou seja, o conflito entre comunismo e anticomunismo foi elemento marcante da história do século XX. O autor destaca algumas considerações sobre o impacto do chamado bolchevismo soviético para o entendimento da história contemporânea:

o estabelecimento do Estado comunista na Rússia acarretou a polarização do mundo em dois campos ideológicos. Enquanto o comunismo se manteve como um “ideal”, sem apoio material, seu impacto foi insignificante e o reduzido número de seus adeptos não tornou necessário, por parte dos governos existentes, levá-los a sério. Mas a fidelidade ao Estado russo existente, embora debilitado como estava pela derrota e a guerra civil, transformou a situação de um dia para o outro. Assim, como as “ideias de 1789” passaram a ser poderosas quando se identificaram com o poderio da França, assim a associação de comunismo e União Soviética transformou-o em doutrina de uma pequena minoria subversiva, num movimento mundial, apoiado com o decorrer do tempo por uma força militar cada vez mais formidável.¹¹⁰

No Brasil a repercussão dos acontecimentos na Europa foi igualmente sentida. Logo após a Revolução na Rússia, em 1917, ocorreram inúmeras greves operárias em importantes cidades do país, além de manifestações em solidariedade ao povo russo. Todos aqueles que tiveram simpatia pela revolução foram chamados de “maximalistas”, em referência aos bolcheviques. Segundo Moniz Bandeira, não se fazia diferença “entre anarco-sindicalistas, anarquistas e socialistas. E, após a revolução Russa, o rótulo de maximalistas coube a todos que defendiam o direito e as reivindicações dos trabalhadores”.¹¹¹

A fundação, em 1922, do Partido Comunista do Brasil (PCB), além de muitos outros PCs por toda a América, Europa e Ásia, confirma a grandiosidade a nível mundial do processo revolucionário na Rússia.¹¹² Em suma, conforme escreveu Eric Hobsbawm, a revolução russa tornou-se “tão fundamental para a história deste século [XX] quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX”.¹¹³

¹⁰⁹ BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à história contemporânea**. São Paulo: Círculo do Livro, 1964. p. 181

¹¹⁰ Ibidem, p. 187

¹¹¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O ano vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 247

¹¹² Sobre o PCB, CF: LIMA, Hamilton Garcia de. **O ocaso do Comunismo Democrático: o PCB na última ilegalidade (1964-1984)**. 1995. 499 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. Campinas, 1995; SEGATTO, José A. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989; PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

¹¹³ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 62

Esses fatos, especialmente a Revolução Soviética e a fundação do PCB, colocam as elites brasileiras em alerta ainda maior contra esse novo fenômeno político que se apresentava ao mundo. Somados a isto, houve a primeira e malfadada tentativa de tomada do poder por parte dos revolucionários em 1935, liderados pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e pelo PCB.¹¹⁴ Como já afirmamos, esses levantes ocorridos no nordeste brasileiro e no Rio de Janeiro, então capital federal, são um importante ponto de inflexão na história do anticomunismo brasileiro.

Segundo Motta, as vantagens propagandísticas do levante comunista são evidentes pois tratava-se de “um caso real, ocorrido no Brasil, e não de informações relativas a terras longínquas. O comunismo deixava de ser uma abstração e adquiria perfil definido”. O temor ao comunismo passava a ter um forte apelo, “sensibilizando setores significativos da sociedade que até então não davam ouvidos às advertências sobre o “perigo vermelho”.¹¹⁵ Após a tentativa de tomada do poder em novembro de 1935, a caçada aos comunistas foi ferrenha com centenas de prisões, muitas delas ilegais e resultando em toda sorte de sevícias e torturas para obtenção de informações. O governo Vargas criou também o Tribunal de Segurança Nacional e a Comissão Nacional de Combate ao Comunismo para tratar desses assuntos de defesa do Estado contra o “inimigo interno” comunista. Elisabeth Cancelli, ao analisar a polícia política da era Vargas, afirma que “os comunistas se tornaram o alvo mais constante, embora não o único, da investida policial ao tratar do combate ideológico e social”. Segundo a autora, os militantes e simpatizantes comunistas seriam “priorizados como inimigo em potencial” pois pregavam a existência de uma ordem alternativa, o que lhes legava o papel de inimigos mais evidentes do regime.¹¹⁶

Roberto Martins Ferreira, em pesquisa sobre o anticomunismo militar, parte desse contexto pós levantes de 1935, procura avaliar como o Exército encontrou no combate ao comunismo uma de suas razões de ser. Ferreira utiliza-se das Ordens do Dia expedidas em 27 de novembro - mensagens do alto escalão militar durante as comemorações da derrota da “Intentona” -, demonstrando como as FFAA auxiliaram na construção e introjeção de um imaginário anticomunista que mesclava elementos nacionalistas e religiosos na sociedade brasileira, instrumentalizando e manipulando esses levantes como peça principal. Segundo Ferreira, “A Intentona Comunista de 1935 forneceu material para que a organização militar se

¹¹⁴ Além das obras já destacadas sobre os levantes de 1935, vale citar: PRESTES, Anita Leocádia. **Da Insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

¹¹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 102

¹¹⁶ CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência: a polícia da Era Vargas.** Brasília: EdUNB, 1993. p. 80

projetasse na cena política não mais como força subordinada, mas como sócia do poder”, como guardião da ordem institucional e do *status quo*. Portanto, os militares encontraram no fantasma do comunismo a melhor forma dessa projeção política ser duradoura na história brasileira. A tese principal do autor é que “o discurso anticomunista foi uma escolha racional entre as várias opções disponíveis no mercado de ideias”.¹¹⁷

Entretanto, é no período pós II Guerra Mundial e de início da Guerra Fria que a ideologia anticomunista volta definitivamente a se fazer presente na cena pública, a ponto de se institucionalizar na política brasileira por meio de partidos, legislação e instituições empenhadas na luta anticomunista. A União Soviética, que lutou junto aos Aliados contra o nazifascismo, foi essencial para a derrota dos nazistas, conseqüentemente essa penosa vitória soviética rendeu certo prestígio ao país e aos comunistas em geral, levando inclusive a esquerda marxista a um importante avanço em escala mundial, especialmente na Europa. Esse cenário favorável aos comunistas resultou em uma reação das burguesias, que apresentaram-se com igual ou superior força para o combate político e ideológico.

Segundo Leslie Bethell e Ian Roxborough, em estudo panorâmico sobre a América Latina durante e após a Segunda Guerra Mundial, “os partidos comunistas da América Latina usufruíram, por breve espaço de tempo, de alguma popularidade, poder e influência”.¹¹⁸ Para os autores, a história da América pós II Guerra é dividida em dois momentos, o primeiro de 1944 a 1946 é caracterizado por certa democratização, tendência mais à esquerda e fortalecimento da militância trabalhista. O segundo, de 1946 a 1948, foi de inversão dessa situação, com a forte repressão aos partidos comunistas, direitização dos partidos reformistas e contenção do avanço democrático.¹¹⁹ Em 1945, nesse contexto de pós-guerra e de “redemocratização”, o PCB voltou a ter sua atuação legalizada, e nesse mesmo ano o Brasil finalmente reconheceu diplomaticamente a União Soviética, após quase trinta anos de existência do país socialista. Entretanto, a virada já viria em 1946 e 1947 com a volta da forte repressão contra as esquerdas e a cassação do registro do PCB no Tribunal Superior Eleitoral, que em menos de dois anos de atuação relativamente livre voltava à ilegalidade. Em 1948, prosseguindo a cruzada do governo Dutra contra os comunistas, todos os parlamentares democraticamente eleitos pelo PCB também tiveram seus mandatos cassados.

¹¹⁷ FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2005. p 15

¹¹⁸ BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. **A América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.31

¹¹⁹ *Ibidem*, p.18-19

Na segunda metade da década de 1940, especialmente a partir de 1947, considera-se que houve outra onda de paranoia anticomunista, não com tanta força e abrangência como a primeira (1935-1937) ou a segunda (1961-1964), mas com impactos importantes na política nacional. Segundo Motta, “no caso da “onda” anticomunista relacionada à Guerra Fria, pode-se dizer que no Brasil ela começou antes que nos Estados Unidos”, provavelmente devido ao período de incertezas na configuração política internacional da nova ordem mundial pós-guerra. No Brasil, com a presidência do general ultraconservador Eurico Gaspar Dutra a perseguição já era colocada em marcha acelerada. Em 1947 o Brasil rompeu relações diplomáticas com a URSS. Esse rompimento diplomático teve forte impacto na política nacional e externa, mas a ruptura já era esperada desde a eleição do general Dutra e foi tão somente o ponto culminante de um processo tenso iniciado ainda em 1946. Motta deixa claro que “não se pode dizer que os comunistas ou a URSS provocaram tal situação, pois a linha política seguida então era moderada e conciliadora”.¹²⁰ O presidente ferrenhamente anticomunista se balizava na nova configuração mundial que a Guerra Fria desenhava.

Carla Rodeghero também assinala as mudanças no cenário da política brasileira do final da ditadura do Estado Novo até o início da Guerra Fria. Segundo a autora, “o anticomunismo foi um dos elementos centrais na transição entre um clima de abertura (o ano de 1945) e outro, de retomada da repressão aos comunistas e às manifestações populares em geral (1946 e 1947)”,¹²¹ passando de um momento de relativa tolerância ao comunismo e ao partido comunista com o final da guerra e vitória Aliada até a retomada da obsessão anticomunista marcada por forte autoritarismo do Estado brasileiro.

Rodeghero em análise sobre anticomunismo brasileiro no período de 1945 a 1964, escreve que no imediato pós II Guerra os debates sobre comunismo e anticomunismo foram acirrados. No período de 1945 e 1946 alguns temas se sobressaíram, especialmente sobre a legalidade do PCB, a defesa da “paz mundial” após os horrores da guerra, o Movimento dos Partidários da Paz e os congressos da paz. Nesse momento começa a se ensaiar um argumento que até hoje é muito utilizado pelos anticomunistas: a “relação” do comunismo com o nazifascismo derrotado na guerra, lembrando, graças à luta incansável do povo soviético. A autora cita o caso de uma manifestação ocorrida em São Paulo em julho de 1945, com ampla cobertura da grande mídia, em que os católicos fazem agradecimentos pelo retorno da FEB e o fim da guerra, ao mesmo tempo em que comparam o comunismo ao

¹²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. **Locus:** Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007. p.237

¹²¹ RODEGHERO, Carla Simone. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura de 1945-1947. **MÉTIS:** história & cultura – v. 5, n. 10, p. 179-202, jul./dez. 2006.

fascismo reforçando “a denúncia do comunismo como completo abandono da ordem cristã e, também, a advertência aos católicos para não se aproximarem dos comunistas”.¹²²

A euforia anticomunista voltaria novamente à cena política no Brasil com a eleição de Juscelino Kubitschek (PSD) para presidente e João Goulart (PTB) para vice-presidente em 1955, eleitos com o apoio dos militantes comunistas. Segundo Dulce Pandolfi, “a vitória de JK foi entendida pelos comunistas como resultado da unidade das forças democráticas contra as forças “golpistas” articuladas em torno da candidatura de Juarez Távora”.¹²³ De fato essas forças golpistas articularam uma tentativa de impedir a posse da chapa eleita com argumentos tipicamente anticomunistas e antidemocráticos. Para os golpistas, o fato dos comunistas (na ilegalidade) terem votado na chapa eleita invalidaria parte dos votos recebidos por JK, ou ainda que a chapa não havia alcançado 50% dos votos, portanto não poderia assumir, o que não constava na legislação eleitoral nem na Constituição.¹²⁴

Em 1961, após a inesperada renúncia de Jânio Quadros à presidência da república os diversos grupos e movimentos da direita golpista e anticomunista tentaram um novo golpe de Estado para impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Esses grupos de direita temiam que a chegada do herdeiro político de Vargas e líder máximo do PTB favorecesse a ascensão de seus “parceiros” comunistas ao poder de Estado. Com a derrota da tentativa golpista e a chegada de Jango ao poder iniciou aquilo que Motta chama de segunda grande onda anticomunista da história brasileira. Nesse momento, as distintas e diversas forças conservadoras se articularam em torno da oposição ao governo Jango baseada num combate ao comunismo que supostamente o presidente da República era representante. Além da atuação fortíssima da Igreja Católica e de setores das Forças Armadas, outros segmentos deixaram suas diferenças de lado e se agruparam nas fileiras anticomunistas, especialmente o empresariado articulado em torno de entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).¹²⁵

Essa rearticulação dos diversos grupos e movimentos anticomunistas contra Jango resultou no golpe de Estado civil-militar de 1º de abril de 1964, quando, de acordo com Motta, “pela segunda vez na história republicana, a ordem institucional foi quebrada sob o

¹²² RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 62-63

¹²³ PANDOLFI, Dulce. Op. Cit., p.176

¹²⁴ Sobre a tentativa de golpe ver: SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.188-198

¹²⁵ Cf. DREIFUSS, René Armand. **1964, A conquista do Estado: ação política e golpe de classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981; DEUSDARÁ, Pâmella Passos. **Vozes a favor do golpe! O discurso anticomunista do Ipês como materialidade de um projeto de classe**. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

argumento da necessidade de combater o comunismo”.¹²⁶ Conforme Carla Simone Rodeghero:

O fato de as campanhas contra o governo Goulart terem o anticomunismo como fundamento e a ocorrência de uma grande onda anticomunista nesse período indicam que o combate ao “credo vermelho” tinha alvos variados. O que se entendia por comunismo geralmente estava localizado em governos com alguma tendência à esquerda, em lideranças políticas que se aproximavam das massas e em contextos nos quais a capacidade organizativa da sociedade civil era maior. Os comunistas e seu(s) partido(s) poderiam compor esse quadro, mas não eram os alvos exclusivos da pregação e das ações em questão.¹²⁷

No entanto, é no mínimo ingênuo pensarmos que a luta contra os comunistas ou simpatizantes tenha cessado após a queda de Jango. O recurso do anticomunismo não foi apenas argumento central para o golpe de Estado,¹²⁸ foi também peça-chave para a permanência dos militares no poder e “justificativa” para os desmandos do regime instaurado como as cassações, prisões, assassinatos, torturas e desaparecimentos.¹²⁹

Em sua pesquisa sobre a atuação terrorista do Comando de Caça aos Comunistas durante a ditadura brasileira, no período de 1968 a 1981, Clarissa Brasil vai ao encontro do que propomos nesta dissertação. A autora afirma que, não apenas o anticomunismo foi o argumento decisivo para justificar os golpes de Estado, mas foi decisivo também para a sua manutenção, pois “todo aquele pensamento da sociedade brasileira que vinha se construindo há pelo menos 30 anos não cumpre o mesmo marco temporal das pesquisas acadêmicas, não desaparece depois do golpe”. Ela ainda afirma que

Os setores mais conservadores da sociedade brasileira nunca deixaram de temer o comunismo. Durante toda a década de 1960, 70 e até nos anos 80 o comunismo foi o espectro que continuava pairando as sociedades defensoras da Segurança Nacional. Em outras palavras, o anticomunismo não foi apenas o argumento para o(s) golpe(s), mas também para a sua perpetuação.¹³⁰

Entre as décadas de 1960 a 1980, durante a ditadura, o anticomunismo teve um lugar essencial para a consolidação e aceitação social das políticas conservadoras dos novos ocupantes do poder. Além da pregação anticomunista mais “tradicional” denunciando a

¹²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 303

¹²⁷ RODEGHERO, Carla Simone. Op. Cit., 2017. p. 33

¹²⁸ Além da ampla e conhecida literatura acadêmica sobre o golpe de 1964 que confirma a tese da centralidade do anticomunismo no desfecho do golpe que depôs Jango, é interessante perceber a memória militar sobre aquele contexto, onde oficiais corroboram claramente com essa tese. Cf. D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. D.; CASTRO, Celso. **Visões do golpe**: 12 depoimentos de militares que articularam o golpe militar de 1964. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

¹²⁹ Cf. ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil**: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹³⁰ BRASIL, Clarissa. **O brado de alerta para o despertar das consciências**: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, 1968-1981. 2010. 124 f. Dissertação (mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. p. 59

infiltração do “movimento comunista internacional” ou do “comunismo soviético”, o combate aos inimigos comunistas se relacionou especialmente a temas de ordem moralista e religiosa, apresentando-se como reação às mudanças comportamentais e à contracultura, originadas dos movimentos de 1968. Historiadores que se dispuseram a analisar o anticomunismo a partir da década de 1960 afirmam que foi acrescentado aos argumentos anticomunistas questões como a destruição da família, da moral e bons costumes, da religiosidade cristã e dos costumes ocidentais.

Leon Kaminski, em artigo sobre o imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil ditatorial, analisou o combate ao movimento *hippie* pelo prisma do combate aos comunistas. Segundo o autor, a contracultura se difundiu amplamente no país, por isso a necessidade do regime de reagir a essas mudanças que representaram “a procura por novas linguagens e formas de expressão, em diálogo com as manifestações de contracultura internacional, [e] pode ser observada na produção de cinema marginal, no teatro, na poesia, na música e na imprensa alternativa”. Kaminski afirma que os *hippies* foram a maior e mais perseguida expressão dos movimentos de contracultura especialmente devido ao seu “exotismo”, seja nas vestimentas coloridas, adornos, ou cabelos e barbas longas, mas também pela marginalidade de vida que levavam, sem trabalho ou residência fixas, vivendo de nomadismo e da venda de seus trabalhos artesanais e artísticos. Esse combate aos *hippies* foi permeado de muitas representações anticomunistas, mas, claro, não somente anticomunismo. Em suma, os *hippies* eram mal-vistos devido a seu estilo de vida libertário, percebido pejorativamente como relacionado ao comunismo, homossexualidade e drogadição, o que era considerado uma afronta aos bons costumes e à moral cristã ocidental.¹³¹

Antonio Mauricio Brito também tem se dedicado ao estudo do anticomunismo de cunho moral durante a última ditadura brasileira, especialmente no que se refere à sexualidades, gênero, repressão às juventudes e políticas de repressão sexual. Segundo o autor, já no AI-1 o novo regime mostrava que um dos seus objetivos era a “reconstrução moral” da sociedade brasileira. “Além de nutrir e ter como uma das fontes o imaginário anticomunista e seu teor conservador”. Segundo Brito, “estas representações anticomunistas no Brasil reagiam às experiências contestatórias ocorridas em escala mundial nos “longos anos 1960” com a revolução dos costumes”. Prossegue:

Logo, ideias de família, tradição e papéis de gênero alimentaram as Marchas e ampararam a expectativa de uma vaga moralidade a ser perseguida pela ditadura. Algumas frações recorreram a esta agenda para disputar posições, demarcar espaços

¹³¹ KAMINSKI, Leon Frederico. “O movimento hippie nasceu em Moscou”: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *ANTÍTESES*, v. 9, n. 18, pp. 467-493, 2016. p. 469-470

e justificar medidas repressivas. Portanto, a análise das representações sobre subversão sexual da juventude dirigida pelos comunistas deve considerar a presença desta agenda difusa sobre a moral no golpe de 1964 e ao longo da ditadura.¹³²

Ainda segundo o historiador, o Brasil dos anos da ditadura “foi terreno fértil para que agentes repressivos construíssem representações anticomunistas denunciando a subversão moral e sexual da juventude como estratégia do movimento comunista internacional” Complementa afirmando que os anticomunistas, a partir da década de 1960:

Argumentavam que os comunistas visavam destruir a família e estimular a corrupção dos costumes, utilizando o erotismo, a pornografia, a promiscuidade sexual e a homossexualidade. De um lado, isso parece ter se inspirado num imaginário anticomunista de matriz católica a respeito da suposta imoralidade dos comunistas retroalimentada por interpretações negativas da Revolução Russa, como já dito, uma deturpação de reflexões e experiências revolucionárias no campo da liberdade sexual, das relações de gênero, da coletivização do trabalho doméstico e do papel da família na educação dos filhos.¹³³

2.2 A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL NO BRASIL¹³⁴

Em 1964 o Brasil foi o primeiro dos países da América Latina a ser golpeado por setores das Forças Armadas (FFAA) aliadas ao capital nacional e estrangeiro em nome do anticomunismo e da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). As décadas de 1960 e 1970 viram acontecer uma série de golpes de Estado, civis-militares ou militares, que basearam-se nesse conjunto doutrinário originário dos Estados Unidos da América do Norte (EUA). Após o golpe no Brasil, seguiu-se: Peru (1968), Uruguai (1973), Chile (1973) e Argentina (1966 e 1976).¹³⁵

É praticamente consenso entre os estudiosos da DSN e da Ditadura de Segurança Nacional, que o Brasil, após o golpe de 1964, foi um dos países mais empenhados em colocar em prática as diretrizes de tal doutrina, que estava sendo gestada há pelo menos 15 anos, desde a criação da Escola Superior de Guerra (ESG).¹³⁶ Segundo Joseph Comblin, “o Brasil

¹³² BRITO, Antonio Mauricio. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 26, 2019. p. 4

¹³³ Ibidem, p. 16

¹³⁴ Neste subcapítulo destacamos aspectos da instauração e montagem da ditadura, com ênfase nos dois primeiros governos que representaram a institucionalização da DSN no país. Nos próximos capítulos serão analisados aspectos dos governos posteriores, especialmente no período de 1970 a 1979.

¹³⁵ Paraguai e Bolívia também sofreram com golpes e consequentes ditaduras em 1954, que ao longo do tempo adotaram preceitos da DSN que não estavam em pauta na época do golpe.

¹³⁶ Entidade criada em 22 de outubro de 1948 pelo Decreto nº 25.705 e organizada de acordo com a Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Entre os propósitos que presidiram sua fundação estava o de se tornar uma agência socializadora das elites brasileiras, militares e civis em torno de questões referentes à segurança nacional e ao desenvolvimento do país. Cf. BARROS, Alexandre; CHAVES, Luis Guilherme Bacelar. **Escola Superior de**

representa eminentemente a ideologia da segurança nacional” pois “raramente uma geração terá mostrado tanta perseverança e continuidade”, visto que os golpistas que depuseram Jango em 1º de abril “foram espantosamente fiéis às ideias sobre as quais haviam longamente meditado”.¹³⁷

Durante a Guerra Fria, a América Latina tornou-se campo de batalha para o confronto global entre capitalismo liberal *versus* socialismo soviético.¹³⁸ No contexto latino-americano, o velho militarismo da região aliou-se a doutrinas de segurança, como a doutrina francesa da Guerra Revolucionária e a de Segurança Nacional, com o propósito de defender os interesses estadunidenses na sua zona de influência mais próxima.¹³⁹ Logo após o final da Segunda Guerra, embora a Europa fosse a preocupação mais urgente, as políticas de domínio estadunidense começaram a ser pensadas para a aplicação nos países do subcontinente. A DSN foi teorizada nos EUA pelos órgãos de Estados responsáveis pelas políticas de segurança do país, como o Conselho de Segurança Nacional (National Security Council-NSC), Colégio Nacional de Guerra (National War College), CIA (Central Agency Intelligence), sob o comando do Pentágono.¹⁴⁰

A DSN foi importada para diversos países da América Latina sendo assimilada, teorizada, questionada e mesmo readequada pelos militares da região, e para isso as escolas de guerra tiveram papel fundamental.¹⁴¹ No Brasil, a ESG foi a responsável por aproximar as

Guerra (verbetes). In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/escola-superior-de-guerra-esg>>.

¹³⁷ COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 151

¹³⁸ Sidnei Munhoz assinala que, especialmente durante a Guerra Fria, o conflito entre capitalismo *versus* comunismo foi apresentado às sociedades de então em termos grosseiramente maniqueístas. Segundo o historiador, “foram consolidadas estruturas materiais e edificados arcabouços ideológicos que alicerçavam o regime político instituído e forneciam os instrumentos de crítica e combate ao campo adversário”. Nesses campos de disputas que fugiam da simples conquista de territórios, mercados ou campos de exploração, ocuparam papel privilegiado os confrontos entre capitalismo e comunismo, imperialismo e anti-imperialismo, comunismo e anticomunismo” Importante frisar que no ocidente o anticomunismo teve (e tem) papel de destaque. Cf. MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: história e historiografia**. São Paulo: Appris, 2020. p. 194

¹³⁹ Além das obras já citadas que nos ajudam na compreensão da DSN, outras pesquisas avaliam o importante papel desempenhado pelas doutrinas militares francesas. Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 23, n. 23, pp. 39-50, jun 2008; MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, pp. 519-536, jul/dez 2012; DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra. Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

¹⁴⁰ COMBLIN, Joseph. Op. Cit., p. 126-133

¹⁴¹ Na análise de Enrique Padrós alguns elementos caracterizam a DSN: 1) rejeição da ideia de divisão das sociedades em classes, estas deveriam ser um corpo uno e indivisível; 2) existência de “inimigos internos” que deveriam ser combatidos; 3) existência de “fronteiras ideológicas”, ou seja, o comunismo internacional era um inimigo que atuava em todos os lugares, portanto não deveriam haver fronteiras para a luta anticomunista; 4) as nações tinham “objetivos nacionais” a serem alcançados, esses objetivos eram demasiado gerais variando ligeiramente em cada contexto, coincidindo em questões como independência, democracia, paz social,

classes dominantes civis dos militares brasileiros e por formular a “versão brasileira” da DSN. Eliezer Rizzo de Oliveira afirma que a mobilização política e ideológica desempenhada pela escola baseia-se em um reforço à tendência de predominância do grande capital e do capital estrangeiro como meio indispensável ao desenvolvimento econômico, possível devido à implementação de uma política de segurança nacional.¹⁴² Para Oliveira, a DSN teorizada pela ESG fazia parte de uma ampla estratégia “de preparação econômica, política e ideológica para o embate, então considerado muito provável, entre Ocidente e Oriente, entre democracia e comunismo”.¹⁴³

Segundo Enrique Serra Padrós, a DSN seguindo uma lógica maniqueísta que percebia a realidade social como um combate permanente entre o mundo ocidental, civilizado e liberal-capitalista *versus* o mundo oriental, bárbaro e comunista-soviético, constitui o “esqueleto teórico” das ditaduras impostas na América Latina a partir da década de 1960:

Refletindo a lógica bipolar da Guerra Fria e as novas estratégias de dominação dos EUA sobre a América Latina, a DSN disseminou-se através das Academias e Escolas de Guerra, formando quadros especializados a partir de uma série de preceitos básicos: **a lógica da bipolaridade, a delimitação de zonas de influência pelas superpotências; a satanização do inimigo; a introdução de que o Estado e a Nação são organismos vivos passíveis de contaminação pelo vírus comunista (o que, por sua vez justifica um virulento anticomunismo).**¹⁴⁴

Conforme nos mostra o autor, a DSN foi pensada em um contexto de Guerra Fria entre ocidente capitalista e o oriente comunista, em que ambos os lados procuravam combater o campo oponente seja por meio de propaganda, acordos militares, doutrinas de guerra etc. Para os ideólogos da DSN tratava-se de uma guerra permanente contra os “bárbaros soviéticos”, e nesse sentido são indispensáveis as representações anticomunistas que visavam satanizar os comunistas (lembrar do peso do anticomunismo católico no Brasil e na América Latina como um todo) e representações ligadas a “contaminação comunista” ou “infiltração do vírus comunista” (anticomunismo de matriz nacionalista/militar). Como bem resume Joseph

preservação dos valores morais e espirituais, defesa da propriedade privada; 5) centralidade da noção de “Segurança Nacional”, para alcançar com sucesso os “objetivos nacionais”, garantindo a “segurança interna” contra os inimigos que poderiam obstaculizar esses intentos. Cf. PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985):** do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. 2005. 2 v. 875 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2005. p.184-205

¹⁴² OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969).** Petrópolis: Vozes, 1976. p. 21

¹⁴³ Ibidem, p. 26

¹⁴⁴ PADRÓS, Enrique Serra. Op. Cit., p. 184 [grifo nosso]

Comblin, “a segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo”.¹⁴⁵

No Brasil, segundo Nilson Borges, há duas fases essenciais para analisarmos a DSN e o papel das FFAA na política. O primeiro é antes do golpe de 1964, quando a presença dos militares na política priorizava intervenções pontuais para solucionar crises difíceis, e logo se devolvia o poder aos civis, assim teria sido durante o Império, na Proclamação da República, na Revolução de 1930 e na derrubada de Getúlio Vargas em 1945. O segundo momento é depois do golpe de 1964, quando os militares já doutrinados conforme os preceitos da DSN assumem indefinidamente o poder de Estado, afastando os civis indesejáveis e tornando-se os atores principais na condução da política. O papel dos militares teria sido redefinido, ganhando novas especificações e deveres. Conforme salienta o autor:

Seguindo a risca os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, na qualidade de força dirigente, as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social.¹⁴⁶

A grande inovação da DSN é justamente essa reavaliação do papel dos militares diante do conturbado mundo da Guerra Fria. Para Padrós, a DSN foi um instrumento para o enquadramento das sociedades latino-americanas que, a partir da década de 1960, estavam mostrando elevado grau de insatisfação com suas condições de vida, conseqüentemente mostrando-se organizadas e dispostas a encontrar mecanismos para mudar suas realidades.¹⁴⁷ Diante desse quadro de instabilidade, as FFAA receberam certa legitimidade para desempenharem o papel de “ordenadores do sistema social”, considerando a “falência” da democracia representativa e do sistema político em geral diante do “perigo comunista”.¹⁴⁸

Conforme Tapia Valdés, a DSN é sobretudo uma doutrina política, que, apesar do caráter “técnico” que seus ideólogos tentam lhe imputar, na prática tem um propósito muito claro e objetivo: “impedir que la izquierda política tome o conserve el poder político, cualquiera sea la vía que use, y restaurar las condiciones decimonónicas de las relaciones de

¹⁴⁵ COMBLIN, Joseph. Op. Cit., p. 55

¹⁴⁶ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 16-21

¹⁴⁷ São amplamente conhecidos os diversos movimentos nacionalistas, progressistas, de esquerda, socialistas ou comunistas que se formaram na América Latina durante o século XX, os casos das revoluções guatemalteca, boliviana, cubana e chilena, entre outras, são exemplos disso. Cf. HOBBSAWM, Eric. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017; AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004; GRANDIN, Greg. **A Revolução Guatemalteca**. São Paulo: Editora UNESP, 2005; MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009; WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

¹⁴⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Op. Cit., p. 21; p. 25

producción para posibilitar la aplicación de un modelo capitalista de desarrollo”.¹⁴⁹ Ainda segundo o autor:

En síntesis, podemos afirmar que la doctrina norteamericana de la seguridad nacional, en su aplicación en América Latina, consiste en *incrementar el papel político de las fuerzas armadas a fin de asegurar el control de la subversión o de la agitación social en cada país del continente y garantizar la estabilidad política interna*. Ello ha supuesto *preparar a dichas fuerzas armadas no solo para la práctica de un tipo de guerra limitada en contra de la insurgencia, sino para participar en la dirección de los procesos sociales y económicos del país*.¹⁵⁰

Para Francisco Buitrago, a DSN é uma doutrina militar sobre o funcionamento do Estado e da sociedade como um todo, destacando-se o que seria a principal inovação da doutrina, ou seja, “considerar que para lograr este objetivo era menester el control militar del Estado. El otro cambio importante fue la sustitución del enemigo externo por el enemigo interno”.¹⁵¹ Antes de prosseguirmos para a análise mais pontual sobre a ditadura no Brasil, é importante que destaquemos duas particularidades da DSN no país: a questão da *geopolítica* e da complementaridade com a noção de *desenvolvimento*.

Segundo Ananda Fernandes, Golbery do Couto e Silva foi “o principal teórico brasileiro da segurança nacional e o grande responsável pela reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional para o caso brasileiro”, incluindo na doutrina a centralidade da geopolítica. Na sua mais conhecida obra, chamada “Geopolítica do Brasil”, o ex professor da ESG expõe suas teorias, com destaque para a ideia de que o Brasil, diante da possível guerra entre EUA e URSS, estava predestinado a ser uma grande potência devido a sua condição e posição geográfica e comprometimento com o “mundo ocidental”.¹⁵² A historiadora também destaca a preocupação de Couto e Silva com a necessidade de reforço e assistência, por parte dos EUA, na “contenção” ao comunismo na América Latina. Nas palavras do general:

Importa considerar, porém, que a América Latina –e, em seu contexto, o Brasil–, por suas riquezas econômicas, sua maturidade política e seu baixo nível cultural, acha-se, sem dúvida alguma, extremamente vulnerável à agressão comunista, mascarada sob a forma de infiltração e subversão à distância e, pois, reforçar-lhe a capacidade de resistência eliminando as condições locais tão propícias à final implantação, nesta região, de capital importância para todo o Ocidente, de uma cabeça de ponte comunista ou entreposto favorável aos vermelhos é tarefa das mais relevantes e de maior urgência que as grandes potências ocidentais e, em particular, os E.U.A.¹⁵³

¹⁴⁹ TAPIA VALDÉS, Jorge. **El terrorismo de Estado**: la doctrina de seguridad nacional en el cono sur. Ciudad de México: Editorial Nueva Imagen, 1980. p. 27

¹⁵⁰ Ibidem, p. 65 [grifos meus]

¹⁵¹ BUITRAGO, Francisco Leal. La doctrina de seguridad nacional: materialización de la Guerra Fría en América del Sur. **Revista de Estudios Sociales**. Bogotá, n. 15, 2003. p. 75

¹⁵² FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009. p. 852

¹⁵³ SILVA, Golbery do Couto e. Geopolítica do Brasil. Apud: FERNANDES, Ananda Simões. Op. Cit., 2009, p. 853

A noção de geopolítica é muito anterior ao desenvolvimento da DSN, mas foi utilizada por esta para dar um fundamento “científico” a seu conceito de nação e sua visão maniqueísta de bipolaridade mundial. Para a doutrina, a geopolítica enquanto “ciência dos projetos nacionais baseados na geografia” seria utilizada para justificar, por exemplo, o expansionismo brasileiro sobre a América Latina. Entretanto, na análise de Comblin, o que realmente interessa na geopolítica da DSN é a visão que faz integrar os países no bloco anticomunista. Para o autor, “a grande tese da geopolítica é a divisão do mundo em dois poderes antagônicos e a inevitável integração da América Latina em um desses blocos, por motivos geopolíticos”.¹⁵⁴

Além da geopolítica, outra característica marcante da DSN aplicada no Brasil foi a associação com o desenvolvimentismo. Segundo Comblin, a adição do tema do desenvolvimento a DSN foi feita pelo Secretário de Defesa dos EUA Robert McNamara em 1967, em um discurso afirmando que “segurança é desenvolvimento e sem desenvolvimento não há segurança”. No Brasil, nesse mesmo ano, o ditador Castelo Branco em um discurso na aula inaugural do ano letivo na ESG, teria lançado o lema central da ditadura: “segurança e desenvolvimento”.¹⁵⁵ O Manual Básico da ESG reserva uma parte para tratar do binômio:

Uma coisa é certa: a Segurança exige um processo continuado de desenvolvimento. Segurança e desenvolvimento são interligados, interdependentes. Nessa interdependência, o que vai definir a ênfase a ser dada a um ou outro aspecto será a conjuntura, ou o momento histórico que cada nação esteja vivendo. [...]
Sob um enfoque político, não há como se dar precedência à segurança ou ao desenvolvimento, uma vez que ambos devem estar atendidos equitativamente, na medida do possível. Será, todavia, sob o enfoque estratégico, isto é, considerados os óbices existentes ou potenciais, evidenciados na conjuntura, que as ações se inclinarão.¹⁵⁶

O livro clássico de Maria Helena Moreira Alves é indispensável não somente para avaliarmos as relações dialéticas entre o Estado brasileiro e as oposições políticas durante a ditadura, mas também para compreendermos o desenvolvimento capitalista proporcionado graças a aplicação da doutrina que, para a autora, é *Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento*. Segundo a cientista política, uma vez dado o golpe de Estado “a aliança de classes clientelísticas civis e militares deu início a aplicação de seus planos, erigindo um formidável aparato de Estado para sustentar seu monopólio do poder”, conseqüentemente, a ideologia de segurança e desenvolvimento contida na DSN “foi um instrumento importante

¹⁵⁴ COMBLIN, Joseph. Op. Cit., 23-28

¹⁵⁵ Ibidem, p. 65-66

¹⁵⁶ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1977. p. 219-220

para a perpetuação das estruturas de Estado destinados a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente”.¹⁵⁷ A DSN, colocando a segurança e o desenvolvimento como elementos centrais para uma “boa” condução do Estado, justifica a imposição de um sistema de controle e dominação. Segundo a autora:

O slogan governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita; medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classes podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso mesmo de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista.¹⁵⁸

A ESG teve papel fundamental para a construção de um modelo econômico a ser imposto pela DSN, principalmente por ser uma escola que ligava setores militares e civis, especialmente empresários e intelectuais. A aproximação da ESG do complexo IPES-IBAD também foi essencial para a construção deste projeto. Na avaliação de Alves, “o complexo ESG/IPES/IBAD tornou-se uma verdadeira e eficiente burocracia paralela para o planejamento de um novo Estado”.¹⁵⁹ Ailton Fagundes afirma que o modelo econômico elaborado pelo IPES (também pelo IBAD) defendia um capitalismo industrial e dinâmico, associado ao capital internacional, e no qual o Estado desempenharia um importante papel auxiliando o capital privado no desenvolvimento (com segurança) da nação. Nesse sentido, os interesses do complexo IPES-IBAD e da ESG convergiam na medida em que defendiam “industrialização calcada na burguesia nacional e participação do Estado na formação de mão-de-obra especializada, na busca da utilização efetiva dos recursos naturais e na construção de redes de transporte e comunicação capazes de integrar o território”.¹⁶⁰

Portanto, o modelo econômico defendido pela ESG e desenvolvido pela versão brasileira da DSN, previa não só a participação do Estado na economia mas também a sua regulação, pois considerava que um país pobre e subdesenvolvido era vulnerável à dominação do comunismo. Alves resume a economia da DSN brasileira em três pontos:

1. Trata-se de um modelo de desenvolvimento capitalista baseado numa aliança entre capitais de Estado, multinacionais e locais [...]
2. A segurança, como elemento do conceito de “desenvolvimento com segurança”, implica a necessidade de controlar o meio político e social, de modo a garantir um clima atraente para o investimento multinacional. A paz social também é necessária

¹⁵⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 26

¹⁵⁸ Ibidem, p. 27

¹⁵⁹ Ibidem, p. 25

¹⁶⁰ FAGUNDES, Ailton L. C. Do golpe à ditadura: a Doutrina de Segurança Nacional e a construção do regime militar. *OP SIS*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, jan-jun. 2014, p. 72

para a obtenção de taxas máximas de acumulação de capital, permitindo que o rápido crescimento econômico forje uma “arrancada” desenvolvimentista. [...]

3. O desenvolvimento econômico não está voltado para as necessidades fundamentais, e a política de desenvolvimento não se preocupa muito com o estabelecimento de prioridades para a rápida melhoria dos padrões de vida da maioria da população. [...] Em última instância, o modelo econômico destina-se a aumentar o potencial do Brasil como potência mundial. Para tais metas primordiais e relevantíssimas, segundo enfatiza o manual da ESG, pode ser necessário o sacrifício de sucessivas gerações.¹⁶¹

Dito isso, também é importante destacar que compreendemos os limites da concepção de DSN para aplicação no caso brasileiro. Nem todos os militares compreendiam ou se identificavam com tal doutrina nem com seus conceitos difusos, por isso não supervalorizamos esse entendimento. Eduardo Svartman afirma que a DSN é apenas um dos aspectos para explicação da “ideologia do autoritarismo militar no Brasil”, entretanto, constitui um dos conjuntos teóricos mais e melhor aplicados na instituição, exitosa quando se refere a justificação do intervencionismo militar na política nacional por motivos ideológicos, passagem do enfoque da agressão externa para interna, mobilização de um verdadeiro esforço de guerra para o desenvolvimento do Brasil no sentido de se aliar mais fortemente ao ocidente contra a agressão comunista etc.¹⁶² O autor destaca que “a DSN foi claramente a codificação de um conjunto de crenças partilhadas” e que ela “desempenhou, de forma bastante consistente, as funções de produzir uma visão consensual sobre o panorama político nacional e internacional”, contudo faz ressalva de que:

[...] a DSN não foi a única ideologia a legitimar a longa ditadura. O anticomunismo por si já era suficiente para ativar as disposições dos “duros” a ocupar cargos e restringir ainda mais o que sobrara dos direitos civis e políticos depois de 1964. O crescimento econômico e a modernização (o “milagre”) desempenharam também funções ideológicas especialmente junto à classe média e aos estratos mais elevados da sociedade; para a massa restava a propaganda, o nacionalismo da publicidade oficial e a promessa de trabalho e renda numa sociedade de expectativas crescentes.¹⁶³

No Brasil, a noção de “segurança interna” teve posição central, todos os demais elementos da doutrina, como o desenvolvimento, dependiam de uma situação interna sem conflitos. Diretamente ligada à teoria dos “inimigos internos”, a segurança interna justifica

¹⁶¹ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 51

¹⁶² SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Ideologia do autoritarismo militar no Brasil: a gênese no caso do Exército. In: SILVEIRA, Helder Gordim; ABREU, Luciano Arone; MANSAN, Jaime Valim(orgs.) **História e Ideologia: perspectivas e debates**. Passo Fundo: Editora UPF, 2009. p. 128-130. O autor desenvolve melhor seus argumentos na sua tese de doutorado. Cf. SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. 2006, 339 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre, 2006.

¹⁶³ Ibidem, p. 133

que a ditadura monte uma imensa malha repressiva para garantir a segurança nacional do país. Assim, o Estado cria um aparato repressivo e de controle capaz de impor sua vontade e controlar-coagir a população. Além desse aparato repressivo baseado essencialmente na força policial-militar, também há um empenho em criar e/ou consolidar uma importante rede de informações e serviços secretos capazes de identificar e investigar os “inimigos do Estado”, como veremos adiante.

A segurança interna, conforme o Manual da ESG, “compreende todos os processos através dos quais o Estado assegura à nação garantia contra os antagonismos e pressões, de qualquer origem, forma ou natureza que se manifestem e produzam efeito em seu interior”. Ela configura tema de importância devido às novas táticas de “agressão indireta” ou “guerra por procuração” desencadeadas pelos comunistas. Conforme o Manual, durante a Guerra Fria as nações tornaram-se “palco de intensos reflexos da luta por hegemonia regional ou mundial e das contradições ideológicas”, tais contradições exploravam problemas internos “advogando soluções radicais”, e, por conseguinte, tornara-se necessário o desenvolvimento de técnicas de “segurança interna”. Em suma, para a DSN, a segurança interna estava diretamente ligada à Segurança Nacional na medida em que era necessário “criar condições de preservação dos poderes constituídos, da lei, da ordem e de garantir os objetivos nacionais ameaçados”. Ou seja, diante da ameaça comunista, cabia ao Estado superar, neutralizar e eliminar os antagonismos.¹⁶⁴ Ainda conforme o manual básico da ESG:

[...] num quadro de defesa global visando evitar, impedir e eliminar ações subversivas, com vistas a garantir a segurança interna:

- **evitar** significa uma ação para que não se crie e amplie no país o clima propício ao desenvolvimento do processo subversivo;
- **impedir** significa uma ação para que não se forme ou atue no país um grupo subversivo;
- **eliminar** significa uma ação para destruir o mecanismo e neutralizar os dirigentes do processo subversivo em andamento;
- **garantir**, finalmente, compreende toda a sorte de medidas, visando a aumentar o grau de segurança interna, indispensável à preservação e consecução dos objetivos nacionais.¹⁶⁵

Com essas palavras bastante claras sobre o ímpeto repressivo que deveria assumir o Estado (evitar, impedir, eliminar, garantir), a doutrina da ESG procura justificar a montagem dos complexos de repressão-informação que se edificaram no Brasil a partir do golpe de 1964, e ficariam conhecidos como Sistema Nacional de Informações (SISNI) e Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN). Para o historiador e cientista político Aloysio Castelo de Carvalho, “o SNI e os DOI-Codi formaram os dois pilares da comunidade de informações,

¹⁶⁴ BRASIL, Escola Superior de Guerra. Op. Cit., p. 259-261

¹⁶⁵ BRASIL, Escola Superior de Guerra. Op. Cit., p. 263 [grifos meus]

representadas pelo SISNI e SISSEGIN, que foram estruturados no início da década de 1970”.¹⁶⁶ Veremos adiante a arquitetura desses complexos de repressão e vigilância montado pela ditadura brasileira, antes analisemos sob que bases jurídicas e políticas se implantou a Ditadura de Segurança Nacional após o golpe.

Com a posse do marechal Castelo Branco em 15 de abril de 1964, via eleição indireta de um Congresso Nacional já depurado, inicia-se a construção do que Alves chama de *Estado de Segurança Nacional*. Embora tenha prometido entregar o cargo a um sucessor eleito diretamente pelo povo em 1966, Castelo Branco passou a faixa a seu ministro da Guerra, o general Costa e Silva em 1967. O Ato Institucional baixado em 9 de abril de 1964 possibilitou que a campanha anticomunista iniciada com a posse de Goulart em 1961 resultasse em medidas práticas por meio de elevada violência contra os supostos comunistas e quaisquer outros que tivessem alguma ligação com o regime deposto. Essa “Operação Limpeza”, resultou em cassações de mandatos parlamentares, fechamento de instituições civis como a UNE, punição de militares que não aderiram ao golpe, entre outras medidas repressivas, além da instauração dos Inquéritos Policiais Militares (IPM) que tinham por objetivo apurar os “crimes” de subversão e corrupção.

Segundo Alves, três fatores foram essenciais para a construção das políticas de segurança nacional da ditadura nesse momento inicial: a criação do SNI, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e as diretrizes de controle salarial.¹⁶⁷ O SNI, como veremos detalhadamente na próxima seção, era um instrumento indispensável para a DSN, pois era necessário manter a sociedade sob vigilância no sentido de identificar e investigar os “inimigos internos” reais ou potenciais que colocavam a segurança interna e a segurança nacional em risco. Por isso, o órgão foi criado poucos meses após a investidura de Castelo Branco, em junho de 1964, embora seu projeto seja anterior.

O PAEG foi implementado entre 1964 e 1967 pelos ministros tecnocratas Octavio Bulhões (Planejamento) e Roberto Campos (Fazenda), seu objetivo central era solucionar a grave crise pelo qual o país passava desde 1963, para isso o modelo econômico da DSN, apresentado acima, foi posto em prática. Foi realizada uma enorme reforma tributária e bancária, e os empréstimos disponibilizados pelo governo dos EUA foram essenciais para que se alcançasse a estabilidade econômica, que posteriormente se ampliará com o “milagre”. Consequência direta do PAEG foi a política de arrocho salarial e maximização da exploração

¹⁶⁶ CARVALHO, Aloysio Castelo de. **Inteligência e Segurança Nacional no Brasil pós-1964**: a comunidade de informações. São Paulo: Appris, 2021. p. 171

¹⁶⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 71

do trabalho, que marcou a maior parte da ditadura, sofrendo leve descompressão somente a partir de 1979.¹⁶⁸

A derrota do governo nas eleições para governadores de 1965 gerou uma preocupante crise militar entre os exaltados que exigiam a continuidade das “punições revolucionárias”, o que acabou por resultar na edição do AI-2 em outubro deste ano. Esse ato foi uma vitória dos militares da extrema-direita e terminou de enterrar a constituição liberal de 1946. A justificativa para o AI-2 remetia diretamente a um dos preceitos fundamentais da DSN: a infiltração do “inimigo interno” nos órgãos de poder, inclusive essa categoria foi consideravelmente alargada por tal ato, agora todo aquele que desafiasse a ordem estabelecida era inimigo do Estado. Além dos elementos mais conhecidos, como a extinção de todos os partidos políticos existentes e criação de dois outros - ARENA e MDB; estabelecimento de eleição indireta para os principais cargos do executivo - presidente, governadores e prefeitos de capitais; e um ataque direto ao Judiciário, prevendo que os civis processados por crimes contra a segurança nacional seriam julgados pelo Tribunal Militar.¹⁶⁹

A consolidação da ditadura e da DSN viria no ano de 1967, quando foi estabelecida uma nova constituição federal e elaborada uma nova lei de segurança nacional em substituição a de 1953. Segundo Mateus Gamba Torres, a constituição de 1946 praticamente já havia sido enterrada desde a deposição de um presidente constitucional, e posteriormente com a edição de 3 atos institucionais, 36 atos complementares, 312 decretos-leis e 3.746 atos punitivos. O governo ditatorial enviou seu projeto de constituição para análise do congresso com período de tempo bastante limitado e com artigos que não deveriam ser modificados, sendo a nova carta assinada em 24 de janeiro de 1967. A principal inovação da constituição autoritária era a incorporação de artigos referentes à Segurança Nacional, dando ênfase a noção de inimigo interno e de segurança interna, “diferentemente da Constituição de 1946, na qual o conceito de segurança nacional era relativo à defesa externa, a Constituição de 1967 mudou substancialmente esse conceito”.¹⁷⁰ A nova Constituição tratou sobre a Segurança Nacional:

Art 89 - Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei. **Art 90** - O Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação e na conduta da segurança

¹⁶⁸ NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 91-97

¹⁶⁹ BRASIL. **Ato Institucional número 2**, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em: 13 de agosto de 2021

¹⁷⁰ TORRES, Mateus Gamba. A milícia: constituição de 1967, anticomunismo e segurança nacional. **AREL FAAR**, Ariquemes-RO, v. 4, n. 2, p. 48-62, mai. 2016. p. 50-51

nacional. § 1º - O Conselho compõe-se do Presidente e do Vice-Presidente da República e de todos os Ministros de Estado. § 2º - A lei regulará a organização, competência e o funcionamento do Conselho e poderá admitir outros membros natos ou eventuais. **Art 91** - Compete ao Conselho de Segurança Nacional: I - o estudo dos problemas relativos à segurança nacional, com a cooperação. dos órgãos de Informação e dos incumbidos de preparar a mobilização nacional e as operações militares; II - nas áreas indispensáveis à segurança nacional, dar assentimento prévio para: a) concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação; b) construção de pontes e estradas internacionais e campos de pouso; c) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional.¹⁷¹

Além das atribuições do Conselho de Segurança Nacional no que se refere a assessorar diretamente o chefe do executivo e fazer proposições acerca da SN, inscritas no artigo 90º, destaca-se o artigo 89º. Grosso modo, esse dispositivo serve para o enquadramento de toda a sociedade brasileira, que ao mesmo tempo em que se tornava “responsável” pela segurança nacional do país, poderia também tornar-se suspeita. Além disso, por meio deste artigo o regime pretendeu transformar todos os cidadãos em informantes do regime, pois era necessário municiar os órgãos de informação com toda e qualquer informação/denúncia/delação sobre os supostos “inimigos internos”. Em suma, a nova constituição, baseada em um forte anticomunismo, definia a Segurança Nacional como um problema de segurança interna da Nação, esta “era um conceito amplo o suficiente para ser argumento para tudo, para todos os atos, todas as leis”.¹⁷²

Ao final de seu mandato, em março de 1967, dando continuidade ao processo de institucionalização da DSN no país, foi decretada uma nova Lei de Segurança Nacional (LSN). A lei de autoria do ministro da Justiça Carlos Medeiros, diferia substancialmente da lei anterior (de 1953) na medida em que a segurança nacional atribui prioridade às medidas de prevenção contra possíveis guerras internas, ou seja, a segurança interna substitui formalmente a segurança externa como elemento central da SN. A nova LSN reafirma que todo cidadão era responsável pela SN do país, reafirmava também o conceito SN adotado a partir da doutrina da ESG, ou seja, que “a segurança nacional é a garantia da consecução dos

¹⁷¹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 29 de jun 2021

¹⁷² TORRES, Mateus Gamba. Op. Cit., p. 56

objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos” (art. 2º).¹⁷³ Em seu artigo 3º, estabelecia que além da preservação da segurança interna e externa, a SN compreendia “a *prevenção e repressão* da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva”. Assim definia tais termos:

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.¹⁷⁴

A guerra psicológica e a guerra revolucionária, conforme os parágrafos destacados, seriam as novas armas do “Movimento Comunista Internacional” (MCI) para atacar as nações das sociedades ocidentais. Conforme o Manual da ESG, as novas táticas do comunismo para a guerra faziam parte de uma “guerra total”, “indivisível, global e permanente [que] tem por objetivo final a vitória da revolução comunista no mundo”.¹⁷⁵ Faziam parte dessa nova tática a guerra revolucionária e a guerra insurrecional, ambas representando os processos de expansão e infiltração comunista. Ainda de acordo com o manual:

A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando a conquista das mentes e abrangendo desde a exploração de descontentamentos existentes, com o acirramento dos ânimos das autoridades constituídas, até organização de zonas dominadas, com recurso a guerrilha, ao terrorismo e a outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país alvo é utilizado como combatente. É de concepção marxista-leninista.¹⁷⁶

Desse modo, justifica-se a ampliação indefinida do conceito de segurança nacional e de inimigo interno, afinal os comunistas poderiam estar infiltrados em toda parte articulando e planejando táticas de guerra revolucionária e insurrecional. Segundo Castelo de Carvalho, as LSN editadas ao longo da ditadura conferiram autoridade ao aparato repressivo que se

¹⁷³ Conforme o Manual básico da ESG: “Segurança Nacional é o grau de garantia que - através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares - o Estado proporciona à nação para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos e pressões existentes ou potenciais”. BRASIL, Escola Superior de Guerra. Op. Cit., p. 215

¹⁷⁴ BRASIL. **Decreto-Lei 314 de 13 de março de 1967**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 jun. 2021

¹⁷⁵ BRASIL, Escola Superior de Guerra. Op. Cit., p. 229

¹⁷⁶ Ibidem, p. 232

constitui (ou são reformulados) a partir delas, justifica-se assim a intervenção em diversas áreas da atividade social para garantir a segurança nacional ameaçada pelo comunismo.

As leis criminalizavam as ações de contestação ao Estado autoritário e possuíam amplas possibilidades de aplicação penal. A noção de segurança nacional afetou todos os aspectos da vida social. Adquiriu um caráter abrangente, uma vez que transcendia a esfera militar e alcançava a esfera política. [...] Comprometida com a ideologia anticomunista e voltada para a repressão às oposições ao regime, a LSN era um atentado, em forma jurídica, contra a cidadania.¹⁷⁷

Desde 1966 percebia-se uma séria crise política e militar no interior do Estado, especialmente entre os aliados mais próximos de Castelo Branco e os militares ultraconservadores de extrema-direita que exigiam que as punições aos subversivos fossem intensificadas por meio de uma operação limpeza mais severa. O autoproclamado ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, mantinha relações próximas com os dois grupos, entretanto representava principalmente os últimos. Como articulador das tentativas de resolução da crise que resultara no AI-2, Costa e Silva foi escolhido entre os generais para ser candidato à sucessão de Castelo Branco, à revelia deste. Costa e Silva foi referendado pelo Congresso Nacional e assumiu o cargo em março de 1967, com uma nova constituição, nova LSN, e centenas de decretos-lei e atos complementares baixados pelo antecessor. Embora tenha assumido o comando do executivo com uma retórica de liberalização, o novo ditador iniciou a montagem e especialização do aparato repressivo, dando mais espaço para os militares “linha-dura” e sufocando a oposição que tentava se reorganizar.

O governo Castelo Branco terminou em 1967 com enorme descrédito e insatisfação, principalmente entre os apoiadores do golpe de Estado em 1964. O alinhamento incondicional e submisso aos EUA, a aplicação do modelo econômico do PAEG com o consequente arrocho salarial, as medidas autoritárias dos atos institucionais, nova constituição, nova LSN e nova Lei de Imprensa criaram um clima de oposição principalmente entre as classes médias e os liberais mais convictos. Costa e Silva sentindo o clima de insatisfação prometeu uma liberalização que não saiu do discurso. As oposições estavam crescendo em torno do clero católico e do movimento estudantil e tiveram um enorme estímulo a partir das greves de Osasco e Contagem em 1968 e pela improvável “Frente Ampla” entre os apoiadores do golpe Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek e o golpeado João Goulart. Todos estavam dispostos a combater a ditadura, e esta logo respondeu aplicando todo seu poder de força em nome da segurança nacional.

¹⁷⁷ CARVALHO, Aloysio Castelo de. **Liberalização e tutela militar: o governo Geisel**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 44-45

O Ato Institucional nº 5 - baixado em 13 de dezembro de 1968 - foi resultado de um crescente autoritarismo que se delineava desde os primeiros momentos após o golpe, representado principalmente pelos IPMs e pela Operação Limpeza.¹⁷⁸ O AI-5 incorporou os conteúdos dos atos e decretos-leis anteriores, com a diferença de que não havia prazo para acabar. Tal medida possibilitava o fechamento do Congresso Nacional e assembleias legislativas; permissão para o presidente legislar por decreto; cassação de direitos políticos; demitir ou afastar sumariamente funcionários públicos municipais, estaduais e federais, inclusive demissão de juízes; possibilitava a nomeação de interventores para estados e municípios; suspensão do direito de *habeas corpus*, entre outras medidas draconianas.¹⁷⁹ O AI-5 manteve a Constituição de 1967, embora ultrapassando seus limites em muitos aspectos. A questão que mais nos interessa aqui é que o quinto ato institucional possibilitou a montagem e o aperfeiçoamento do sistema repressivo e de informações para o combate contra os inimigos internos. O sistema CODI-DOI, Departamento de Polícia Federal, serviços secretos das três armas e o SNI tiveram suas ações amparadas pela legislação repressiva coroada com o AI-5. Segundo Alves, “o ato institucional nº 5 deu origem a um *Leviatã* [...] um Estado hobbesiano que absorvia todo o poder”.¹⁸⁰

Em agosto de 1969 deu-se umas das maiores crises da ditadura com o impedimento, por doença, do ditador Costa e Silva. O vice-presidente da República, o civil Pedro Aleixo, foi impedido de ocupar o seu lugar justamente por não ter assinado o AI-5, propondo que Costa e Silva utilizasse os instrumentos constitucionais de 1967, como a decretação de Estado de Sítio ao invés de baixar mais um AI. Os ministros militares assumiram o poder sob a forma de um triunvirato. Iniciou-se outra batalha pelo poder dentro do Estado, o colégio eleitoral informal formado pelo alto escalão de generais das FFAA analisou diversos nomes para a sucessão no comando do Executivo, até chegar ao nome do Gal. Emílio Garrastazu Médici, ex ministro-chefe do SNI e comandante do III Exército. Em outubro, antes do triunvirato entregar o poder ao sucessor, com o congresso ainda fechado desde o AI-5, foi decretada a Emenda Constitucional nº 1, que muitos consideram como uma nova constituição, dado o modo como alterou os artigos da CF de 1967. Antes disso, em setembro do mesmo ano, a

¹⁷⁸ Nos 50 anos do AI-5 houve uma considerável produção acadêmica sobre a ditadura, repressão e autoritarismo após 1968, destacamos, para mais informações sobre as motivações e consequências do AI-5: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional nº 5. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018. pp. 195-2016; TORRES, Mateus Gamba. O judiciário e o Ato Institucional nº 5: repressão e acomodação em 1968. **Movimentação**, Dourados, v. 5, nº. 9, p. 125-138, 2018.

¹⁷⁹ BRASIL. **Ato Institucional Nº 5**, 13 de dezembro de 1968. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 21 de jun. 2021

¹⁸⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 135

junta militar baixou o decreto-lei 898 estabelecendo uma nova e mais rígida LSN, incorporando os artigos do AI-5 e ampliando as penas. Conforme Aloysio Carvalho, entre 1969 e 1978 (fim do AI-5 e edição de uma nova LSN) houve um aumento significativo de réus julgados pelo Supremo Tribunal Militar por crimes contra a segurança nacional, com 3.607 cidadãos acusados por esta lei.¹⁸¹

2.3 O APARELHO REPRESSIVO: A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES DA DITADURA BRASILEIRA

Antes de iniciarmos uma análise mais detida sobre o papel desempenhado pelo SNI dentro do aparato repressivo de inteligência da ditadura brasileira, é importante historicizar a atividade de informações no Brasil republicano.

O primeiro órgão que desempenhou a função de produtor de informações para o Estado foi o Conselho de Defesa Nacional, criado pelo Decreto 17.999 de dezembro de 1927 durante o governo Washington Luís. Era um órgão meramente consultivo e que se reunia apenas duas vezes ao ano, tendo por fim “sómente em ordem consultiva, o estudo e coordenação de informações sobre todas as questões de ordem financeira, economica, bellica e moral, relativas á defesa da Pátria” (*sic*).¹⁸² Essa amplitude nas atribuições do conselho é estratégica. Segundo Lucas Figueiredo, o “embrião” do serviço secreto brasileiro surgia com “um vício que o órgão carregaria para sempre: um mandato excessivamente amplo, feito sob medida para que o governo pudesse utilizá-lo contra quem quisesse”.¹⁸³

Em 1934, com uma nova constituição, o governo de Getúlio Vargas criou a Secretaria de Defesa Nacional, e o antigo conselho foi substituído pelo Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN). Com o golpe do Estado Novo e a nova constituição outorgada em 1937 criou-se o Conselho de Segurança Nacional (CSN), que ficou responsável pela área de informações estratégicas e pela coordenação dos estudos de segurança do país. Apesar das várias mudanças na legislação e nomenclaturas desde 1927, não teria havido mudanças significativas nas áreas de informações.

¹⁸¹ CARVALHO, Aloysio Castelo de. Op. Cit., 2019. p. 69

¹⁸² BRASIL. Decreto nº 17.999 de 29 de novembro de 1927. **Providencia sobre o Conselho de Defesa Nacional**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17999-29-novembro-1927-503528-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 jun. 2021

¹⁸³ FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luis a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 37-38

Conforme Priscila Antunes, a mudança só seria significativa a partir da década de 1940. Segundo a autora, desde a Segunda Guerra e o advento da Guerra Fria, houve considerável especialização do aparato criminal de investigação e surgimento de novas preocupações com “problemas de subversão ideológica”, especialmente com o comunismo. Assim,

Os órgãos de inteligência também se tornaram responsáveis pela detecção, apreensão, vigilância e armazenamento de informações sobre populações que poderiam ser consideradas subversivas. O começo da Guerra Fria, de certa forma, obrigou a maioria dos países a uma nova reflexão em relação à sua segurança nacional, reformulando e criando suas agências de inteligência, de acordo com suas perspectivas ideológicas.¹⁸⁴

No Brasil, no conturbado contexto pós Segunda Guerra e início da Guerra Fria, coube à Secretaria-Geral do CSN preparar-se para as demandas da nova ordem internacional no que se refere à SN. Houve uma nova reorganização do CSN, que foi dividido por meio de decreto do presidente Dutra em três seções. Atribuiu-se a 2ª seção da secretaria a responsabilidade de coordenar os serviços de informação e contra-informação, que seriam de responsabilidade do novo órgão a ser criado, o Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligências (SFICI). Estabelecendo pela primeira vez no país, oficialmente, a preocupação com a espionagem, contra-espionagem e informação e contra-informação. Não obstante, a efetivação do SFICI, como órgão produtor de informações para o CSN e para o poder executivo, somente viria a ocorrer quase doze anos depois, em 1956, durante o governo Juscelino Kubitschek.¹⁸⁵

O SFICI desde 1946 até a chegada de JK à presidência não tinha uma estrutura delimitada, nem funcionários ou sede própria, o serviço carecia de tudo. Porém, como afirma Figueiredo, “se não sabiam como lutar, sabiam muito bem contra quem pretendiam lutar: os comunistas”.¹⁸⁶ O SFICI é produto do acirramento da Guerra Fria, e o combate ao “inimigo vermelho” foi fator estruturante do novo serviço secreto. Com a posse de JK, a preocupação dos EUA com o Brasil aumentou significativamente, tanto que os estadunidenses foram bastante engajados para a formação do serviço de informações brasileiro, nos moldes da CIA e do FBI. Segundo Carla Rodeghero, os estadunidenses tinham preocupação em avaliar o nível de distanciamento ou aproximação do novo governo eleito em 1955 em relação aos comunistas. Para isso, JK foi convidado para visitar os EUA antes de tomar posse na

¹⁸⁴ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 44

¹⁸⁵ Cf. OLIVEIRA, Nilo Dias. O Conselho de Segurança Nacional no governo JK e a defesa do continente latino-americano: conexões internacionais no combate ao comunismo. **OPIS**, Catalão-GO, v. 14, n. Especial, pp. 287-304, 2014.

¹⁸⁶ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 53

presidência, o que aconteceria em 31 de janeiro de 1956. A autora relata uma conversa que teria ocorrido entre um funcionário do Departamento de Estado e JK sobre o tema do comunismo:

O presidente, na ocasião, teria afirmado que o melhor caminho para combater o comunismo era o de construir uma situação econômica forte e levantar o nível geral de vida da população. Para o funcionário norte-americano, os comunistas também estariam cientes desse caminho e, por isso mesmo, estariam se esforçando para impedir a reabilitação econômica e o crescimento dos países do mundo livre. (...) Wisner [funcionário do Departamento de Estado] também comentou que, pelo caráter internacional da conspiração comunista, ela não poderia ser combatida separadamente em cada país e que muito poderia ser conseguido com ação coletiva, especialmente com a troca de informações.¹⁸⁷

Percebe-se, conforme a autora, “a intenção de averiguar o anticomunismo de Kubitschek”, e, principalmente, “uma preocupação dos norte-americanos com o fato do presidente ser tolerante em relação ao comunismo”.¹⁸⁸ Por isso a ênfase que se dá em reforçar o caráter internacional da “conspiração comunista” e o dever de colaboração entre os países ocidentais na luta anticomunista, para tanto, a necessidade de serviços de informações eficientes era de importância vital na visão dos EUA.

Lucas Figueiredo afirma que a pressão estadunidense veio principalmente por parte do secretário de Estado John Foster Dulles, que exigia comprometimento do Brasil na luta anticomunista. Forçava-se, assim, que JK se engajasse no combate contra aqueles que lhe deram apoio para eleger-se presidente e apoio para garantir sua posse diante do perigo golpista em 1956, e foi exatamente isso que o novo presidente fez. Kubitschek, em sua mensagem ao Congresso Nacional, atribuiu ao CSN (a quem o SFICI era subordinado) a tarefa de defender o Brasil contra “ideologias extremistas”, leia-se: contra o comunismo.¹⁸⁹

Logo em seguida, o presidente incumbiu os generais Humberto de Souza Mello e o então capitão Rubem Denys para ativar na prática o serviço de informações, enviando os oficiais aos EUA para assistirem *in loco* o funcionamento dos serviços de inteligência daquele país. Em 1958 quando o SFICI já estava funcionando de maneira bastante adiantada foi criado o primeiro curso de informações da ESG, este curso duraria (com pausas) até 1971.

Segundo Antunes, com o acirramento da Guerra Fria e o desenvolvimento das doutrinas na ESG, as preocupações do SFICI também recaem sobre os contestadores da ordem, tornando-se um órgão de vigilância interna:

Constata-se também que já no governo Juscelino Kubitschek havia uma grande preocupação com os movimentos considerados de esquerda. Cabia à Subseção de

¹⁸⁷ RODEGHERO, Carla Simone. Op. Cit., 2007, p. 81

¹⁸⁸ Idem

¹⁸⁹ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 63

Segurança Interna (SSI) pesquisar e informar sobre possibilidades de ocorrências subversivas de qualquer natureza; acompanhar a dinâmica dos partidos políticos; elaborar estudos sobre as suas tendências e influências em relação à Política Nacional, além de realizar o levantamento e manter em dia a situação das principais organizações sociais de classe.¹⁹⁰

Essa preocupação ficou evidenciada em 1959, ano da Revolução Cubana.¹⁹¹ Segundo Figueiredo, a revolução em Cuba impôs o primeiro grande desafio ao SFICI: identificar e neutralizar as manifestações simpáticas ao país caribenho no Brasil. O autor relata que os agentes do SFICI, imbuídos de forte sentimento anticomunista, começaram a vasculhar universidades e escolas secundárias que tivessem qualquer manifestação simpática a Cuba e aos revolucionários cubanos, e que para eles até mesmo um retrato de Fidel Castro ou Che Guevara indicavam que havia uma infiltração comunista/cubana no país. Conforme o autor:

A paranóia logo evoluiu, e o SFICI começou a acreditar que a revolução de Fidel e Che contaminavam não apenas os estudantes. Os comunistas estariam se reproduzindo em escala acelerada e se espalhando rapidamente na sociedade. No afã de caçar comunistas, os agentes do serviço saíam às ruas e, muitas vezes, voltavam ao Inúbia [prédio onde estava localizado o SFICI] trazendo relatórios completamente fora da realidade.¹⁹²

O Partido Comunista do Brasil (PCB) também era um dos alvos preferenciais do SFICI. Havia no serviço centenas de fichas biográficas de históricos militantes comunistas, como Carlos Marighella, Luiz Carlos Prestes, Gregório Bezerra, entre tantos outros, essas fichas e materiais seriam reaproveitadas pelo SNI. Os movimentos de greve também geravam extensos relatórios dos agentes do serviço de informação, havendo sempre a preocupação de infiltração dos comunistas entre os trabalhadores grevistas. Conforme relata Figueiredo:

Entre os dias 29 de agosto e 6 de setembro de 1960, o SFICI acompanhou com atenção o V Congresso do partido, realizado no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio. O evento era público e chegou a ter cobertura da imprensa. Absolutamente tudo o que aconteceu foi registrado pelos agentes do SFICI, resultando num relatório de 88 páginas. (...)

O aumento do número de operações anticomunistas em 1959 e 1960 foi um ótimo exercício para a musculatura do serviço secreto.¹⁹³

Lucas Figueiredo avalia que a história dos serviços de informações do período se divide entre o antes e depois do ano de 1961. Este foi realmente um ano turbulento em todos

¹⁹⁰ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Op. Cit., p. 48

¹⁹¹ Sobre Cuba, cf: AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004; FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2007; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; Capítulo 6.1: Revolução Cubana: socialismo e terceiro-mundismo (1959-2012). In: VIZENTINI, Paulo Fagundes. [et, al]. **Revoluções e regimes marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI - NERINT/UFRGS, 2013. pp.246-270

¹⁹² FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 75

¹⁹³ Ibidem, p. 83-84

os níveis da política nacional. Após cinco anos de nacional-desenvolvimentismo da aliança PSD-PTB, liderada por JK e João Goulart, foi eleito para a presidência o udenista Jânio Quadros, com o petebista Jango reelegendo-se para a vice-presidência. O novo presidente chamou Golbery do Couto e Silva para ser chefe de gabinete da Secretaria-Geral do CSN, a qual estava subordinada o SFICI. Segundo Figueiredo, uma das maiores preocupações de Golbery, e também de outros oficiais influentes, era a presença de comunistas entre as FFAA, que poderiam ter recebido influência dos comunistas italianos durante a Segunda Guerra.¹⁹⁴ A enorme crise gerada pela renúncia de Quadros e a tentativa golpista de impedir a posse do vice-presidente exaltou os ânimos do serviço de informações, a conturbada ascensão de Jango teria deixado os oficiais em uma verdadeira encruzilhada. Golbery e todos os seus assessores foram dispensados após a posse do novo presidente petebista, contudo, foi no IPES que eles continuaram arquitetando um serviço de informações particular, inclusive com fichas surrupiadas do SFICI.

No governo Jango o SFICI esteve permeado de incertezas. Ao mesmo tempo em que a causa anticomunista não foi deixada de lado - aliás, como vimos, ela aumentou exponencialmente configurando a segunda onda de paranóia anticomunista - também havia certa cautela devido ao questionamento das posições do presidente em relação aos comunistas. Segundo Figueiredo, o SFICI prestou grandes serviços a Jango, lhe oferecendo importantes informações sobre conspirações golpistas de Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e Magalhães Pinto, também teria lhe informado sobre movimento da CIA e do adido militar dos EUA no Brasil que estariam favorecendo ações golpistas dos conspiradores. Apesar disso, o golpe aconteceu.¹⁹⁵

Priscila Antunes afirma que há uma divergência de opiniões entre militares que atuaram diretamente no SFICI e militares que se depararam com o serviço no período pós golpe de 1964. Conforme a autora, “os que atuaram na agência afirmam que ela funcionava muito bem, que estava muito bem estruturada e equipada, e os que o ocuparam após o golpe, alegam que o serviço não funcionava de forma eficaz”. Entre os oficiais ainda existiria a hipótese de que o golpe só aconteceu porque Jango não foi bem informado sobre as pretensões golpistas, ou até mesmo que os oficiais do SFICI atuaram diretamente em favor do golpe de Estado.¹⁹⁶

¹⁹⁴ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 96

¹⁹⁵ Ibidem, p. 111-112

¹⁹⁶ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Op. Cit., p. 50

Em dezembro de 1979, o último chefe do SFICI, capitão de mar e guerra Ivo Corseuil, concedeu uma entrevista ao historiador José Murilo de Carvalho, onde ele avaliou a sua experiência na área de informações naquela conturbada conjuntura política. De acordo com Carvalho, o SFICI era um posto privilegiado de observação da política, sendo “o serviço de inteligência, encarregado de coletar ao presidente da República, ou ao CSN, informações sobre muitas agitações políticas do momento, em que se envolviam civis e militares”. Contudo, o ex-chefe do SFICI relatou sobre as dificuldades organizacionais e de recursos financeiros para o serviço de inteligência; o oficial da marinha também tratou sobre a recusa de receber dinheiro da CIA, o que acabou fazendo com que a central de inteligência dos EUA procurasse o governador golpista Carlos Lacerda para lhe auxiliar financeiramente, desse modo, de acordo com Corseuil, “o serviço do Lacerda com isso era dez vezes melhor do que o nosso”. Ou seja, o SFICI estava em uma situação delicada e os agentes pró-golpe estavam um passo à frente do governo federal no que se refere à informações.¹⁹⁷

Para Antunes, é difícil estabelecer o grau de eficiência do serviço de informações e, segundo sua opinião, “a principal questão a ser considerada em relação à atuação do Serviço no começo da década de 1960 é a interesse de quem a agência funcionava”. O golpe teria ocorrido com ou sem apoio do SFICI, visto que estava sendo articulado principalmente na caserna, embora tivesse amplo apoio do empresariado e de setores da sociedade. Em suma, “cabe refletir se o serviço era realmente ineficiente ou se não seria de seu interesse manter o governo alheio a uma parte de sua produção de informações”.¹⁹⁸

As informações têm papel fundamental na DSN elaborada pela ESG e aplicada à realidade política brasileira a partir de 1964. O Manual Básico da escola tem um capítulo relativamente extenso que trata sobre as informações e contra-informações. Conforme o manual, “não é possível conduzir uma administração modesta, uma grande organização ou um Estado, sem que haja um fluxo constante e ordenado de informações de toda a natureza, das mais simples às mais complexas”.¹⁹⁹ Portanto, para os novos donos do poder organizar um competente serviço de informações era essencial para a aplicação da DSN no Brasil, e o Serviço Nacional de Informações - enquanto produto da ideologia da Segurança Nacional - cumpriu satisfatoriamente este papel.

Com a consumação do golpe de Estado e ascensão do marechal Castelo Branco à presidência da República começaria a história do Serviço Nacional de Informações (SNI).

¹⁹⁷ CARVALHO, José Murilo de. 1964 visto por um araponga. In: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019. p. 247

¹⁹⁸ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Op. Cit., p. 50-51

¹⁹⁹ BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit., p. 301

Como destacou a jornalista Ana Lagoa em 1983, o Sistema Nacional de Informações montado pela ditadura e no qual o SNI era o principal órgão, não é meramente um “aparelho repressivo sofisticado, no sentido policial da palavra”, mas sim “faz parte de uma estratégia global, que nasce dos preceitos colocados pela Doutrina de Segurança Nacional que, pelo menos teoricamente, inspira os rumos políticos do país desde março de 1964”.²⁰⁰

Aloysio de Carvalho, faz uma interessante análise sobre as origens do SNI. Para o autor, elas podem ser encontradas nas produções e conferências da ESG desde a década de 1950. Conforme o historiador, quando Humberto de Souza Mello foi enviado para os EUA para estudar os serviços de informações daquele país, ele pôde fazer uma crítica ao modelo que estava se adotando no Brasil. Esse oficial, três anos depois, em 1959, publicou um estudo na ESG intitulado “O Serviço Nacional de Informações”, que serviria de inspiração para o modelo que se adotaria a partir de 1964. Para Carvalho, o serviço de informações adotado pela ditadura, foi, na verdade, um desdobramento dos estudos desenvolvidos na ESG, embora o grupo de Golbery e Castelo Branco renegassem tal origem, e tivessem muitas críticas à ineficiência do SFICI.²⁰¹

Não obstante, em seu livro mais recente, o historiador esclarece que apesar das influências anteriores relacionadas ao estudo, produção e organização das informações praticadas pelos serviços secretos precedentes, o SNI foi idealizado por um grupo de oficiais militares ligados à ESG e identificados com a DSN. Foi, portanto, resultado do desdobramento de todas as fases anteriores quando “dirigentes acumularam experiências e conhecimentos sobre o papel que um serviço de inteligência deveria desempenhar no país”.²⁰²

A criação do serviço é atribuída ao Gal. Golbery do Couto e Silva e do primeiro ditador, marechal Castelo Branco. Após enviar o projeto de criação do órgão ao Congresso Nacional, os deputados e senadores mostraram-se bastante confusos quanto às reais atribuições do novo serviço. Lucas Figueiredo, ao relatar o contexto de criação do SNI, afirma que “poucas vezes na história republicana tantos parlamentares entenderam tão pouco a respeito da matéria que estavam votando. Exatamente como queria o governo”. Muitos congressistas, ao ler termos como “atividades de informação”, imaginavam que se trataria da reedição do antigo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) dos tempos de Vargas,

²⁰⁰ LAGOA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 11

²⁰¹ CARVALHO, Aloysio Castelo de. **As origens do SNI: a Escola Superior de Guerra**. In: 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019, Caxambú-MG, *Anais ...* Caxambu: Hotel Glória, 2019. pp. 2-24. p. 9

²⁰² _____. *Op. Cit.*, 2021, p. 77

outros acreditavam que se tratava de órgão essencialmente policial.²⁰³ Apesar das incertezas, o projeto do governo ditatorial foi aprovado como Lei 4341/1964 em 13 de junho.

O Serviço Nacional de Informações em seu artigo 1º o definia enquanto órgão diretamente subordinado à Presidência da República, diferentemente de seu antecessor que funcionava dentro da estrutura do CSN. A principal finalidade do SNI era “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional” (Art. 2º). O artigo 3º definia suas incumbências:

Art. 3º Ao Serviço Nacional de Informações incumbe especialmente:

- a) assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais;
- b) estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contra-informação, os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com as administrações municipais;
- c) proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria-Geral desse Conselho;
- d) promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes.²⁰⁴

Foi incorporado ao SNI toda a estrutura do SFICI, que transformou-se na Agência Central do novo serviço, sediada provisoriamente no Rio de Janeiro, até ser construída sua sede em Brasília. Além da estrutura material, os funcionários civis e militares do SFICI também foram absorvidos pelo SNI. O chefe do órgão teria status de Ministro de Estado, e sua nomeação deveria ser referendada pelo Senado Federal. Diferente de qualquer outro órgão do Estado brasileiro, o serviço não tinha obrigação alguma de divulgar dados sobre seu funcionamento, funcionários ou orçamento. O novo serviço de informações já nasceu com enormes poderes, que ao longo da ditadura aumentaram vertiginosamente. Segundo Antunes, essa flexibilidade na criação, “o possibilita adaptar-se às novas conjunturas que fossem surgindo. Esta plasticidade de sua estrutura possibilitou ao serviço criar um verdadeiro complexo de informações”.²⁰⁵

Criado o novo serviço, era hora de pô-lo em prática e novamente recorreu-se ao grande irmão do norte. Segundo Martha Huggins, a CIA e a Seção de Segurança Pública dos EUA

²⁰³ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 126-127

²⁰⁴ BRASIL. Lei 4341/1964. 13 de junho de 1964. **Cria o Serviço Nacional de Informações**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-norma-actualizada-pl.html>>. Acesso em 29 de jun. 2021.

²⁰⁵ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Op. Cit., p. 53

(Office of Public Safety - OPS), que desde muito antes do golpe já colaboravam com setores das polícias e do Exército brasileiro, auxiliaram diretamente os novos donos do poder a organizar o SNI. Conforme a autora, o Gal. Golbery (primeiro Ministro-Chefe do SNI) teve “uma boa dose de ajuda” de um consultor de segurança pública dos EUA e de um agente da CIA no Brasil, que lhe entregaram um organograma básico que deveria ser o ponto de partida para a estrutura organizacional do SNI.²⁰⁶ De acordo com Lucas Figueiredo:

O governo americano designou Stephen Creane, agente da CIA no Brasil, para ficar à disposição de Golbery e auxiliá-lo na montagem do SNI. O agente acabou tendo uma relação tão próxima com o general que até discutia com ele assuntos ligados à subversão comunista na América Latina e chegou a dar palpites na redação da Lei de Segurança Nacional e fazer sugestões para que determinadas escutas telefônicas (ilegais) não fossem desativadas. Num acordo oral, firmado em 1964, a CIA se dispôs ainda “a fornecer ao Serviço pistas operacionais mais específicas” sobre atividades subversivas no Brasil. Em retribuição o SNI alimentaria o serviço americano com informações sobre a ação comunista em território brasileiro.²⁰⁷

Portanto, conforme explica Daniel Samways, os serviços de informações da ditadura não podem ser vistos separados das conjunturas nacional e internacional, nem como produto único da vontade de Golbery ou Castelo, “mas como resultado de um projeto mais amplo do governo civil-militar de eliminar da sociedade brasileira o perigo comunista, real ou imaginado, bem como dos ideais anticomunistas do governo estadunidense”. Ainda segundo o historiador:

Se o Serviço Nacional de Informações foi produzido no Brasil, ele não foi feito sem o apoio dos Estados Unidos, nem tampouco deixou de estar influenciado pela tônica da Guerra Fria. Foi antes de tudo, fruto dessa tensão e dessa vontade de eliminar o perigo vermelho da sociedade, fazendo parte de um projeto muito mais amplo do governo civil-militar brasileiro. Desse anseio de eliminação da subversão surgiu a comunidade de informações, bem como a estruturação de um sistema repressivo, que teve seu ápice com o Destacamento de Operações Internas (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), criados para realmente trucidar o inimigo interno, impedindo qualquer espécie de reação.²⁰⁸

O SNI foi regulamentado em dezembro de 1964. Em seu regulamento a Agência Central recebia especial atenção, pois ela seria a responsável pela triagem da grande massa de informações recebidas das agências regionais e demais órgãos da administração pública. Para isso, ela foi dividida em três seções principais: de operações estratégicas, de operações especiais e de segurança interna. Segundo Antunes, cabia à Seção de Operações Estratégicas

²⁰⁶ HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 147-148

²⁰⁷ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 134

²⁰⁸ SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. 2014. 253 f. Tese (doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014. p. 69

“planejar a pesquisa e a busca de dados que lhe fossem determinados, bem como reunir, processar e atualizar os dados colhidos e os estudos realizados”, já a Seção de Operações Especiais era responsável por “realizar a busca especializada de informes e participar do planejamento de operações a serem realizados com outras agências”. Por fim, à Seção de Segurança Interna “cabia identificar e avaliar os antagonismos existentes ou em potencial, que pudessem afetar à segurança nacional e realizar a análise e a adequada disseminação dos estudos realizados”.²⁰⁹ O primeiro chefe da Agência Central (provisoriamente no Rio de Janeiro, depois em Brasília) foi o então coronel João Batista de Oliveira Figueiredo, futuro ministro-chefe do SNI entre 1974 e 1979, e último ditador entre 1979 e 1985.

Em julho de 1967, via decreto nº 60.940, foi aprovado um novo regulamento para o SNI, que teve uma considerável ampliação de sua estrutura, provavelmente devido à instável conjuntura política naquele momento. Esse decreto transformou as antigas Seções de Segurança Nacional dos ministérios civis, existentes desde a década de 1940, em Divisões de Segurança e Informações (DSI) e criou também as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) presentes em autarquias e empresas públicas. O SNI, assim, criava tentáculos em outras esferas do poder. Com a luta armada e o endurecimento do regime com o AI-5, ainda foram criados ou redesenhados os serviços secretos das FFAA, do DPF e das polícias civis militares; houve, por conseguinte, uma expansão vertiginosa do SNI em todos os níveis, desde agências, funcionários, orçamento e, principalmente, no grau de importância nos altos círculos de poder. Como veremos em seguida, esse complexo de serviços de inteligência formou a chamada “comunidade de informações”, ou seja, uma “rede de informações federais estruturada para coletar e difundir entre si informações relevantes à Segurança Nacional”.²¹⁰

Conforme Carlos Fico, as DSI faziam parte dos “sistemas setoriais de informações dos ministérios civis”, sendo seu órgão central para a produção de informações e vigilância de funcionários do ministério ou até mesmo do ministro da pasta. A partir da institucionalização da ditadura no final da década de 1960 e aperfeiçoamento do aparelho de repressão-informação, as DSI passaram a ter bastante poder, colocando inclusive a autoridade do Ministro em xeque, já que as divisões respondiam tanto ao ministério onde estavam instaladas quanto ao SNI. Conforme Fico:

Algumas eram mais atuantes e importantes, como a do Ministério da Justiça, pasta que, muitas vezes, teve a função de coordenação política do governo durante o

²⁰⁹ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Op. Cit., p. 54

²¹⁰ ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E; SOUZA, Tereza E. de; **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 109

período. Outras eram decisivas, por sua inserção em ministérios problemáticos, como o da Educação, em função do movimento estudantil.²¹¹

O autor estima que cada DSI tinha em média trinta funcionários, algumas com mais outras com bem menos, pontuando que “certamente houve maior empenho do governo federal em manter tais quadros completos no auge do período repressivo”.²¹² A criação das DSI, ASI (Assessoria de Segurança e Informações) e AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informações), foi apenas o primeiro passo na constante ampliação da comunidade de informações.²¹³ Em outro texto, Fico afirma que a partir do AI-5, especialmente no governo Médici e sob a gestão de Carlos Alberto da Fontoura (chefe do SNI entre 1969 e 1974) “o SNI havia endurecido”, referindo-se a quando o serviço é ocupado pelos militares da extrema-direita - conhecidos como “linha-dura” -, muito embora os serviços de inteligência tenham abrigado militares de grupos variados. Conforme o ressalta o historiador:

Foi exatamente a “comunidade de informações” que exerceu o papel de mediador entre esses grupos diversos [facções militares]. Suas análises eram lidas por todos: alguns as recebiam como confirmações de suas convicções e temores, capazes, portanto, de justificar a existência da polícia política; outros, como um alarmismo que gerava inquietação e, por isso, justificava a convivência - que também resultava na permanência da polícia política. É por isso que considero os integrantes da “comunidade de informações” como “porta-vozes especialistas”: sob o influxo da “comunidade de segurança” eles se tornaram uma espécie de “voz autorizada” da “revolução”.²¹⁴

Além das DSI, presentes nos principais ministérios civis e das ASI e AESI - presentes em universidades, empresas e fundações públicas e autarquias estatais de importância - os Ministérios Militares ainda criaram e/ou reordenaram seus serviços de informações (CENIMAR, CIE e CISA), que também foram imprescindíveis para o trabalho dessa “voz autorizada” que constitui a comunidade de informações. Também merece destaque a atuação do serviço de inteligência ligado ao Ministério das Relações Exteriores, o Centro de Informações do Exterior (CIEEx).

A Marinha foi a primeira das três armas a criar seu serviço, em 1955, no auge da Guerra Fria. Criado inicialmente como Serviço de Informações da Marinha (SIM), foi

²¹¹ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar**: Espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 84-85

²¹² Ibidem, p. 88

²¹³ Ishaq, Franco e Souza, pesquisadores do Arquivo Nacional, identificaram em sua pesquisa 249 órgãos setoriais de informações, DSIs, ASIs e AESIs, que estão relacionados no livro organizado em 2012. Cf. ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E; SOUZA, Tereza E. de. Op. Cit., pp. 61-66

²¹⁴ FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 81

rebatizado em 1957 para Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e atuava principalmente em assuntos internos, diplomacia e proteção de fronteiras marítimas contra possíveis invasões ou ataques. Ao ser regulamentado, o serviço foi dividido em quatro seções: de busca de informações, registro de informações, seleção de informações e de serviços gerais. Segundo Antunes, a partir de 1968 “o CENIMAR teve suas diretrizes redimensionadas”, e assim como as demais forças “foi atribuída à Marinha a tarefa de combater os grupos de esquerda e de zelar pela segurança nacional”.²¹⁵ No início da década de 1970 o CENIMAR passou a responder diretamente ao Ministro da Marinha, o que facilitava a organização de operações contra os grupos de esquerda.²¹⁶

Conforme relatos dos próprios oficiais da Marinha e de outras armas, o CENIMAR era o serviço “mais fechado”, que atuava exemplarmente como um serviço secreto, visto que sabia-se de pouquíssimas informações sobre sua estrutura e/ou pessoal. Afirma-se também que o serviço secreto da Marinha era um dos maiores especialistas na história do PCB, guardando enorme acervo de informações sobre o partido. Como relatou Fiúza de Castro:

Não conheço o funcionamento do Cenimar, mas sei que é muito bom, porque o seu produto de informações é sempre muito bom. Os maiores especialistas em PCBão - quer dizer, em Partido Comunista Brasileiro - que existiam no meu tempo eram do Cenimar. Eles tinham um velhinho lá que era uma fábula. Sabia tudo do Partidão.²¹⁷

O Centro de Informações do Exército (CIE) foi criado em 1967 segundo ordens do próprio ditador Costa e Silva.²¹⁸ Conforme o decreto que criou o órgão, ele era subordinado ao chefe do Estado Maior do Exército, mas Garrastazu Médici e seu super-poderoso Ministro do Exército Orlando Geisel, mudaram seu regimento colocando o CIE diretamente subordinado ao Ministério do Exército. Segundo Antunes, o CIE era o serviço de informações “que contava com o maior quadro de pessoal e o que mais se empenhou no combate à luta armada”. Criado em função do combate à subversão, foi principalmente no governo Médici que o CIE cresceu.²¹⁹ O primeiro chefe do órgão foi Adyr Fiúza de Castro,

²¹⁵ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Op. Cit., p. 63

²¹⁶ BRASIL, Decreto nº68.447, 30 de março de 1971, **Aprova o regulamento para o Centro de Informações da Marinha**, Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68447-30-marco-1971-410416-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

²¹⁷ CASTRO, Adyr Fiúza de. Depoimento cedido a Maria Celina D’Araújo e Gláucio A. D. Soares em 1993. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A.D; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 54

²¹⁸ BRASIL, Decreto nº 60.664, 2 de maio de 1967, **Cria o Centro de Informações do Exército e dá outras providências**. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60664-2-maio-1967-401454-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

²¹⁹ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Op. Cit., p. 65

no entanto foi durante a chefia de Milton Tavares que o órgão atingiu o apogeu do seu poder e truculência no combate à esquerda. Conforme relata o general Castro:

O principal cliente do CIE é o ministro do Exército. Ele recebe informações de todos os E2 das áreas militares e, lateralmente, do Cenimar, do Cisa, do SNI, do DPF [Departamento de Polícia Federal] que também foi organizado pela revolução (*sic*) e era muito incipiente no começo, muito pequeno - atualmente não deve ser assim. [...] O CIE e os órgãos similares de outras forças, Cenimar e Cisa - eu conheço bem o funcionamento do Exército - todos recebem as informações e processam no seu escalão. Recebem tudo. Qualquer informação, a mais inverossímil possível, eles têm que receber e processar, porque rasgar não é possível.²²⁰

A partir de meados da década de 1970, notadamente após a chegada de Ernesto Geisel ao comando do Executivo, o CIE foi se tornando o principal porta-voz dos opositores do projeto de distensão e abertura política. Eram os mais ferrenhamente anticomunistas e empenhados em manter a excepcionalidade do regime. Em entrevista aos pesquisadores do CPDOC, Geisel afirmou que teve muitos problemas com agentes do CIE e que não confiava em suas informações porque “frequentemente eram apaixonadas, nem sempre isentas”.²²¹ O efetivo de agentes do serviço mantinha ligações estreitas com órgãos repressivos como os DOI-CODI e Polícia Federal, participou ativamente da repressão contra os opositores do regime, tanto no combate à luta armada quanto no combate aos comunistas do PCB a partir de 1974, e, também, nas ações terroristas contra a abertura na virada dos anos 1970 para os anos 1980. No conhecido episódio da demissão do comandante Ednardo Pereira d’Avila, do II Exército, após os assassinatos de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, Geisel também ordenou a demissão do chefe do CIE, general Confúcio Danton Avelino, evidenciando os conflitos entre a Presidência e a extrema-direita militar alocada naquele órgão.²²²

Por fim, nas FFAA, a Aeronáutica criou seu serviço de informações. O Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (N-SISA) foi criado em 1968 e ficou sob responsabilidade do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, militar de extrema-deireita e fanático anticomunista, que recebeu treinamento militar e fez curso de informações na Escola das Américas. O N-SISA foi extinto em 1970 e substituído pelo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), atendendo às novas demandas do SISNI e do SISSEGIN o novo órgão ficou diretamente subordinado ao Ministro da Aeronáutica.²²³ Burnier relata que,

²²⁰ CASTRO, Adyr Fiúza de. Op. Cit., p. 46

²²¹ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Op. Cit., p. 368

²²² Ibidem, p. 375

²²³ BRASIL, Decreto nº 66.608, 20 de maio de 1970, **Extingue o Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica e cria o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, aprova seu regulamento e dá outras providências**. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66608-20-maio-1970-408060-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

desde o golpe os militares já se dispunham a tomar parte na luta contra o comunismo, pois, segundo ele, “os chefes militares tinham absoluta certeza da incapacidade das polícias militar, civil e federal em controlar a penetração marxista dentro dos órgãos de comunicação e de administração pública, e, especialmente, dentro das próprias forças armadas”.²²⁴

É importante frisar que os três serviços de informações das FFAA - CENIMAR, CIE e CISA - eram serviços com dupla função, atuavam como serviços de inteligência na produção e coleta de informações solicitadas pelo SISNI, SNI ou respectivos ministérios militares, mas também diretamente na repressão física aos opositores da ditadura. De acordo com Fico, eles podem ser caracterizados como “órgãos mistos”, de informações e de segurança”, que “patrocinavam operações, ou seja, saíam às ruas para prender pessoas que seriam interrogadas, sendo conhecidos diversos relatos de presos políticos torturados por agentes desses órgãos”.²²⁵ A busca de informações por esses órgãos se dava por meio de interrogatórios, prisões, sequestros, vigilância, infiltração, enfim, toda a sorte de medidas a fim de obter informes ou informações que julgassem importantes para a segurança nacional.

Por último, é importante citarmos a atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), criado de forma ultrassecreta em 1966, era um centro de inteligência vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e subordinado ao SNI.²²⁶ O órgão atuou na clandestinidade durante toda a ditadura, sendo descoberta sua existência somente no ano de 2007. De acordo com Ananda Fernandes, o CIEEx foi criado pelo embaixador Manoel Pio Corrêa, secretário-geral de Relações Exteriores e ex-embaixador do Brasil no Uruguai. A historiadora afirma que o Brasil acumulava larga experiência no monitoramento de cidadãos considerados “perigosos”, especialmente aqueles ligados ao PCB e enquadrados na sigla do “Movimento Comunista Internacional”. Foi essa longa história da diplomacia brasileira na

²²⁴ BURNIER, João Paulo Moreira. Depoimento cedido a Maria Celina D’Araújo e Celso Castro em 1993. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. D; CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 190

²²⁵ FICO, Carlos. Op. Cit., 2001, p. 92

²²⁶ Destaco alguns trabalhos sobre o CIEEx: CASTILLO, Alessandra Beber. **Diplomacia e repressão política: a atuação do Centro de Informações do Exterior e da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores no Chile (1968-1973)**. 2015, 131f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 2015; PRADO, Mayra do. **A atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEEx) do Itamaraty de 1966 a 1986: a reexternalização do conflito ideológico**. 2017, 95f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2017; Capítulo 5, A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. In: BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório, volume 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Capitulo%205.pdf>>

espionagem internacional, aliada à experiência do embaixador Pio Corrêa no monitoramento dos exilados em território uruguaio, as bases para a criação do CIEEx.²²⁷

De acordo com Pio Penna Filho, a descoberta da existência do CIEEx foi importante para derrubar o mito de que a internacionalmente prestigiada diplomacia brasileira não colaborou (ou pouco colaborou) com a repressão política durante a última ditadura. Para o autor, o centro de informações do exterior foi um dos principais “elos do sistema repressivo montado pela ditadura brasileira que tinha relativo grau de interação com as outras ditaduras militares da região”.²²⁸ Ainda segundo o historiador:

A função maior do CIEEX era justamente essa: monitorar, vigiar e seguir os passos dos exilados brasileiros que ainda estavam na atividade política e não aceitavam a nova ordem, abastecendo a dita comunidade nacional de informações a par do que acontecia no exterior. Mas mesmo antes da criação do CIEEX, que só ocorreu em 1966, algumas embaixadas brasileiras já faziam o serviço de monitoramento dos exilados brasileiros.²²⁹

A principal função do CIEEX, portanto, era vigiar os opositores da ditadura que haviam deixado o Brasil; mas também vigiar governos e países que tivessem ideologia contrária ao país ou com presença de grupos organizados de denúncia das violações de direitos humanos ocorridas no Brasil. Conforme esclarece o autor, havia uma forte preocupação com a produção de informações estratégicas para o Estado brasileiro, especialmente sobre países vizinhos ou aqueles que de alguma forma pudessem interessar ao país, “como os Estados socialistas, por exemplo, para os quais havia uma atenção especial, sobretudo quando eram identificadas conexões com movimentos de esquerda ou pessoas no Brasil”.²³⁰ De acordo com Ananda Fernandes, o CIEEx concentrou a maior parte de suas atividades sobre países do Cone Sul, mas também atuou em países europeus. Havia agentes do serviço nas embaixadas de Montevidéu, Buenos Aires, Assunção e Santiago, no Cone Sul; na Europa Ocidental, em Paris, Genebra e Lisboa (destacadamente, após a Revolução dos Cravos, em 1975); no Leste

²²⁷ FERNANDES, Ananda Simões. Registros da espionagem durante a ditadura brasileira: o caso do Centro de Informações do Exterior. *Sillogés*, v. 1, n. 1. jan/jun. 2020. p. 133-134. As atividades de inteligência e espionagem da diplomacia brasileira no combate anticomunista é tema da tese de Adrianna Setemy, Cf. SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

²²⁸ PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo - o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 52, n. 2, 2009. p. 43

²²⁹ *Ibidem*, p. 46

²³⁰ *Idem*.

Europeu, em Praga, Moscou, Varsóvia e Berlim Oriental. Há indícios de que também teriam havido “bases” do CIEEx nas cidades de La Paz, Lima, Caracas e Londres.²³¹

O historiador Paulo César Gomes, ao pesquisar as relações entre a ditadura brasileira e a França entre 1964 e 1979, utilizou como fontes documentos oriundos tanto do CIEEx quanto da DSI do MRE. Segundo o autor, a troca de informações diplomáticas e atuação em países estratégicos - como a França - servia como “instrumento do aparato repressivo em seu objetivo de apoiar o combate ao comunismo internacional”.²³² Embora a instalação base do CIEEx na embaixada de Paris tenha ocorrido oficialmente somente em 1975, o historiador afirma que o órgão já atuava na capital francesa desde sua criação (em 1966) devido ao alto número de exilados brasileiros naquele país.²³³ Embora as atividades do CIEEx fossem prioritariamente na vigilância aos asilados e o recolhimento de informações políticas, econômicas e militares, Gomes afirma que também era do interesse do serviço acompanhar a cobertura das imprensas estrangeiras sobre o Brasil, bem como as publicações de oposição ao regime.²³⁴ A preocupação do órgão de inteligência com a causa anticomunista também era latente, o historiador apresenta em seu livro um documento com orientações do Plano Setorial de Informações do SISNI sobre quais temas deveriam ser abordados nos relatórios de inteligência vindos do exterior, tais como:

- Estudos sobre os centros de irradiação do Movimento Comunista Internacional
- As organizações internacionais de frentes comunistas: sede, histórico, processos de atuação, campanhas desencadeadas ou projetadas; líderes e militantes, congresso, assembleias, resoluções e atividades; agentes de influência; slogans difundidos; bases de apoio; temas explorados; objetivos a curto e longo prazo.
- Possibilidades de tomada do poder pelos comunistas, seja pela via eleitoral, seja pela ação violenta, em particular na América Latina;
- A propaganda comunista: origem, incidência e temas explorados; graus de intensidade no seio das diferentes camadas sociais; agentes de influência; receptividade obtida (...)²³⁵

Podemos notar, desse modo, que a atividade de inteligência desenvolvida no exterior pelo CIEEx era de enorme importância para a produção de documentos pelos demais órgãos do SISNI, especialmente no que se refere ao temido “Movimento Comunista Internacional”, que como veremos no segundo capítulo, era um dos temas recorrentes nos órgãos de inteligência. Com a pesquisa de Daniel Samways sobre o anticomunismo paranoico do SNI - a partir da

²³¹ FERNANDES, Ananda Simões. Op. Cit., 2020. p. 137

²³² GOMES, Paulo César. **Liberdade vigiada**: as relações entre a Ditadura Militar brasileira e o governo francês: do golpe à Anistia. Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 95

²³³ Ibidem, p. 96-97

²³⁴ Ibidem, p. 98

²³⁵ “Serviço Nacional de Informações no Exterior”. 21/6/1971. Ofício n. 605. Apud GOMES, Paulo Cesar. Op. Cit., p. 100

revista “Comunismo Internacional” -, notamos como a atividade de inteligência desenvolvida no exterior era importante como fonte neste tipo de documentação, especialmente devido à divisão de suas seções que traziam análises sobre América Latina, Europa ocidental e oriental, África e Ásia; mas também sobre as campanhas internacionais “contra” o Brasil no estrangeiro.²³⁶ De acordo com o historiador, “o número considerável de exilados e de pessoas que poderiam realizar campanhas contra o Brasil na Europa eram alvo do monitoramento não apenas do SNI, mas de outros órgãos de informações da ditadura, como o Centro de Informações do Exterior (CIEX)”.²³⁷

Acima fizemos a distinção entre a atuação “híbrida” dos órgãos de inteligência das FFAA e a atuação estritamente informacional do SNI. Reforçamos que o SNI era um órgão civil, embora tenha sido chefiado apenas por militares de alta patente, e, teoricamente, não deveria se envolver diretamente nas prisões, interrogatórios, torturas, ou caça aos opositores. O que não significa que o serviço não fosse um dos principais órgãos repressores da ditadura, afinal ele era responsável pela vigilância, investigação, espionagem, esquadrinhamento da vida de milhares de cidadãos brasileiros e estrangeiros, e geralmente responsável por entregar a “cabeça” de indivíduos para a repressão física direta.

Pesquisas mais recentes, como as de Aloysio Castelo de Carvalho, influenciadas pelo relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), afirmam que, sim, os agentes do SNI envolviam-se diretamente na repressão política. Para Carvalho, assim como os serviços de informações com funções “naturalmente híbridas”, como era o caso dos serviços das três armas, o SNI também pode ser analisado sob esta perspectiva. Segundo o autor:

É preciso considerar que os agentes do SNI participaram nas operações de segurança, isto é, envolveram-se nos processos de busca que resultaram em prisões e interrogatórios com base em torturas. Os agentes do SNI atuaram de forma articulada com os órgãos de segurança no combate direto aos grupos de esquerda. A estrutura da Oban [Operação Bandeirantes] em São Paulo ilustra essa observação. O chefe da Agência de São Paulo do Serviço Nacional de Informações fazia parte do centro de coordenação da Oban [...] Essas evidências nos permitem imaginar que a inserção do SNI na estrutura de um órgão de segurança, como no caso da Oban, se repetiu com a criação do sistema DOI-Codi.²³⁸

Algumas questões levantadas pelo relatório final da CNV também vão nessa direção, quando, por exemplo, afirma-se que:

Dentro da chamada comunidade de informações, o SNI revelou-se o único organismo a ter as funções definidas, que eram coletar, armazenar, analisar, proteger e difundir informações sobre os opositores do regime. Mesmo assim, abrigou oficiais como o coronel Freddie Perdigão Pereira, que executava ações

²³⁶ SAMWAYS, Daniel Trevisan. Op. Cit., p. 142-143

²³⁷ Ibidem, p. 181

²³⁸ CARVALHO, Aloysio Castelo de. Op. Cit., 2019, p. 62-63

clandestinas, nas quais não havia acatamento à disciplina e à hierarquia militar. Ele foi o responsável por várias mortes e atentados, como o que vitimou Zuzu Angel e o do Riocentro.²³⁹

Por fim, apresentada a estrutura principal do complexo de informações, espionagem e perseguição política, que viria a constituir o Sistema Nacional de Informações (1970)²⁴⁰ - ou “comunidade de informações” - devemos esclarecer alguns conceitos básicos para que compreendamos o funcionamento e a produção de documentos desses órgãos de inteligência indispensáveis para a manutenção da Ditadura de Segurança Nacional.

2.4 O SNI E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA DA DITADURA

A principal função de um serviço de inteligência é a produção da *informação*, que serve para assessorar na tomada de decisão de determinado governante e/ou manter determinado governo/Estado devidamente informado sobre questões que lhe interessem. Os cursos de informação ministrados na ESG e o SFICI produziram uma série de apostilas doutrinárias, folhetos, fichas, relatórios, programas de aulas, etc., sobre conceitos básicos envolvendo as atividades dos serviços secretos.

Segundo o “Glossário de Informações” produzido em 1960 e utilizado pelos agentes do SNI posteriormente, a informação é “produto da reunião, avaliação, análise, integração e interpretação de todos os informes disponíveis sobre determinado assunto”. O informe, por sua vez, é “1- documento ou mensagem que relata um fato, do campo de observação ao órgão pesquisador; 2- documento que apresenta um fato, avaliado ou não, para divulgação; “matéria-prima” a ser estudada para compor uma informação”.²⁴¹

O historiador Carlos Fico esclarece que as informações e os informes tinham caráter informativo e estimativo, podendo ser de tipo interno ou externo, e que o SNI enquanto órgão coordenador do Sistema Nacional de Informações tinha responsabilidade estrita na difusão

²³⁹ BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório, volume 1. Brasília: CNV, 2014. p. 118

²⁴⁰ O SISNI foi instituído a partir do 1º Plano Nacional de Informações, em 1970, sendo coordenado pelo SNI, faziam parte do SISNI o próprio SNI e os demais sistemas setoriais de informações existentes: dos ministérios civis (DSIs, ASIs e AESIs), ministérios militares (CIE, CISA, CENIMAR, 2ª Seções, Estado Maior das Forças Armadas e Estados Maiores do Exército, Aeronáutica e Marinha). Havia ainda participação dos serviços de informações dos DOI-CODI, DOPS, DEOPS, Polícias Federal, Civil e Militares. O SISNI foi comumente chamado apenas por “comunidade de informações”. Cf. ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E; SOUZA, Tereza E. de. Op. Cit., p. 109 e p. 276-277

²⁴¹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Informante do Regime Militar. **GLOSSÁRIO** de Informações. BR. AN, RIO, X9. O. TAI.1/13. p, 24

desses documentos.²⁴² O Manual Básico da ESG também se preocupou em definir conceitos importantes sobre o funcionamento dos serviços de informações:

Informe - é qualquer dado (observação, fato, relato, ou documento) que possa contribuir para o conhecimento de determinado assunto.

Denomina-se **Fonte de Informes** as pessoas, organizações ou documentos dos quais se obtém informe. [...]

Informação - é o conhecimento de um fato, ou situação, resultado de um processamento inteligente de todos os informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação, devendo sempre atender a uma necessidade de planejamento, de execução e de acompanhamento de atos decisórios.²⁴³

A apostila “Conceitos sobre Informações” de 1960, traduzida para português, inglês e espanhol, também é esclarecedora para a compreensão do funcionamento dos serviços de informações. Segundo tal apostila, as informações “são os conhecimentos necessários aos políticos e chefes para tomarem decisões acertadas, devendo também serem proporcionadas por um órgão especializado”. Embora, conforme aponta a apostila, possa haver divergência sobre o grau de utilidade de uma informação para tal fim, essa responsabilidade “amplia consideravelmente a tarefa de um órgão de informações, e alivia os dirigentes do trabalho de estudar grande soma de dados”.²⁴⁴

Além de discorrer sobre o papel das informações, a apostila ainda levanta questões importantes sobre os “ciclos de informações”, caráter dos informes, diferentes tipos de informações, questões sobre os procedimentos para busca de informações e elaboração e difusão das informações. O ciclo de informações inicia-se na busca dos informes, que é um “documento formulado pelo agente de informações que expressa sua certeza ou opinião sobre um fato ou situação passada ou presente”.²⁴⁵ A busca pelo informe, “matéria prima” de um documento de inteligência, pode ser por meio de agentes-espiões voluntários ou funcionários do serviço secreto; obtido o informe ele é enviado aos agentes produtores de informações para sua avaliação e elaboração e a outros destinatários que possam interessar; e por fim há a difusão destes materiais produzidos - informações, relatórios, dossiês, fichas biográficas - aos órgãos que compõem o sistema de informações e a outros órgãos que possam interessar.²⁴⁶

Priscila Antunes chama este processo de “ciclo de inteligência”, que consiste em “um processo no qual as informações coletadas principalmente pelas agências de inteligência são postas à disposição de seus usuários”. Definidos em duas grandes etapas: coleta e análise de

²⁴² FICO, Carlos. Op. Cit., 2001, p. 95-96

²⁴³ BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit., p. 302

²⁴⁴ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Informante do Regime Militar. **CONCEITOS** sobre Informações. BR AN, RIO, X9.O.TAI. 1/11. p. 3

²⁴⁵ ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E; SOUZA, Tereza E. de. Op. Cit., p. 178

²⁴⁶ ARQUIVO NACIONAL. **CONCEITOS** sobre Informações. Op. Cit., p. 6-7

informes e informações realizadas por diversos órgãos.²⁴⁷ Conforme a autora, sem dúvidas os ciclos iniciais (os posteriores envolvem a produção e difusão) de coleta de informações são os mais conhecidos, geralmente referem-se a “informações necessariamente relacionadas com a defesa e a segurança nacional, coleta de dados relevantes sobre capacidades, potencialidades e intenções de alvos que podem estar protegidos ou cujo acesso é restrito”.²⁴⁸

A busca de informes e produção das informações deveria seguir algumas diretrizes expostas nas apostilas doutrinárias elaboradas pela ESG, SFICI e posteriormente pela Escola Nacional de Informações (ESNI). Os informes e informações poderiam ser conquistados facilmente via um informante (remunerado ou voluntário-delator). Conforme o Glossário de Informações, os informantes eram quem “consciente ou inconscientemente fornece informes, permanente ou temporariamente, a agentes ou outro membro de um serviço de informações”. O informante ainda poderia ser, ou não, apresentado como origem ou fonte.²⁴⁹

De acordo com Marionilde Brepohl de Magalhães, muitos informantes da ditadura foram ideologicamente convencidos que deveriam colaborar com o regime. A historiadora analisa os aparelhos de repressão e informação a partir da chamada “lógica da suspeição”, especialmente no que se refere ao trabalho dos informantes e espiões no ciclo de inteligência. Segundo a autora, “todos eram convidados a participar da Comunidade de Informações, suspeitando de tudo e de todos que os cercassem, como que movidos por um sentimento de ameaça permanente”, uma vez que, na visão desses informantes, “o inimigo jamais descansa, está sempre ali e acolá, mudando de tática, aliciando pessoas, incitando à desordem”.²⁵⁰

Contudo, geralmente os agentes/espiões deveriam realizar operações para conseguir determinado informe, sejam escutas telefônicas, espionagem, infiltração etc. Conforme relata Mariana Joffily, a obtenção das informações, pelos diversos órgãos do aparato repressivo e de informações, era um processo que poderia ser tão violento quanto complexo:

Os métodos de vigilância, detenção e obtenção de informações não eram convencionais. Os trabalhos normalmente se dividiam nas tarefas de busca e captura de militantes políticos, interrogatório dos detidos e análise das informações coletadas. Os agentes não utilizavam farda ou carros oficiais, mesmo os militares eram orientados a deixar de lado os elementos distintivos que os caracterizavam. Lançavam mão de disfarces variados, normalmente de funcionários de serviços públicos, como telefonia, recolhimento de lixo, saneamento básico ou manutenção

²⁴⁷ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Op. Cit., p. 29

²⁴⁸ Ibidem, p. 31

²⁴⁹ ARQUIVO NACIONAL. GLOSSÁRIO de informações. Op. Cit., p. 24.

²⁵⁰ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*. v. 17, n. 34, 1997.

da rede elétrica. Operavam frequentemente além da fronteira da legalidade desrespeitando a legislação autoritária pelo próprio regime.²⁵¹

Outra fonte bastante recorrente para os serviços de informações, desde os tempos do SFICI, era a grande imprensa, especialmente os jornais. Foi produzida uma norma interna, que provavelmente também fazia parte de uma apostila maior, indicando qual tipo de conteúdo deveria ser procurado na imprensa. Sobre questões de política interna deveriam ser recortados: 1) discursos de Chefes de nações; 2) Atividades e decisões das casas do Congresso e suas comissões; 3) Vida interna dos partidos, atitudes e declarações importantes de seus líderes; 4) movimentos e organizações de massas; 5) Atitudes de cunho político nas Forças Armadas; 6) Artigos importantes e comentários sobre o governo e da vida política. Também deveriam ser buscadas notícias sobre questões relativas à política econômica, indústria e economia rural. A política exterior também deveria receber atenção, especialmente notícias sobre países socialistas, sobre os EUA, países europeus, asiáticos, e notícias sobre acordos internacionais que poderiam interessar ao Brasil. Ainda há destaque para recorte de notícias sobre países da América Latina, bem como os acordos que se mantinham no continente, como a Aliança para o Progresso ou de entidades como a Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe).²⁵²

Nesse complexo ciclo de inteligência, cabia a Agência Central do SNI em Brasília - que teve chefes notórios como João Figueiredo (1964-1967) e Newton Cruz (1977-1983) -, além da tarefa de estabelecer a ligação com as outras agências do serviço e com órgãos cooperadores do SISNI; especialmente, processar todos os informes e informações e difundir-los; planejar e implementar os planos de informação e de contrainformação; acionar seus órgãos de busca; instruir e treinar pessoal; arquivar a documentação de modo a permitir consulta e manter seus fichários devidamente atualizados.²⁵³ Cabia também à AC-SNI, produzir, em nível adequado às demandas nacionais, documentos e avaliações de inteligência demandados pelo Ministro-Chefe; propor, orientar, coordenar e executar medidas de contra-informação e contra-espionagem; indicar pessoal para cursos e estágios na ESNI ou no exterior; realizar operações de informações em qualquer parte do país quando demandadas

²⁵¹ JOFFILY, Mariana. O aparelho repressivo: da arquitetura ao dismantelamento. In: REIS, Daniel A; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 165

²⁵² ARQUIVO NACIONAL. **Norma “recortes de jornais”**, relacionando os assuntos de interesse que se deve buscar em jornais para recortá-los. Fundo: Informante do Regime Militar. BR RJ ANRIO X9. 0. TAI. 3/11.

²⁵³ BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Op. Cit., p. 118

pelo Ministro-Chefe ou pela Presidência da República; além de fiscalizar e normatizar o funcionamento geral do SISNI.²⁵⁴

A título de exemplo, destacamos a informação nº 0538 produzida pela Agência Central do SNI (AC-SNI), baseada especialmente em dois editoriais da grande imprensa com críticas de caráter anticomunista a Dom Paulo Evaristo Arns.²⁵⁵ Em 03 de outubro de 1979, o jornal O Globo publicou um editorial intitulado “Flores de Moscou” condenando o encontro entre o histórico líder comunista Gregório Bezerra e o cardeal Arns. O líder comunista teria assistido a missa e ao final presenteado o cardeal com um ramallete de flores, o que foi suficiente para gerar uma onda de críticas ao clero "progressista" e corroborar as teses da comunidade de informações sobre a "infiltração comunista na Igreja". Segundo relatou a AC-SNI, “a matéria condena veementemente a conduta daquela autoridade eclesiástica de SÃO PAULO” que representava, em realidade o chamado "progressismo pós-conciliar, uma linha teológica, evangélica e pastoral crescentemente desviada do magistério tradicional da Igreja de Pedro e dos Mandamentos Vaticanos”. A mesma informação também abordou o editorial “A CNBB, a retórica e os atos” do jornal O Estado de São Paulo, de 07 de outubro de 1979, que igualmente questionava as contradições daquela instituição eclesiástica, que dias antes havia defendido o cardeal Arns contra os ataques sofridos devido a seu encontro com Gregório Bezerra. Ao final da informação tem os anexos com recortes dos editoriais citados e outras matérias que abordaram o encontro entre o comunista e o religioso.²⁵⁶

Reforçamos, desse modo, que os serviços de inteligência da ditadura, embora atuassem com elevado grau de profissionalismo na espionagem, vigilância e produção de informações, eram também responsáveis, em grande medida, pela inculpação generalizada de todos aqueles que poderiam representar um perigo. Para os órgãos da comunidade de informações, “ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção”. De acordo com Carlos Fico, indo ao encontro do que Magalhães denominou de “lógica da suspeição”:

Para um membro da comunidade de informações, nunca era surpreendente encontrar indícios desabonadores quando se investigava alguém. Supunha-se que uma conspiração estava em curso (justamente a escalada do “movimento comunista internacional”) e que ela era capaz de envolver incautos, considerados “inocentes úteis”. Dese modo, tomados inteiramente pela desconfiança sistemática, os agentes de informações desenvolveram algumas técnicas de trabalho capazes de gerar culpados em quantidade compatível com o forte sentimento anticomunista que estavam tomados.²⁵⁷

²⁵⁴ ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E; SOUZA, Tereza E. de. Op. Cit., p. 46-47

²⁵⁵ Cf, figuras 1.3 e 1.4 nas páginas 81-82

²⁵⁶ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 0538/19/AC/79, 30 de outubro de 1979.

²⁵⁷ FICO, Carlos. Op. Cit., 2001, p. 100-101

Classificar as fontes e as informações oriundas destes trabalhos de campo dos agentes, espíões e informantes era uma tarefa complexa. O SNI utilizava uma norma sobre idoneidade da fonte e avaliação do informe e informação. Segundo essa norma, a confiança da fonte deveria variar entre A e F e a exatidão do informe/informação entre 1 e 6. Uma informação avaliada A1, por exemplo, era uma informação “absolutamente idônea” que foi confirmada por outras pessoas, recebendo avaliação máxima. Um nível intermediário seria uma informação C3, ou seja, “razoavelmente idônea” e “provavelmente verdadeira”. Já uma informação F6, seria uma informação indeterminada ou que não pode ser julgada.²⁵⁸ O Gal. Fiuza de Castro explica essa questão:

Há seis níveis de fonte e seis graus de veracidade do informe: A, B, C, D, E, F e 1, 2, 3, 4, 5, 6. Um informe A-1 é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de ser verdade. Então guarda-se e classifica-se: A-1. Se o informe é F-6, significa que não se pode saber a idoneidade da fonte, pode ser um maluco qualquer, e a probabilidade de ser verídico é muito reduzida. Mas tem-se que arquivá-lo. Se formos fuçar os arquivos dos órgãos de informações, vamos encontrar informações extremamente falsas, mas que foram arquivadas porque não podiam ser jogadas fora. Não se pode.²⁵⁹

Embora o general tenha razão quando afirma que muito do que foi produzido e arquivado pelos serviços de informações eram falsidade, temas supérfluos e espantalhos - como veremos claramente quando se trata da paranóia anticomunista desses órgãos -, o oficial avalia que a grande maioria daquilo que era produzido era avaliado como de nível intermediário, “o grosso caía em C”. Todavia, os documentos que foram selecionados para essa pesquisa têm um grau elevado de fidedignidade. A maioria varia entre A e B, como é o caso da informação acima mencionada, que por se tratar de editoriais de imprensa, portanto passíveis de questionamento, foi avaliada em B-2; ou um informe produzido pela Agência do SNI no Rio de Janeiro acerca da estrutura do PCB no estado, que recebeu avaliação A-1, provavelmente por ser resultado da infiltração de agentes do SNI nas reuniões do partido, visto que cita nomes de futuros dirigentes e suas funções no novo diretório estadual.²⁶⁰

Até a década de 1970 os serviços ainda atuavam com certo amadorismo, não havia uma uniformização de técnicas para obtenção de informações, espionagem ou contra-espionagem. Carlos Alberto da Fontoura, ministro-chefe do SNI entre 1969 e 1974, no auge da repressão dos anos Médici, ordenou que fosse elaborado em 1970 o primeiro Plano Nacional de

²⁵⁸ ARQUIVO NACIONAL. **Sobre o Informe**. Fundo: Informante do Regime Militar. BR AN, RIO, X9. 0. TAI. 3/9. p. 1-2

²⁵⁹ CASTRO, Adyr Fiuza de. Op. Cit., p. 47

²⁶⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informe nº 011/16/75/ARJ/SNI, 12 de maio de 1975.

Informações (PNI), justamente para tentar uniformizar as ações dos serviços de informações por meio de uma “doutrina nacional de informações” e atribuindo a cada um dos órgãos atribuições específicas e metas a serem cumpridas, garantindo a função integradora e, especialmente, *coordenadora* para o SNI. Conforme Carvalho, o PNI “se tornou a base legal para criação, no ano de 1970, do Sistema Nacional de Informações (SISNI)”.²⁶¹

Como o PNI afirmava que deveria ser formulada uma “doutrina nacional de informações” que possibilitasse uma maior uniformidade nas ações e operações do SISNI, os oficiais da área de informações, entendiam que o curso de informações da ESG já não atendia plenamente a esses objetivos. Era necessário formar agentes de informações que se adequassem às novas demandas e à conjuntura política vivida na década de 1970. Fontoura então propôs ao ditador Garrastazu Médici que fosse fundada uma escola responsável pela formação na área de informações, e prontamente teve uma resposta positiva. Oficiais das FFAA foram, novamente, mandados para o exterior para estudar a formação de quadros dos diversos serviços de informações do mundo, especialmente os dos EUA, Alemanha, Israel, França e Inglaterra. Entre esses oficiais estava o Gal. Enio dos Santos Pinheiro, que viria a ser o primeiro diretor da Escola Nacional de Informações (EsNI) fundada em 1972.

Conforme o depoimento de Enio dos Santos Pinheiro, que também havia sido responsável por organizar a Agência Central do SNI em Brasília, ele foi designado para fundar uma escola “ecclética”, que deveria fazer a integração entre civis e militares para formar homens capazes de atuar na área de informações. O general afirma que os estadunidenses ofereceram um curso para ele na CIA que deveria durar seis meses, onde ele teria recebido instruções de agentes da CIA e do FBI no seu próprio quarto de hotel em Washington. O general relata que após o curso na CIA chegou ao Brasil, reuniu todo o seu material e começou a elaborar o projeto e os materiais da escola. Em suas palavras: “quando cheguei, peguei todo o material e fui mostrar ao presidente para combinar a forma como iríamos empregá-lo. Dei umas pinçadas e fui fazendo documentos brasileiros baseados em documentos americanos, sem dizer a fonte”.²⁶²

Os militares se orgulhavam da escola fundada em 1972. Segundo Carlos Alberto da Fontoura, “era uma escola completa, com tudo de bom que as outras tinham (...) Foi muito bem feita, muito bem construída e muito elogiada por chefes de serviços de informações

²⁶¹ CARVALHO, Aloysio Castelo de. Op. Cit., p. 49

²⁶² PINHEIRO, Enio dos Santos. Depoimento concedido aos organizadores em 1992. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. D; CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 133-135

estrangeiros, que a visitavam como uma das melhores do mundo”.²⁶³ Conforme relatou Ênio Pinheiro:

Em Brasília, quem for à Escola de Informações cai duro. É uma universidade enorme! Tem mil metros de frente por duzentos de fundo, toda gramada. Ali havia escola de idiomas e três cursos A, B e C - o curso A durava um ano. A escola encampou os cursos que havia nas demais instituições, para facilitar: o curso de informações da Escola Superior de Guerra foi transferido para lá - era o curso mais alto, de analista de informação. levou também os cursos do Exército, do CEP, no Leme, que tinha línguas e uma escola de informação.²⁶⁴

Realmente a grandiosidade da EsNI impressionava e demonstrava a importância que a área de informações tinha para a ditadura. Além dos três cursos de informações que formavam civis, militares e políticos na área, a escola tinha cursos de inglês, espanhol, francês, alemão, italiano, árabe e russo. Havia um *stand* de tiros, sala de cinema e até um estúdio de televisão foi criado para o ditador João Figueiredo (Ministro-Chefe do SNI entre 1974-1978) gravar seus pronunciamentos oficiais.

De acordo com Ishaq, Franco e Souza, a ESNI era diretamente subordinada ao Ministro-Chefe do SNI, e oferecia aos agentes do SNI e demais órgãos da comunidade de informações 25 tipos de estágios e cursos para funcionários de nível médio e superior, tais como: analista, contra-espionagem, contra-informação, operações, análise de propaganda, segurança das comunicações, retrato falado etc.²⁶⁵ Como não poderia deixar de ser, os cursos na EsNI eram impregnados pela DSN e por um forte anticomunismo, estudava-se desde os problemas socioeconômicos brasileiros até uma profunda e enviesada história do comunismo, desde as doutrinas de Marx até as revoluções russa, chinesa e cubana. O PCB e os comunistas brasileiros também eram conteúdo dos cursos de informações.²⁶⁶ Contudo, segundo Lucas Figueiredo, a formação de um agente de informações se dava realmente na prática das operações e na espionagem, “o máximo que a escola conseguia dar era uma visão geral das atividades de um serviço secreto, com uma forte carga ideológica anticomunista”.²⁶⁷

Conforme Fabiana Andrade, o objetivo principal da ESNI “consistia em cooperar com o desenvolvimento da Doutrina Nacional de Informações e na formação de agentes”.²⁶⁸ A

²⁶³ FONTOURA, Carlos Alberto da. Depoimento concedido a Gláucio A. D Soares e Maria Celina D’Araújo em 1993. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. D; CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 94

²⁶⁴ PINHEIRO, Enio dos Santos. Op. Cit., p. 133

²⁶⁵ ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E; SOUZA, Tereza E. de. Op. Cit., p. 139

²⁶⁶ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 225-226

²⁶⁷ Ibidem, p. 234

²⁶⁸ ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar.** 2014, 139 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História. Franca, SP: 2014. p. 78

primeira grande produção da escola para elaboração de tal doutrina de informações foi o Manual de Informações (M-07) de 1976, que segundo a historiadora era considerado um “guia da comunidade de informações”, na medida em que “articulava dados respectivos à questões básicas do cotidiano de uma agência de informações, até aspectos mais específicos da atividade de coleta e análise de informações”.²⁶⁹ A ESNI seria responsável por capacitar agentes de todos os órgãos de inteligência e demais órgãos e funcionários da administração pública. As conclusões da autora são interessantes para pensarmos até que ponto a ESNI e o SNI estavam envolvidos somente na formação de agentes para a área de informações. Os diversos cursos ministrados envolviam uma formação de natureza política e policial para conhecer e combater os inimigos internos - especialmente os comunistas -, os agentes/estudantes eram capacitados acadêmica e ideologicamente para buscar informes, fazer escutas, espionagem, produzir informações, mas, também, para efetuar prisões e aplicar técnicas de interrogatório - com prática de tortura - para obtenção de informações, nas palavras da autora, “a própria composição curricular da escola esbarrou, concomitantemente, no viés autoritário presente no regime militar, ao ensinar diversas técnicas que caracterizavam tortura”.²⁷⁰

Para os estudiosos especialistas no tema dos serviços de informações, como Antunes, “a atividade de inteligência é uma componente atual e significativa do poder de Estado”, e a definição de inteligência empregada pelas ditaduras - como coleta e análise de informações para a defesa da “segurança nacional” - seria uma definição imprecisa, uma vez que o próprio conceito de Segurança Nacional é impreciso. No caso da ditadura brasileira, a imprecisão desta definição e das funções desempenhadas pelos serviços de informações era justamente o que interessava aos donos do poder.

No Brasil, assim como nos demais países do Cone Sul, existe uma forte desconfiança em relação a essa atividade, que decorre do perfil assumido por seus órgãos de informações durante o ciclo recente de regimes militares. **Nesses países, os serviços de informações converteram-se em estados paralelos com alto grau de autonomia, enorme poder e capacidade operacional.**²⁷¹

O Sistema Nacional de Informações que se formou no Brasil em 1970, ao reunir órgãos como SNI, CIE, CENIMAR, CISA, CIEEx, DPF, DSIs, ASIs, e órgãos de informações das Polícias Cíveis e Militares - centralizado e coordenado pelo Serviço Nacional de Informações - atuava como um órgão de repressão preventiva. Essa modalidade não diminuía a repressão de

²⁶⁹ Ibidem, p. 81

²⁷⁰ Ibidem, p. 130-133

²⁷¹ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Op. Cit., p. 19 [grifos meus]

fato, exercida diretamente através das prisões ilegais, torturas, desaparecimentos e assassinatos, ao contrário, uma alimentava-se da outra. Pois, “nas ditaduras do Cone Sul, a atividade de informações confundiu-se com a segurança nacional, portanto, qualquer ato em nome desta estava justificado”.²⁷²

Carlos Fico classifica o SISNI montado pela ditadura como um “sistema leviano de inculpação de pessoas, orientado pela suspeição universalizada”, ao analisarmos a produção dos órgãos de informações sobre o movimento comunista ou mesmo sobre os militantes comunistas do PCB, compreendemos tal afirmativa.²⁷³ Fazendo uma pesquisa pelo termo “Movimento Comunista Internacional” no Fundo do SNI disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), encontramos 1468 registros de documentos que remetem ao assunto, já se pesquisarmos por “Partido Comunista Brasileiro” encontramos 5639 resultados. Ressalte-se que esses são documentos apenas do fundo do SNI, desconsiderando os demais acervos dos órgãos de inteligência e repressão disponíveis.²⁷⁴ Fazendo pesquisas por esses e outros termos similares, notamos o nível de obsessão com o combate ao inimigo comunista. Para analisarmos tal produção anticomunista da comunidade de informações da ditadura brasileira selecionamos uma pequena parte desse imenso acervo, em torno de setenta documentos, entre informes, informações, relatórios, dossiês e apostilas doutrinárias, cabe algumas palavras sobre eles.

A partir do ano de 1970, quando é oficializada a criação do SISNI por Garrastazu Médici, percebemos que há um aumento considerável na produção de documentos por parte do SNI. Na primeira metade da década, enquanto ainda existia o problema da luta armada contra a ditadura, assuntos genéricos envolvendo o fantasma do MCI são os que mais se destacam. É importante ressaltar que desde antes, já no início da presidência de Médici, em 1969, percebe-se uma mudança na produção do SNI. Na virada de 1969 para 1970 circula uma extensa apreciação da AC-SNI intitulada “novos problemas na guerra psicológica desencadeada pelo MCI”, sobre as novas táticas dos comunistas. Conforme avaliação da agência, os comunistas seriam os responsáveis pelas “limitações democráticas” impostas pelo AI-5, como fechamento do Congresso e fim do *habeas corpus*, por exemplo. Neste documento é citada a “firme atuação das autoridades, opondo a estratégia do MCI uma estratégia de atuação nacionalmente definida”, além do descrédito dos “intelectuais de

²⁷² FERNANDES, Ananda Simões, Op. Cit., 2018, p. 62

²⁷³ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 180

²⁷⁴ A pesquisa no site do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) foi realizada em julho de 2021.

esquerda” aliado ao “progressivo dismantelamento dos grupos terroristas”, especialmente dos “padres progressistas, que traíram a igreja e exploravam o elevado espírito cristão do povo”. Por conta desse clima hostil ao comunismo, na visão da AC-SNI, os agentes do MCI “passaram a adotar táticas mais sutis, visando obter brechas para solapar o inequívoco prestígio do governo, sendo de notar que estão colhendo melhores resultados na área internacional do que no campo interno”. Devido ao prestígio que o governo vinha supostamente conquistando, os comunistas estavam se infiltrando na imprensa - nacional e internacional -, com a finalidade de atacar o Brasil e o governo. As demandas que os comunistas instrumentalizavam em seu favor seriam: I- contestar, em nome dos Direitos Humanos, os julgamentos dos opositores do regime; II - reclamar a redemocratização do Brasil; III - luta pelo restabelecimento do *Habeas Corpus*.²⁷⁵

A apreciação da AC-SNI é um exemplo de documento produzido pela Comunidade de Informações que aborda diversos assuntos acerca do tão perigoso “movimento comunista internacional” demonstrando a preocupação com a atuação indefinida do “inimigo interno”. Iguais a este existem muitos documentos que avaliam a infiltração do comunismo na imprensa, Igreja Católica, nas universidades, nas Forças Armadas e no próprio governo. Conforme aponta Nilson Borges, a atuação dos sistemas de inteligência e repressão gerou uma "síndrome de tensão-pressão dentro do próprio aparelho militar”, que via em tudo uma suposta atuação ou infiltração do MCI.²⁷⁶

A partir das eleições de 1974, que representaram uma grande derrota para a ditadura e consolidaram o MDB como partido de oposição ao governo ditatorial, percebemos que há novamente uma mudança na produção dos órgãos de informações. A derrota nas eleições coincidiu um conturbado contexto político marcado pela ascensão de Ernesto Geisel ao comando do Executivo, a crise política se acentuaria ao longo da presidência do “ditador da abertura”, como ficou conhecido por alguns. Essa conjuntura, também marcada pela derrota dos projetos revolucionários que pegaram em armas, fez com que o PCB, o velho e jamais esquecido partido comunista, voltasse ao centro das atenções. A partir daí percebe-se uma enorme produção de informações sobre o partido, seus militantes, sua estrutura, suas publicações e discussões partidárias, tudo isso porque a ditadura atribuiu a vitória do MDB ao resultado de uma “infiltração comunista”. Essa obsessão anticomunista alimentada pelos órgãos de informações contra o PCB vai resultar na onda de repressão aos militantes

²⁷⁵ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Apreciação nº 8 C-4, 31 de dezembro de 1969.

²⁷⁶ BORGES, Nilson. Op. Cit., p. 23

comunistas que se intensificou entre 1975 e 1976. Uma informação de junho de 1975, produzida pelo Centro de Informações do Exército e difundida para a AC-SNI, tratou a questão da seguinte forma:

Nessas condições chegamos a novembro de 1974, quando foram realizadas eleições parlamentares em todo o País. Nessas eleições, [o] partido da oposição, MDB, apoiado pelo PCB conforme orientação externa, conseguiu aumentar expressivamente o número de seus representantes. Consequentemente, foram eleitos senadores e deputados federais e estaduais comprovadamente de esquerda, além de vários simpatizantes do credo vermelho e grande número de inocentes úteis.²⁷⁷

Passaram a ser espionados diversos militantes de ambos os partidos, suas publicações em jornais da grande imprensa, seus encontros partidários e congressos, as informações, relatórios e dossiês sobre a suposta atuação do PCB dentro da oposição consentida aumentaram exponencialmente. Os “inocentes úteis” a serviço do “credo vermelho” foram alvos de todos os serviços de informação e repressão, engajando os órgãos do SISNI e do SISSEGIN em diversas *operações de informações*. Segundo Aloysio Castelo de Carvalho em amplo estudo sobre o papel da inteligência ao longo da ditadura, as revelações das informações sobre os inimigos internos, especialmente os comunistas, “justificavam a existência e o prosseguimento das operações de inteligência, sempre em busca de novos alvos”.²⁷⁸ Conforme avalia o historiador:

Essas avaliações sobre os inimigos internos indicavam a necessidade de continuidade das políticas de segurança e legitimavam a perpetuação de ampla estrutura repressiva montada pelo regime. Auxiliadas pelos órgãos de informações militares, as Forças Armadas deveriam continuar a ocupar lugar central nas decisões do Estado, preservando uma posição monopolista no esquema de poder a fim de garantir a segurança nacional.²⁷⁹

Neste capítulo introdutório procuramos aproximar o leitor dos temas relacionados ao anticomunismo na história do Brasil republicano, especialmente relacionando-o à nova ordem mundial de hegemonia estadunidense no pós Segunda Guerra, que gerou um aprofundamento do domínio político, econômico e ideológico dos EUA na América Latina. A DSN, aplicada em diversos países, é produto desse mundo dividido entre comunismo e anticomunismo no período da Guerra Fria. No Brasil, a ditadura implantada em 1964 amparou-se nesse conjunto doutrinário para orientar as políticas desenvolvidas pelos militares e as elites civis que tomaram o poder. A montagem do aparato repressivo e de informações da ditadura brasileira era orientada pela vigilância e combate preventivo ao “inimigo interno”, prioritariamente o

²⁷⁷ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações. - BR DFANBSB V8. Informação nº: 1128/ S-102-A5-CIE, 26 de junho de 1975.

²⁷⁸ CARVALHO, Aloysio Castelo de. Op. Cit., 2021. p. 153

²⁷⁹ Ibidem, p. 155

inimigo comunista que na visão da espionagem se infiltrava no país e seguia atuando com o objetivo de derrubar o governo ditatorial, implantar o comunismo e subordinar o Brasil ao domínio soviético ou chinês, assim como teria ocorrido em Cuba, por exemplo.

Tendo em vista essas questões, dois grandes temas - as novas técnicas de infiltração e de atuação do “movimento comunista internacional” no Brasil; e a vigilância ao PCB aliada a instrumentalização do anticomunismo para combater a distensão de meados da década de 1970 - serão o fio norteador dos próximos capítulos, onde analisaremos aquilo que Carlos Fico chama de “ânsia persecutória de base anticomunista” da comunidade de informações da ditadura brasileira.²⁸⁰

²⁸⁰ FICO, Carlos. Op. Cit., 2004, p. 80

CAPÍTULO 3: A PRODUÇÃO ANTICOMUNISTA DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES NO INÍCIO DOS ANOS 1970

Neste terceiro capítulo da dissertação iniciaremos com maior profundidade a análise sobre a produção de caráter anticomunista dos órgãos que compunham o Sistema Nacional de Informações (SISNI) em geral, e do Serviço Nacional de Informações (SNI) em particular. Privilegiamos a primeira metade da década de 1970, fortemente marcada pela presidência do ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que anteriormente havia atuado como ministro-chefe do SNI e destacava-se por suas posições alinhadas com a chamada “linha dura”, ou, como preferimos chamar, a extrema-direita militar.

A década de 1970 foi crucial para a ditadura brasileira, esse período assistiu ao apogeu dos governos militares, com considerável prestígio no âmbito interno, crescimento econômico, sufocamento das posições dissonantes e relativa harmonia na caserna. Contudo, a segunda metade da mesma década experimentou o início da crescente crise política, econômica e militar que se arrastaria pelos anos seguintes, até a vitória da oposição consentida e o fim da ditadura em 1985.

Nesses anos cruciais, os órgãos de repressão e vigilância foram se consolidando e ganhando cada vez mais espaços de atuação e importância nas decisões de política interna. No período Médici, foco deste capítulo, tanto os órgãos de polícia política e repressão direta, quanto os órgãos de inteligência tiveram grande autonomia, sendo favorecidos pelo “milagre econômico”. Os serviços de inteligência, embora se preocupassem prioritariamente com os grupos de esquerda que partiram para luta armada contra a ditadura, produziram enorme quantidade de documentos, entre informações, relatórios, dossiês, fichas biográficas e apostilas sobre temas mais gerais relacionados à luta anticomunista, sobretudo sobre o chamado “movimento comunista internacional” e suas novas formas de atuação e penetração no Brasil e no mundo. Essa produção sobre os supostos comunistas e seus aliados, bem como sua constante e assustadora presença no Brasil e em países vizinhos é o que procuraremos compreender neste capítulo.

3.1 A DITADURA NO INÍCIO DOS ANOS 1970

Emílio Garrastazu Médici, que ocupou a presidência da República entre 1969 e 1974, esteve diretamente envolvido nas duas grandes crises militares desde 1964: a crise que levou à edição do AI-5 em 1968 e a crise sucessória após o impedimento de Costa e Silva em 1969.

Costa e Silva o nomeou para chefiar o SNI em 1967 pois entendia que os serviços de inteligência deveriam ser redesenhados e possuir maior envergadura para o novo momento político que ele e seu grupo palaciano representavam. O poder do SNI, que já nascera com enorme importância, aumentou exponencialmente na gestão Médici. Segundo Lucas Figueiredo, desde os primeiros momentos na chefia do SNI, o general mostrava-se “um ardoroso defensor do fechamento do regime”, e preocupava-se especialmente com a área de informações, tendo em vista que o órgão que chefiava “era uma das balizas da ditadura, tanto na aplicação da Doutrina de Segurança Nacional quanto na formulação de políticas de governo”.²⁸¹ Vimos, por exemplo, que foi durante o período de Médici na chefia do SNI que começou a se estruturar a comunidade de informações, com a criação das DSIs nos ministérios civis e das ASIs e AESIs nas empresas e autarquias federais. Além das DSIs ainda houve outras importantes mudanças no regulamento do serviço e na salvaguarda de assuntos sigilosos. Conforme Antunes, nesse momento de crescimento da luta armada e endurecimento do regime, houve uma significativa mudança na área de informações, fazendo com que o SNI se expandisse de forma vertiginosa, como veremos adiante.²⁸²

Lucas Figueiredo afirma que, mesmo antes da crise de 1968 e do AI-5, Médici enquanto ministro-chefe do SNI já defendia internamente medidas como fechamento do Congresso Nacional e suspensão das garantias constitucionais da própria ditadura, questionando inclusive a morosidade da cúpula do governo de Costa e Silva para aplicar tais medidas. Na famosa reunião do CSN realizada em 13 de dezembro de 1968 para discutir o documento que originou o AI-5 - previamente elaborado pelo Ministro da Justiça Gama e Silva - o chefe do serviço secreto teria ensaiado uma crítica a Costa e Silva por não ter baixado o AI-5 antes, conforme recomendava os boletins e informações produzidos pelos órgãos de inteligência. Nas palavras do general Médici:

Isto porque, senhor Presidente, em uma reunião [anterior] do Conselho de Segurança Nacional, no desempenho das funções que vossa excelência me atribuiu, como chefe do SNI, tive a oportunidade de fazer um minucioso relato da situação nacional brasileira e demonstrar aos conselheiros, por fatos e por ações, o que estava na rua era a contra-revolução. Acredito, senhor presidente, que, com sua formação democrática, foi vossa excelência tolerante demais, porque naquela oportunidade eu já solicitava que fossem tomadas medidas excepcionais para combater a contra-revolução que estava na rua. Era só o que eu tinha a dizer.²⁸³

²⁸¹ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 156

²⁸² ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Op. Cit., p. 55

²⁸³ Arguição de Emílio Garrastazu Médici, ministro-chefe do SNI, no Conselho de Segurança Nacional, 13 de dezembro de 1968. Apud. FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 180

Essa fala um tanto audaciosa do chefe do SNI em uma reunião de cúpula questionando de forma crítica a atuação do poder Executivo, sob comando do também “linha-dura” Costa e Silva, nos dá pistas de como ele atuaria de maneira energética quando chegasse ao cargo máximo da República, após ser escolhido pelo Alto Comando de generais das FFAA e referendado pelo Congresso Nacional.

Em 31 de agosto de 1969, Costa e Silva foi afastado oficialmente da presidência por invalidez, o vice-presidente também foi impedido de assumir, acentuando ainda mais a crise na caserna, representada pelas lutas de poder entre os diversos grupos de pressão. A junta militar formada pelos três ministros militares governou enquanto se “elegia” um nome para o Palácio do Planalto. O general Albuquerque Lima, ministro do Interior, era um dos fortes candidatos e com grande apoio da baixa e média oficialidade, porém era visto pela alta oficialidade como demasiadamente liberal e nacionalista para assumir a presidência em um momento tão crítico, o que poderia ser perigoso inclusive para a unidade das FFAA. Após reuniões, conversas, cartas e listas infundáveis, o alto comando decidiu-se pelo nome do general Emílio G. Médici, que há pouco havia deixado o SNI e assumido o comando do III Exército em Porto Alegre.²⁸⁴

Médici teria sido escolhido devido ao seu prestígio entre os generais de quatro estrelas e por possuir uma carreira discreta e exitosa nos postos que assumiu, especialmente na área de informações. Fechado desde a edição do AI-5, o Congresso Nacional foi reaberto em 22 de outubro de 1969 para cancelar o nome designado pela cúpula das FFAA. Segundo Maud Chirio, a conturbada sucessão de 1969 pode ser interpretada como “advento de um modelo específico de regime militar, "hierárquico", ou “de generais”, mantendo os escalões inferiores da oficialidade longe das grandes decisões políticas, sem personalizar o poder militar”. Ainda conforme a historiadora, em sua pesquisa sobre as crises militares da ditadura:

De fato, a transmissão da Presidência a Médici cria um precedente: os Altos-Comandos das três forças, em cuja própria fileira está o Exército, viram-se em condições de decidir sozinhos a respeito do poder de Estado, praticamente sem reação dos quartéis e com a aprovação submissa do Congresso. O grupinho de generais de quatro estrelas dotado de força política, militar e simbólica suficiente para governar o país sem contrapoder e, em caso de necessidade, contra a opinião da própria maioria militar.²⁸⁵

Se a eleição do general Médici estabeleceu um precedente que militarizou de vez a presidência da República, o seu exercício no cargo também mudou substancialmente os

²⁸⁴ Para mais informações sobre a crise sucessória de 1969 cf. CHIRIO, Maud. Op. Cit., p. 135-165; Para um relato jornalístico sobre as sucessões durante todo o período ditatorial cf. CHAGAS, Carlos. **Guerra nas estrelas: os bastidores das sucessões presidenciais (1964/1984)**. Porto Alegre: L & PM, 1985.

²⁸⁵ CHIRIO, Maud. Op. Cit., p. 164

rumos da história do Brasil. O período Médici é reconhecido como o mais repressivo e violento dos 21 anos de ditadura, onde os princípios da DSN foram amplamente colocados em prática. Conforme o livro organizado pela Arquidiocese de São Paulo, “*Brasil: Nunca Mais*”:

Sob o lema “Segurança e Desenvolvimento”, Médici dá início, em 30 de outubro de 1969, ao governo que representará o período mais absoluto de repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana. Desenvolve-se um aparato de “órgãos de segurança”, com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina.²⁸⁶

O período Médici também coincidiu com a expansão dos movimentos guerrilheiros de luta armada contra a ditadura. Embora a questão das guerrilhas não fosse novidade, e tenha sido colocada como horizonte possível pelas esquerdas latinoamericanas a partir da vitória da Revolução Cubana em 1959, foi a partir do AI-5 que cada vez mais militantes aderiram a essa forma de luta.²⁸⁷ Conforme Maria Helena Moreira Alves, foi a partir de 1969 “que efetivamente teve início a violência urbana e rural, que nos cinco anos seguintes dilaceraria o país”.²⁸⁸ A primeira grande ação dos grupos guerrilheiros foi o sequestro do embaixador dos EUA, Charles B. Elbrick em 4 de setembro de 1969, ainda durante o período da Junta Militar. A partir daí as ações dos grupos revolucionários aumentaram, variando de expropriações de bancos, outros sequestros e as tão conhecidas guerrilhas urbanas ou rurais, como a Guerrilha do Araguaia.

Como já vimos, a Lei de Segurança Nacional e a Emenda Constitucional número 1, foram os dois últimos feitos da Junta Militar antes de passar o poder a Médici. O novo governo assumiu com a grande responsabilidade de “pacificar” o país utilizando-se dos instrumentos de repressão já existentes além, é claro, de aperfeiçoá-los para um combate incessante contra as esquerdas. A LSN, que segundo Alves era a “aplicação prática dos argumentos teóricos da ideologia da Segurança Nacional”,²⁸⁹ além de fornecer sustentação legal para as práticas repressivas dos diversos órgãos do Estado, como os DOPS e DOI-Codis, também norteara a produção documental e a vigilância dos órgãos de inteligência civis e militares.

²⁸⁶ ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 63

²⁸⁷ Cf. ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

²⁸⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. Op, Cit., p. 142

²⁸⁹ Ibidem, p. 158

A forte repressão estatal contra os opositores da ditadura não se resumia apenas aos comunistas que estavam organizando guerrilhas ou expropriando bancos em nome da libertação do Brasil do jugo ditatorial, mas contra todas as vozes opositoras que não seguiam a cartilha do que fora autorizado pelo regime e conhecemos como “oposição consentida”. Conforme Marcos Napolitano:

O martelo de pilão da repressão não matou apenas moscas, mas tudo que ousasse voar. O regime militar montou uma grande máquina repressiva que recaiu sobre a sociedade, baseada em um tripé: vigilância - censura - repressão. No final dos anos 1960, este tripé se integrou de maneira mais eficaz, ancorado em uma ampla legislação repressiva que incluía a Lei de Segurança Nacional, as leis de censura, os Atos Institucionais e Complementares, a própria Constituição de 1967. Não foi o regime de 1964 que inventou esse tripé repressivo, em parte herdado do passado, mas sem dúvida deu-lhe nova estrutura, novas agências e funções.²⁹⁰

O “martelo de pilão da repressão” a que Napolitano se refere, é uma expressão utilizada pelo ex-chefe do CIE e ex-comandante do CODI do Rio de Janeiro general Adyr Fiúza de Castro, um dos expoentes da extrema-direita militar. Em seu depoimento ao CPDOC, o general Fiúza de Castro afirma que foi necessário utilizar toda a força e organização do Exército para combater as esquerdas em geral e as guerrilhas em particular porque não havia organização suficiente das polícias militares estaduais. Para ele, "essa decisão foi uma decisão forçada, mas que aplicou força muito além daquilo que seria necessário". Nas palavras do general, ter colocado o Exército para combater a esquerda “foi a mesma coisa que matar mosca com um martelo de pilão”.²⁹¹

Além da forte onda repressiva contra os grupos de oposição, aperfeiçoada a partir do AI-5, e amplamente conhecida pela literatura histórica, o período Médici é bastante lembrado devido ao chamado “milagre econômico”. De acordo com Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp, foi justamente no plano econômico, mais do que no plano político, que o governo Médici buscou sua maior fonte de legitimidade.²⁹² A construção do projeto “Brasil Potência” se calçou em setores estratégicos, especialmente nas áreas de petroquímica, mineração, siderurgia, energia elétrica, transportes e comunicações. Na análise de Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, o super-ministro Delfim Netto soube aproveitar as excelentes condições do mercado internacional e a capacidade ociosa no setor produtivo, resultando em

²⁹⁰ NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018. p. 128

²⁹¹ CASTRO, Adyr Fiúza de. Depoimento cedido a Maria Celina D’Araújo e Gláucio A. D. Soares em 1993. In: Op. Cit., p. 75

²⁹² PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 228

uma política econômica expansionista, e criando ao mesmo “um amplo sistema de subsídios para várias áreas da economia, em especial para agricultura e as exportações, e implantou uma complexa estrutura de controle e administração de preços”.²⁹³ Ainda segundo os autores:

O “milagre econômico” ocorreu na fase mais reacionária do regime militar. Não se admitiam críticas, nem as imparciais, que apontassem erros na política econômica. O autoritarismo permeava todos os níveis do governo, num momento em que ele promoveu ampla gama de investimentos no setor produtivo (com incentivos e subsídios para o setor privado), manipulava as principais fontes de crédito de curto e longo prazo, controlava os preços e salários e administrava a taxa de câmbio. Aumentavam as distorções na economia, e a sociedade ficava mais injusta, em virtude de uma política econômica que fazia aumentar a concentração de riqueza.²⁹⁴

Não cabe aqui uma análise exaustiva do “milagre”, mas é importante frisar que ele foi em parte possibilitado pelo clima de (in) segurança e sufocamento de todas as formas de oposição ao governo. Foi uma relação de troca favorável aos donos do poder: a economia cresceria beneficiada pela forte repressão aos trabalhadores, camponeses, estudantes e militantes de esquerda; e ao mesmo tempo os bons números serviriam para financiar pecuniariamente o tripé repressivo, especialmente os órgãos de polícia política e os serviços de informações. A censura também era parte importante, pois ao mesmo tempo em que se publicizava fortemente os logros do governo na área econômica se censurava qualquer notícia que apresentasse descontentamento popular ou que divulgasse sobre a brutal repressão empreendida.

O acelerado crescimento econômico, que possibilitou uma melhoria na vida dos mais ricos e especialmente da classe média, que puderam comprar carros, eletrodomésticos, imóveis, viajar nas férias, foi essencial para ditadura, pois lhe rendeu boa dose de legitimidade e estabilidade, especialmente entre anos de 1970 e 1973, em que o crescimento do PIB ultrapassa a marca de 10%.²⁹⁵ Ou seja, se o período foram *anos de chumbo* contra setores de esquerda - dos trabalhistas aos comunistas -, também foram *anos de ouro* devido ao crescimento econômico e estabilidade que “representaram uma sensação de segurança, alívio e tranquilidade. O fim da agitação política e o início do fim do terrorismo”.²⁹⁶ Daniel Aarão Reis também defende que esse período seja analisado de forma mais profunda:

²⁹³ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel A; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 95-96

²⁹⁴ Ibidem, p. 99

²⁹⁵ Crescimento do PIB: 1968: 9,8%; 1969: 9,5%; 1970: 10,4%; 1971: 11,3%; 1972: 11,9%; 1973: 14%; 1974: 8,2%. Conferir a tabela de crescimento do PIB e inflação de 1960 a 1984 apresentada por Napolitano in: NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 172

²⁹⁶ CORDEIRO, Janaína Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 18

Esses anos precisam ser revisitados, pois foram também *anos de ouro*, descortinando horizontes, abrindo fronteiras geográficas e econômicas, movendo as pessoas em todas as direções da rosa dos ventos, para cima e para baixo nas escalas sociais, anos obscuros para quem descia, mas cintilantes para os que ascendiam.²⁹⁷

Contudo, como afirma Napolitano, “apesar do desenvolvimento inegável e da expansão capitalista, a maior parte da sociedade brasileira não pode desfrutar os resultados materiais deste processo de maneira sustentável e equânime”.²⁹⁸ O enorme custo social do desenvolvimentismo autoritário foi algo assinalado pelo próprio Médici quando ele afirmou que “quando nos voltamos para a realidade da maioria do povo brasileiro, chegamos à pungente conclusão que a economia pode ir bem, mas a maioria do povo ainda vai mal”.²⁹⁹

O povo realmente ia muito mal, visto que uma das questões mais emblemáticas da política econômica da ditadura desde o PAEG dos tempos de Castelo e que se intensificou no período do “milagre” foi o arrocho salarial. Segundo Netto, a superexploração da classe trabalhadora acentuou-se após 1968. Em uma comparação: para comprar o mínimo para se sustentar em 1967 o trabalhador assalariado deveria laborar 105h16min; em 1974 esse mesmo trabalhador deveria laborar 163h32min.³⁰⁰ Maria Helena Moreira Alves também chamou a atenção para a piora nas condições de vida dos trabalhadores durante o período. Conforme dados apresentados pela cientista política, mais de 50% da população ganhava menos de um salário mínimo, e em torno de 28% ganhava entre um e dois salários mínimos, ou seja, 78% da população sobrevivia com menos de dois salários.³⁰¹

De acordo com Prado e Sá Earp, apesar de todas as disputas em torno do crescimento econômico acelerado no período ditatorial, “o modelo brasileiro tinha característica de ser fortemente concentrador de renda. Essa seria uma das mais pesadas heranças que o período do “milagre” deixou para o futuro”.³⁰² Conforme pontuou o historiador Marcos Napolitano:

A concentração de renda e o arrocho salarial, parte do processo de desenvolvimento capitalista periférico, mas aprofundado pelas políticas do regime, também eram notórios. Em 1970, comparando-se os números com dez anos antes, os 5% mais ricos da população aumentaram sua renda nacional em 9%, e detinham 36,3% da renda nacional. Os 80% mais pobres diminuíram sua participação em 8,7%, ficando com 36,8% da renda nacional.³⁰³

²⁹⁷ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 91

²⁹⁸ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 147. No sexto capítulo da obra, Napolitano faz uma análise acurada do “milagre econômico” e seus limites. Cf. pp. 147-172

²⁹⁹ Discurso de Emilio G. Médici em Brasília, 10 de março de 1970. Apud. DROSDOFF, Daniel. **Linha dura no Brasil: o governo Médici (1969-1974)**. São Paulo: Global, 1986. p. 31

³⁰⁰ NETTO, José Paulo. Op. Cit., p. 155

³⁰¹ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 152

³⁰² PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. Op. Cit., p. 233

³⁰³ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 164

Embora a dinâmica da economia brasileira durante a ditadura tenha variado conforme os diferentes períodos, ela seguiu uma linha mestra desenhada pela DSN e aplicada desde o ministério de Castelo Branco, mas especialmente nos anos Médici, quando houve uma “eficaz aliança entre militares radicais e tecnocratas”. Conforme o brasilianista Thomas Skidmore, cada um deles tinha suas razões para desejar um regime ditatorial autoritário, visto que “os militares linha dura precisavam dos tecnocratas para fazer a economia crescer. [E] os tecnocratas precisavam dos militares para permanecerem no poder”.³⁰⁴ A aliança entre civis/tecnocratas e militares já era projetada desde o estabelecimento dos cursos na ESG e constitui um dos pilares da DSN, portanto, como bem colocou Netto, o alto crescimento nada teve de milagroso, aquele ciclo de crescimento fortemente insuflado pela propaganda oficial “teve objetivos e causas bastante definidos, sujeitos e beneficiários nitidamente identificados e também enorme contingente de prejudicados suficientemente conhecidos”.³⁰⁵ Mais adiante o autor ainda reforça:

Quanto aos resultados do modelo, insista-se, nada há de milagroso. Eles resultaram de fatores que foram articulados, de fato, competentemente, pelos tecnocratas dos ministérios do Planejamento e da Fazenda, chefiados, respectivamente por João Paulo dos Reis Veloso e Delfim Netto: o aproveitamento intensivo da capacidade industrial até então ociosa, uma política creditícia que ampliou grandemente a oferta de financiamento estatal (via BNDE), a facilidade conjuntural para a obtenção de financiamento externo (com o inchaço dos “petrodólares”) e o crescimento das exportações.³⁰⁶

Apesar dos focos de guerrilha e da atuação de demais forças de oposição à ditadura, o período Médici procurou mostrar-se como de estabilidade e eficiência nas áreas política, econômica e militar. As derrotas impostas aos grupos de guerrilha - especialmente a partir de 1972, quando as forças de repressão estavam atuando de forma mais afinada -, ausência de greves no meio trabalhista também devido à repressão e aliado a isso os bons números de crescimento econômico demonstravam que a ditadura brasileira vivia seu apogeu. A concentração de poderes no Executivo foi maior que em qualquer período anterior, permitindo até que Médici baixasse os escabrosos “decretos-secretos”, em que apenas o número e não o conteúdo dos decretos eram publicados no Diário Oficial. Este foi, assim, o

³⁰⁴ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 220

³⁰⁵ NETTO, José Paulo. Op. Cit., p. 147

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 153

período mais fechado e autoritário da Ditadura de Segurança Nacional, daí o justo nome pelo qual ficou conhecido: os *anos de chumbo*.³⁰⁷

3.2 OS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA NO COMBATE ANTICOMUNISTA

No segundo capítulo desta pesquisa analisamos a história da atividade de inteligência no Brasil, destacando a criação do Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI) em 1946 e do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1964. Antes de aprofundarmos a análise sobre a produção documental do SNI na década de 1970, é importante ainda que façamos alguns breves destaques para uma melhor compreensão das atividades de inteligência no sentido de vigiar e reprimir os movimentos populares e de esquerda, especialmente a vigilância sobre o comunismo, sob a égide da segurança nacional. Para tanto, utilizaremos como referência principal a importante obra de Marcos Cepik, “*Espionagem e Democracia*”,³⁰⁸ tanto por seu valor enquanto estudo de referência na área de inteligência quanto pelo fato de haver poucas obras com essa amplitude teórica e histórica produzidas em português.

Os serviços de inteligência são um aparelho fundamental dos Estados modernos, podem ser definidos essencialmente como organizações permanentes de coleta, análise e disseminação de informações. Suas origens remontam à antiguidade, até mesmo com relatos bíblicos da utilização de métodos de obtenção de informações sobre determinadas localidades, ou no famoso livro do estrategista chinês do século IV a.C, Sun Tzu, que dedicou capítulo especial para tratar do uso de espiões durante as guerras.³⁰⁹ Não obstante, Cepik explica que as organizações permanentes e profissionais de inteligência surgiram na Europa moderna a partir do século XVI, no contexto de formação e afirmação dos Estados nacionais modernos, ligado ao tipo de organização absolutista do poder. O surgimento desses serviços de inteligência seria resultado de atos intencionais dos reis e ministros de Estados europeus em seu processo de competição e no esforço de manter e ampliar sua dominação sobre territórios e populações cada vez maiores.³¹⁰

O Estado moderno pode ser caracterizado, de forma ampla, pelo seu conjunto de instituições que possuem os meios legítimos de coerção e produção de suas normas e leis,

³⁰⁷ HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 25

³⁰⁸ CEPIK, Marcos A. C. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

³⁰⁹ Cf. TZU, Sun. **A arte da guerra**. São Paulo: Editora Évora, 2011. (cap. 13. O uso dos espiões)

³¹⁰ CEPIK, Marcos A.C. Op. Cit., p. 86-88

atuando sobre um território e população delimitados. O historiador catalão Josep Fontana enfatiza que o Estado moderno destacou-se pela sua principal característica, aquela que o define como “detentor do monopólio da violência, tanto para fora, na defesa contra inimigos externos na guerra, como para dentro, atuando contra os inimigos da ordem social estabelecida pela polícia e pela justiça”.³¹¹

Embora nas sociedades capitalistas o Estado seja a instituição que possibilita que os “interesses de grupos específicos possam ser apresentados para o resto da sociedade como se fossem interesses de toda a sociedade”,³¹² não é apropriado que vejamos o poder estatal como simples expressão do poder de uma ou outra classe dominando violentamente outra. Segundo Alysson Mascaro, o Estado está inserido dentro de um complexo de relações sociais determinadas pelo capitalismo, e se o considerarmos como apenas instrumento da classe dominante, ele poderia ser uma estrutura neutra ou passiva, e evidentemente não é.³¹³

Desse modo, quando afirmamos que os serviços de inteligência são órgãos indispensáveis dentro da máquina burocrática dos Estados nacionais, toda essa carga que constitui e caracteriza o próprio Estado deve ser considerada e ampliada para a própria compreensão da estrutura dos serviços de inteligência.³¹⁴ Marcos Cepik defende que tais serviços são órgãos do poder Executivo que trabalham prioritariamente para chefes de Estado e de governo, desempenhando atividades “ofensivas e defensivas nas áreas de informações, em contextos adversariais onde um ator tenta compelir o outro a sua vontade”. Desse modo, defende o autor, os serviços de inteligência, junto com as Forças Armadas e as polícias, formam o núcleo coercitivo do Estado contemporâneo.³¹⁵ Contudo, é importante frisar que é equivocado tratarmos os serviços de inteligência genericamente enquanto forças de repressão *stricto sensu*, pois corre-se o risco de não se atentar para suas especificidades dentro da máquina estatal. De acordo com Cepik:

Como parte do núcleo coercitivo do Estado contemporâneo, os serviços de inteligência desempenham um papel predominantemente informacional, com

³¹¹ FONTANA, Josep. **Introdução ao estudo da História geral**. Bauru-SP: EDUSC, 2000. p. 269

³¹² OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 43

³¹³ MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 63

³¹⁴ Além das obras mencionadas acima sobre o Estado, outras pesquisas podem auxiliar na compreensão, cf: BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; HIRSCH, Joaquim. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2014; LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007; TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: EdUSP, 1996.

³¹⁵ CEPIK, Marcos A. C. Op. Cit., p. 85

algumas funções diretamente coercitivas sendo exercidas por unidades específicas no sistema.³¹⁶

Feitas essas ressalvas sobre as características principais dos órgãos de inteligência nos Estados modernos, vale destacar as três principais origens desses órgãos elencadas por Cepik. A primeira delas seria a “diplomacia e inteligência externa”, onde os clássicos serviços de inteligência exteriores atuam em países estrangeiros visando obter informações (no Brasil o caso próximo é o do CIEEX); a espionagem nesse caso é frequentemente utilizada, mas há outras formas de obtenção de informações via embaixadas, missões diplomáticas e até mesmo pelas fontes oficiais dos países alvos. A segunda origem seria a “guerra e inteligência de defesa”, neste caso é onde se registra os mais antigos relatos de utilização de técnicas de inteligência e espionagem para obtenção de informações sobre os inimigos, auxílio nos campos de batalha e formulação de estratégias de defesa e ataque. E por fim, “policimento e inteligência de segurança”, que se difere das duas origens anteriores por sua ênfase nas chamadas “ameaças internas”, especialmente aos questionadores da ordem vigente, movimentos populares e de esquerda. Essa terceira origem dos serviços de inteligência será a que nos ocuparemos, visto que dialoga diretamente com a pesquisa e com a problemática da segurança nacional.³¹⁷

Os serviços de inteligência de segurança (*Security Intelligence*), inteligência interna ou ainda inteligência doméstica, teriam surgido no século XIX aliados ao policiamento político na Europa, decorrente da percepção de ameaça que os movimentos inspirados na Revolução Francesa e os nascentes movimentos operário, anarquista e socialista estavam representando para os guardiães da ordem burguesa capitalista. Conforme Cepik:

As forças especializadas em manutenção da ordem interna desenvolveram técnicas e recursos de vigilância, infiltração, recrutamento de informantes e interceptação de mensagens para a repressão política dos grupos considerados subversivos. Embora o temor da revolução popular tenha diminuído um pouco depois de 1848, o processo mais geral de profissionalização das polícias políticas e a emergência das unidades de investigação criminal continuaram ampliando as capacidades de detecção, captura, interrogação, periciamento técnico, vigilância e armazenamento de informações sobre novas áreas criminais e segmentos populacionais.³¹⁸

A primeira organização com esse caráter repressivo contra determinados segmentos questionadores da ordem teria surgido na Rússia czarista em 1826. Depois do atentado que matou o czar Alexandre II em 1881, outra organização, a chamada *Okhrana* teria se consolidado como força policial independente e que utilizava largamente técnicas de

³¹⁶ Ibidem, p. 90

³¹⁷ CEPIK, Marcos A. C. Op. Cit., pp. 91-98

³¹⁸ Ibidem, p. 99

espionagem e de obtenção de informações sob tortura contra os inimigos da monarquia absolutista dos Romanov. De acordo com Cepik, embora a repressão sistemática aos opositores, dissidentes e críticos seja traço característico de todos os Estados modernos, o policiamento político altamente repressivo e cruel foi característica marcante do Império Russo durante sua existência. O autor ainda afirma que “a experiência russa da *Okhrana* também nos ajuda a entender a persistente associação entre inteligência e repressão política ao longo do século XX”.³¹⁹

Durante o século XX, especialmente após a vitória da Revolução Soviética de 1917 e durante o período da Guerra Fria, a preocupação com os movimentos populares e de esquerda continuou rondando as sociedades capitalistas, conseqüentemente houve um esforço em investimentos nas respectivas polícias políticas e nos serviços de inteligência. A partir da década de 1940 com a constante especialização dos órgãos de inteligência, a noção de segurança nacional forneceu a principal justificativa para o exercício da soberania e o uso legítimo dos meios de força por parte dos Estados. As prioridades, recursos, missões e alvos das operações de inteligência passaram a ser definidos e hierarquizados pelos responsáveis pela elaboração das políticas de segurança nacional dos países.³²⁰ Se os serviços de inteligência historicamente são órgãos responsáveis pela política externa, defesa nacional e ordem pública; quando se coloca a questão da segurança nacional como fio norteador de suas ações os resultados podem ser dramáticos para determinados grupos sociais. Ainda de acordo com Cepik:

(...) o mesmo Estado que obtém legitimidade do fato de ser o principal responsável pela segurança nacional, frequentemente torna-se ele próprio uma fonte de ameaça mais ou menos direta para a segurança dos indivíduos, de grupos e da própria nação.

Ameaça direta quando o governo mobiliza os meios de força sob seu controle contra alvos individuais ou grupos que fazem parte da população que supostamente deveria estar sendo protegida, os quais não infringiram nenhuma lei ou ameaçam violentamente a ordem pública. A aplicação intensa da coerção fez parte da trajetória típica da construção estatal moderna na maioria dos países e, ainda hoje, quando os interesses do Estado se chocam com os de algum grupo ou indivíduo, os governantes e suas burocracias têm recursos de poder para tentar impor, mais ou menos coercitivamente, sua vontade em nome da ordem pública, da moralidade ou da segurança nacional.³²¹

Trouxemos essa extensa citação do autor, pois entendemos que ela nos auxilia na compreensão dos serviços de inteligência brasileiros, que durante suas existências no século XX equilibraram-se em linha tênue entre coerção-informação, especialmente durante a última

³¹⁹ Idem.

³²⁰ CEPIK, Marcos A. C. Op. Cit., p. 137-139

³²¹ Ibidem, p. 142-143

ditadura. Com a noção de segurança nacional adotada pela ditadura brasileira, todos os cidadãos e cidadãs eram responsáveis pela segurança da nação contra os “inimigos internos”, especialmente comunistas, que punham em risco a civilização cristã-ocidental que os militares identificavam como nossa matriz fundante. Marco Cepik esclarece também que saber quando uma ameaça efetivamente se torna um problema de “segurança nacional” depende não apenas do tipo de ameaça, mas principalmente do conceito de segurança nacional que atores políticos responsáveis por ela adotam. Desse modo, conhecer essas dinâmicas e informar os resultados de suas análises aos governantes é a função primordial dos serviços de inteligência, reduzindo as incertezas do processo decisório e aumentando a capacidade de preservar a dita “segurança nacional”.³²²

De acordo com a análise de Priscila Antunes:

Os interesses de segurança nacional estão diretamente relacionados ao tipo de governo, de regime político e com o contexto socioeconômico. As ameaças podem incidir tanto sobre aspectos internos quanto externos de um país. Quanto mais fechado for o regime, mais o governo está propenso a enfatizar a segurança interna e preocupar-se com a repressão política dentro do próprio território.³²³

Se tratar sobre *segurança* de modo geral é tratar sobre as formas de proteção contra determinado perigo ou ameaça, a noção de *segurança nacional* nos direciona a proteção contra determinado perigo ou ameaça, real ou potencial, que aflige a todo o conjunto de uma nação. Geralmente essas ameaças contra as quais os Estados precisam se proteger são de ordem externa e há legitimidade para tal visto que o Estado é detentor do monopólio dos meios de força e violência. Desse modo, a noção de segurança nacional pode ser entendida como condição almejada de proteção coletiva (e individual) dos membros de uma sociedade contra aqueles que põem em risco a sobrevivência e autonomia do Estado. Contudo, como nos mostra Padrós, a problemática muda de tom “quando se trata de reconhecer o mesmo direito de intervenção na dinâmica interna, ou seja, possuir e administrar o monopólio da violência para agir no interior das fronteiras nacionais”.³²⁴ Quando tal intervenção do Estado para garantir sua segurança é direcionada contra segmentos sociais internos, especialmente movimentos sociais que questionam o *status quo* e, desse modo, tornam-se inimigos internos das classes dominantes. Ainda conforme o historiador:

Para isso, é indispensável que o Estado possa agir através de mecanismos coercitivos e que tenha capacidade de enquadrar e punir comportamentos que possam infringir a lei. Para desempenhar tais funções, o sistema estatal não pode prescindir de aparelhos especializados como polícia, serviços de informação,

³²² CEPIK, Marco A. C. Op. Cit., p. 150

³²³ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Op. Cit., p. 18

³²⁴ PADRÓS, Enrique Serra. Op. Cit., p. 68

códigos disciplinares, etc. Cabe ao governo imprimir, com continuidade, uma dinâmica coercitiva cuja regulamentação é sua exclusividade. Claro que o poder político não se baseia só na violência, mas ele se constitui, parcialmente, sobre ela e, parcialmente, sobre o consenso.³²⁵

Quando se trata de um governo ditatorial como o do Brasil entre 1964 e 1985, os aparelhos especializados de manutenção da ordem e repressão, nesse caso especialmente os serviços de inteligência, dão uma maior ênfase na questão da segurança interna, possibilitadora direta da segurança nacional. De acordo com Alves, o planejamento e a administração desse Estado ditatorial implica o desenvolvimento de políticas e estruturas de controle de cada área da política nacional e da sociedade civil, sendo necessário assumir o "pleno controle do poder de Estado, centraliza-lo no Executivo e situar em posições-chaves do governo os elementos mais integrados a rede de informação e a programação da política de segurança interna".³²⁶

Em sua tese de doutorado, Neves Júnior analisa as diretrizes filosóficas e ideológicas da Comunidade de Informações, defendendo que a ideologia proveniente da DSN veio a condicionar e determinar a atuação marcadamente anticomunista dos agentes de inteligência do SNI. Em resumo, o autor busca evidenciar como o direcionamento autocrático do Estado durante a ditadura determinou não somente a noção de Segurança Nacional e sua propensão ao anticomunismo como também as atividades cotidianas da comunidade de informações na produção de documentos e avaliações de inteligência. Para ele, "a concepção radical de guerra contra o comunismo internacional, determinou a especialização gradual dos serviços de inteligência brasileiros".³²⁷ Ainda de acordo com o autor:

A recorrência à exacerbada preocupação com a segurança nacional na luta contra o comunismo, entendida como condição basilar de atuação das fileiras militares que assumiram cargos estatais durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985), foi uma constante nos mais distintos níveis do regime (...). Na atuação cotidiana dos agentes do SNI a problemática não se consolidou de forma diferente. A retomada das fundamentações de seus discursos a partir de pressupostos analíticos pautados na busca da garantia de uma segurança nacional (de cunho anticomunista).³²⁸

É nessa direção que os serviços de informações deveriam agir, na produção de avaliações de inteligência sobre determinados alvos previamente estabelecidos - neste caso,

³²⁵ Ibidem, p. 69

³²⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 46

³²⁷ NEVES JÚNIOR, José Wilson Assis. **A ideologia de Segurança Nacional no arquivo de documentos do Serviço Nacional de Informações do estado do Paraná (1964-1985)**. 2021, 209 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Marília-SP, 2021. p. 16-23

³²⁸ NEVES JÚNIOR, José Wilson Assis. Op. Cit., p. 40

sobre os comunistas ou supostos comunistas -, para auxiliar os demais órgãos de Estado no processo decisório e na elaboração das políticas públicas, especialmente as da área de segurança e ordem social.³²⁹ Em suma, o SNI enquanto principal órgão de inteligência do país e coordenador do SISNI, atuou essencialmente enquanto um órgão de inteligência de segurança. Isto porque, de acordo com Neves Júnior, entre as principais atribuições do SNI estava o “recolhimento e produção de informações que viabilizassem um efetivo combate às supostas ameaças iminentes do comunismo internacional no território brasileiro”, além da função de “delinear estratégias políticas que deveriam ser colocadas em prática pelo aparato investigativo estatal brasileiro do período”.³³⁰

De acordo com Aloysio Castelo de Carvalho, em seu livro *“Inteligência e Segurança Nacional no Brasil pós-1964”*, “as informações obtidas pelos órgãos de inteligência eram destinadas aos centros decisórios com o propósito de capacitar os dirigentes para o planejamento e a implementação das políticas de segurança e defesa interna”.³³¹ Na análise do historiador, os órgãos que compunham o SISNI tinham funções de polícia política na medida em que “o trabalho com as informações e as operações repressivas representavam os dois tipos de atividades que não podem ser dissociadas e tinham nítidas funções político-ideológicas”.³³² Importa reforçar que, embora essa questão possa ser considerada para os casos dos serviços de inteligência das FFAA, que tinha funções repressivas e de inteligência, ou dos DOPS e DOI-Codis, não convém considerarmos o SNI um órgão de polícia política, visto que ele era oficialmente um órgão de *inteligência* civil subordinado diretamente à presidência da República (chefiado por general do Exército) e que, teoricamente, não atuava diretamente na repressão.³³³

Desse modo, reforçamos que os serviços de inteligência brasileiros - especialmente o SNI - enquanto componente significativa do poder de Estado durante a Ditadura de Segurança Nacional, atuaram essencialmente enquanto órgãos de inteligência doméstica ou de segurança, responsáveis pela vigilância e policiamento daqueles que eram considerados

³²⁹ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Op. Cit., p. 24

³³⁰ NEVES JÚNIOR, José Wilson Assis. Op. Cit., p. 77

³³¹ CARVALHO, Aloysio Castelo. Op. Cit., 2021, p. 162

³³² Ibidem, p. 168

³³³ Consideramos o conceito de polícia política adotado por Luis Reznik: “A polícia política é uma especialização das atividades da polícia para a prevenção - visando o conhecimento, a classificação e o controle - e a repressão de indivíduos, grupos e associações, movimentos que possam exercer atividades não toleradas pelo regime político vigente. Responsável pela defesa do Estado e do regime, funciona nos limites da tolerância permitidos pela agenda formulada para a segurança nacional”. O historiador ainda faz um adendo importante para compreendermos a ação das polícias políticas no Brasil: “Dos anos 1930 aos anos 1970, a agenda da segurança nacional consignou o comunismo como o “inimigo nº 1 da nação”, levando os órgãos de polícia política a trilharem o mesmo caminho”. Cf. REZNIK, Luís. Op. Cit., p. 24-25

“inimigos internos” do Estado ditatorial, ainda que atentos a inimigos cuja atuação era encarada como internacional. Assim, os variados grupos de esquerda, especialmente os comunistas, estiveram no centro das atenções desses órgãos de inteligência/informações. A produção de documentos de caráter anticomunista, conforme Carvalho, auxiliava na “construção do universo ideológico militar por meio da disseminação dos valores adotados pelo regime, contribuindo para a coesão em torno das finalidades atribuídas pelos dirigentes do Estado ao aparelho repressivo”.³³⁴

3.3 O “MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL - MCI” NA VISÃO DA ESPIONAGEM

Uma das expressões que mais consta nos documentos de inteligência produzidos pelos órgãos de informações da ditadura é a famosa sigla MCI, referindo-se ao "movimento comunista internacional". Mesmo pesquisando por termos como “comunismo”, “comunista” ou “infiltração comunista”, grande parte dos documentos que encontramos no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) apresentam considerações sobre o temido MCI. Nessa seção da dissertação procuramos apresentar qual era a visão que os serviços de inteligência tinham sobre essa entidade que rondava o Brasil e o “mundo livre”.

Como vimos, houve uma importante mudança nas atribuições dos órgãos da comunidade de informações desde que o general Médici assumiu a presidência em fins de 1969, consolidando-se com o estabelecimento oficial do SISNI em 1970. Na virada de 1969 para 1970 os órgãos de inteligência já estavam demonstrando essas mudanças, como em uma apreciação da Agência Central do SNI sobre os “novos processos na Guerra Psicológica desencadeada pelo Movimento Comunista Internacional”. Já no título percebemos que os conceitos ligados à doutrina francesa e a DSN estavam ali embutidos. No documento elaborado pela AC-SNI, o governo Médici é qualificado como “austero e dedicadíssimo aos magnos interesses da nação”. Ele estaria opondo às novas táticas do MCI uma firme atuação repressiva. A apreciação deixa claro que os “agentes de influência do MCI, ultimamente, passaram a adotar táticas mais sutis, visando obter brechas e solapar o inequívoco prestígio do governo”. Porém, provavelmente devido à situação de estabilidade interna nas áreas

³³⁴ CARVALHO, Aloysio Castelo. Op. Cit., p. 117

política e sobretudo econômica, os comunistas estariam “colhendo melhores resultados na área internacional do que no campo interno”.³³⁵ A apreciação prossegue:

A câmara de ressonância dos agentes de influência do MCI em todo mundo explora contra o prestígio internacional do país, campanhas contra o “massacre dos indígenas”, “esquadrão da morte”, “tortura de presos políticos”.

O Exame da propaganda negra inimiga (*sic*), no exterior, invariavelmente revela que citações de altas autoridades a respeito são sempre utilizadas como elemento maior de generalização e convicção sobre algo que não existe, ou só existe em pequena proporção, praticado na clandestinidade por elementos que estão expostos às penas da lei e unânime condenação pelas autoridades públicas.³³⁶

Se as denúncias dos “agentes do MCI” sobre fatos ocorridos durante a ditadura como a tortura de presos políticos ou o massacre dos povos indígenas, amplamente documentados pela historiografia, supostamente não convenciam dentro do Brasil, devido ao prestígio de Médici, para o SISNI a visão que a comunidade internacional tinha do país era de fato preocupante. Como veremos em outros documentos, a imagem internacional do Brasil era algo constante na produção dos órgãos de informações, sempre atentos à “propaganda adversa contra o Brasil” empreendida pelos comunistas no exterior.

Segundo Carlos Fico, “a preocupação com o estrangeiro foi grande entre as comunidades de segurança e informações”, especialmente as questões relativas à “imagem do Brasil no exterior”.³³⁷ Um dos temas mais presentes nos documentos de inteligência giravam em torno das denúncias vindas do estrangeiro sobre a questão dos altos níveis de repressão praticados no Brasil, especialmente o emprego da tortura. O historiador afirma que entre junho de 1972 e abril de 1973 a Agência Central do SNI recebeu em torno de 2.800 cartas vindas do exterior com denúncias sobre violações de direitos humanos e emprego de tortura, estimuladas principalmente pela Anistia Internacional. Essas denúncias preocupavam ao nível de, em 1970, o governo ditatorial propor a órgãos como CSN, SNI, Itamaraty, EMFA e Assessoria Especial de Relações Públicas estudos para instituição de uma “política governamental de comunicação social no campo externo”.³³⁸ Embora as frequentes denúncias preocupassem os governantes brasileiros, eles tratavam de desqualificá-las, afirmando que se tratava apenas de uma nova forma de atuação do MCI para difamar o Brasil, uma vez que elas provenientes de órgãos como a Anistia Internacional, que nas palavras de Geisel era um “organismo tendencioso e infiltrado pela esquerda”.³³⁹

³³⁵ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Apreciação nº 8 C-4, 31 de dezembro de 1969.

³³⁶ Idem.

³³⁷ FICO, Carlos. Op. Cit., 2001, p. 197

³³⁸ Ibidem, p. 201-202

³³⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 232

Dando prosseguimento à análise da visão que os serviços de inteligência tinham do MCI, destaca-se um documento elaborado pela 2ª Seção do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) de maio de 1970 e assinado pelos coronéis Mario de Souza Pinto, chefe da 2ª Seção do EMFA e Darcy Jardim de Mattos, chefe da 2ª Seção do Estado Maior do Exército (EME). O extenso relatório intitulado “Análise da atuação do Movimento Comunista Internacional nos países limítrofes com o Brasil e suas repercussões” foi difundido para a AC-SNI em abril de 1970.

Conforme esse relatório, e outros diversos documentos de informações, a “ameaça comunista externa” era representada por três centros de irradiação do comunismo no mundo: a União Soviética e seus “satélites da Europa Oriental”, Cuba e a República Popular da China. É comum nos documentos de inteligência que se faça essa distinção entre as diferentes linhas do comunismo, embora, em última instância, ainda se considere que todos tinham os mesmos e nefastos objetivos finais de “comunização do mundo”. O relatório apresenta algumas possíveis divergências de tática dessas três diferentes linhas do MCI. Vejamos com maiores detalhes.

URSS:

1- Doutrina Política: A URSS aplica o princípio da “coexistência pacífica”, isto é, o comunismo pode conviver com as instituições democráticas, apoiando, ao mesmo tempo, as organizações revolucionárias que lutam por liberar o país da “opressão capitalista”.

2- Táticas adotadas: prioridade na ação política, possibilitando a constituição de “frentes populares” de oposição ao “imperialismo norte-americano”.

3- Meios empregados: As várias organizações de frente comunistas existentes nos diferentes países, que atuam clandestinamente ou ostensivamente.³⁴⁰

Nota-se nessa avaliação do comunismo soviético que a preocupação é maior pelo fato da proposta soviética ser de coexistência com o capitalismo, portanto, ela teria uma atuação mais sorrateira, porém igualmente danosa, infiltrando-se por meio de “frentes populares” e “organizações de frente comunistas” que atuavam clandestinamente e ostensivamente em diversos países. Conforme a cartilha dos ideólogos da DSN, também se estabelece uma oposição de princípios entre o comunismo soviético e as “instituições democráticas”, como se o comunismo fosse essencialmente tirânico e antidemocrático.³⁴¹

³⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 23359/70. Ofício nº 19-E/2.1., 27 de abril de 1970. p. 3

³⁴¹ Muitos autores já demonstraram como essa suposta oposição estabelecida entre comunismo e democracia trata-se, em essência, de propaganda anticomunista do Ocidente contra as experiências socialistas, comunistas e de libertação-nacional. Cito apenas alguns trabalhos que abordam as relações entre democracia e comunismo: SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987; SANTOS, Theotonio dos. **Democracia e Socialismo no capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1991; COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980; LENIN, Vladimir Ilitch. **Democracia e luta de classes: textos**

Já as considerações sobre o comunismo chinês e o cubano mudam consideravelmente devido às divergências políticas e táticas entre os países e a URSS:

República Popular da China

1- Doutrina Política: A solução integral dos problemas que afetam a nação, como país “neocolonialista”, reside unicamente na modificação de suas estruturas por meio da luta armada (guerra revolucionária).

2- Táticas adotadas: Prioridade a ação violenta, com prévia formação de um partido revolucionário.

3- Meios empregados: Frações dissidentes do comunismo ortodoxo; Frações universitárias; Penetração ideológica em diferentes organizações e grêmios.

Cuba (castrismo)

1- Doutrina política: impor um novo tipo de comunismo-revolucionário de tendência nacionalista, com participação de grupos políticos, ainda que não comunistas, sempre que seus integrantes se encontrem decididos a empunhar armas.

2- Táticas adotadas: Sistemática oposição aos Estados Unidos e a OEA mediante a constituição de um vigoroso movimento contra o “imperialismo ianque”, dirigido e controlado pela Organização de Solidariedade Latino-americana (OLAS); Prioridade à luta armada.

3- Meios empregados: Frações desligadas do comunismo soviético e chinês. É de ressaltar que a maioria dos simpatizantes castristas provém do primeiro, nas frações chinesas são menores as deserções, em face de sua tendência revolucionária ter muita afinidade com a defendida por FIDEL CASTRO.³⁴²

Se percebe que as linhas chinesa e cubana causam maior preocupação pelo grau de violência inserido nesses projetos, especialmente por aquela ser a conjuntura em que a luta armada no Brasil estava causando enormes preocupações para a ditadura, tanto com suas ações urbanas quanto com as guerrilhas inspiradas no exemplo maoísta e cubano. No caso da China, além do recurso à luta guerrilheira, também era preocupante a busca pelas frações dissidentes do modelo soviético e infiltração em organizações de frente e meios educacionais. O exemplo dos revolucionários cubanos era particularmente preocupante desde os primeiros momentos após a revolução de 1959, e ainda mais naquela conjuntura quando organizações como a OLAS estavam influenciando diretamente outros países e revolucionários do continente; outro foco que causava preocupações para a ditadura e seus serviços de inteligência era a aliança entre nacionalismo e comunismo à exemplo do que ocorria em Cuba, que desse modo diferenciava-se dos modelos chinês e soviético e aproximava-se mais facilmente dos vizinhos latinoamericanos.

Mais adiante no relatório, expõe-se que os objetivos das três linhas de atuação do MCI também tinham algumas particularidades. No caso do comunismo soviético, embora se pregasse a coexistência pacífica, os comunistas defendiam “ao mesmo tempo incrementar a

escolhidos. São Paulo: Boitempo, 2019; LOSURDO, Domenico. Revolução de Outubro e democracia no mundo. In: LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2020; LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

³⁴² ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 23359/70. Ofício nº 19-E/2.1, 27 de abril de 1970. p. 3-4 [grifos meus]

violência urbana, explorando supostas insatisfações das classes populares e aproveitando o espírito de rebeldia demonstrado por determinados grupos da juventude universitária”. Já o comunismo de linha chinesa defendia a intensificação da propaganda “em favor da guerra revolucionária, a fim de atrair mais filiados e simpatizantes de outras organizações extremistas”. Por sua vez, na visão do SISNI, o comunismo cubano tinha por objetivo final impor a ideia de um “novo marxismo revolucionário de caráter nacionalista”, atacar frontalmente o capitalismo de modelo estadunidense e promover as insurreições armadas no campo e cidade, tornando Fidel Castro o “autêntico líder dos “movimentos de libertação nacional””.³⁴³

Uma vez que se compreendeu panoramicamente quem são os três principais representantes do MCI (URSS, China e Cuba) e suas diferentes doutrinas políticas, táticas e meios de atuação, bem como seus objetivos finais, o relatório de inteligência apresenta ainda quais seriam as principais atividades dos comunistas nos países latino-americanos.

O comunismo de linha soviética, por exemplo, estaria atuando fortemente por meio de propaganda e utilização de “sutis slogans ideológicos”; realização de cursos especiais para captação de agentes e ativistas para o MCI; fomentando o “apoio dos “inocentes úteis” às atividades comunistas”; e, especialmente, com atividades para estimular “o menosprezo pelos valores da civilização ocidental e cristã, expressado frequentemente por determinados intelectuais avançados e explorado habilmente pelo comunismo”. Já o comunismo de linha chinesa, buscando conquistar espaço no cenário internacional, estaria atuando em campanhas para a formação de partidos comunistas independentes da URSS. Por fim, o chamado “castrismo”, estaria obtendo êxitos em suas atividades de difundir o marxismo de linha nacionalista, a tal ponto que conseguiu criar a OLAS; outras atividades importantes dos cubanos seriam o “recrutamento de elementos para serem instruídos em escolas para guerrilheiros em território cubano, a saída e entrada no país de ativistas, as propagandas pelo rádio etc.”.³⁴⁴

Como o relatório em questão consistia em uma análise da atuação do movimento comunista nos países que fazem fronteira com o Brasil, procurou-se analisar as situações da política interna de países do continente e o papel do Brasil enquanto um “líder natural”, especialmente no que se refere ao combate anticomunista. Nesse ponto, lembrando a atuação do CIEEx enquanto um dos principais agentes governamentais de inteligência contra o comunismo no exterior (junto ao Itamaraty), podemos inferir que as detalhadas informações

³⁴³ Ibidem, p. 3-4

³⁴⁴ Ibidem, p. 5

presentes nesses relatórios provinham de atividades dos agentes do órgão que atuavam nos países vizinhos da América do Sul, uma vez que, como pontuou Penna Filho, a “idéia de guerra “anticomunista” conseguiu prevalecer sobre divergências tão profundas que marcavam a história de toda a região do Cone Sul”.³⁴⁵

Conforme se escreveu no relatório de inteligência, o MCI atuava na América Latina através de seus instrumentos de ação política e ideológica como os Partidos Comunistas, organizações de frente e seus órgãos de apoio, governos de caráter socialista, embaixadas dos países comunistas, desenvolvendo suas atividades “de forma subreptícia (*sic*), cuja influência se manifesta de forma indireta sobre a população e demais setores da vida nacional”. O documento complementa afirmando que:

Os países componentes da OEA tentaram, inicialmente, combater a ação do comunismo interno, sem contudo atentarem para o grau de periculosidade que representava o MCI, órgão superior, que através do partido comunista russo e segundo uma estratégia específica orientava a ação do comunismo mundial.³⁴⁶

Considerando o contexto dos países fronteiriços com o Brasil, o relatório elaborado pelo EMFA afirma que os países latino-americanos estiveram muito envolvidos com a repressão interna aos comunistas, deixando em segundo plano o “órgão superior” que “orientava a ação do comunismo mundial”. Dentre as principais medidas da luta anticomunista para sanar essa deficiência, destacavam-se as Conferências de Informações dos Exércitos Americanos, realizadas anualmente, onde os comandantes e representantes das FFAA dos países latino-americanos apresentavam estimativas acerca da situação do comunismo interno e externo. As estimativas que resultavam dessas conferências seriam apresentadas logo em seguida nas conhecidas Conferências dos Exércitos Americanos, também realizadas anualmente.

No início da década de 1970, a situação latino-americana era novamente de efervescência política e social, especialmente devido à eleição de Salvador Allende no Chile. A via chilena ao socialismo, democraticamente eleita e com apoio dos principais partidos de esquerda, entre eles o Partido Comunista Chileno, deixou as classes dominantes latino-americanas e os capitalistas estadunidenses novamente em alerta máximo contra o “perigo

³⁴⁵ PENNA FILHO, Pio. Op. Cit., 2009, p. 53. Ver também: MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. Anticomunismo na política externa brasileira: passado e presente (1930-2020). **Revista Hoplos**, Rio de Janeiro, v.4, n. 6, 2020.

³⁴⁶ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 23359/70. Ofício nº 19-E/2.1., 27 de abril de 1970. p. 6-7

vermelho”.³⁴⁷ Antes de iniciar a análise sobre a situação de cada um dos países limítrofes com o Brasil, o documento traz uma passagem interessante. Consta no relatório que um dos principais pontos debatidos na V Conferência de Informações dos Exércitos Americanos, realizada em Bogotá, na Colômbia, foi a proposta de estabelecimento de um “intercâmbio de informações entre os países membros da OEA”. Este órgão seria composto por um secretário-geral e delegados dos países membros, responsável por “centralizar, coordenar e difundir as informações” acerca do movimento comunista. A proposta muito se assemelha ao que vimos ocorrer na Operação Condor a partir de meados da década de 1970. Contudo, conforme consta no relatório, embora tenha sido bastante recomendada e debatida na Conferência dos Exércitos Americanos de outubro de 1969, a ideia do intercâmbio de informações sobre o MCI não foi levada adiante naquele momento.³⁴⁸ Concluiu-se que:

No que pese a boa vontade apresentada pela maioria dos países do continente, com vistas ao estabelecimento de medidas capazes de combater a ação do MCI, os resultados obtidos até o momento não têm justificado a aparente boa vontade, carecendo essas medidas de um aspecto mais sincero e efetivo, sendo portanto, praticamente nulos.³⁴⁹

A Operação Condor ou Plano Condor, que efetivamente foi formada posteriormente a essa reunião citada no documento, foi uma aliança clandestina entre os governos ditatoriais da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, que objetivava a troca de informações entre os serviços de inteligência e das polícias políticas, efetivação de prisões ilegais, desaparecimentos e assassinatos de opositores das respectivas ditaduras, especialmente os militantes de esquerda. O intercâmbio de informações entre os países do Cone Sul, embora preceda as ditaduras, teria aumentado a partir da deposição de Salvador Allende em 1973 e início da truculenta ditadura de Augusto Pinochet. De acordo com John Dinges, os serviços de inteligência tiveram papel preponderante nessa operação anticomunista transnacional, uma vez que eles “trocariam informações, permitindo que cada um acompanhasse o paradeiro e os movimentos dos alvos inimigos presentes em outro país”. Os países membros da Condor ainda se encarregariam de capturar o subversivo-comunista em seu território e todos os interessados poderiam participar do interrogatório para obter informações, os relatórios de inteligência seriam partilhados entre os países interessados e

³⁴⁷ Sobre o Chile ver: AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. São Paulo: Appris, 2021; BITTAR, Sergio. **Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; GARCÉS, Joan. **Allende e as Armas da Política**. São Paulo: Scritta, 1993; WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Editora UNESP, 2010

³⁴⁸ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 23359/70. Ofício nº 19-E/2.1., 27 de abril de 1970. p. 7-8

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 8

caso fosse necessário “o esquerdista apreendido seria transportado ao seu país natal para novos interrogatórios e eventual execução”.³⁵⁰

Um memorando produzido pelo SNI em dezembro de 1973 tornou a tratar sobre as “Linhas de atuação do Movimento Comunista Internacional”. Esse documento de inteligência também inicia afirmando que existiam três linhas de atuação do MCI: a soviética, a chinesa e a cubana. Não obstante, neste memorando o agente de informações apresenta uma outra forma de identificar a atuação do MCI para além da “tradicional concepção ideológica”. Aqui as linhas de atuação do comunismo são classificadas entre a “de massa”, ligada ao comunismo soviético, e a “militarista”, ligada ao comunismo chinês e cubano. Ainda assim, novamente considera-se que apesar das possíveis diferenças entre o comunismo soviético, chinês ou cubano, as suas estratégias e a forma de atuação eram mais semelhantes do que distintas:

A linha de massas é a adotada pelos partidos comunistas que obedecem a orientação do Partido Comunista Soviético. Muito embora esses Partidos consideram que o trabalho de massas é imprescindível para que sejam criadas as condições necessárias à conquista do Poder, **não desprezam a possibilidade de ações da linha militarista, sempre que se apresentem condições para estimular a atuação dos chamados "Movimentos de Libertação Nacional"**. Isso não significa que considerem a luta armada como o caminho para a conquista do Poder.³⁵¹

Essa suposição de que mesmo os comunistas soviéticos comprometidos com a linha “de massas” também poderiam defender ações armadas, vinha da estreita ligação entre os soviéticos e os cubanos, apesar das suas divergências estratégicas. Conforme o memorando, a URSS contaria com “valioso auxílio de CUBA, seu principal elemento de atuação da linha militarista para o preparo, treinamento e infiltração de elementos de luta armada” nos países latino-americanos. Os objetivos dessa relação seriam, essencialmente, os de “manter a

³⁵⁰ DINGES, John. **Os anos do Condor**: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 36; Outros trabalhos destacam o papel do Brasil nessa operação anticomunista transnacional, Cf: ASSUMPTÃO, Marla Barbosa. A noção de fronteiras ideológicas e a dimensão internacional da ditadura civil-militar brasileira. In: GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Silvana (orgs.). **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 135-154; QUADRAT, Samantha Viz. O Brasil sob a asa sombria do Condor. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.) Op. Cit., 2014, p. 161-181; QUADRAT, Samantha Viz. Violência política e justiça sem fronteiras. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009, pp. 250-266; PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura brasileira: da conexão repressiva de segurança nacional à Operação Condor. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV; EdIPUCRS, 2013, pp. 123-153. Merece destaque também o capítulo 6, do II volume de textos temáticos constante no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, intitulado “Conexões internacionais: a aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor”. Disponível em: <<<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo6/Capitulo%206.pdf>>>

³⁵¹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Memorando 2098/CH/SNI, 03 de dezembro de 1973. p. 3 [grifo nosso]

pressão sobre os governos anticomunistas e, ao mesmo tempo, desviar a atenção dos órgãos de segurança com respeito à atividade desenvolvida pelos partidos comunistas, na legalidade ou não”.³⁵² Ou seja, mesmo que os soviéticos não defendessem abertamente a luta armada para a chegada ao comunismo, eles indiretamente patrocinavam tais ações para “tirar o foco” dos partidos comunistas de linha soviética ao redor do mundo. Talvez nem as mais brilhantes mentes do Politburo do PCUS tenham tido tão fértil imaginação e improvável ideia.

Como afirmamos acima, apesar da maioria dos documentos de inteligência que avaliavam o papel do MCI no Brasil e no mundo distinguir suas três principais “linhas de atuação”, na percepção cismada dos serviços de inteligência essa diversificação nas formas de comunismo ao invés de demonstrar uma fraqueza desse movimento mundial, demonstrava na verdade que ele estava se fortalecendo. Motta afirma que, apesar dos governos soviético e chinês terem rompido na década de 1960, e mesmo antes disso, que o exemplo iugoslavo já demonstrasse a existência de conflitos entre as diferentes propostas de construção do comunismo, a propaganda anticomunista silenciava sobre essas diferenças, insistindo que os países comunistas formavam um bloco coeso. De acordo com o historiador, “chineses e cubanos eram apresentados como linha auxiliar para a consecução dos planos da grande conspiração mundial, cuja sede continuava em Moscou”.³⁵³

De acordo com uma informação produzida pela AC-SNI em 1973:

O que se verifica, **nessa aparente diversificação, não é o enfraquecimento, mas o fortalecimento extraordinário do MCI** que, em última análise, está em condições de empregar recursos de todos os tipos, legais ou clandestinos, pacíficos ou violentos, morais ou imorais, para alcançar o triunfo de uma causa cujo objetivo final e a ambicionada hegemonia comunista sobre o mundo. (...)

Os instrumentos e o desenvolvimento da estratégia mudaram, sem que os objetivos finais sofressem qualquer alteração. **E estes são, quer para MOSCOU, PEQUIM ou HAVANA, destruir a estrutura sócio-econômica do Ocidente.**³⁵⁴

De acordo com o trecho supracitado, os comunistas ao invés de divididos em diferentes linhas de organização estavam extraordinariamente fortalecidos e, independente da nacionalidade, eles tinham o objetivo de impor uma “hegemonia comunista sobre o mundo”, e para tanto eles adotavam diversos métodos de atuação política e ideológica; em suma, Moscou, Pequim ou Havana tinham um só objetivo: destruir o Ocidente.

A suposta rearticulação do MCI e dos comunistas no continente americano voltou a ser discutida em um documento de informações produzido pela AC-SNI em agosto de 1972. O

³⁵² Ibidem.

³⁵³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2020, p. 82

³⁵⁴ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 0010/19/AC/73, 08 de janeiro de 1973, p. 7-8

documento intitulado “atividades subversivas e de guerrilha na América Latina”, inicia afirmando que muitas regiões do Hemisfério Sul teriam condições favoráveis para o desenvolvimento de atividades subversivas comunistas, requerendo, portanto, atenção dos países latino-americanos, pois a “falta de estabilidade política facilita ao comunismo promover descontentamento político e social”. Apesar dos esforços dos governos anticomunistas e de seus serviços de repressão e inteligência, alerta-se que “a força atual do comunismo no hemisfério sul é indefinida” e que as suas organizações de frente como a OLAS e OSPAAAL (Organização de Solidariedade aos povos da África, Ásia e América Latina) tinham “objetivos agressivos e intervencionistas”.³⁵⁵

O documento de informações da AC-SNI ainda faz uma lista de diversas atividades dos comunistas e do MCI na América Latina. Destaco apenas alguns itens da extensa lista:

- aperfeiçoamento e apoio aos órgãos internacionais comunistas que se opõem aos organismos interamericanos e debilitam a solidariedade continental; (...)
- criação de organismos comunistas, com representantes de organizações americanas de extrema esquerda, para coordenar os movimentos e atividades subversivas no continente;
- disseminação, por quaisquer meios disponíveis, de propaganda e incitação a violência e a subversão e violência;
- intervenção reiterada nos assuntos internos dos países americanos; (...)
- medidas para coordenar, sob domínio comunista, organizações trabalhistas, estudantis, femininas e culturais de alcance mundial; (...)
- ativa participação de membros de embaixadas, consulados e missões técnicas ou comerciais de países comunistas em atividades subversivas;
- apoio às guerrilhas comunistas existentes em vários países do Continente;
- caráter internacional de todos os partidos comunistas e submissão dos mesmos aos fins e ordens emanadas das potências comunistas (...).³⁵⁶

Percebe-se, como era bastante comum nas avaliações nada isentas e bastante paranoicas dos agentes dos serviços de inteligência, que há um considerável exagero na forma como os tão perseguidos e clandestinos comunistas atuavam na maioria dos países latino-americanos, especialmente no Brasil dos anos de chumbo. Esse agigantamento no poder de atuação dos comunistas pode ser verificado nas outras duas listas presentes no documento, uma com nove “pontos fortes” do MCI e outra com apenas dois “pontos fracos”. Entre os pontos fortes estariam o “fanatismo”, “inalterabilidade de seu objetivo”, “recursos materiais e morais dados primordialmente pela UNIÃO SOVIÉTICA e CHINA através de CUBA”, além de questões mais complexas como:

- organização de âmbito mundial que pode operar tanto abertamente como clandestinamente e que está controlada e coordenada em forma centralizada por

³⁵⁵ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Documento de Informações nº 107/90/AC/72, 31 de agosto de 1972. p. 1-2

³⁵⁶ Ibidem, p. 3

uma organização regional para o Hemisfério Ocidental, que conta com um elemento local em quase todas as nações da AMÉRICA;
 - ampla capacidade de infiltração e de adaptação a vários ambientes, tornando difícil sua identificação e, por conseguinte, a defesa contra suas atividades;³⁵⁷

Se os comunistas tinham uma lista grande de pontos fortes que favoreciam suas atividades nos países latino-americanos, tinham apenas dois pontos fracos: a dificuldade da difusão da propaganda comunista em virtude da repressão aplicada na maioria dos países do continente e a estreita vigilância e controle dos ingressos e saídas nos países da região. Tal vigilância obrigava os “agentes do comunismo a realizarem movimentos clandestinos, restringindo suas atividades”.³⁵⁸

Como era comum nos documentos de informações que analisavam o comunismo internacional, Cuba era um dos assuntos preferenciais e que sempre rendiam análises um tanto exageradas. De acordo com Daniel Samways, a preocupação com Cuba não poderia ser menor entre os órgãos de inteligência que empenhavam-se fortemente em adquirir informações sobre o país caribenho, especialmente na imprensa nacional e internacional, “procurando referendar a tese sobre o perigo que a ilha de Castro representava ao mundo”.³⁵⁹ Para o historiador, a importância que o SNI atribuía a Cuba pode ser dimensionada a partir de duas questões, uma delas seria o fato de Fidel Castro apoiar e financiar a subversão comunista no Brasil, especialmente no que se refere a treinamento de quadros para guerrilhas, a outra se relaciona ao acompanhamento sistemático da vida dos brasileiros que viviam exilados no exterior, inclusive (e especialmente) em Cuba.³⁶⁰ Segundo Samways:

Para o SNI, era essencial reforçar cotidianamente o perigo do comunismo, principalmente o cubano, como relembrar que se os feitos dos irmãos Castro foram possíveis em Cuba, era necessário e fundamental manter a vigilância para impedir que o mesmo ocorresse em terras brasileiras. E isso começava pelo alerta, pela informação. Ou talvez, pela disseminação do medo. Afinal, o “inimigo” estaria sempre à espreita, a observar o melhor momento para atacar.³⁶¹

Na conclusão do documento de informações alerta-se que, com base em ações e apreciações passadas, “pode-se esperar que o MCI explore ao máximo sua base de operações americana - CUBA - para intensificar suas atividades subversivas contra o Continente

³⁵⁷ Ibidem, p. 4

³⁵⁸ Ibidem, p. 5

³⁵⁹ SAMWAYS, Daniel Trevisan. Op. Cit., p. 212-213

³⁶⁰ Importante destacar que a vigilância e o medo do “exemplo cubano” se justificava para os militares, pois os órgãos de inteligência acompanhavam de perto os casos de treinamento guerrilheiro na ilha caribenha, e também em outros países como a China. Cf. ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

³⁶¹ Ibidem, p. 213-214

americano”.³⁶² Nesse sentido, atuando como um simples braço da União Soviética na América Latina, Cuba desenvolveria uma série de atividades como a de propaganda comunista dirigida aos governos e Estados considerados subdesenvolvidos “a fim de incitá-los a realizarem mudanças profundas nas estruturas econômicas e sociais de seus países sob o sistema comunista”; “treinamento de guerrilheiros, sabotadores e terroristas”; e, a principal das atividades comunistas promovidas pela URSS por meio de Cuba seria a “infiltração de agentes comunistas nos governos americanos, nas Forças Armadas e nas organizações políticas, educacionais, profissionais e de trabalho”.³⁶³

Com base nessa avaliação percebe-se que as atividades dos comunistas eram diversificadas e bastante preocupantes para os órgãos de inteligência, a principal delas seria por meio da infiltração de agentes do MCI em sindicatos, no movimento estudantil, na imprensa, na Igreja Católica, em governos e até mesmo nas FFAA. O tema da infiltração comunista é recorrente na produção de documentos dos órgãos de informações da ditadura brasileira, seja a infiltração de “agentes comunistas” de modo mais geral ou de comunistas militantes de partidos, como a infiltração de integrantes do PCB. Ainda de acordo com o documento de informações produzido pela AC-SNI em 1972:

Os agentes comunistas infiltrados em organizações sindicais, estudantis, profissionais e governamentais, chegam, por vezes, a controlar determinadas ações das próprias organizações, visando a fins subversivos. Na atualidade, existe, de forma legal ou clandestina, dentro de cada uma das nações do Hemisfério Ocidental, um partido comunista. A força desses partidos varia de nação para nação, porém sua existência constitui uma permanente ameaça.³⁶⁴

Visto quais eram as percepções anticomunistas dos órgãos de inteligência da ditadura brasileira sobre essa entidade denominada “movimento comunista internacional” que, conforme suas análises, seguia atuando de maneira sorrateira nos países latino-americanos, especialmente por meio da sua “base” no continente, a Cuba de Fidel Castro, podemos ampliar a análise para outros temas recorrentes na produção anticomunista destes órgãos, um dos mais frequentes nessa conjuntura era o da “infiltração comunista”, como percebe-se na citação acima.

³⁶² ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Documento de Informações nº 107/90/AC/72, 31 de agosto de 1972. p. 6

³⁶³ Ibidem, p. 6-7

³⁶⁴ Ibidem, p. 1

3.4 A INFILTRAÇÃO COMUNISTA EM DIVERSOS SETORES

No imaginário anticomunista ocidental, pelo menos desde a década de 1930, existe o medo da “infiltração comunista”. Nesse período, de acordo com Motta, a infiltração costumava estar associada à ação revolucionária dos comunistas enquanto uma peste, praga, bacilo, veneno, vírus, câncer, percebia-se a ação dos comunistas como “agentes patológicos” ou “agentes infecciosos”, portanto danosos.³⁶⁵ Os anticomunistas afirmavam que os “agentes do comunismo internacional” sorrateiramente estavam adentrando no tecido social com vistas a dominar ou destruir determinada sociedade em nome da causa revolucionária. Não obstante, conforme Motta, “foi no contexto da primeira metade dos anos 1960 que referências a infiltração ganharam posição de relevo no imaginário anticomunista, tornando-se um dos assuntos mais explorados”.³⁶⁶

A percepção de que o comunismo constitui uma ameaça estrangeira, uma ideologia exótica, vinda do exterior, também faz parte de um consolidado imaginário anticomunista que se utiliza da ameaça da infiltração como argumento. Ainda de acordo com Motta:

O imaginário anticomunista representava as propostas de seus adversários como “doutrinas exóticas”, que teriam vindo de outros países: ideias estranhas elaboradas em terras alienígenas. Além disso, apontava-se no ideário comunista um mero pretexto, que serviria para encobrir os interesses de potências estrangeiras em dominar o Brasil. Por trás das generosas promessas de redenção da humanidade estaria escondida um objetivo oculto, inconfessável, de conquista do mundo. A denúncia que o comunismo serviria de cobertura para o imperialismo soviético foi mais intensa no período da Guerra Fria. Nesse período o Brasil aparecia como uma das metas da estratégia mundial dos imperialistas vermelhos.³⁶⁷

Depois de associar o comunismo a “agentes patológicos” ou aos judeus na década de 1930, no período da Guerra Fria essas associações diminuíram, dando espaço à visão de que os comunistas soviéticos estariam infiltrando agentes dentro dos países “livres”. No caso do Brasil, como nos mostra Motta, essa ligação entre comunista e estrangeiro vem de longa data, pelo menos desde os levantes de 1935, mas é a partir da década de 1960 que ela retoma sua força. A própria DSN ou a doutrina francesa da Guerra Revolucionária, em seus principais manuais, também associam o comunismo à infiltração. Segundo Enrique Padrós, “a DSN associou diretamente o “subversivo”, portador de tensões e “contaminado” por ideias e influências “estranhas” (externas), com o comunismo”.³⁶⁸

³⁶⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2020, p. 79

³⁶⁶ Ibidem, p. 81

³⁶⁷ Ibidem, p. 81-82

³⁶⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Op. Cit., p. 55

Ao longo da ditadura, coube também aos serviços de inteligência estarem atentos e vigilantes contra as possibilidades de infiltração de comunistas no Brasil. A extensa rede que constitui a comunidade de informações estava especialmente preocupada com setores mais tradicionais com presença de comunistas como sindicatos, universidades e órgãos de imprensa, mas até mesmo órgãos do governo não escaparam aos olhos dos agentes de inteligência, inclusive as próprias FFAA.

Em janeiro de 1974, a poucos meses do fim do mandato presidencial de Médici, algo até então impensável e inadmissível ocorreu: o vazamento na imprensa de um extenso relatório produzido por um órgão de inteligência. Tratava-se do documento intitulado “*Como eles agem*”, produzido pela DSI do Ministério da Educação e Cultura acerca das novas formas de atuação e infiltração do MCI nas áreas da educação e cultura. Conforme Carlos Fico - que utilizou esse documento como inspiração para o título de seu livro “*Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*” -, esse documento “avaliava exageradamente” o potencial do movimento comunista, chegando a tal nível de paranoia e obsessão anticomunista que foi ridicularizado pela própria imprensa brasileira, tradicionalmente tão avessa ao comunismo quanto os órgãos do governo.³⁶⁹ Esse documento demonstra com bastante clareza a preocupação dos serviços de inteligência com o tema da “infiltração comunista”, por isso merece uma análise mais detalhada.

A introdução do extenso relatório produzido pela DSI-MEC aponta que as organizações comunistas e esquerdistas vinham tentando conquistar o apoio popular através da identificação das necessidades e aspirações do povo, “utilizando-se da propaganda sub-reptícia, através das letras e artes e, muitas vezes, de meios ilegais como os atos de terrorismo e sabotagem” com o objetivo maior de “enfraquecer o governo pela propaganda de descrédito”. Conforme o documento, os órgãos de inteligência verificavam que comunistas estavam “se infiltrando na área da Educação e da Cultura, tentando atingir principalmente a juventude secundarista e universitária, visando o aliciamento e possível arregimentação de novos adeptos para sua causa”.³⁷⁰

De modo geral, o relatório versa sobre as novas formas de atuação do comunismo e sobre as áreas onde os comunistas mais facilmente estariam se infiltrando com o objetivo de degradar, corromper e dominar a sociedade brasileira. As áreas com atuação infiltrada de

³⁶⁹ FICO, Carlos. Op., Cit., 2001, p. 71

³⁷⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. *Como eles agem*, Divisão de Segurança e Informações, Ministério da Educação e Cultura. In: Informação 28/74/P/DSI/MJ, 19 de fevereiro de 1974, p. 2

comunistas seriam: a educação, nos meios discentes e docente; a cultura, via cinema, teatro, música e imprensa; e a religião, via padres progressistas.

A primeira área de que trata o relatório é a educação. Como de praxe nos documentos de inteligência, inicia-se com uma suposta fala de Lênin - sem indicar nenhuma fonte ou comprovação de que o revolucionário teria dito ou escrito tais palavras -, em que o líder soviético teria afirmado: “desmoralizem a juventude de um país e a Revolução estará ganha”. Essa era uma estratégia bastante repetida nesse tipo de documento, talvez com o objetivo de demonstrar certa legitimidade para o conteúdo que se apresentará em seguida. Logo tem continuidade a análise da suposta infiltração comunista no meio discente afirmando que as publicações estudantis “constituem um dos pontos vulneráveis à infiltração ideológica comunista, que sob forma sutil ou direta, aborda temas que provocam a polêmica, o descontentamento, a conduta negativa”. Uma das mais nocivas formas de protesto discente e que atestaria a presença negativa dos comunistas no movimento estudantil seriam os panfletos denunciando as precárias condições de vida no país, a falta de investimento na educação e as políticas educacionais autoritárias da ditadura. Conforme o relatório, tais panfletos “realizam uma intoxicação progressiva dos universitários, que os predispõe ao aliciamento subversivo e à agitação estudantil”.³⁷¹

De acordo com a pesquisa de Rodrigo Patto Sá Motta sobre as universidades durante a ditadura, a partir de 1970 o governo criou órgãos de informações dentro das universidades federais, estaduais, escolas técnicas e institutos de educação que passaram a fazer parte da vida acadêmica nos anos seguintes. Conforme o autor, “na lógica dos responsáveis pela área de segurança e repressão, o expurgo de professores e estudantes inconvenientes deveria ser seguido de constante vigilância para impedir o “retorno” das ameaças”. Nesse sentido, as AESIs ou ASIs, que funcionavam sob comando da DSI-MEC (conseqüentemente do SNI) atuavam como “correia de transmissão” de pressões políticas dos escalões superiores, bem como com a tarefa de manter sob incessante vigilância a comunidade acadêmica “nem sempre fiéis aos desígnios do regime militar”.³⁷²

Se o SNI foi criado em 1964 com o intuito de “precaver-se contra os inimigos recentemente derrotados, mas não aniquilados, em particular as esquerdas”, o mesmo se aplica aos seus “tentáculos” nas diversas esferas do poder, como o caso da DSI-MEC.³⁷³ Como temos procurado demonstrar ao longo dessa pesquisa, uma das principais motivações

³⁷¹ Idem.

³⁷² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2014, p. 193

³⁷³ Ibidem, p. 194

de atuação dos órgãos de inteligência era o combate ao comunismo. Nas palavras de Motta, “o anticomunismo forneceu um ethos de combate aos militares, à polícia política e aos membros da comunidade de informações, uma razão de ser que justificava sua existência e missão”. E, como já afirmamos, essa obsessão anticomunista se aplicou especialmente as áreas da educação e cultura, onde “qualquer movimento de contestação era atribuído aos desígnios do Movimento Comunista Internacional”.³⁷⁴

De acordo com a análise de “*Como eles agem*”, o principal meio de atuação e de organização dos “subversivos comunistas” que militavam no movimento estudantil seriam os diretórios acadêmicos, onde os estudantes organizavam suas manifestações e produziam seus jornais e panfletos. O relatório ainda faz um importante adendo:

Observamos que os elementos com ideologia comunista rearticulam-se através de encontros nacionais ilegais, a fim de fazerem novos contatos, ampliarem suas áreas de atuação e recrutarem novos elementos. Ainda com este objetivo, oferecem oportunidades a estudantes universitários brasileiros, através de Bolsas de estudo na Universidade de Patrice Lumumba, em Moscou.³⁷⁵

A preocupação com a infiltração comunista vinda de Moscou era uma constante na produção dos órgãos de informações. E havia uma especial preocupação com os estudantes brasileiros egressos da Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba (UAPPL), a famosa universidade estatal soviética criada para atender especialmente jovens estudantes do então chamado Terceiro Mundo, ou seja, estudantes da periferia do capitalismo.

Em uma informação de 1972 produzida pela AC-SNI e difundida a todas as DSIs dos ministérios, se demonstrava a preocupação com o intercâmbio cultural e científico com países de regime comunista. Conforme a avaliação do documento:

Todas as atividades dos países comunistas, sejam técnicas, científicas, culturais ou mesmo comerciais, têm conotação político-ideológicas, desenvolvidas sutil e inteligentemente. **Assim, cabe aos países não comunistas serem capazes de saber se defender, encarando o problema de forma global**, conscientes de que no trato com aqueles países não há problemas de uma única natureza, seja técnica, científica, cultural ou comercial.

Os sucessos alcançados pelo "Movimento Comunista Internacional - MCI", no mundo, devem-se ao método citado, de **interligar todas as suas atividades aos interesses político-ideológicos**, encontrando, normalmente, os países-alvo desprevenidos ante tal enfoque.³⁷⁶

³⁷⁴ Ibidem, p. 207

³⁷⁵ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. *Como eles agem*, Divisão de Segurança e Informações, Ministério da Educação e Cultura. In: Informação 28/74/P/DSI/MJ, 19 de fevereiro de 1974

³⁷⁶ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 3282/60/AC/72, 11 de dezembro de 1972. [grifo nosso]

Percebe-se que a ida de brasileiros para estudar ou realizar missões técnico-científicas nos países comunistas era considerada um problema devido à "conotação político-ideológica" que teria tal intercâmbio, cabendo aos países não comunistas defenderem-se dessa possível forma de infiltração. Na apreciação final da informação, o agente de informações diz concordar com a política governamental da época de "não proporcionar facilidades ao intercâmbio com os países de regime comunista" - embora tais intercâmbios não fossem proibidos, visto que Brasil e União Soviética mantinham relações diplomáticas -, e que a AC-SNI considerava inconveniente a aceitação e oferecimento de bolsas de estudo, estágios ou "qualquer outra forma de intercâmbio sem que seja feita uma acurada análise, entre cada caso, e fiquem constatadas reais vantagens para o BRASIL, capazes de compensarem o sempre presente risco a sua Segurança".³⁷⁷

Os militares, especialmente os mais radicais de extrema-direita, demonstravam preocupação com o fato de os governos pós 1964 não terem desfeito totalmente os laços diplomáticos, culturais e comerciais com a União Soviética, assim como foi feita uma ruptura maior com Cuba e com a China, por exemplo. A análise da política externa da ditadura é tarefa complexa, especialmente quando se trata das relações com os países socialistas.

De acordo com Paulo Vizontini, o governo do ditador Castelo Branco tentou dar uma guinada conservadora mais radical abandonando o "terceiromundismo" e se alinhando automaticamente aos EUA, embasando-se em uma "geopolítica típica da Guerra Fria, teorizada pela Escola Superior de Guerra, com seu discurso centrado nas fronteiras ideológicas e no perigo comunista".³⁷⁸ Com o governo de Costa e Silva houve uma considerável mudança, com a aplicação da chamada "Diplomacia da prosperidade", pelo chanceler Magalhães Pinto, que primava pela autonomia e desenvolvimento, sem fazer menção, é óbvio, a desenvolvimento social ou qualquer política mais à esquerda.³⁷⁹ A partir do governo Médici a situação mudou novamente de figura, muito influenciada pela política repressiva e desenvolvimentista do projeto "Brasil Potência", estabeleceu-se a "Diplomacia do interesse nacional", sob a guarda do chanceler Mário Gibson Barbosa. De acordo com Vizontini, a "solidariedade terceiromundista foi abandonada, bem como o discurso politizado (substituído pelo pragmatismo)".³⁸⁰ De fato, quando se analisa as complexas relações

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O regime militar brasileiro e sua política externa. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 145

³⁷⁹ Ibidem, p. 147

³⁸⁰ Ibidem, p. 149

internacionais com os países socialistas, percebe-se que no período Médici optou-se pelo pragmatismo, ou, como escreveu Vizentini, a política externa nesse período preocupou-se “exclusivamente em tirar proveito das brechas existentes no sistema internacional, enfatizou uma estratégia individual de inserção, estabelecendo relações essencialmente bilaterais”.³⁸¹

Daniel Samways afirma que, mesmo que se tenha mantido certo diálogo com países do bloco socialista, esse diálogo da política externa não eliminou “a existência de um discurso interno de combate ou de cautela em relação a essas nações, afirmando que suas ações políticas estavam orientadas para um grande plano de invasão do ocidente”. E que, mesmo que países como União Soviética, Iugoslávia, China ou Polónia fossem parceiros comerciais de certa importância para o Brasil, eles “eram vistos como potencialmente perigosos pelos setores de informações”. Para a Ditadura de Segurança Nacional “tornava-se imperioso monitorar e acompanhar as ações desses países socialistas, bem como obter o máximo possível de informações sobre o comunismo”.³⁸²

Mesmo que mantivesse uma grande preocupação com a “infiltração de comunistas soviéticos”, o governo tentava manter relações minimamente amistosas com o gigante socialista, que no final das contas era um parceiro comercial de alguma importância. De acordo com Motta, os órgãos de governo sabiam da importância estratégica de manter relações corretas com a União Soviética, “embora alguns mais imaginosos enxergassem aí também o dedo da “infiltração comunista”, e isso é evidente quando se analisa as políticas educacionais da ditadura, especialmente os casos das já citadas missões técnico-científicas ou formação universitária em universidades soviéticas, pois na visão dos órgãos de inteligência e repressão havia sempre o “risco de os estudantes voltarem como perigosos agentes do “comunismo internacional”.³⁸³

De acordo com Motta, a questão das possibilidades de infiltração comunista via estudantes e professores egressos de cursos na União Soviética foi vista com tamanha relevância pela ditadura, que no governo Médici o Chefe da Casa Militar e secretário-geral do CSN, general João Batista Figueiredo, “propôs medidas para evitar que os governos comunistas utilizassem “acordos e manifestações culturais como instrumentos de exportação e penetração ideológica”.³⁸⁴ Em 1975, a paranoia anticomunista no meio educacional persistia ainda em relação aos professores egressos das universidades soviéticas. Motta

³⁸¹ Ibidem, p. 150

³⁸² SAMWAYS, Daniel Trevisan. Op. Cit., p. 156

³⁸³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2014, p. 210

³⁸⁴ Ibidem, p. 211

reproduz o trecho de um texto de novembro deste ano, assinado pelo então ministro da Casa Militar e secretário-geral do CSN, general Hugo Abreu, onde o ministro afirma:

Acontece que já ficou evidenciada a inconveniência da regulamentação vigente que permite, sem nenhuma dificuldade, o reconhecimento e o registro, com vista ao exercício profissional, de diplomas obtidos em países comunistas, particularmente na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou, onde, além do baixo nível de ensino, há uma intensa doutrinação ideológica a que são submetidos os estudantes, e que chega a atingir a preparação de guerrilheiros.

Os diplomados nessa situação regressam ao Brasil e, uma vez reconhecidos seus títulos, comumente de nível de “pós-graduação” ou “doutorado”, passam a lecionar em universidades brasileiras, onde, apesar de sua fraca formação profissional, **atuam como eficientes agentes do comunismo.**³⁸⁵

A fala do então Ministro e secretário-geral do CSN deixa bem clara a preocupação anticomunista do governo na área educacional. Hugo de Abreu reproduz tradicionais chavões anticomunistas, como a questão da “preparação de guerrilheiros” na UAPPL, mesmo a luta armada não sendo a política soviética para os países do Terceiro Mundo. Além disso, o general considerava que os egressos dos cursos de graduação e pós-graduação na referida universidade, independente da sua área de atuação ou pertencimento político, em realidade atuariam como “eficientes agentes do comunismo”, portanto, não deveriam ter seus diplomas validados pelas universidades brasileiras.

Voltemos à análise do relatório “*Como eles agem*”. Como vimos, a infiltração comunista não estaria apenas entre os estudantes, mas também entre os docentes. Dessa vez a seção inicia com uma citação do líder comunista Mao Zedong,³⁸⁶ onde o revolucionário chinês supostamente teria afirmado:

Um simpatizante pode valer mais que uma dúzia de militantes comunistas. Um catedrático de universidades que, sem ser membro do Partido, presta-se a servir à URSS, vale mais pela influência que exerce sobre os estudantes, do que cem comunistas que pregam cartazes. (Mao Tse-Tung).³⁸⁷

A suposta fala do líder chinês serve nesse contexto para indicar que os simpatizantes do comunismo poderiam ser tão nocivos quanto os militantes comunistas dos PCs. No trecho ainda há a referência aos professores catedráticos de universidades que mesmo não sendo membros de PCs teriam uma atuação a serviço do comunismo devido à influência exercida

³⁸⁵ Texto do general Hugo Abreu, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Exposição de motivos n.88, 29/11/1975. Apud MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2014, p. 213-214 [grifo nosso]

³⁸⁶ O relatório reproduz a antiga grafia do nome do líder comunista chinês (Mao Tsé-Tung), contudo a grafia “Mao Zedong” é atualmente mais aceita e recomendada.

³⁸⁷ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. *Como eles agem*, Divisão de Segurança e Informações, Ministério da Educação e Cultura. In: Informação 28/74/P/DSI/MJ, 19 de fevereiro de 1974, p. 5

sobre os estudantes. É um tanto curioso que no trecho citado, hipoteticamente do líder chinês, Mao Zedong faça referência à União Soviética, e não à China.

O documento também afirma que os estudantes procuravam obter apoio dos professores que repudiavam as políticas da ditadura, mesmo que não fossem esses professores simpatizantes ou militantes comunistas. Nesse sentido, “verifica-se ainda com grande incidência a omissão de professores, Diretores e outras autoridades educacionais, no trato de assuntos relativos à infiltração comunista”. Faz-se ainda outras constatações insensatas, como a de maior presença de professores comunistas em cursos de pós-graduação, ou na área da Antropologia cultural, e, inclusive que as disciplinas criadas pela ditadura para o ensino médio, Educação Moral e Cívica e para graduação, Estudos Problemas Brasileiros “vem se tornando um dos pontos mais visados pelos comunistas para, através delas, divulgar sua ideologia política”.³⁸⁸

No final de 1974, a Agência de Campo Grande, no então estado do Mato Grosso (ACG-SNI), produziu uma série de documentos de informações sobre um ex-sargento do Exército cassado pelo AI-1 por ter sido contrário ao golpe de 1964. As informações foram elaboradas porque o investigado, que já atuava como diretor de um estabelecimento de ensino na então capital mato-grossense, pretendia estabelecer um curso de graduação em uma universidade privada daquele estado. O investigado, de acordo com a agência de inteligência, deveria ser mantido sob constante vigilância por uma série de motivos, tais como:

Participou da manifestação estudantil realizada em CAMPINAS/SP, em 07 de outubro de 1968. Foi acusado na época da Revolução, de ser filiado a União BRASIL-RÚSSIA, de fazer curso de língua russa, de possuir farta cultura comunista e de pleitear uma Bolsa de Estudos na Universidade PATRICE LUMUMBA, em MOSCOU, além de ser entusiasta da Revolução Cubana e do Regime Soviético. (...)

Diante dos fatos expostos, o nominado possui grande influência e liderança no meio estudantil, por ser Diretor da MACE, um dos mais conceituados estabelecimentos de ensino em CAMPO GRANDE. Caso concretizado o novo empreendimento, sua influência poderá ser estendida ao meio universitário.³⁸⁹

Percebe-se que a preocupação com o investigado se devia a alguns motivos: o primeiro deles é por um ex-praça que foi cassado na Operação Limpeza; segundo, o fato dele presumivelmente ter relações estreitas com o comunismo e “possuir farta cultura comunista”, visto que participou de passeatas estudantis e pleiteava bolsa na tão conhecida universidade

³⁸⁸ Ibidem, p. 5-6. Sobre as disciplinas criadas pela ditadura, especialmente a EPB, conferir: KOCH, Adolar. **A disciplina de EPB-Estudos de problemas brasileiros na ditadura militar e civil brasileira-1970/1993: o caso da UFRGS**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2019.

³⁸⁹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informe nº 516/16/ACG/74, 08 de novembro de 1974.

soviética. Por conseguinte, caso o citado lograsse êxito na instalação do curso de graduação, ele teria grande influência no meio universitário e constituiria uma porta para a infiltração comunista.

Os documentos de informações que visavam “comprovar” a infiltração comunista na educação são muitos. Por exemplo, entre 1974 e 1976, um professor do Departamento de Filosofia e História da Universidade de Brasília (UnB) foi largamente vigiado pelos órgãos de inteligência. Conforme o documento elaborado pela AC-SNI e difundido para diversos órgãos da comunidade de informações, entre eles os três serviços de inteligência das FFAA, foram encontradas “provas” de que o professor teria ligações com o PCB e seria um “agente do MCI”. As “provas” listadas no documento são nada mais que bibliografia acadêmica e materiais de aula do professor, tais como uma série de documentos que ele utilizou para produzir sua tese de doutorado sobre história do movimento operário no Brasil, revistas e periódicos científicos, ou ainda o livro “História do proletariado brasileiro (1857-1957)”, escrito pelo historiador soviético Boris Koval e editado em Moscou.³⁹⁰

Na seção seguinte de “*Como eles agem*”, em que se trata sobre a infiltração na área da cultura, se inicia com uma citação do líder soviético Nikita Krushev, onde o ex dirigente da URSS teria afirmado que “a imprensa, o rádio, a literatura, a pintura, a música, o teatro, o cinema, são poderosas armas ideológicas do nosso partido”. Novamente um trecho atribuído a um importante e reconhecido líder comunista serve para dar chancela de verdade aos devaneios que seguem posteriormente no documento de inteligência.

Sobre o cinema, afirma-se que constituía “uma das mais poderosas armas nas mãos dos subversivos facilitando-lhes a divulgação de suas mensagens”, e que naquele momento os cineastas de vários países, “simpatizantes dos ideais do comunismo internacional, vem utilizando novas técnicas para difundir essas mensagens, baseadas em temas políticos, onde a violência, a pornografia e a corrupção são amplamente explorados”.³⁹¹

Outros variados documentos de inteligência fazem referência à infiltração comunista por meio do cinema, como podemos perceber em um pedido de busca da Agência de São Paulo (ASP-SNI) sobre a situação de um funcionário da agência de filmes CIDEF (Comercial, Importadora, Distribuidora de Filmes). O motivo de tal PB seria porque o referido funcionário havia pedido uma licença para que uma agência chinesa de filmes e animações pudesse reproduzir seus títulos no Brasil. Conforme o documento, a agência de

³⁹⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 20/16/AC/76, 23 de janeiro de 1973.

³⁹¹ Ibidem, p. 6

filmes, que também distribuía títulos soviéticos em São Paulo, seria a executora de uma possível infiltração comunista no país:

A importação de filmes da República Popular da China, seria mais uma via para a penetração de propaganda adversa do MCI no BRASIL, sob a disfarce de um veículo - o cinema - cuja importância como meio de formação cultural é conhecido.³⁹²

Na visão da agência paulista de inteligência, os filmes e animações chinesas seriam nada mais que uma forma de infiltração comunista e meio de difusão de “propaganda adversa do MCI no Brasil”. Sendo assim, o pedido de busca solicitava à Agência Central do SNI informações sobre quais medidas seriam tomadas caso a agência de filmes conseguisse a autorização para reproduzir os seus filmes.

Além do cinema, o teatro também seria utilizado para a atuação dos comunistas. Conforme o relatório “*Como eles agem*”, “há vários grupos teatrais que acobertados sob o rótulo de “Arte”, movimentam-se no sentido de disseminar a ideologia comunista através de suas peças”.³⁹³ Sobre a música, os delírios anticomunistas são ainda maiores, conforme o relatório a “conspiração internacional” buscava nas canções seu principal instrumento para fomentar a violência e levar a juventude, mesmo que sem que ela perceba, a “canção de protesto”, principal vertente musical a abrigar comunistas e subversivos no período.³⁹⁴

As duas últimas áreas analisadas pelo relatório, acerca da imprensa e na área religiosa, junto com o movimento estudantil, são as que mais encontramos documentos de informações que remetem ao tema da infiltração comunista. Sobre a imprensa brasileira, afirma-se que é sentida uma “ação clandestina de auto-destruição” por meio de “informações falsas ou meias verdades”, com o objetivo de tumultuar a opinião pública contra o governo. Em resumo, o documento de inteligência afirma que “alguns jornalistas de tendências esquerdistas costumam usar como tática a distorção das verdades, o que ocasiona conflitos entre autoridades de diferentes partidos políticos”.³⁹⁵

De acordo com Carlos Fico, os militares instalados nos órgãos de inteligência atribuíram grande importância aos meios de comunicação social, especialmente a imprensa e a TV. O autor afirma que a partir do abrandamento da censura com a posse de Ernesto Geisel, a obsessão anticomunista contra a imprensa teria aumentado e os serviços de informações

³⁹² ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Pedido de Busca nº 1182/032/ASP/76, 26 de fevereiro de 1976.

³⁹³ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. *Como eles agem*, Divisão de Segurança e Informações, Ministério da Educação e Cultura. In: Informação 28/74/P/DSI/MJ, 19 de fevereiro de 1974, p. 7

³⁹⁴ *Ibidem*, p.8

³⁹⁵ *Ibidem*, p. 10

passaram a ver em qualquer tom crítico a manifestação de “evidente infiltração comunista nos meios de comunicação social”, o que levaria, “em consequência, em curto espaço de tempo, a comunização do povo brasileiro”.³⁹⁶ Ainda conforme o historiador, os militares, especialmente os mais radicalmente de direita, denunciavam que muitas empresas jornalísticas tinham comunistas entre seus funcionários, e que em função disso os órgãos de inteligência da comunidade de informações buscavam “identificar nas matérias jornalísticas ecos de “esquerdismo” ou comunismo, por vezes fazendo avaliações simplistas ou delirantes”.³⁹⁷

Antes mesmo do abrandamento da censura e da chegada de Geisel ao poder em 1974, a preocupação com a infiltração dos comunistas na imprensa já era uma constante nos documentos de informações. Conforme percebe-se na informação produzida pela AC-SNI e difundida para o Ministério da Justiça em 1973:

A propaganda ostensiva de inspiração comunista, através dos meios de comunicação social, conquanto tenha sido atenuada pela ação do Governo constituiu outro objetivo importante do "Movimento Comunista Internacional - MCI", que tem procurado aumentar as possibilidades de desenvolvê-la, infiltrando seus "quadros" nos diversos setores da comunicação, particularmente a Imprensa.³⁹⁸

Essa preocupação com a “propaganda ostensiva de inspiração comunista”, especialmente por meio dos “quadros” infiltrados pelo MCI na imprensa brasileira, era outro tema recorrente na produção dos órgãos de inteligência, e também era bastante anterior à ascensão de Geisel. Conforme percebe-se em um documento de 1969 que avaliava as novas formas de atuação do MCI no Brasil, a preocupação era maior ainda com a imagem internacional do país, em função da atuação dos jornalistas opositores da ditadura:

Uma observação mais atenta sobre o **nefasto papel desempenhado por determinados jornalistas brasileiros no quadro da guerra psicológica de que somos alvo interna e externamente**. É imperativo o estabelecimento de medidas preventivas, tendo em vista que nada convence mais a opinião pública internacional e dificulta a reação esclarecedora de nossos representantes, do que a “transcrição, no exterior, de editoriais e comentários da “imprensa brasileira”, que deturpam os fatos, endossam falsas acusações contra o governo e propalam calúnias contra o regime, mas **foram insidiosamente redigidos pelos próprios agentes do MCI**.”³⁹⁹

Ou seja, embora no documento de 1973 de certa forma reconheça que a oposição dos jornalistas se origina “nas próprias medidas do Governo destinadas a sanar os antagonismos e

³⁹⁶ FICO, Carlos. Op. Cit., 2001, p. 181-182

³⁹⁷ Ibidem, p. 182

³⁹⁸ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 683/16/AC/73, 18 de dezembro de 1973.

³⁹⁹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Apreciação nº 8 C-4, 31 de dezembro de 1969. p. 5 [grifos meus]

problemas nacionais, matéria-prima essencial à argumentação subversiva”, os agentes de inteligência consideram que os jornalistas brasileiros deturpavam os fatos e difundiam “falsas acusações” e calúnias pois eram em realidade “agentes do MCI” atuando contra o Brasil.⁴⁰⁰

Existem ainda muitos outros documentos de informações que atestam que a “infiltração comunista na imprensa nacional é um dos caminhos preconizados e utilizados para a propagação das idealizações do Movimento Comunista Internacional - MCI”.⁴⁰¹

A vigilância aos grandes jornais também rendeu muitos documentos de informações, como um de 1974 que analisava a “infiltração comunista no jornal O Estado de São Paulo”, onde se faz uma lista com oito nomes de supostos jornalistas comunistas empregados na sua redação, formando no jornal um grupo semelhante a uma “**célula comunista**, que tem sempre procurado cumprir os mais antigos desígnios do MCI, ou seja, a infiltração na imprensa, nas associações de classes e meio estudantil”.⁴⁰² Este e outros documentos de inteligência utilizam termos com caráter pejorativo como “Comunista militante. Membro do PCB, colaborador do jornal VOZ OPERÁRIA, agitador, participante de greves e passeatas estudantis” e também “Comunista confesso. Admite ser adepto da ideologia marxista, apoiou todas as reivindicações do PCB, permanece clandestinamente no Partido” ou ainda “Elemento de tendência esquerdista, signatário de diversos manifestos contestatórios”.⁴⁰³

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi uma das entidades da sociedade civil mais atacadas pelos anticomunistas radicais durante a ditadura, especialmente após a chegada de Geisel ao comando do executivo, quando começou a se discutir uma distensão política e houve um afrouxamento da censura. Conforme consta em um documento de informações produzido pela Agência do Rio de Janeiro (ARJ-SNI) e difundida para a AC-SNI, investigava-se a ficha de determinado jornalista que estava prestes a ser nomeado como assessor de imprensa do ministro do Planejamento, Reis Veloso. Conforme avaliava a agência regional, o jornalista em questão em realidade obedecia “ao esquema traçado pelos comunistas da ABI para, mediante cobertura legal, carrear [informações] para aquela

⁴⁰⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 683/16/AC/73, 18 de dezembro de 1973.

⁴⁰¹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informe nº 501/16/ACG/74, 30 de outubro de 1974.

⁴⁰² ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 006/SNI/GAB/74, 15 de outubro de 1974. [grifo nosso]

⁴⁰³ Ibidem.

Associação - **onde funciona a principal célula comunista do jornalismo brasileiro, a serviço do MCI**".⁴⁰⁴

A parte final do relatório "*Como eles agem*" da DSI-MEC é sobre a área da religião, e ressalta-se que o tema da infiltração comunista entre os clérigos também é muito frequente na produção dos órgãos de informações. No já citado relatório afirma-se que, na América Latina, "o Movimento Comunista e o Cristianismo entraram em um regime de coexistência e até, em muitos casos, de cooperação", para corroborar com tal tese utiliza-se como exemplo a prisão dos padres dominicanos por envolvimento com Carlos Marighella e a Aliança Libertadora Nacional (ALN).⁴⁰⁵ Ainda conforme o relatório:

O que se evidencia é que a tática geral dos comunistas em relação à Igreja se modificou consideravelmente. **Antes, os marxistas-leninistas alinhavam as pessoas religiosas ao lado do capitalismo. Hoje, eles apontam Cristo como baluarte do comunismo**, e através desse método, conseguem arrematar grande número de elementos de classe religiosa.

O método mais usado pelos comunistas para combater a Igreja, o chavão: "A religião é o ópio do povo", já caiu em desuso. Mais seguro e mais usado tem sido a infiltração no clero e nas escolas, facilitando a destruição do regime capitalista, através dos valiosos instrumentos de pregação e educação.⁴⁰⁶

A perseguição aos membros da Igreja Católica é tema consolidado na historiografia sobre a Ditadura de Segurança Nacional, tendo em vista a forte repressão que fiéis, padres, freiras, religiosos, párocos e arcebispos sofreram por defender uma forma de organização social mais justa e não violenta, distante especialmente do capitalismo selvagem mas também do comunismo, conforme se discutiu a partir do Concílio Vaticano II,⁴⁰⁷ ou simplesmente por defenderem os direitos humanos de brasileiros e brasileiras perseguidos pelo regime. Segundo Paulo César Gomes, foi na XI Assembleia Geral da CNBB, ocorrida em maio de 1970, que a Igreja denunciou mais fortemente as arbitrariedades da ditadura, tratando

⁴⁰⁴ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 014/19/75/ARJ/SNI, 18 de fevereiro de 1975.

⁴⁰⁵ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. *Como eles agem*, Divisão de Segurança e Informações, Ministério da Educação e Cultura. In: Informação 28/74/P/DSI/MJ, 19 de fevereiro de 1974, p. 10

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 10-11 [grifo nosso]

⁴⁰⁷ O Concílio Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII, foi realizado em Roma pelas altas autoridades da Igreja Católica entre 1962 e 1965. Nessa reunião ecumênica procurou-se atualizar os ensinamentos da Igreja para a modernidade do século XX. Tal concílio gerou polêmicas dentro e fora da Igreja desde a sua realização, sendo combatido pelos seus membros ultraconservadores. Originou aquilo que se chama de "projeto social da Igreja", tendo como resultado a criação de novas doutrinas teológicas, como a Teologia da Libertação. Cf. LOWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo: de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs). **História do Marxismo no Brasil**: partidos e movimentos após os anos 1960. Vol. 6 Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

abertamente da questão da tortura.⁴⁰⁸ Mesmo assim, as relações entre Igreja Católica e Estado brasileiro foram muito mais complexas do que um apoio entusiasmado, como na ocasião do golpe de 1964, ou de duras denúncias ao seu autoritarismo, como em alguns momentos da década de 1970.

De acordo com Gomes, foi na segunda metade de 1970 que houve a maior crise entre Estado e Igreja até então, quando, após invadir a sede do Ibrades (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social) e prender diversos padres e líderes da JOC (Juventude Operária Católica), agentes do DOPS-RJ prenderam Dom Aloísio Lorscheider, secretário-geral da CNBB.⁴⁰⁹ A repercussão do incidente foi enorme no Brasil e no mundo, a ponto de até o papa Paulo VI manifestar-se em apoio aos bispos brasileiros contra a repressão da ditadura. Nessa conjuntura se criou a “Comissão Bipartite”, um fórum de discussões entre Igreja e Estado para tentar resolver suas divergências.⁴¹⁰

Ainda conforme a pesquisa de Paulo César Gomes, os encontros informais da “Comissão Bipartite” ocorreram durante todo o mandato de Médici na presidência, embora não houvesse intenção do governo ditatorial de estabelecer um acordo formal com a Igreja e a CNBB. O historiador afirma que alguns militares, especialmente os mais radicais, como o general Carlos Alberto da Fontoura, ministro-chefe do SNI, e o general João Batista Figueiredo, chefe da Casa Militar, se opunham a esses encontros da comissão. Gomes apresenta um parecer produzido pelo chefe do SNI em 1971 e enviado ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, sobre a posição do governo. Segundo o general Fontoura:

Até agora, na dita comissão, não houve nenhum pronunciamento claro por parte dos elementos da Igreja sobre a participação de religiosos em atividades subversivas. As manifestações públicas da alta hierarquia eclesiástica até esta data não reconhecem como subversivas as atitudes de elementos do clero apontadas como tal por elementos da Segurança. Eles acham que é um direito da Igreja intervir e participar nos problemas sociais e econômicos do país e usam o Evangelho para contestar o que está estabelecido em nossa Constituição - o regime e, particularmente, o sistema capitalista. Aliás, em todos os documentos oficiais da CNBB, e mesmo do Vaticano, nos últimos anos, sobre o assunto, são claras manifestações condenando o capitalismo e o comunismo. **A triste verdade é que a Igreja Católica em sua quase totalidade optou pelo socialismo, ou pela socialização, o que dá na mesma.**

Mesmo que a alta hierarquia da CNBB quisesse reprimir os padres subversivos em dioceses, chefiadas por bispos ou arcebispos, que são subordinadas diretamente ao papa, há mais de 200 dioceses no Brasil. (...)

⁴⁰⁸ GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem (1971-1980)**. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 52

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 54

⁴¹⁰ CF. SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Conclusão: não há acordo possível, o governo não pode e não deve esperar nada da dita hierarquia, o governo deve manter a iniciativa da repressão aos subversivos.⁴¹¹

Na apreciação da AC-SNI produzida pelo ministro-chefe, general Fontoura, percebemos as mudanças operadas na área de informações, patrocinadas desde o período em que Médici chefiou o serviço entre 1967 e 1969, e reforçadas por Fontoura entre 1969 e 1974. O SNI deixava de ser apenas um órgão que produzia e coletava informações pertinentes para a Segurança Nacional, a partir da década de 1970 o serviço de inteligência “tornou-se também uma instituição dedicada a estudar, em profundidade, os problemas do país nas áreas política, econômica e social”.⁴¹² No documento citado, reforçam-se os julgamentos direitistas e ultraconservadores às novas políticas sociais da Igreja Católica que criticavam a miséria e os altos níveis de exploração do capitalismo, sem deixar de lado suas críticas aos modelos comunistas. Ainda afirma-se, de maneira simplista, que a Igreja havia “optado pelo socialismo”, ou pela “socialização”, que na visão rudimentar do órgão era a mesma coisa. Portanto, conforme avaliava o SNI, não era possível haver acordo entre Igreja e Estado brasileiro, até porque a Igreja não considerava que seus padres e bispos que denunciavam as arbitrariedades do regime e lutavam pelos direitos humanos eram “elementos subversivos”, como queria a ditadura. Por conseguinte, o governo deveria “manter a iniciativa da repressão aos subversivos”.

Muitos outros documentos de inteligência se preocuparam em denunciar a infiltração comunista por parte dos “padres progressistas”, dos adeptos da Teologia da Libertação e daqueles que no final da década de 1970 criaram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Na visão dos órgãos de inteligência da ditadura, esses religiosos eram nada mais do que elementos que “traíam a Igreja e exploravam o elevado espírito cristão do povo em proveito da causa subversiva”.⁴¹³

Vimos aqui como o tema da “infiltração comunista” era frequente na produção anticomunista da comunidade de informações da Ditadura de Segurança Nacional. Havia a preocupação com a infiltração na educação, na cultura, na Igreja, na imprensa e até em órgãos de Estado como nos ministérios ou Forças Armadas. Essa preocupação paranoica com a infiltração dos “agentes do MCI” faz parte de um consolidado imaginário anticomunista

⁴¹¹ Informação nº 179-AC/SNI, de 12 de abril de 1971. Apud. GOMES, Paulo César. Op. Cit., p. 56-57 [grifo nosso]

⁴¹² FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 177

⁴¹³ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Apreciação nº 8 C-4, 31 de dezembro de 1969.

presente na sociedade brasileira, especialmente ligando o comunismo a uma “ideologia alienígena” ou uma “ameaça estrangeira” que se entranhava nos países “livres” patrocinado pelo comunismo internacional, seja ele soviético, chinês ou cubano. As doutrinas militares, seja a Francesa ou a da Segurança Nacional, também preocupavam-se obstinadamente com a infiltração das ideologias forâneas em solo brasileiro.

3.5 A “CORRUPÇÃO DOS COSTUMES” E A “DEGRADAÇÃO MORAL”: AS NOVAS TÁTICAS DO MCI

Nos documentos pesquisados sobre a produção anticomunista dos órgãos de inteligência da ditadura brasileira, é bastante frequente aqueles com denúncias de ordem moral conservadora e cristã. Também estreitamente ligado a um histórico imaginário anticomunista que percebia esses militantes comunistas como imorais ou amorais. De acordo com Motta:

Essencialmente, o comunismo foi identificado a imagem do “mal”, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o a ideia de sofrimento pecado e morte. A ação dos comunistas traria formas de sofrimento como a fome, miséria, tortura e escravização; a nova organização social por eles proposta levaria ao pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto (...).⁴¹⁴

Com efeito, relacionar os comunistas ao pecado, a depravação, à malícia, à degeneração, à lascívia, como afronta a moral e aos bons costumes etc., faz parte da enorme diversidade de representações anticomunistas do Ocidente, pelo menos desde a década de 1920, muito influenciado pelas políticas postas em prática pelos bolcheviques no contexto da Revolução Soviética. Especialmente no que se refere as políticas públicas na União Soviética, como permissão do divórcio e do aborto, que escandalizaram o mundo ocidental-cristão.⁴¹⁵ Conforme Motta, ao estudar o imaginário anticomunista enquanto um “desafio a moral”:

Boa parte das preocupações dos anticomunistas voltava-se para a preservação da moral sexual e da estrutura familiar, que a pregação subversiva estaria colocando em risco. Nesse caso, o foco das atenções apontava para a União Soviética, que, além de ser a fonte de inspiração do comunismo mundial, passara por uma revolução comportamental simultânea às transformações na estrutura social e econômica. [...]

⁴¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2020, p. 73-74

⁴¹⁵ Cf. GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936**. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014; SCHNEIDER, Graziela (org). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017; RINCON, Lucia. O protagonismo da União Soviética na luta pelos direitos das mulheres. In: BERTOLINO, Osvaldo; MONTEIRO, Adalberto (orgs.). **100 anos da Revolução Russa: legados e lições**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2017; TALAVER, Sasha. **Quando as mulheres soviéticas ganharam o direito ao aborto (pela segunda vez)**. Jacobin Brasil, 21 de abril de 2020. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2020/04/quando-as-mulheres-sovieticas-ganharam-o-direito-ao-aborto-pela-segunda-vez>>

Assim que assumiram o controle do país dos czares, os revolucionários deram início a um programa de reformas que visaria destruir a família, corromper a juventude e demolir as noções de decência e comedimento.⁴¹⁶

A partir da década de 1960, esse tema voltou a ter força no Brasil, especialmente durante a chamada segunda onda anticomunista (1961-1964). Segundo Motta, na mobilização anticomunista que precedeu o golpe, amplos setores sociais, empresariais, militares e civis utilizaram argumentos nesse sentido, especialmente “as representações sobre a ameaça a família tiveram destaque, sensibilizando principalmente as mulheres de classe média”, resultando nas famosas Marchas com Deus, pela Família e Liberdade, organizadas pelos conservadores que diziam proteger a estrutura familiar contra o comunismo.⁴¹⁷

O ano de 1968 ainda é um marco na história contemporânea e especialmente dos movimentos culturais e sociais do século XX que almejavam, e em certa medida conquistaram, uma revolução comportamental. Embora os eventos na Europa, especialmente o famoso “maio francês”, sejam amplamente reconhecidos como símbolo daquelas lutas, no Brasil, apesar de estar sob os desmandos da ditadura, os movimentos de 1968 também foram de extrema importância, inclusive antecedendo as manifestações na Europa.⁴¹⁸ De acordo com Teixeira Ribeiro, o universo político, social e cultural em que vivemos é, em grande medida, resultado das mudanças ocorridas no contexto de 1968, bem como “as conquistas e as perdas que vivemos hoje apresentam relação direta com aquele ano e seus marcantes acontecimentos”.⁴¹⁹

Os movimentos de 1968 colocaram a juventude e os estudantes como protagonistas das lutas políticas, sociais e culturais do século XX, criando assim uma “cultura juvenil” questionadora dos valores até então estabelecidos. Segundo Marcos Napolitano, embora tenham sido derrotadas no seu objetivo maior - fazer a revolução cultural e social no seio do capitalismo -, essas manifestações impactaram profundamente os sistemas políticos e culturais de seus países, como se percebe claramente com o surgimento de movimentos de

⁴¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2020, pp. 90 e 91

⁴¹⁷ Ibidem, p. 94; Sobre as marchas cf. PRESOT, Aline. Celebrando a “revolução”: as Marchas da Família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁴¹⁸ A produção historiográfica e memorialística sobre 1968 é imensa. Citamos aqui apenas alguns trabalhos: VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência**. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora UNICAMP, 2008. VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2008; ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968: eles só queriam mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

⁴¹⁹ RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. **Capítulos sobre a História do século XX**. 2013, Tese (doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. p. 196

contracultura nos anos seguintes, quando “temas ligados ao cotidiano (como as relações amorosas) à liberdade sexual e ao corpo se impuseram nos debates públicos”.⁴²⁰

No Brasil toda essa efervescência sociocultural foi muito mal vista pelos militares que ocupavam o poder, especialmente pela linha da extrema-direita militar. A repressão da Ditadura de Segurança Nacional atingiu todos os setores culturais e políticos, todas as correntes estéticas e ideológicas que lutaram por espaço e reconhecimento no fértil período experimentado até o golpe de 1964; desde os famosos tropicalistas da vanguarda cultural, comunistas ligados à corrente nacional-popular e revolucionários da esquerda radical. Os jovens ligados às manifestações culturais e políticas de 1968 foram especialmente e amplamente reprimidos pela polícia política e vigiados pelos órgãos de inteligência.

Segundo Leon Kaminski, as manifestações e movimentos surgidos ao final de 1960 que buscaram a transformação das sociedades por meio de mudanças culturais, embora heterogêneas e fragmentadas, foram todas denominadas como contracultura. Conforme o autor, essas expressões artístico-culturais tiveram bastante vigor no Brasil a partir da primeira metade da década de 1970. O mais conhecido movimento de contracultura no Brasil talvez tenha sido o Tropicalismo, mas foi o movimento *hippie* um dos que mais se difundiu. Kaminski, ao analisar o combate ao movimento *hippie* pelo prisma do combate aos comunistas, afirma que a contracultura se difundiu amplamente no país, por isso a necessidade do regime de reagir a essas mudanças que representaram a procura por novas linguagens e formas de expressão artísticas culturais, “em diálogo com as manifestações de contracultura internacional, [e] pode ser observada na produção de cinema marginal, no teatro, na poesia, na música e na imprensa alternativa”.⁴²¹

De acordo com Adrianna Setemy, em seu livro “*Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar*”:

No final da década de 1960, a medida que se intensificava a influência da contracultura no Brasil, especialmente através dos meios de comunicação de massa, os elementos de crítica sugeridos pelo tropicalismo foram se aprofundando cada vez mais, resultando em uma radicalização da crítica comportamental e em uma diversificação das suas formas de manifestação e atuação, especialmente pelos canais controlados pelo sistema, tais como a imprensa escrita, a televisão, o cinema, o teatro, o rádio e a moda. Assim, crescia cada vez mais o abismo entre a geração da década de 1960 e a geração de seus pais, não apenas em termos políticos e econômicos, mas também em termos culturais e comportamentais.⁴²²

⁴²⁰ NAPOLITANO, Marcos. **História contemporânea 2: do entreguerras a nova ordem mundial**. São Paulo: Contexto, 2020, p. 124

⁴²¹ KAMINSKI, Leon Frederico. Op. Cit., p. 469-470

⁴²² SATEMY, Adrianna. **Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar: as dores e as cores de um país em convulsão**. São Paulo: Letra&Voz, 2019, p. 14

Kaminski afirma que, no Brasil, a maior e mais perseguida expressão dos movimentos de contracultura foi o movimento *hippie*, especialmente devido ao seu “exotismo”, seja nas vestimentas coloridas, adornos, ou cabelos e barbas longas, mas também pela marginalidade de vida que levavam, sem trabalho ou residência fixas, vivendo de nomadismo e da venda de seus trabalhos artesanais e artísticos. Esse combate aos *hippies* foi permeado de muitas representações anticomunistas, mas, claro, não somente anticomunismo. Os *hippies* eram mal-vistos devido a seu modo de vida libertário, julgado pejorativamente como relacionado a homossexualidade e drogadição, o que era considerado uma afronta aos bons costumes e à moral cristã ocidental. De acordo com Samways, o “inimigo”, desse modo, havia adquirido novas características e roupagens, e de acordo com o discurso anticomunista do período da ditadura, agora o comunista “usava cabelo comprido e drogas, pregava o amor livre, a paz e o desarmamento. Táticas pacifistas que, segundo agentes de informações, esconderiam o verdadeiro objetivo dos comunistas: destruir o ocidente e seus valores”.⁴²³

Conforme relatório elaborado pelo centro de informações da Polícia Federal em 1969 e que circulou pelo SNI, os *hippies* “pregando amor, paz e liberdade” se proliferaram a partir de países europeus “obtendo publicidade em páginas coloridas de revistas, fumando maconha, influenciando consciências não amadurecidas, e contribuindo para o desfibramento da juventude”. Embora não se pudesse vincular diretamente os *hippies* ao “Movimento Comunista Internacional”, se podia vincular indiretamente pois esses indivíduos, tanto os *hippies* quanto os comunistas, na avaliação presente no relatório, eram “contrários aos bons costumes e às sadias tradições sociais”, além de carregarem consigo “caráter de certa forma anarquista e desagregador”. Portanto, conforme conclui o documento, os *hippies* “deveriam ser enquadrados desde logo por vadiagem, o que se constituiria em medida preventiva contra o seu evidente potencial de periculosidade”. Os *hippies*, desse modo, representavam uma das novas formas de penetração dos ideais comunistas no Brasil.⁴²⁴

Em suma, tais grupos, especialmente os ligados a movimentos contraculturais, eram vistos como infiltrados no país pelo MCI para desvirtuar a juventude e quebrar os pilares básicos da sociedade como a família e a Igreja cristãs. Seriam nada mais que “inocentes úteis”, ou seja, uma artimanha do comunismo soviético e chinês para alcançar o poder nas sociedades ocidentais.

⁴²³ SAMWAYS, Daniel Trevisan. Op. Cit., p. 20

⁴²⁴ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Departamento de Polícia Federal, Centro de Informações. Informação nº 396/96.

Em artigo sobre o SNI e a comunidade de informações, o historiador Daniel Samways afirma que “as ações do SNI se distribuíam em três frentes: política, tóxicos e pornografia”, e que os comunistas “eram então considerados vírus que ameaçavam não somente a estrutura militar, mas também o mundo ocidental como um todo. Esses vírus seriam agentes transmissores das doenças propagadas pelo comunismo internacional”.⁴²⁵ Percebe-se, assim, que esse imaginário que percebia o comunismo enquanto um desafio moral, também relaciona-se com aquele que enxergava os comunistas como “agentes patológicos” disseminadores de doenças infecciosas.⁴²⁶

Antônio Maurício Brito, analisando o anticomunismo de cunho moral durante a última ditadura brasileira, afirma que já no AI-1 o novo regime mostrava claramente que um de seus objetivos era a “reconstrução moral” da sociedade brasileira. “Além de nutrir e ter como uma das fontes o imaginário anticomunista e seu teor conservador”. Prossegue o historiador:

Logo, ideias de família, tradição e papéis de gênero alimentaram as Marchas e ampararam a expectativa de uma vaga moralidade a ser perseguida pela ditadura. Algumas frações recorreram a esta agenda para disputar posições, demarcar espaços e justificar medidas repressivas. Portanto, a análise das representações sobre subversão sexual da juventude dirigida pelos comunistas deve considerar a presença desta agenda difusa sobre a moral no golpe de 1964 e ao longo da ditadura.⁴²⁷

O desafio moral que o comunismo continuava a impor ao ocidente cristão novamente atualiza o doutrinamento anticomunista nas Forças Armadas, e, por conseguinte, nos demais órgãos do Estado brasileiro, quando atribuem-se às mudanças de 1968 - liberdade sexual, consumo de drogas, novos modos de vida à margem da sociedade capitalista etc., - o novo instrumento do “comunismo internacional” para a conquista do Ocidente a partir das consciências e da cultura. Os anticomunistas utilizaram as questões da moral e dos bons costumes como peça principal contra as mudanças experimentadas no período. Ainda de acordo com Brito:

Argumentavam que os comunistas visavam destruir a família e estimular a corrupção dos costumes, utilizando o erotismo, a pornografia, a promiscuidade sexual e a homossexualidade. De um lado, isso parece ter se inspirado num imaginário anticomunista de matriz católica a respeito da suposta imoralidade dos comunistas retroalimentada por interpretações negativas da Revolução Russa, como já dito, uma deturpação de reflexões e experiências revolucionárias no campo da liberdade sexual, das relações de gênero, da coletivização do trabalho doméstico e do papel da família na educação dos filhos.⁴²⁸

⁴²⁵ SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a comunidade de informações na ditadura militar brasileira. **Revista Angelus Novus**. São Paulo, nº 5, junho de 2013. p. 92

⁴²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2020, pp. 79-81

⁴²⁷ BRITO, Antonio Mauricio. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, 2019, p. 4

⁴²⁸ Ibidem, p. 16

De fato, percebemos que esse forte retorno de um anticomunismo de cunho moralista tem muitas conexões com a matriz anticomunista católica e a condenação de experiências socialistas e suas políticas públicas que os conservadores consideravam perigosas. Os temas da família, do sexo, da prostituição e das drogas são adicionados à enorme lista de setores em que o comunistas atuavam de maneira maligna.⁴²⁹ Essa vertente também se relaciona bastante com as questões de “infiltração comunista” que vimos acima, uma vez que, na visão direitista, os comunistas se infiltraram no seio das sociedades ocidentais sempre com o objetivo de corrompê-las, para depois dominá-las.

De acordo com Carlos Fico, as questões de ordem moral e ética foram utilizadas de maneira corriqueira para incriminar o investigado, acrescentando “às supostas acusações de subversivo a pecha de imoral”. Ainda segundo o historiador:

A acusação infundada de “desvio” sexual também era usada para “confirmar” a inculpação de comunista, de subversivo ou de corrupto. Deste modo, para a comunidade de informações, agravava a situação de um suspeito supô-lo em atividades sexuais não usuais. Medidas duras de repressão foram recomendadas a um brasileiro acusado de comunismo, pois como sugeria imprudentemente uma informação, o suspeito também seria um “pederasta passivo”. Nessa mesma linha, uma professora universitária acusada de “esquerdista” era também “incriminada” por ser levemente identificada pelo agente de informação como “amante” de outro professor. Tido como tema explosivo, o sexo sempre foi utilizado pela espionagem para tentar desqualificar o “inimigo”. No caso da espionagem militar, não surpreende que o adultério e o homossexualismo (*sic*) tenham sido considerados práticas desabonadoras, tendo em vista a imagem dos militares como moralmente corretos e viris, tipicamente propagada por eles mesmos.⁴³⁰

O destaque que o historiador para os temas relacionados a moralidade conservadora, que tentava vincular a ideologia comunista à homossexualidade, infidelidade, lascívia, devassidão, entre outras questões, também é percebido por outros estudiosos. Conforme Daniel Samways, havia por parte da comunidade de informações da ditadura uma preocupação com os hábitos dos comunistas e as ideias que eles tentavam introduzir na sociedade ocidental e cristã; a estratégia era investigá-los e desprestigiá-los diante da sociedade. De acordo com o historiador: “ao trazer os costumes, muitas vezes entendidos

⁴²⁹ Além das pesquisas citadas, outros estudiosos também se preocuparam em analisar as relações entre a luta anticomunista e o engajamento conservador contra as mudanças comportamentais e culturais. Cf. LIMA, Alexandre Siqueira. **Primavera nos dentes: desbunde, anticomunismo e repressão na cidade em quadrinhos (1972-1973)**. 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2017; BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. **Tóxico-subversão: anticomunismo e proibicionismo na construção do “inimigo interno” durante a Ditadura Militar no Brasil**. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

⁴³⁰ FICO, Carlos. Op. Cit., 2001, p. 102

como promíscuos, o agente produtor almejava desmoralizar o inimigo, demonstrando não somente seu caráter mais violento, mas também seu lado mais pervertido e degenerado”.⁴³¹

Em um longo documento de informações de 1972 produzido pelo SNI e difundido para toda a comunidade de informações e repressão, se denunciava a “corrupção dos costumes por intermédio dos meios de comunicação”. O documento distorce a realidade ao afirmar que “a sociedade brasileira vem sendo submetida a um processo paulatino de aceitação da pornografia, através da ampliação gradativa e sistemática do apelo pornográfico nos meios de comunicação de massas”.⁴³² De acordo com o documento, pelo menos desde 1968:

No mundo moderno - justificam - o tabu da obscenidade só se faz presente no entendimento ultrapassado de pessoas antiquadas, de pessoas "quadradas". Sendo este o pensamento dominante da maioria dos responsáveis pela nossa imprensa - e a conclusão não pode ser outra, a vista do que fazem publicar sob suas chancelas, excetuando-se o interesse comercial - diariamente, ao se abrir os jornais e revistas encontram-se fotografias, legendas e citações, veladas ou flagrantemente pornográficas. **Esse movimento de erotismo, que contribui para a decadência moral da sociedade**, essa verdadeira "sexolatria", não tem raízes no BRASIL, sendo importada da EUROPA e da AMÉRICA DO NORTE.⁴³³

Ou seja, na visão da ditadura e seus órgãos de informação, a sociedade brasileira estava sendo submetida a um processo de “degradação moral” importada da Europa e dos EUA, possivelmente referindo-se aos movimentos pós 1968 e a contracultura naquelas localidades. Aliado a isso havia “o incentivo ao uso dos tóxicos, notadamente entre a juventude, o qual, além de corromper a mente dos jovens, tornando-os dependentes dos traficantes, contribui para os cofres do comunismo internacional”.⁴³⁴

Ao concluir sua apreciação sobre esse processo de “degradação moral” causada pelos comunistas, o documento de informações traz a citação de um famoso anticomunista europeu, que faz a seguinte afirmação:

Estamos vivendo a terceira guerra [, a] da violação dos espíritos e do envenenamento moral de gerações inteiras. Uma guerra mais terrível que a das bombas e dos canhões, a guerra da poluição do corpo e da mente, a guerra da moral estrábica, que condena a bomba nuclear e aceita a dinamite de fabricação caseira.⁴³⁵

Finalizando com essa citação, procura-se mostrar o quão danosa era a atuação do comunismo internacional, comparando-a a uma terceira guerra que provoca a “violação dos

⁴³¹ SAMWAYS, Daniel Trevisan. Op. Cit., 2014, p. 91

⁴³² ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8, Informação nº 1271/19/AC/72, 28 de dezembro de 1972.

⁴³³ Ibidem, p. 2

⁴³⁴ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8, Informação nº 1271/19/AC/72, 28 de dezembro de 1972. p. 2-3

⁴³⁵ Ibidem, p. 3.

espíritos e envenenamento moral”. Esta guerra, por sua vez, teria efeitos mais desastrosos que as bombas e os canhões, pois causa a poluição do corpo e da mente, facilitando a ação dos comunistas para a conquista do Ocidente cristão.

O relatório “Como eles agem” da DSI-MEC, ao fazer uma análise da infiltração comunista no meio educacional, também reforça que os comunistas eram os verdadeiros responsáveis por introduzir diversos entorpecentes entre os estudantes universitários:

O degradante processo que incentiva a juventude ao uso dos tóxicos tem como objetivo corromper a mente dos jovens e torná-los dependentes dos traficantes, contribuindo assim para os cofres do comunismo internacional, de acordo com a Resolução aprovada na Conferência Tricontinental de Havana.⁴³⁶

Como se lê, de acordo com os órgãos de inteligência, uma das táticas dos comunistas infiltrados no meio educacional era incentivar os jovens a fazer uso de drogas, com o objetivo de corromper as suas mentes e torná-los dependentes dos traficantes, que em realidade eram agentes do comunismo internacional. Em uma outra informação produzida pela AC-SNI em 1973, segue-se a mesma linha da citação acima, onde o serviço de informações estabelece uma ligação direta entre subversão comunista e a questão das drogas, ou “toxicomania”. Na introdução da informação afirma-se:

a) Comunismo - Tóxico

A toxicomania é uma das *mais sutis e sinistras armas do variado Arsenal do MCI*, que, dia a dia, a emprega em escala crescente, consubstanciado, na prática, os ensinamentos de LENINE e MAO TSE TUNG, em sua busca contínua e subreptícia pelo domínio do mundo e escravidão da humanidade.⁴³⁷

Percebemos nesse trecho que novamente há uma ligação que mais aproxima do que distancia a União Soviética (“Lenine”) e a China (“Mao Tse Tung”), em suas táticas sutis e sinistras, como infiltrar seus agentes e distribuir drogas com o objetivo de dominar o mundo e escravizar a humanidade. De acordo com o documento de inteligência, essa nova arma do “variado arsenal do MCI” foi pensada antes mesmo dos movimentos de 1968, e está presente em uma “resolução secreta” da 1ª Conferência Tricontinental de Havana, realizada em 1966. É claro que a agência central não detalha como teve acesso a essa “resolução secreta”, apenas limita-se a reproduzir seu conteúdo:

Apoiar resolutamente a campanha a favor dos viciados em drogas, baseando-a no princípio do respeito aos direitos individuais. Manter absolutamente separados os quadros do Partido Comunista dos canais de tráfico de narcóticos, a fim de que essa

⁴³⁶ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. *Como eles agem*, Divisão de Segurança e Informações, Ministério da Educação e Cultura. In: Informação 28/74/P/DSI/MJ, 19 de fevereiro de 1974, p. 5 [grifo nosso]

⁴³⁷ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 0010/19/AC/73, 08 de janeiro de 1973, p. 1

fonte de receita não possa ser vinculada a ação revolucionária do Partido Comunista, apesar de que **devemos combinar o fomento do medo a guerra atômica com o pacifismo e a desmoralização da juventude, por meio do estímulo ao consumo de alucinógenos** (Tricontinental - HAVANA/1966).⁴³⁸

Essa tal “resolução secreta” em apoio ao tráfico e aos viciados em drogas para financiamento das ações revolucionárias e dos partidos comunistas, provavelmente foi inventada pela mente paranoica de algum anticomunista, se ele era produtor de informações dos órgãos de inteligência ou um militante anticomunista qualquer infelizmente não temos como saber. O que salta aos olhos é a clara tentativa dos setores conservadores de desmoralizar os militantes comunistas, especialmente os ligados aos chineses e cubanos, utilizando desses temas morais relacionados à preservação da civilização cristã e dos sadios valores ocidentais como argumento.

De acordo com o historiador Daniel Samways, os militares que comandavam o Brasil acreditavam estarem lutando em defesa da democracia, “bem como pelos bons costumes e por uma sociedade melhor”, portanto, na perspectiva dos agentes de inteligência “as drogas eram vistas como algo que atrapalharia o pleno desenvolvimento da nação”. O historiador ainda ressalta que ao abordar a ditadura, trata-se não somente da DSN enquanto uma doutrina militar que inspira as políticas de Estado, mas também de uma doutrina sócio-econômica, sendo assim, para o pleno desenvolvimento material e econômico, fazia-se necessário uma nação forte e sadia, “dessa forma, os tóxicos e similares eram muito mal vistos pelo governo civil-militar, sendo associados a uma tentativa dos comunistas de destruírem o Ocidente”.⁴³⁹

Ainda conforme Samways:

Apresentar a subversão dos costumes como uma tática comunista servia duplamente aos interesses dos sistemas de informações e repressivo. Primeiro por **reforçar o caráter maléfico e negativo dos comunistas, que patrocinavam além de ações armadas, ações que levavam a juventude para degradação, desvirtuando-a dos bons costumes**. Segundo, por mostrar aos leitores da publicação Comunismo Internacional [fonte] a **necessidade de um combate tanto aos comunistas quanto ao uso de drogas, que segundo essa lógica, teriam a mesma origem**. O autor [da fonte] busca exatamente relacionar determinados textos que noticiam a produção e o incentivo ao consumo de drogas como uma tática comunista de ataque aos países ocidentais, buscando-os enfraquecer moral, psicológica e fisicamente.⁴⁴⁰

Embora o autor trate na citação da sua fonte de pesquisa em específico - a revista “Comunismo Internacional”, produzida pelo SNI entre 1970 e 1973 -, podemos alargar essas considerações para as demais produções do SNI e outros órgãos de inteligência. Ou seja,

⁴³⁸ Idem. [grifo nosso]

⁴³⁹ SAMWAYS, Daniel Trevisan. Op. Cit., 2014, p. 110-111

⁴⁴⁰ Ibidem, p. 115 [grifo nosso]

procurava-se através das informações investigar os supostos maus hábitos dos comunistas, reforçando seu caráter maligno, que na visão da espionagem tinha como objetivo enfraquecer e desarmar o Ocidente cristão, mas também havia a intenção de demonstrar a permanente necessidade de combater os comunistas e suas novas formas de atuação contra o Ocidente.

Essa retórica anticomunista que fazia ligação entre comunismo e a questão das drogas, foi utilizada principalmente contra a República Popular da China, aliando desse modo um tom xenófobo ao fazer anticomunista. No documento de informações citado, o agente da AC-SNI acusa diretamente a China de realizar a disseminação das drogas pelo mundo, sendo esta a sua principal artimanha na luta política e ideológica:

(...) o tráfico de droga, [é] inovação introduzida pelos chineses no aparato da Revolução totalitária (...) O Comitê Central do Partido Comunista Chinês promoveu, em 1953, uma conferência com o objetivo de intensificar a produção e a exportação de drogas (...)

Está, hoje, perfeitamente comprovado, mediante pesquisas realizadas por entidades internacionais, que **PEQUIM utiliza o tráfico de drogas como recurso sobremodo eficiente contra o mundo livre.**⁴⁴¹

De acordo com a informação, o comitê central do PCCh estaria diretamente envolvido na produção e exportação de entorpecentes, configurando uma arma no seu “aparato da revolução totalitária” contra o “mundo livre”. Outros impropérios eram disseminados contra a China, como de que a reserva em ouro do país asiático era crescente devido à venda de heroína e ópio; e que os princípios ativos dessas drogas seriam utilizados como “arma contra o inimigo, como uma das formas de guerra fria”. Entre as formas utilizadas pela China para a disseminação dos entorpecentes pelo mundo, a principal seria a infiltração nos países:

A distribuição de drogas, no estrangeiro, é feita por meio de agentes secretos, cuidadosamente preparados, subordinados ao Comitê Central e ao Estado Maior Geral, que se infiltram nas várias organizações internacionais de tráfico de drogas. (...)

A República Popular da CHINA expressou, por intermédio de seu "Bureau de Assuntos Latinoamericanos", que, **para acelerar o processo Revolucionário no Ocidente Americano, é necessário provocar a decadência moral.** A Secretaria de Assuntos Latinoamericanos da CHINA VERMELHA, resolveu, então, abraçar os problemas de introdução maciça de drogas e de aceleração do processo de ajuda revolucionária colocando a introdução de drogas a serviço direto do processo Revolucionário.⁴⁴²

Novamente o tema da “infiltração comunista” é utilizado para denunciar as articulações do MCI, dessa vez os agentes secretos chineses são acusados de se infiltrar nas “organizações internacionais de tráfico de drogas”. No que se refere à América Latina, ainda afirma-se que a

⁴⁴¹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº 0010/19/AC/73, 08 de janeiro de 1973, p. 2

⁴⁴² Ibidem, p. 4-5

disseminação dos entorpecentes, em realidade, serviria para provocar a decadência moral das sociedades, desta forma acelerando os processos revolucionários comunistas supostamente em curso. Mais adiante, reafirma-se que “a droga acelera o processo Revolucionário na AMÉRICA LATINA porque provoca, de uma maneira artificial e portanto mais rápida, a decadência moral que naturalmente ocasiona os regimes ditatoriais que oprimem as liberdades dos povos”.⁴⁴³

A apreciação final do documento de informações, reforça os argumentos apresentados sobre a ligação entre decadência moral, tóxicos e comunismo internacional, deixando claro que o MCI representava naquele momento o grande desafio da atualidade, e que o Ocidente cristão não deveria se furtar de combater as novas táticas do comunismo porque estavam sendo “violentados e agredidos dentro de nossas próprias Pátrias, como também porque temos o dever de preservar a segurança e a liberdade das gerações vindouras”. Conclui afirmando que:

Os instrumentos e o desenvolvimento da estratégia mudaram, sem que os objetivos finais sofressem qualquer alteração. **E estes são, quer para MOSCOU, PEQUIM ou HAVANA, destruir a estrutura sócio-econômica do Ocidente.** (...)

(...) o MCI busca conhecer cada povo, desvendar suas reivindicações, levantar suas vulnerabilidades, seus antagonismos internos e externos, a fim de poder atuar em excelentes condições, estimulando o povo para as reações subversivas.

As medidas tomadas hoje no Ocidente, contra a expansão dos tóxicos, além do aspecto sanitário, de profilaxia das toxicomanias, de iniludível importância, têm ainda outro aspecto de não menor gravidade, qual seja o da **segurança individual e coletiva das nações que se recusam a sujeição ao regime comunista.**⁴⁴⁴

De acordo com a pesquisa de Samways, podemos compreender como esse anticomunismo disseminado contra a China fazia parte um conjunto maior de considerações paranoicas por parte do SNI contra os comunistas presentes nos continentes africano e asiático, por exemplo. O olhar ocidental sobre os povos africanos e asiáticos, cheio de preconceitos e xenofobia, ficava evidenciado no discurso anticomunista produzido pelos serviços de inteligência da ditadura. Outros temas de ordem moral, além da questão das drogas, também foram abordados. Conforme o historiador:

Além das disputas políticas e alianças realizadas com países comunistas, os discursos sobre Ásia e África também abarcavam questões de comportamento e práticas sexuais. Se no imaginário ocidental tais regiões eram motivo de desconhecimento ou de preconceito, no campo político a ideia que eram povoadas por indivíduos desprovidos de uma moral sexual poderia referendar a noção do comunismo como algo moralmente deplorável.⁴⁴⁵

⁴⁴³ Ibidem, p. 6-7

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 7-8 [grifos meus]

⁴⁴⁵ SAMWAYS, Daniel Trevisan. Op. Cit., p. 172

Além desse anticomunismo de ordem moral disseminado especificamente contra a China ou outros países asiáticos ou africanos que também estavam sob a órbita socialista, encontramos entre os documentos pesquisados informações produzidas pelos órgãos de inteligência que relacionam temas de ordem moral com a infiltração comunista. Como em um encaminhamento produzido pelo CISA que alertava sobre uma suposta infiltração comunista nas Forças Armadas, onde afirma-se que:

as novas instruções do Movimento Comunista Internacional visando a infiltração, a subversão e a tomada do poder concentrando seus trabalhos sobre a jovem oficialidade induzindo-os ao consumo de drogas e ao comprometimento com o Comunismo.⁴⁴⁶

Esse nível de paranoia anticomunista, embora possa parecer de exagerada loucura, como vimos, é recorrente na produção dos órgãos de inteligência da ditadura brasileira. Podemos pensar aqui naquilo que Carlos Fico chamou ânsia persecutória de base anticomunista, que permeava tanto a atuação dos órgãos de segurança e polícia política, quanto, e principalmente, a atuação dos órgãos de informações do SISNI. Esses órgãos do Estado passaram a pensar e agir como se a sociedade brasileira estivesse infiltrada e contaminada por comunistas e suas práticas indesejáveis e perturbadoras contra a sociedade ocidental. Os comunistas eram os verdadeiros inimigos internos, portanto, deveriam estar sob constante vigilância e olhar atento dos serviços de inteligência.

Procuramos demonstrar neste capítulo, que apesar do combate principal nesta primeira metade da década de 1970 ser contra os grupos da esquerda radical, especialmente os que estavam desapropriando bancos, sequestrando diplomatas e preparando guerrilhas; os serviços de inteligência estavam fortemente preocupados com a atuação do “movimento comunista internacional - MCI” no Brasil e no mundo. O MCI, apesar de haver a distinção entre as vertentes soviética, chinesa e cubana, era visto como um bloco monolítico que atuava de diversas maneiras com os malignos objetivos de dominação e comunização mundial em nome da União Soviética.

Nesse momento de fortalecimento dos movimentos guerrilheiros, anticolonialistas e antiimperialistas pelo mundo afora, era crucial alertar o país contra os objetivos do comunismo internacional. No que se refere à luta anticomunista no Brasil e nos vizinhos latino-americanos, a imensa produção de documentos sobre a atuação e infiltração do MCI na América Latina servia como “prova” dos perigos que o comunismo representava no continente, especialmente após a eleição de Salvador Allende no Chile em 1970, e nos auxilia

⁴⁴⁶ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica. Encaminhamento nº 219/CISA, 14 de novembro de 1975.

também a compreender o papel intervencionista do Brasil nos golpes anticomunistas em países como Chile, Bolívia e Uruguai, que inauguraram sangrentas ditaduras.⁴⁴⁷

As novas e “sutis táticas de infiltração comunista” nas áreas da educação, cultura, em governos, nos meios de comunicação e até mesmo nas Forças Armadas; bem como as mudanças comportamentais vividas a partir daqueles conturbados anos das décadas de 1960 e 1970, eram percebidos pelos anticomunistas ocidentais como parte de um bem articulado e sinistro plano de desagregação do Ocidente cristão com vistas à dominação mundial sob a liderança do MCI e seus “militantes ateus”. Os comunistas, de acordo com essa perspectiva, estavam agora atuando especialmente por meio da cultura. Esse anticomunismo moralista pode ser uma das origens daquilo que mais recentemente - especialmente a partir dos anos 1990 -, se acusa de “marxismo cultural”. De acordo com Carla Luciana Silva, os problemas da cultura e os avanços no campo comportamental são as armas dos anticomunistas na “guerra cultural” que tem se travado. Conforme a historiadora, as direitas se rearticularam e usam seus êxitos na “batalha da hegemonia burguesa” para “impedir qualquer projeto civilizacional que lembre outras alternativas”. Na visão anticomunista, os malignos expoentes do “marxismo cultural” seriam autores como Antonio Gramsci e Georges Lukacs.⁴⁴⁸

Carlos Fico afirma que a repressão durante a ditadura brasileira “foi marcada não só pelo anticomunismo, mas também por forte moralismo que caracterizou aquela época em que os costumes mudaram radicalmente”.⁴⁴⁹ Embora a afirmação não seja incorreta, procuramos mostrar que o próprio fenômeno do anticomunismo nesse período tinha um apelo fortemente moralista e conservador, o que refletia na produção do SNI e seus órgãos.

No capítulo seguinte, continuaremos a análise da documentação de inteligência produzida pelos órgãos da Comunidade de Informações, desta vez enfocando o período de 1974 a 1979. Se neste terceiro capítulo analisamos temas mais gerais relacionados ao anticomunismo, como a infiltração do MCI e as novas técnicas do comunismo contra a civilização ocidental; no quarto capítulo tentaremos compreender como o combate ao comunismo por parte dos órgãos do SISNI se relacionava diretamente com os temas mais urgentes da política nacional do período pós 1974. Em suma, procuraremos demonstrar como a ideologia anticomunista foi um dos elementos da retórica de oposição a distensão proposta

⁴⁴⁷ CF. SIMON, Roberto. **O Brasil contra a democracia**: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América Latina. São Paulo: Companhia das Letras, 2021; LEICHT, Federico. **Orden y progreso** : el influjo de Brasil en el camino al golpe de estado. Montevideo: Ediciones de La Plaza, 2013; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 28, 2020.

⁴⁴⁸ SILVA, Carla Luciana. Guerras culturais ou luta de classes? A face atual do anticomunismo. **Revista História e Luta de Classes**, Ano 14, N. 26, 2018, p. 117-118

⁴⁴⁹ FICO, Carlos. Op. Cit., 2016, p. 70

pelo governo e justificativa para o recrudescimento da repressão e das atividades de inteligência contra os segmentos da esquerda que sobreviveram ao massacre do governo Médici, sobretudo a repressão e vigilância ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

CAPÍTULO 4: A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES: ENTRE A DISTENSÃO E A PERMANENTE LUTA ANTICOMUNISTA

Neste capítulo abordaremos a instrumentalização do medo do comunismo aliada à estratégia de liquidação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) como um dos elementos chave do projeto distensionista da ditadura. Apesar de ter sido mantido sob constante vigilância desde o golpe de 1964, foi na conjuntura pós eleições de 1974 e de caçada aos comunistas após a derrota dos projetos guerrilheiros que o partido foi mais fortemente vigiado pelos órgãos de informações. A análise da Operação Radar e de outras operações anticomunistas contra o PCB nos estados de Santa Catarina, Paraná e Bahia auxiliarão na nossa compreensão das atividades de informação e repressão no período de “abertura”.

Em resumo, procuraremos abordar de que forma a retórica anticomunista foi utilizada pela extrema-direita militar da Comunidade de Informações para frear as ambições distensionistas do grupo comandado pelo ditador Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Nossa análise recairá sobre o período de 1974 a 1979, enfocando especialmente as ambiguidades, avanços e recuos no processo de distensão; e a oposição anticomunista da extrema-direita militar instalada nos órgãos de repressão e informação a tal projeto.

O capítulo está dividido em cinco partes. Na primeira buscamos compreender os motivos que levaram o grupo palaciano a propor uma distensão política, bem como a atuação governista inicial nesse sentido e os seus projetos de poder e de institucionalização da ditadura, com o objetivo central de “retornar” aos ideais do liberalismo autoritário da Constituição de 1967. Na segunda e terceira partes, analisamos como tal projeto, que de maneira alguma pode ser caracterizado de democrático ou progressista, sofreu grande oposição da extrema-direita que continuava a enxergar o fantasma do comunismo rondando o Brasil, especialmente a vitória da oposição em 1974. Nas duas últimas partes analisamos a vigilância dos órgãos de informações ao PCB e as operações anticomunistas iniciadas em 1975 com o objetivo de liquidar o velho partido comunista.

4.1 O GOVERNO GEISEL E O PROJETO DE DISTENSÃO

Ernesto Geisel assumiu o comando do poder Executivo em março de 1974, mas era um militar de longa carreira na caserna e na política nacional. Desde o início da década de 1930 colecionava postos políticos, conciliando-os com a carreira militar em ascensão. Retornou à cena política a partir do golpe de 1964, como fiel aliado de Castelo Branco, servindo como

seu Chefe da Casa Militar entre 1964 e 1967. Ao fim do mandato de Castelo, promovido a general de Exército, foi ministro do Supremo Tribunal Militar entre 1967 e 1969 e Presidente da Petrobrás entre 1969 e 1973, no governo Médici.⁴⁵⁰

A questão sucessória já animava o meio político e castrense em meados de 1972, embora o general Médici tivesse proibido que o assunto fosse tratado até que ele fizesse sua indicação oficial. Apesar de alguns contratemplos, a sucessão de Médici foi a mais tranquila do período ditatorial, quando a “alta hierarquia e a massa dos oficiais curvaram-se à escolha do palácio sem um resmungo”.⁴⁵¹ Embora alguns preferissem outros nomes do que o de Ernesto Geisel, abertamente da linha “castelista”, este foi oficialmente anunciado em 18 de junho de 1973. Em setembro do mesmo ano os nomes dos generais Geisel e Adalberto Pereira dos Santos (presidente e vice-presidente, respectivamente) foram homologados pela Arena e eleitos indiretamente em janeiro de 1974.

Outro fator importante no processo sucessório foi a candidatura da oposição, encabeçada pelo deputado federal Ulysses Guimarães e por Barbosa Lima Sobrinho, ex-deputado e ex-presidente da ABI. Os opositores sabiam da derrota diante do Colégio Eleitoral, dominado pelos apoiadores da ditadura, portanto, utilizaram a “antieleição” para percorrer o país divulgando o projeto político do MDB, que havia saído das eleições de 1970 muito enfraquecido e em vias de autodissolução.⁴⁵² Os “anticandidatos” denunciaram principalmente a repressão institucionalizada, o domínio do Congresso Nacional pela reação e os resultados nocivos da política econômica do “milagre”.

De acordo com Motta, em sua pesquisa sobre a trajetória política do MDB, foi justamente a “anticandidatura” que impulsionou o partido, retirando-o da letargia que o dominava desde o AI-5 e a derrota acachapante de 1970. Para o autor, a campanha teve um saldo muito positivo, as concentrações públicas em várias cidades e estados e a mobilização

⁴⁵⁰ Formado no Colégio Militar de Porto Alegre em 1924, em 1931 Geisel atuou como secretário-geral e chefe do Departamento de Segurança Pública do governo do Rio Grande do Norte, também foi Secretário da Fazenda e Obras Públicas da Paraíba entre 1934 e 1935. No episódio da chamada “Intentona comunista de 1935” estava de volta ao Rio de Janeiro, onde participou da repressão ao levante militar na Escola de Aviação. Entre 1946 e 1947 foi secretário-geral do CSN do governo Dutra. Em 1955, foi subchefe do gabinete Militar do presidente Café Filho, substituto de Getúlio Vargas, e chefe de gabinete do Ministro da Guerra em 1961. Cf. COUTINHO, Amélia; GUIDO, Maria Cristina. **Ernesto Geisel**. (Verbete biográfico). In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <// www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto >.

⁴⁵¹ CHIRIO, Maud. Op. Cit., p. 167

⁴⁵² De acordo com Kinzo, particularmente em função das derrotas de 1966 e 1970 e por conta da vigilância e repressão contra os quadros do partido, “expressões como “autodissolução”, “implosão” e “fim do MDB” passaram a fazer parte do vocabulário corrente da imprensa e do próprio partido, mesmo em declarações de seus líderes e militantes”. Cf. KINZO, Maria D'alva Gil. O legado oposicionista do MDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 144

de milhares de pessoas foi fundamental, não tanto pelo número de pessoas, mas sim pelo “impacto positivo psicológico e político sobre o próprio partido”.⁴⁵³

Apesar dessa importante iniciativa da oposição contra o sistema eleitoral da ditadura, o óbvio aconteceu com a vitória de Geisel com 400 votos, diante de 76 votos em Ulysses e 21 abstenções. Em 15 de março de 1974 tomaria posse aquele que ficou conhecido como o “ditador da abertura”.⁴⁵⁴

De acordo com Marcos Napolitano, o período Geisel constitui um “particular exercício de compreensão dialética da história, ou seja, aquela que leva em conta as contradições intrínsecas ao período”.⁴⁵⁵ Isso porque o substituto de Médici, embora seja considerado um liberal da linha do primeiro ditador, soube conviver cordialmente com a extrema-direita militar durante grande parte de sua carreira, inclusive foi um continuador dos métodos de governo do seu antecessor.⁴⁵⁶ Foi um presidente autocrático, que fechou o Congresso Nacional, utilizou diversas vezes o AI-5, mudou “casuisticamente” a própria legislação autoritária do regime para impedir o avanço da oposição consentida, manteve em atividade a linha mais radical do aparato repressivo - no seu governo 39 opositores foram desaparecidos e 42 assassinados -, também a censura à imprensa e às diversões públicas foram mantidas, embora abrandadas a partir de 1976.⁴⁵⁷

Mesmo assim, a memória liberal hegemônica no pós-ditadura tenta apresentá-lo como “democrata”, ferrenho opositor da “linha dura” ou o maior responsável pela abertura e posterior transição.⁴⁵⁸ Embora reconheçam os marcantes traços autoritários de Geisel e seu governo, os liberais afirmam que ele e seu grupo utilizaram de tal expediente somente com o objetivo de acabar com a ditadura e impedir a possível revolução comunista que, em suas análises, rondava o Brasil até o golpe. Segundo Napolitano, “nessa ótica, a chegada de Geisel ao poder retoma a rota originalmente traçada, delinea um projeto retilíneo de transição e o conduz a partir do Palácio, impondo-se às ruas tomadas pela esquerda e aos quartéis tomados

⁴⁵³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e sociedade**: a trajetória do MDB. Ouro Preto-MG: UFOP, 1997. p. 144

⁴⁵⁴ Expressão presente em: KUCINSKI, Bernardo. **Abertura**: a história de uma crise. São Paulo: Brasil Debates, 1982. p. 19

⁴⁵⁵ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., 2018, p. 229

⁴⁵⁶ Cf. TELES, Janaína de Almeida. Eliminar “sem deixar vestígios”: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil. **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-297, jul./dez. 2020.

⁴⁵⁷ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 234

⁴⁵⁸ Destacam-se obras como as do brasilianista Thomas Skidmore (1988) e do jornalista Elio Gaspari (2014a, 2014b, 2014c)

pela extrema-direita”.⁴⁵⁹ Como veremos, essa versão é equivocada do ponto de vista histórico.

As interpretações sobre o processo de mudanças políticas iniciado pelo governo Geisel em 1974 são variadas. Fala-se em “autorreforma”, “institucionalização”, “descompressão”, “distensão”, “abertura”, “liberalização” ou “transição”. Vamos direcionar nossa análise, preferencialmente, pela ótica da *institucionalização* da ditadura e sua legislação e aparato repressivo em um modelo constitucional autoritário, como queriam os golpistas de 1964 ligados a Castelo Branco; para tanto era necessário uma *distensão*, ou seja, tão somente um abrandamento das “tensões sociais” que impediam tais objetivos. Como já afirmamos, de forma alguma tratava-se de um projeto democrático ou de abertura democrática, mas sim de estabilização e legitimação do poder militar naquela complexa conjuntura.

Mas o que explicaria que tal projeto começasse a ser discutido em um momento de estabilidade política, econômica e militar? Por que o grupo governista se dispôs a institucionalizar o regime e abrandar as tensões no auge de todo seu poder? Tentaremos discorrer sobre algumas possíveis explicações, bem como os principais fatores (internos e militares) que levaram os generais Geisel e Golbery a pensar em novos rumos para a ditadura a partir de 1974, para que, desta forma, possamos compreender o papel do anticomunismo em oposição a esse projeto/processo de distensão política.

Soares, D’Araújo e Castro, na introdução do livro de entrevistas da memória militar sobre a abertura, avaliam as diferentes teorias sobre os processos de mudança de regime, passando pelos fatores econômicos, “cultura política”, teoria das elites e questões militares. Tratando sobre o caso brasileiro, afirmam que destacavam-se as opiniões militares sobre o ônus causado pelo exercício do poder, enfatizando que o tema da duração do regime sempre foi questionado pelas diferentes facções castrenses. Segundo os organizadores:

No Brasil, o regime não estava institucionalizado e, não obstante, “foi durando”. No início da década de 70, após vários anos de poder militar, começou-se a falar seriamente em institucionalizar o regime. Em verdade, algumas destas iniciativas partiram de políticos interessados em diminuir a arbitrariedade do sistema. No pensamento deles, um regime com regras autoritárias seria preferível a um completo arbítrio.⁴⁶⁰

Os pesquisadores também destacam que as distensões políticas ocorrem quando “os grupos no poder estejam dispostos a negociar, e foi isso que passou a ocorrer no governo Geisel”. Nesse processo de negociação e de planejamento da institucionalização do regime, o

⁴⁵⁹ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., 2018, p. 232

⁴⁶⁰ D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A.D; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 25

grupo palaciano teve que dialogar tanto com a extrema-direita militar, fortemente anticomunista, que se opunha visceralmente a uma abertura, quanto com a oposição liberal, que almejava maior velocidade no processo para que o Brasil voltasse a ser uma democracia liberal. Desse modo, “para garantir o sucesso do projeto, teria sido necessário conciliar ambas as tendências e reprimir tanto os “duros” quanto a oposição”.⁴⁶¹

Questões relativas ao cenário político e econômico internacional e atores externos, tiveram um peso considerável no processo distencionista à medida em que colocavam o Brasil em certo isolamento diante das constantes mudanças do último quartel do século XX. Não obstante, acreditamos que a situação interna - as relações do Estado com os militares e a oposição - tem papel determinante no projeto de Geisel-Golbery. Trataremos brevemente de algumas questões gerais, outras terão maior desenvolvimento ao longo do capítulo, especialmente a reação da extrema-direita militar alocada na comunidade de informações ao projeto do governo. É importante frisar que não é nosso objetivo analisar exaustivamente o processo de distensão ou suas teorias, apenas contextualizar para que possamos entender o papel instrumental e a industrialização do anticomunismo no combate a esse projeto.

Suzeley Kalil Mathias, em sua pesquisa sobre a distensão política no Brasil como um projeto militar, defende que existiam propostas de “relaxamento das regras autoritárias - um projeto de distensão - antes da chegada de Ernesto Geisel à Presidência da República”. A autora afirma que após o primeiro projeto de institucionalização de Castelo Branco ter sido derrotado pela ascensão de Costa e Silva, setores militares passaram a se preocupar com a permanência das FFAA no poder e defender um projeto de afastamento, mantendo a tutela. Outro ponto destacado é que a conjuntura de final do governo Médici favorecia mudanças no regime, visto que muitos dos objetivos do golpe de 1964 estavam sendo alcançados.⁴⁶² Teixeira da Silva também afirma que já existiam projetos distensionistas antes do governo Geisel, notadamente nas sucessões de Castelo Branco em 1967 e de Médici em 1973, quando esboçaram-se propostas de abertura que foram rapidamente descartadas. Esses dois insucessos teriam influenciado o projeto de Geisel-Golbery, especialmente em seu caráter “lento, gradual e seguro, visando exatamente evitar os recuos antes vividos”.⁴⁶³

⁴⁶¹ Ibidem, p. 38

⁴⁶² MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papirus, 1995. p. 23-24

⁴⁶³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A crise da ditadura militar e o projeto de abertura política no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 326

O historiador Aloysio Castelo de Carvalho, em seu trabalho sobre a chamada “liberalização” durante o governo Geisel, também avalia que muitos fatores e projetos distintos antecederam o esquema distensionista de Geisel-Golbery. Fatores como a segurança interna, modelo político adotado, continuidade do AI-5 e o papel doutrinário da ESG estavam no centro dos debates sobre o modelo que deveria ser institucionalizado. De acordo com o autor, a segurança interna, ou seja, o término das contestações e focos oposicionistas, era pré-condição essencial para ampliação das liberdades políticas. Esse cenário era percebido pela elite política ao final do governo Médici, em razão da forte atuação e especialização do aparato repressivo.⁴⁶⁴ Segundo Carvalho, o ex-ministro Roberto Campos foi um dos principais nomes do liberalismo autoritário e defensor do projeto distensionista:

Campos defendeu [em palestra na ESG] que a opção política que convinha ao Brasil “é pelo sistema consensual de democracia com executivo forte, inaugurado pela revolução de 1964”. Quando se referiu ao rumo a ser estabelecido, ele afirmou que o modelo devia ter como pré-condição a reconciliação democrática, com a substituição do AI-5 por instrumentos que dessem segurança ao governo, mas possibilitassem a ampliação das liberdades do regime.⁴⁶⁵

A opinião liberal expressa na fala de Campos e da qual o grupo Geisel-Golbery compartilhava, defendia um modelo de “democracia forte”, sem o AI-5 e toda a sua truculência discricionária, mas com mecanismos de segurança para manter o poder de Estado (“salvaguardas constitucionais”). A “reconciliação democrática” ou as “liberdades do regime” seriam concessões necessárias para que esse modelo fosse aplicado. Para Carvalho, esse modelo foi em grande parte aplicado, na medida em que:

A liberalização iniciada com o governo Geisel em 1974 representou a tentativa de aproximar o regime autoritário militar de referências legais que evocassem a existência de um Estado de Direito, de modo que fosse mais aceito tanto no plano doméstico quanto internacionalmente e possibilitasse a institucionalização de suas regras políticas, meta sempre presente para os dirigentes preocupados com a longa intervenção dos militares na reorganização do poder.⁴⁶⁶

De acordo com Maria Helena Moreira Alves, o período Geisel inaugurou a “terceira etapa da institucionalização do Estado”, após as duas fases anteriores coroadas com a Constituição de 1967 e do governo Médici com a estabilidade política, econômica e militar. Para a cientista política, a distensão pretendia essencialmente novas bases de legitimidade para a ditadura, buscando “afrouxamento da tensão sociopolítica” associada a níveis mais

⁴⁶⁴ CARVALHO, Aloysio Castelo. **Liberalização e tutela militar: o governo Geisel**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 104-108

⁴⁶⁵ Ibidem, p. 111

⁴⁶⁶ Ibidem, p. 133

elevados de participação política, tentando acalmar e cooptar setores da oposição.⁴⁶⁷ Napolitano tem posicionamento semelhante, afirmando que “o projeto de “distensão” e “abertura” era, sobretudo, um projeto de institucionalização do regime” e que um projeto bem delineado de abertura política só foi percebido após 1977, pois até então consistia apenas na “institucionalização da exceção, descompressão pontual, restrita e tática e projeto de retirada para os quartéis *sine die*”.⁴⁶⁸

Se a escolha de Geisel para substituir Médici pode ser encarada como um dos primeiros indícios que mudanças na agenda política e militar poderiam ocorrer, a nomeação do ministério do novo governo, com destaque para o general Golbery (na chefia da Casa Civil) foi o coroamento dessa inflexão rumo à mudanças.

Golbery, além de idealizador e primeiro Ministro-Chefe do SNI no governo Castelo Branco, era um dos defensores da tese de que os militares, após “impedir” a tomada do país pelos comunistas em 1964, deveriam elaborar um arranjo político institucional forte e passar o governo para as elites políticas civis. De acordo com Vania Assunção, Golbery enquanto “intelectual orgânico de sua classe, foi quem melhor compreendeu a necessidade de transição, elaborando toda uma teoria para justificá-la. Transformou-se, assim, no *ideólogo da auto-reforma*”.⁴⁶⁹ Desde então o general da reserva passou a ser ainda mais odiado por setores militares devido a sua moderação, sendo especialmente odiado pela extrema-direita. Os militares mais ferrenhamente anticomunistas, como João Paulo Moreira Burnier, afirmavam que “Golbery era um elemento bastante socializado, ou socialista”, e que “o general Geisel estava sendo realmente influenciado pelo general Golbery, que por sua vez era um homem voltado para a área do socialismo”.⁴⁷⁰ A fala Burnier, representante máximo do fanatismo anticomunista da extrema-direita militar, demonstra como o anticomunismo - na forma de rejeição ao que eles entendem por socialismo - se voltava contra o próprio governo nessa conjuntura de distensão.

Alfred Stepan relata que em uma série de entrevistas com o general, ele “ênfatizou que os principais objetivos originais do golpe de 64 eram de intenção democrática, a longo

⁴⁶⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 185

⁴⁶⁸ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 234

⁴⁶⁹ ASSUNÇÃO, Vania Noeli Ferreira de. **O satânico Doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva**. 1999. 238 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 1999. p. 174

⁴⁷⁰ BURNIER, João Paulo Moreira. Depoimento cedido a Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, 1993. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A.D; CASTRO, Celso. Op.Cit., 1995. p. 211; p. 214

prazo”, portanto, não havia “solução autoritária a longo prazo que tivesse legitimidade”.⁴⁷¹

Assunção, ao analisar entrevistas de Golbery, também faz esclarecimentos nesse sentido:

A premissa [do general] era que não existe possibilidade de manter um regime de exceção - transitório por essência - sem promover sua institucionalização por meio da adoção de regras duradouras e claras. Mais que isso: Golbery achava que os três governos anteriores já haviam cumprido seus objetivos no setor de segurança. Ele enxergava, à parte, um grupo de generais que acreditava firmemente na ameaça comunista, especialmente na castrista. Embora achasse que estavam certos até certo ponto, Golbery dizia que eles “exageram demais a ameaça e estão vendo fantasmas”. Segundo Golbery, “sabe-se muito bem que a esquerda está dividida em várias facções e não representa ameaça séria e imediata ao governo”.⁴⁷²

Resumindo, Golbery era um dos nomes fortes do governo Geisel, ao lado dos generais João Batista Figueiredo (Ministro-chefe do SNI) e Hugo Abreu, (chefe da Casa Militar). Os quatro eram os principais responsáveis pela formulação das políticas de institucionalização da ditadura. Se no discurso de posse em 15 de março de 1974 Geisel se ateuve apenas a elogiar o governo Médici e demonstrar seus objetivos continuadores, na primeira reunião ministerial ele expõe uma primeira sinalização de seus objetivos distensionistas:

Quanto ao setor político interno, envidaremos sinceros esforços para o gradual aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima de consenso básico para a institucionalização acabada dos princípios básicos da revolução de 64.⁴⁷³

Percebe-se claramente que os objetivos de Geisel remetem ao projeto castelista de poder, interrompido duas vezes pela ação da extrema-direita militar, por isso refere-se à “institucionalização acabada” dos objetivos expostos no golpe de 1964. De acordo com Napolitano, as discussões ainda eram restritas aos círculos centrais de poder. Para eles:

era preciso iniciar uma normalização da vida política, que no jargão político da época significava consolidar o espírito de tutela do AI-5 em princípios constitucionais, abrandar o controle da sociedade civil, sem dar a ela espaço político efetivo no processo decisório, e, em um futuro incerto, devolver o poder aos civis identificados com as doutrinas que inspiraram 1964 ou que, ao menos, não lhes fossem hostis.⁴⁷⁴

Para o governo ditatorial, não se tratava de democracia, afinal na sua visão o Brasil era democrático, tratava-se na verdade de restabelecer um Estado de Direito que recuperasse certa legitimidade para o poder militar, ampliando a participação da oposição de elite e de setores liberais que haviam deixado de apoiar o regime. Alguns atores foram fundamentais

⁴⁷¹ STEPAN, Alfred. **Os militares**: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 44

⁴⁷² ASSUNÇÃO, Vania Noeli Ferreira de. Op. Cit., p. 180

⁴⁷³ Ernesto Geisel, reunião ministerial de 19 de março de 1974. apud: COUTO, Ronaldo Costa. Op. Cit., p. 138

⁴⁷⁴ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 237-238

nesse processo, especialmente o partido de oposição permitido pelo governo, o MDB; mas também outras entidades da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Igreja Católica.⁴⁷⁵ Mais adiante veremos como o projeto distensionista foi fortemente pautado - em seus avanços e recuos - pelo novo papel do MDB enquanto partido de oposição de peso, especialmente após a vitória de 1974, bem como pela reação da comunidade de informações e de seus representantes da extrema-direita militar, oposição ferrenha que teve seu perigoso auge na crise que levou à demissão do ministro do Exército em 1977.

4.2 A VITÓRIA DA OPOSIÇÃO EM 1974, A VIGILÂNCIA AO PCB E A INDÚSTRIA DO ANTICOMUNISMO

Conforme a análise de Eliezer Rizzo de Oliveira, o projeto distensionista inaugurado por Geisel “configura uma modalidade de intervenção militar na vida política do país, com efeitos positivos para a ampliação do espaço público”. O cientista político ressalta que intervenções militares não são apenas quarteladas ou golpes como pensa o senso comum. Também podem ser apreendidas enquanto meios de “ação do aparelho militar sobre o regime político e (de modo mais velado e não menos eficiente) sobre o campo das lutas sociais que se manifestam nos diversos planos do Estado”.⁴⁷⁶ Sob essa perspectiva podemos analisar não somente o início do projeto distensionista, mas principalmente as eleições de novembro de 1974, que ocorreram sob um ambiente de maior liberdade política.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) surgiu do AI-2, em 1966, quando o governo Castelo Branco, cedendo à pressão da “linha dura”, baixou o ato que extinguiu os partidos políticos e estabeleceu eleições indiretas para presidente, governadores e prefeitos de capitais. A escolha do bipartidarismo, ao invés de um modelo de partido único, tem a ver com os próprios ares liberais que caracterizavam o primeiro governo ditatorial, e também tinha o objetivo de manter setores de oposição de elite melhor controlados e vigiados pelos órgãos de Estado. De acordo com Motta, “o MDB foi um partido que nasceu de cima para baixo, criado de dentro do parlamento para fora, por força do arbítrio do regime”.⁴⁷⁷ O historiador esclarece que, tentando abarcar ideologicamente as diversas facções que foram obrigadas a se agrupar

⁴⁷⁵ Alves fez importantes análises sobre o papel de cada uma dessas entidades no projeto distensionista. CF. ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 203-224

⁴⁷⁶ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. Campinas: Papyrus, 1994. p. 24

⁴⁷⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 1997, p. 25

em um único partido - desde liberais de direita e de esquerda, nacionalistas, trabalhistas, socialistas e comunistas - o partido estabeleceu um programa mínimo baseado em: 1) restauração plena da democracia representativa; 2) política de desenvolvimento nacional; 3) política de justiça social; 4) política externa independente.⁴⁷⁸ Ainda assim, o tema que de fato estimulava a unidade interna do partido e unia a todos os segmentos ali agrupados, era o da “reivindicação democrática”:

A luta pelas liberdades democráticas e pelo respeito à democracia representativa constituiu-se no ponto básico da unidade oposicionista. Era o cimento da frente de oposição. Não se tratava de apenas um posicionamento ideológico. Era uma questão de sobrevivência política, de ter garantias mínimas para o exercício da atividade política.⁴⁷⁹

Foi com esse programa básico, que se manteve praticamente inalterado durante toda a existência do partido (extinto em 1979 e substituído pelo PMDB), baseado na luta pela democracia, justiça social e defesa dos interesses nacionais, que o MDB participou da vida política eleitoral a partir de 1966. Com todas as dificuldades impostas pela repressão e falta de apoio entre setores da oposição à ditadura, o partido elegeu no primeiro pleito disputado 132 deputados federais contra 277 da ARENA.⁴⁸⁰

1968 foi um ano chave para o partido oposicionista, quando seus parlamentares participaram ativamente nas manifestações populares e tiveram forte presença no parlamento. Foi um momento em que o MDB “tentava ser a expressão da oposição ao regime militar, teve a oportunidade de confrontar-se com seus limites e contradições e de tentar resolvê-los”.⁴⁸¹ Naquela conjuntura seus parlamentares passaram a ser um dos alvos preferenciais da repressão, símbolo dessa perseguição é o conhecido caso Márcio Moreira Alves, como vimos, pretexto para o AI-5. A decretação do quinto ato institucional calou a oposição, a grande mobilização popular e parlamentar foi freada pela nova onda repressiva. Os parlamentares mais combativos e com retórica oposicionista mais ferrenha foram cassados, cerca de 60 dos 132 eleitos em 1966.⁴⁸² Na ausência das vozes mais radicais, os parlamentares moderados e conciliadores ficaram com um campo de atuação livre, e, desse

⁴⁷⁸ Ibidem, p. 41-42. Para os programas partidários do MDB de 1966 e 1972, CF: CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. p. 517-544

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 41

⁴⁸⁰ REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O Congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 109

⁴⁸¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 1997, p. 111

⁴⁸² Ibidem, p. 126

modo, a “timidez e o medo fizeram o partido oposicionista abandonar a postura de contestação ao regime militar”.⁴⁸³

A campanha em defesa do voto em branco contra a ditadura iniciada em 1966 teve um novo impulso com o terceiro ciclo repressivo inaugurado pelo AI-5 em 1968. As eleições de 1970 mostraram que a campanha obteve êxito, quando os nulos e brancos ultrapassaram os votos do MDB, atingindo a marca de 30,3% (em 1966 foi 21,1%).⁴⁸⁴ De acordo com Motta, essas eleições marcaram o pior desempenho da história do MDB, quando o partido elegeu apenas 89 deputados federais contra 233 da ARENA.⁴⁸⁵ Outro fator que ajuda a explicar essa enorme derrota da oposição foi o próprio clima de terror desencadeado pela repressão contra o partido e seus candidatos. Segundo Alves, uma verdadeira “blitz nacional”, chamada de “Operação Gaiola”, foi desencadeada dias antes das eleições e aproximadamente dez mil pessoas foram detidas, sendo muitas delas candidatos do MDB ao parlamento. Tal campanha de intimidação tinha claros objetivos de garantir a vitória do partido da ditadura.⁴⁸⁶

As primeiras eleições a serem realizadas pelo governo Geisel deixariam claro até que ponto iria seu projeto distensionista. Diferente do que ocorreu nas eleições anteriores, o pleito de 1974 deveria ser o mais livre desde o golpe de 1964, ou seja, sem cassação de mandatos ou operações para a prisão de candidatos. Segundo Motta, um dos fatores mais importantes para a compreensão da vitória oposicionista foi a atuação dos grupos renovadores no partido. Os chamados "autênticos", em sua maioria parlamentares jovens e com retórica mais radicalizada, estavam desde a “anticandidatura” de 1973 fortemente empenhados em fazer uma oposição *real* à ditadura, diferente do tom conciliador e moderado que o partido experimentava desde o AI-5. Os mdbistas também souberam utilizar com sucesso o esquema de propaganda eleitoral e os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão e rádio, divulgando seu programa básico e chamando a atenção para temas centrais que afetavam a vida da população, como a repressão, arrocho salarial, inflação entre outros.⁴⁸⁷ Essa confluência de fatores fez o MDB ter esmagadora vitória no senado, conquistando 16 das 22 vagas em disputa, 50% dos votos contra 34,7% da ARENA. Na câmara federal, apesar de continuar minoritário, o partido fez 161 deputados contra 203 do partido governista, obtendo 37,8% dos votos contra 40,9% da ARENA.⁴⁸⁸

⁴⁸³ Ibidem, p. 134-135

⁴⁸⁴ REGO, Antonio Carlos Pojo do. Op. Cit., p. 130; ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 198-199

⁴⁸⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 1997, p. 136-137

⁴⁸⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 161

⁴⁸⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 1997, p. 146-148

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 145

O resultado pegou todos de surpresa, especialmente o governo que - com base nos relatórios dos serviços de inteligência - esperava uma vitória da ARENA como em 1970. Geisel e o Planalto estavam tão convencidos da vitória governista que se preocupavam com uma possível liquidação do MDB e o país virar um regime de partido único.⁴⁸⁹ O resultado era especialmente preocupante pois agora a oposição, com mais de um terço do Congresso Nacional, poderia bloquear emendas constitucionais, e desse modo atrapalhar o projeto de distensão que deveria ser rigidamente controlado pelo Planalto. De acordo com Teixeira da Silva, o partido de oposição - especialmente após seu aumento eleitoral com as eleições de 1974 e 1978 - foi empurrado em direção a uma “atuação mais firme diante do regime civil-militar por uma sociedade civil extremamente organizada e mobilizada, com os sindicatos, a Igreja, a imprensa, os artistas e a universidade”. Desse modo, o grupo palaciano teve que aceitar, dividir e ampliar o elenco de participantes debatendo a distensão.⁴⁹⁰

Ainda conforme Teixeira da Silva, ao mesmo tempo que Geisel aparentou reconhecer os resultados e saudou os eleitos, culpou a ARENA pelos resultados negativos. De acordo com o governo, o partido colocou em risco a própria estabilidade do regime na medida em que não foi capaz de enfrentar o voto de protesto que setores da sociedade depositaram no MDB. Em discurso em cadeia nacional, o ditador afirmou que a ARENA se deixou levar por períodos de sucessivas vitórias e acomodou-se.⁴⁹¹ O Centro de Informações do Exército (CIE), na mesma direção do Planalto, avaliou a vitória do MDB da seguinte forma:

A vitória do MDB não atinge o prestígio pessoal e até mesmo político do Presidente Geisel. A derrota foi realmente da ARENA pela falta de vivência da realidade brasileira. Partido que se diz revolucionário, não tem unidade partidária e muito menos conceito doutrinário. Os seus líderes são personalistas e não estão integrados no pensamento do poder executivo, que é o legítimo representante da Revolução de 1964. Este quadro é vivenciado dentro da análise sociológica e permite analisarmos o processo político brasileiro examinando os profundos erros que o personalismo político conduz o país a um permanente estado de instabilidade social. Essa instabilidade é caldo de cultura para o crescimento de doutrinas extremistas, mormente o comunismo que está sustentado em bases filosóficas, tendo uma dialética de doutrina política para defender as suas teses econômicas.⁴⁹²

A atitude ambígua de Geisel e do Planalto colocava em questão o andamento da distensão. Se por um lado o governo reconhecia o avanço da oposição nas eleições legislativas, por outro já procurava fabricar um “culpado” pela derrota. Como vimos no trecho supracitado, a possível incapacidade de deter o voto de protesto da sociedade seria

⁴⁸⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b. p. 447-448

⁴⁹⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. Cit., p. 325

⁴⁹¹ REGO, Antonio Carlos Pojo do. Op. Cit., p. 142

⁴⁹² ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Centro de Informações do Exército. Informe nº: 126/S-102-A5-CIE, 09 de maio de 1975.

“caldo de cultura” para o crescimento de "doutrinas extremistas" como o comunismo. Uma das características mais marcantes dos órgãos de inteligência da ditadura foi justamente a fabricação de inimigos que deveriam ser combatidos, o velho partido comunista foi a bola da vez. De acordo com uma informação do CISA, era importante manter o partido sob vigilância, pois estavam se aproveitando da conjuntura política para crescer:

Embora não compartilhando do que denominam "ditadura militar", os comunistas toleram a sua "institucionalização", aproveitando-se do processo de "distensão" que favorece a comunicação com a massa, vivendo um momento inicial de reanimação, como um caminho para o esclarecimento do programa do partido, visando sensibilizar a população.⁴⁹³

Como percebemos na citação acima, na visão dos órgãos de informação e dos setores de extrema-direita contrários à distensão, os comunistas estariam tolerando e apoiando a “institucionalização” proposta por Geisel para estreitar seu contato com a população brasileira e divulgar o seu programa partidário. Por conta disso, o PCB passou a ser acusado de infiltrar seus quadros dentro do MDB para o partido eleger uma bancada mais radical para a luta contra a ditadura. A partir daí começaria uma verdadeira caçada aos militantes do PCB, que teria seu auge no ano de 1975, com centenas de militantes presos e dezenas de dirigentes mortos ou desaparecidos. A senha para essa nova investida anticomunista foi dada pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, em janeiro de 1975. Em pronunciamento de rádio e TV, Falcão anunciou que os órgãos de repressão e informação haviam descoberto e desmantelado duas gráficas do partido responsáveis pela impressão de materiais de propaganda “subversiva” e que teriam sido utilizadas por candidatos do MDB nas eleições, comprovando a “infiltração comunista” no partido de oposição consentida.

De fato, a principal estratégia nessa conjuntura foi utilizar a tradicional retórica anticomunista - composta por elementos como denúncias da “infiltração comunista”, “traição comunista”, qualificar o comunismo como doutrina “exótica”, “alienígena”, violenta, totalitária e antidemocrática -, tão bem aceita entre setores da sociedade e principalmente nas FFAA. A intenção era deslegitimar a vitória do MDB e ao mesmo tempo “dar serviço” para os órgãos de repressão e informação, em um momento em que eles percebiam que suas atividades e sua existência, poderiam ser ameaçadas pela distensão. Segundo Skidmore, o PCB “era um alvo fácil e Falcão precisava de provas para satisfazer a paranóia militar”.⁴⁹⁴

⁴⁹³ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, Informação nº: 0384/CISA-RJ, 14 de julho de 1975. p. 3

⁴⁹⁴ SKIDMORE, Thomas. Op. Cit., p. 342

Rodrigo Patto Sá Motta, em recente livro sobre a ditadura no Brasil, afirma que as eleições de 1974 alarmaram o governo pois representavam a fragilidade do discurso oficial de que a ditadura tinha legitimidade social, desse modo, a vitória da oposição acabou por frear a distensão. Uma das principais mostras do caráter contraditório do discurso em prol de um afrouxamento das tensões e a favor da normalização política, foi justamente a escalada repressiva contra os militantes e dirigentes do PCB. Houve clara tentativa de mobilizar a tradição anticomunista do país com o objetivo de desestruturar o partido, como foi feito com outras organizações comunistas, e ao mesmo tempo fazer propaganda contra o MDB, afastando seus eleitores. Essa estratégia governista, conforme Motta, imporia um dilema: “o partido de oposição tolerado pela ditadura era pressionado a fazer declarações de fé contra o comunismo, para não perder votos de setores moderados, mas, se o fizesse, perderia votos da esquerda”.⁴⁹⁵

De acordo com a análise de Mariana Joffily, a partir de 1973 a engrenagem repressiva da ditadura se voltou contra os partidos comunistas que ainda não haviam sido destruídos, ou seja, para o PCB e o PCdoB. Portanto, o fato das esquerdas que aderiram à luta armada terem sido derrotadas entre 1972 e 1973, não significou de modo algum o fim da repressão e muito menos da paranoia anticomunista. De acordo com a historiadora, “aos poucos, a ameaça ia sendo construída, tomando uma forma adaptada à conjuntura política do país, que vivia os últimos momentos do período mais repressivo da ditadura militar”.⁴⁹⁶ Joffily destaca que em março de 1975 os agentes do DOI de São Paulo produziram um extenso documento sobre a estrutura do PCB e as relações entre o partido e o MDB no que se refere às eleições. As fontes do relatório eram justamente órgãos de imprensa do partido e seus manifestos:

O texto, difundido à comunidade de informações de São Paulo, citava dados detalhados a respeito de discussões travadas em reuniões, nomes de dirigentes, propostas debatidas e decisões tomadas. Indicava igualmente as ligações diretas ou indiretas de políticos com o PCB em vários estados, apoiando-se em declarações, prestadas em interrogatório preliminar, de um dirigente do PCB que compunha a Comissão de Entendimentos.⁴⁹⁷

Conforme a pesquisa realizada e o levantamento de fontes, percebemos que os órgãos de informações aumentaram de forma exponencial a produção de documentos, relatórios, informes e informações sobre ambos os partidos - MDB e PCB - mas claro, especialmente sobre os comunistas. Como vimos nos capítulos anteriores, a informação - produto básico dos

⁴⁹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 257

⁴⁹⁶ JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: EDUSP, 2013. p. 85

⁴⁹⁷ Ibidem, p. 86

órgãos de inteligência - era resultado de um processamento inteligente de diversos informes e fontes sobre determinado assunto, sempre visando “atender a uma necessidade de planejamento, execução e/ou de acompanhamento de atos decisórios”.⁴⁹⁸ As fontes para a produção desses documentos são muitas, podendo advir dos próprios alvos investigados. Quando se trata de espionagem internacional, por exemplo, as informações podem ser produzidas a partir das fontes diplomáticas, jornalísticas e estatais do país alvo. No caso da *inteligência de segurança* feita pelos órgãos da Comunidade de Informações e a vigilância aos grupos de esquerda, as fontes poderiam advir de espionagem, infiltração, e, principalmente, dos próprios documentos, periódicos, jornais e manifestos divulgados pela oposição, como no caso supracitado.

Desde a “Declaração de Março de 1958”, o PCB deu um importante giro tático valorizando os movimentos democráticos e nacionalistas, a política de frente única e o papel da democracia na luta pelo socialismo.⁴⁹⁹ No seu V Congresso (1960) essas teses foram reafirmadas, possibilitando que daquele momento até o golpe de 1964, o partido experimentasse suas experiências mais ricas na política nacional, mobilizando amplos setores da sociedade em favor de mudanças estruturais no Brasil. Com a derrota de 1964, o partido foi desestruturado, seus militantes e dirigentes foram ferozmente perseguidos, presos e torturados pelo grupo anticomunista vencedor.⁵⁰⁰ O VI Congresso (1967) reafirmou a linha política pacifista, de valorização do ambiente democrático para a construção de condições favoráveis para o socialismo. A resolução deste Congresso se manteve basicamente inalterada durante toda a ditadura, ou seja, a tarefa imediata dos comunistas era derrotar o regime oriundo do golpe e conquistar as liberdades democráticas. Para tanto, o partido passou a defender a formação de uma frente única de todos os que lutavam contra o autoritarismo, sendo tarefa fundamental dos comunistas organizar e mobilizar o povo por esses objetivos.⁵⁰¹

O AI-5 foi percebido pelo PCB como um “novo golpe militar” que anulava as poucas garantias legais que ainda restavam. A partir disso, o partido reforça que a ditadura adquiria características fascistas, embora, conforme Anita Prestes, não fosse feita uma análise aprofundada do que levava a caracterizar o regime de tal forma. Mas ainda assim, o partido

⁴⁹⁸ Manual de Informações apud FICO, Carlos. Op. Cit., 2001, p. 95

⁴⁹⁹ SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989. p. 98; Cf também: PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. pp. 19-104; MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. Marília, SP: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999. p. 71-146.

⁵⁰⁰ Cf. PANDOLFI, Dulce Chaves. Os comunistas e o golpe. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina (orgs). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

⁵⁰¹ SEGATTO, José Antonio. Op. Cit., p. 117-118

continuava propondo a união de todas as forças antiditatoriais e pela formação de um governo que “decretasse anistia geral, assegurasse as liberdades democráticas e a livre organização dos partidos políticos e convocasse uma Assembléia Nacional Constituinte”.⁵⁰² Em novembro de 1973, o CC do PCB divulgou um manifesto onde se delineava como o partido deveria se comportar diante do iminente governo Geisel e nas eleições legislativas do ano seguinte:

Aos comunistas cabe aproveitar ao máximo o clima de reativação das correntes políticas para impulsionar a organização e a mobilização das forças populares, principalmente a classe operária, dirigindo-as na luta pelas liberdades e pelas suas reivindicações imediatas e objetivando desenvolver o processo de um amplo movimento antifascista. (...)

A todos os patriotas e democratas o PCB propõe, como ponto de referência para o início das conversações concretas, visando à unidade de ação, os seguintes objetivos políticos comuns, tendo como centro as liberdades democráticas a serem alcançadas pela luta comum:

- conquista das liberdades públicas, dos direitos e garantias individuais, de associação, do habeas corpus, das liberdades sindicais, da realização de eleições diretas para todos os cargos eletivos;
- revogação do AI-5 e do Decreto 477; garantia das prerrogativas e da autonomia dos poderes Judiciário e Legislativo;
- anistia para todos os condenados políticos.⁵⁰³

Essa longa citação é necessária para percebermos como o PCB, que atuava de forma clandestina, se propunha a lutar pelas liberdades democráticas aliando-se a todos os que também almejavam a democratização do país. O Partido convocou “todas as correntes e personalidades antifascistas” a participar ativamente do pleito de 1974 e lutar pelas pautas descritas, pois as eleições representavam uma das poucas possibilidades legais de participação das massas na política nacional, constituindo uma oportunidade para lutar pela elevação de salários, pela reforma agrária, defesa de interesses nacionais e pela democracia.⁵⁰⁴ De acordo com Hamilton Garcia, apesar do esforço representado pelo VI Congresso, “os comunistas não conseguiram reverter o afastamento partidário em relação ao movimento popular inaugurado com o golpe”, devido à “perda da vitalidade da máquina partidária pela evasão de militantes e quadros intermediários jovens e o colapso político do sindicalismo que se apoiavam o comunismo para intervir nos movimentos sociais”.⁵⁰⁵ Essa também é a opinião de Anita Prestes, que diz que, embora o partido afirmasse constantemente que o caminho eleitoral e frentista contra a ditadura não era o único nem o principal, em

⁵⁰² PRESTES, Anita Leocádia. Op. Cit., p. 156-157

⁵⁰³ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, Manifesto de 1973. Apud. CHACON, Vamireh. Op. Cit., p. 545-552

⁵⁰⁴ O PCB e as eleições de novembro (maio de 1974). Apud. CARONE, Edgard. **O PCB III (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982. p. 149-152.

⁵⁰⁵ LIMA, Hamilton Garcia de. **O ocaso do Comunismo Democrático: o PCB na última ilegalidade (1964-1984)**. 1995. 499 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. Campinas, 1995. p. 160-161

realidade “a atuação dos comunistas ficaria restrita, prioritariamente, à participação nos pleitos eleitorais”.⁵⁰⁶

Depois dessa breve digressão onde sublinha-se o caráter pacífico e pouco mobilizador do PCB, podemos afirmar que houve uma industrialização do anticomunismo nesse período pós-1974, na medida em que se buscava uma exploração vantajosa do medo do comunismo, tachando diversos setores da oposição de comunistas e procurando convencer a sociedade, o governo e as FFAA que medidas contra esses indivíduos deveriam continuar sendo tomadas devido ao perigo que representavam.⁵⁰⁷ Como bem pontuou Motta, o resultado negativo para a ditadura das eleições de 1974 “deu à direita radical a oportunidade de pressionar o governo para que tornasse a incrementar a repressão, com a justificativa do argumento anticomunista”.⁵⁰⁸ Também nesse contexto, os órgãos de inteligência, que, como temos visto ao longo dessa pesquisa, eram peças fundamentais dentro da arquitetura da repressão, contribuíram nessa construção do clima de medo do comunismo.

Em junho de 1975, uma extensa informação produzida pelo CIE dava conta da “Infiltração do PCB” no país. O documento de inteligência inicia afirmando que o comunismo internacional agia nos “valores da nação”, desse modo minava “sua base, impregnando sua alma de ideologia incompatível com sua formação cultural e moral”. Como percebemos nesse trecho e lembrando a matriz nacionalista do anticomunismo brasileiro abordada no primeiro capítulo, percebemos que havia em muitos documentos de inteligência uma preocupação com a defesa da ordem, da “tradição brasileira”, da integração nacional contra as “ideologias incompatíveis” ou “alienígenas” que afetavam o pleno desenvolvimento e a formação “cultural e moral” do país.⁵⁰⁹

Logo em seguida o documento de inteligência do CIE evoca o episódio que sempre unia todos os anticomunistas, especialmente nas FFAA, a chamada “intentona” de 1935:

No BRASIL, desde a sua primeira manifestação em 27 de novembro de 1935, o Movimento Comunista Internacional nunca deixou de se articular. Decorridos 40 anos, evidencia, de modo claro, que a **ação comunista modifica sua maneira de atuar, conforme as facilidades da época**, evitando o combate frontal quando em desvantagem, aproveitando com inteligência a penetração pelos flancos vulneráveis. Reconquistado o clima de tranquilidade, ficou evidenciado que a nação tem capacidade de reagir às demonstrações e atos subversivos de terrorismo, porém, **continua vulnerável a infiltração comunista, a atuação dos cripto-comunistas e a todas as ações veladas e antinacionais, que se escudam na liberdade**

⁵⁰⁶ PRESTES, Anita Leocádia. Op. Cit., p. 184

⁵⁰⁷ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2020, Cap 6. “Indústria” do anticomunismo, pp. 183-200

⁵⁰⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2021, p. 258

⁵⁰⁹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Centro de Informações do Exército. Informação nº: 1128/ S-102-A5-CIE, 26 de junho de 1975.

democrática, concedida e consentida.⁵¹⁰

É curiosa a estratégia do agente de informações de buscar legitimidade do fazer anticomunista no exemplo histórico dos levantes comunistas de 1935. Relacionar a atuação institucional dos quadros do PCB na década de 1970 com a atuação revolucionária do partido na década de 1930 tinha como objetivo alertar os leitores do documento que a ação do partido, e do seu órgão coordenador, o Movimento Comunista Internacional, continuava tão perigosa quanto antes. Como percebemos a partir da literatura especializada, a história e as estratégias de atuação do PCB desde seu surgimento é tema complexo e não pode ser visto da forma simplificadora como os órgãos de inteligência faziam.

De acordo com Dulce Pandolfi, na década de 1930 houve uma preocupação com o combate ao nazifascismo e a formação de frentes que poderiam tomar o poder e formar um governo “nacional-popular”, antiimperialista e antifascista, resultando na íntima relação do partido com a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e por fim nos levantes de novembro de 1935.⁵¹¹ Após a dura derrota diante das forças da ordem, o partido foi desmantelado e seus principais militantes e dirigentes passaram longos anos aprisionados ou exilados. O caminho percorrido pelo partido até chegar na década de 1970 foi tortuoso, chegando quase a sua dissolução. Contudo, com as mudanças estratégicas desde a década de 1960, o PCB estava valorizando a democracia e pregando uma mudança processual para enfim alcançar a Revolução Brasileira. Apesar da forte repressão desencadeada pela ditadura contra os comunistas do partido, sua cúpula mantinha-se firme na defesa da formação de uma “frente democrática para derrotar o regime e, através do caminho institucional legal restabelecer a ordem democrática no país”.⁵¹² Conforme Segatto, em 1973 o partido já havia amadurecido sua compreensão do regime e concluía que se tornava ainda mais necessária a “unidade de todas as oposições numa ampla frente democrática e patriótica”.⁵¹³

Dito isso, reforçamos que, diante da colossal mudança nas estratégias político-ideológicas do PCB desde a década de 1930 até os anos 1970, percebemos que os órgãos de inteligência instrumentalizam o medo do comunismo e do PCB e, desta forma, exploram de

⁵¹⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Centro de Informações do Exército. Informação nº: 1128/ S-102-A5-CIE, 26 de junho de 1975. [grifos meus]

⁵¹¹ Cf. PANDOLFI, Dulce. Op. Cit., Cap. V. O partido da insurreição, pp. 97-125; Segatto também destaca que o combate ao nazifascismo e ao integralismo levou o PCB a organizar campanhas de combate. Entretanto, as “debilidades político-ideológicas” e incorporação mecânica das teses do VI Congresso da Internacional Comunista levaram o partido a adotar uma “proposta revolucionária sectária, dogmática e não condizente com a realidade histórica brasileira”. SEGATTO, Jean. Op. Cit., 1989, p. 43

⁵¹² PANDOLFI, Dulce. Op. Cit., p. 210

⁵¹³ SEGATTO, Jean. Op. Cit., 1989, p. 122

modo vantajoso esse “perigo vermelho” para justificar as medidas repressivas da ditadura e a produção dos documentos de inteligência de caráter anticomunista (indústria do anticomunismo). Isso fica ainda mais claro quando, logo após a exposição sobre as mudanças na atuação dos comunistas conforme as “facilidades da época”, o documento inicia a análise das eleições de 1974:

Nessas eleições, o partido da oposição, MDB, **apoiado pelo PCB conforme orientação externa**, conseguiu aumentar expressivamente o número de seus representantes.

Conseqüentemente, foram eleitos senadores e deputados federais e estaduais comprovadamente de esquerda, além de vários simpatizantes do credo vermelho e grande número de inocentes úteis.

As conseqüências imediatas do resultado das eleições foram:

1- **Formação do suporte legal para as ações sempre clandestinas do MCI;**

2- Reinício das agitações estudantis, particularmente nas Universidades do RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO e BRASÍLIA.⁵¹⁴

De acordo com a avaliação do CIE, os parlamentares eleitos pelo MDB eram “comprovadamente de esquerda” e “simpatizantes do credo vermelho”, tal resultado eleitoral além de beneficiar a reorganização das ações do MCI, iria favorecer o clima de intranquilidade que o país já havia experimentado anos antes, oferecendo um suporte para as “ações sempre clandestinas do MCI” e resultando no retorno de protestos estudantis. O documento dá especial atenção para esse segmento da oposição ao afirmar que o “perspicaz e insidioso trabalho de massa” particularmente, por meio dos jovens, visava especialmente “interferir no processo revolucionário brasileiro de 1964”. Há ainda a avaliação de que os comunistas intensificariam a infiltração no MDB visando as futuras eleições de 1976 e 1978 para consolidar os resultados obtidos em 1974.

Por fim, o documento elaborado pelo CIE, que como veremos será um dos principais redutos da extrema-direita militar contra o governo Geisel, ensaia uma crítica ao projeto distensionista:

(...) os comunistas toleram a sua "institucionalização" [da ditadura], aproveitando-se do processo de "distensão" que favorece a comunicação com a massa, vivendo um momento inicial de reanimação, como um caminho para o esclarecimento do programa do Partido, visando sensibilizar a população.⁵¹⁵

O desenrolar dos movimentos de abertura política implementados pelo governo Geisel serviu de munição para que os órgãos de inteligência continuassem uma incessante produção de avaliações e informações sobre o PCB. Nesse momento outra expressão passa a ser recorrente na produção desses órgãos: “Movimento Comunista Brasileiro” (MCB). No

⁵¹⁴ Ibidem.

⁵¹⁵ Ibidem.

capítulo anterior, analisamos como o imaginário anticomunista da comunidade de informações construiu em torno do “Movimento Comunista Internacional” (MCI) uma das suas principais ferramentas de luta contra a infiltração comunista vinda da URSS, China ou Cuba. Nessa conjuntura de meados dos anos 1970, ao final do governo Geisel, a sigla MCB - que não apareceu nos documentos anteriores que analisamos -, era mais recorrente, pois era mais do que necessário comprovar que havia um “movimento comunista” pleno e atuante no Brasil; esse MCB é especialmente relacionado à atuação do PCB por meio do MDB e por outras entidades da sociedade civil, como a ABI e a OAB. Ainda assim, os documentos de informações poderiam estabelecer alguma relação entre o MCB como “subordinado” aos ditames do MCI, visto como um órgão monolítico e hierarquicamente superior, comandado por Moscou, Pequim ou Havana.

De acordo com um extenso relatório de informações de 1979, o MCB agia dentro de diversas frentes de oposição. O relatório admite que, naquela conjuntura, o consenso entre as organizações comunistas era a atuação por meios não violentos, para tanto havia um perigoso “proselitismo dirigido às massas com a finalidade de sensibilizá-las e atraí-las para o MCB que, com isso, procura ganhar novos simpatizantes e militantes”. Portanto, era de se esperar que a “infiltração comunista” se acentuasse em todos os setores da sociedade.⁵¹⁶ Adiante, o documento analisa a “tática atual dos comunistas”, que segundo consta teria no PCB seu principal representante, e as novas técnicas de infiltração, trabalho de massa, formação de frentes e as “patrulhas ideológicas”. Mesmo assim, considerando as táticas não violentas do PCB, o analista de informações tenta vincular o partido ao possível desencadeamento de uma nova luta armada:

Atualmente, os comunistas procuram penetrar, profundamente, em todos os segmentos da sociedade, desenvolver um intenso trabalho de base, tomando como ponto de partida as lutas reivindicatórias, e esperar que amadureçam as condições para estágios mais avançados que determinarão o momento mais propício para o **desencadeamento de uma nova tática que, em alguns casos, poderá ser a própria luta armada.**⁵¹⁷

Embora, como vimos acima, a tática política do PCB há décadas não privilegiasse ou mesmo apoiasse movimentos armados - o que levaria a diversos rachas dentro do partido desde 1962 e especialmente após o golpe de 1964 -, os documentos da comunidade de informações deixavam transparecer, nas palavras de Fico, “uma espécie de saudosismo da

⁵¹⁶ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº: 119/16/AC/79, 20 de julho de 1979, p. 1

⁵¹⁷ Ibidem, p. 2 [grifo nosso]

luta armada”.⁵¹⁸ Para os órgãos de inteligência era muito vantajoso associar indiretamente o partido comunista, e conseqüentemente setores do MDB, às guerrilhas. O documento prossegue a análise daquele contexto pós 1974:

A partir de 1974, o **MCB** vem participando ativamente das eleições nacionais, inscrevendo candidatos na legenda do MDB e realizando entendimentos políticos com candidatos que, por suas atitudes em relação à Revolução, poderiam ser apoiados pela organização, desde que se comprometessem a defender, após eleitos, as causas que beneficiariam as respectivas organizações esquerdistas. (...)

Aos poucos, as organizações subversivas foram adaptando seus programas mínimos ao programa político do MDB, reduzindo seus objetivos e não colocando nas ordens do dia as lutas por transformações mais profundas na vida brasileira nem tampouco a tomada violenta do poder. **Paulatinamente, o MDB passou a enfatizar aquelas campanhas de interesse do MCB, de tal forma que seu programa mínimo hoje se confunde com as palavras de ordem mais expressivas das organizações comunistas.**⁵¹⁹

O excerto do documento reforça a ideia de que o MCB estava utilizando subterfúgios permitidos pela ditadura para atuar dentro do país, especialmente no partido de oposição institucional, que estaria se confundindo com as próprias organizações comunistas. Aqui notamos claramente a influência dos grupos de extrema-direita militar contra o MDB, o comunismo e contra as próprias regras do jogo ditatorial. Em suma, a ideia era esclarecer que o partido de oposição passava a enfatizar as “campanhas de interesse do MCB” e estabelecer um programa mínimo que se confundia com as “palavras de ordem mais expressivas das organizações comunistas”. Embora alguns documentos de informação que tratam sobre o MCB não se dirijam diretamente ao PCB, infere-se que é sobre essa agremiação que se trata, pois na visão dos órgãos de inteligência o PC de linha soviética era o principal representante do MCB, e conseqüentemente do MCI, no Brasil. Além de inúmeros outros documentos analisarem diretamente o papel do PCB e do MCB dentro do MDB, como já nos referimos.

A paranoica linha dura instalada nesses órgãos de informação reafirmava em praticamente todos os documentos sobre o comunismo que o PCB era “a mais importante organização subversiva comunista atuante no BRASIL”, além de ser “uma fração do Movimento comunista internacional-MCI, sabidamente ligado ao PCUS, de onde recebe apoio material e intelectual”.⁵²⁰ Desse modo, devido a sua periculosidade e longa tradição política, os passos do PCB e de seus militantes não poderiam sair da mira da espionagem.

⁵¹⁸ FICO, Carlos. Op. Cit., 2001, p. 214

⁵¹⁹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº: 119/16/AC/79, 20 de julho de 1979. p. 2 [grifo nosso]

⁵²⁰ Ibidem, p. 4

4.3 AVANÇOS E RECUOS DA DISTENSÃO E A OPOSIÇÃO ANTICOMUNISTA DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES

A distensão política proposta pelo governo não foi um projeto bem acabado ou seguido à risca do início ao fim, mas sim um jogo de interesses com posições que ora avançava ora recuava, tudo para que o Palácio do Planalto mantivesse pleno controle da situação. Os articuladores do projeto levaram a sério o alerta do intelectual estadunidense Samuel Huntington, que dizia: “o relaxamento dos controles em qualquer sistema político autoritário pode muitas vezes ter efeito explosivo, em que o processo sai do comando daqueles que o iniciaram”.⁵²¹ Os pesquisadores da FGV também destacam o caráter oscilante da distensão, que de projeto político transformou-se em um longo processo de (no mínimo) onze anos. Na visão dos autores: “a abertura foi desenhada e implementada, envolvendo um longo processo de marchas e contramarchas”.⁵²²

Para se equilibrar entre as vozes críticas ao projeto de distensão e manter o processo sob seu absoluto controle, o governo ditatorial tomou algumas medidas tanto contra a oposição democrática quanto contra a extrema-direita militar, que já estava se articulando contra Geisel antes mesmo da sua posse e direcionando ataques principalmente ao seu principal aliado, o ministro do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva.

Como vimos, a vitória da oposição nas eleições de 1974 serviu mais como um freio do que um impulsionador da distensão, especialmente porque o governo começou a articular e manobrar contra o sistema eleitoral, sendo a sua principal medida a chamada Lei Falcão. A Lei 6.339/1976, assinada pelo ministro da Justiça Armando Falcão, estabelecia restrições severas para o uso de televisão e rádio durante a campanha eleitoral de 1976, limitando apenas a apresentar foto, número e pequeno currículo dos candidatos ao pleito. Em resumo, a lei demonstrava novamente os limites do projeto de “liberalização” do Planalto, que permitia a participação da oposição no processo eleitoral, mas não admitia sua vitória.

Nesse contexto conturbado, o governo buscava retomar o projeto de distensão após a repressão desenfreada contra a oposição comunista iniciada logo após as eleições de 1974 (veremos adiante), porém uma nova crise política colocava outros limites. Já se encaminhando para o fim do mandato, em março de 1977, o grupo governista enviou um pacote de reformas (Emenda Constitucional nº 7) para mudanças no Judiciário, sabendo que a oposição provavelmente rejeitaria a emenda, que necessitava de 2/3 dos votos no Congresso.

⁵²¹ apud COUTO, Ronaldo Costa. Op. Cit., p. 155

⁵²² SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Op. Cit., 1995, p. 8

Após a negativa do Congresso Nacional, Geisel mostrou seu estilo autoritário de governar e utilizou-se das prerrogativas do AI-5 para fechar o parlamento em 1º de abril de 1977.

O Executivo, ao acumular poderes legislativos, impôs as emendas nº 7 e nº 8, além de vários decretos-lei que ficaram conhecidos como “Pacote de abril”. Essa reforma, com o pretexto da mudança no Judiciário, servia em realidade para garantir a vitória da ARENA nas eleições de 1978 e aumentar o mandato presidencial do sucessor de Geisel para seis anos, tempo considerado necessário para a conclusão segura do projeto distensionista. Além do aumento do mandato presidencial, foi criada a figura do senador “biônico”, ou seja, senadores eleitos indiretamente pelas Assembleias Legislativas, garantindo o domínio da ARENA nas duas casas legislativas; se mantiveram indiretas as eleições para governadores; as restrições de propaganda eleitoral da Lei Falcão foram estendidas para o pleito de 1978 e também se alterou o quórum parlamentar para aprovação de Emendas Constitucionais, passando de 2/3 para maioria simples. Na avaliação de Napolitano: “o governo utilizava um verdadeiro trator. O recado era direto. A condição para a liberalização do regime se consolidar era o controle absoluto do processo institucional por parte do poder Executivo”.⁵²³

Contudo, o principal foco de oposição que precisava ser controlado pelo Palácio estava localizado no Sistema Nacional de Informações, especialmente nos serviços de inteligência das Forças Armadas (CIE, CISA e CENIMAR) e segmentos do SNI. De acordo com Elio Gaspari, a comunidade de informações “que a ditadura supusera ser um ingrediente de estabilidade, tornara-se fator de desordem e indisciplina”. Os órgãos de inteligência, diante das mudanças propostas pelo novo grupo governista e colocadas no horizonte pelas eleições de 1974, iniciaram uma longa batalha em defesa de um projeto que lhes garantisse suas estruturas e preservasse o prestígio.⁵²⁴ Indiscutivelmente, os serviços de inteligência - que formavam naquele momento o essencial da oposição militar ao projeto de distensão política de Geisel - têm importância especial em ditaduras, principalmente porque, como lembra Chirio, as informações adquirem “status simbólico de uma arma” contra os seus opositores.⁵²⁵

João Batista de Oliveira Figueiredo, ex-chefe da AC-SNI e ex-chefe da Casa Militar de Médici, foi nomeado para o cargo de Ministro-Chefe do SNI em 1974, atuando na função até 1978. Essa nomeação já era considerada por muitos como uma pré-indicação para a sucessão presidencial, tendo em vista a importância e prestígio que o cargo de chefe do serviço de inteligência havia adquirido. Figueiredo era um típico agente de informações e pensava como

⁵²³ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 257

⁵²⁴ GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c. p. 105

⁵²⁵ CHIRIO, Maud. Op. Cit., p. 176

um; embora tivesse aceitado o papel de chefe do SNI para se contrapor aos fanáticos do CIE, também era “paranoico em relação ao “perigo comunista” e jogava no sentido de preservar e valorizar a comunidade”.⁵²⁶ De acordo com a análise de Lucas Figueiredo:

O serviço secreto continuava a viver de fabricar perigos. Por mais que Geisel desse sinais de que não dissolveria a comunidade de informações, o SNI se sentia na obrigação de justificar sua existência. Para tanto, tentava convencer o presidente da República, a cúpula das Forças Armadas e as principais autoridades civis do governo de que a subversão não estava controlada e que os movimentos guerrilheiros continuavam sendo uma ameaça, nem uma coisa nem outra era verdade, mas o Serviço caprichava na lorota.⁵²⁷

Mesmo com João Figueiredo no SNI, os contestadores da distensão também estavam abrigados no serviço. Setores do SNI, em consonância com o pensamento reacionário do CIE, colocavam em dúvidas o projeto distensionista e as pretensões do governo de restabelecimento de um “Estado de direito”, também apelando para o conhecido palavreado anticomunista ligando a oposição consentida ao MCI. Assim, a comunidade de informações e o Palácio do Planalto entravam em uma queda de braço para saber quem deveria conduzir a distensão, e, como veremos a partir da exploração das fontes, embora o SNI tivesse a pretensão de ser mais comedido e equilibrado do que a “tigrada” de extrema-direita dos demais órgãos, o serviço secreto também reforçava a ideia de que uma das grandes preocupações naquela conjuntura era a “escalada comunista”.

Uma apreciação de 1975 produzida pelo CIE e difundida para AC-SNI, trazia diversos questionamentos e fatores internos alertando que a distensão não era recomendável. De acordo com o documento, o plano de ação do governo Geisel por si só já demonstrava uma falha da “revolução de 64”, e a tentativa de conciliar o “movimento extraordinário de 64” com a estabilidade da nação traria problemas que deveriam ser questionados:

- 1) Ficar o BRASIL sempre com duas leis fundamentais, uma constituição e um poder revolucionário? até quanto?
 - 2) Havendo extinção do poder revolucionário, **não se tornará comunista o país?** (Segurança)? (...)
- Outra formulação (partidos políticos)
- Se o MDB ganhar novas eleições, e, afinal, todas: poderá receber o governo?
 - Se não assumir a direção do país, qual será a repercussão: 1) interna 2) externa
- Terá o poder militar força para manter-se à testa da nação, se esta repudiar em eleições?
- Indo à questão de fundo ou de mérito; **entregar o poder ao MDB não é o mesmo que entregar o país ao comunismo internacional?**⁵²⁸

Conforme percebemos no documento acima citado, havia uma preocupação por parte dos opositores da distensão com a possível duplicidade de poderes que o país experimentaria

⁵²⁶ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 248

⁵²⁷ Ibidem, p. 250

⁵²⁸ Informação nº 209. Apud. BAFFA, Ayrton. Op. Cit., p. 53 [grifo nosso]

caso o projeto governista obtivesse sucesso. Melhor dizendo, a volta ao Estado de Direito não poderia conviver com um “poder revolucionário”, ou seja, com a LSN e os Atos Institucionais - especialmente o AI-5. Desse modo, o agente de informações questiona se, com a extinção desses poderes discricionários, “não se tornará comunista país?”. Na visão anticomunista da extrema-direita militar, notadamente a chamada “segunda linha-dura”, havia uma relação direta entre os mecanismos de repressão e segurança estabelecidos pela ditadura e o impedimento do Brasil tornar-se comunista. Outro elemento destacado nesses discursos contra a distensão é o papel do MDB. Questiona-se no documento de inteligência os próprios mecanismos eleitorais do regime, na medida em que se indaga se a ditadura permitirá que o partido de oposição possa um dia receber o governo, afinal “entregar o poder ao MDB não é o mesmo que entregar o país ao comunismo internacional?”.

De acordo com Chirio, embora os contestadores do projeto de distensão estivessem em todos os órgãos de informações e repressão, o CIE concentrava “alguns dos artífices mais fanáticos da repressão” e, desse modo, constituía o “principal foco do ativismo da extrema-direita militar”. Geisel tentou utilizar o SNI - enquanto órgão diretamente subordinado à Presidência - para controlar o serviço secreto do Exército e os DOIs. Foi na recusa, por parte do CIE, de atender a função coordenadora do SNI, que surgiram os problemas hierárquicos e de subordinação que geraram a maior crise militar e política da ditadura, que quase levou a um golpe de Estado contra Geisel.⁵²⁹ A historiadora explica que desde o início do projeto de distensão em 1974 até a demissão do Ministro do Exército, general Silvío Frota, em 1977, a extrema-direita militar utilizou diversos meios de protesto, especialmente manifestos e panfletos, paroxismo repressivo (acentuamento da tortura e desaparecimentos) e os atentados terroristas.⁵³⁰

O tema da infiltração comunista nas FFAA passou a ocupar a mente dos agentes de informações, que buscavam demonstrar o quão perigosa era a proposta de distensão, bem como suas origens nebulosas. Relatórios de informações abordavam os “propósitos marxistas visando a infiltração nas Forças Armadas, como forma de alavancar seu grande objetivo final: a implantação do comunismo no Brasil”.⁵³¹ Também uma informação do CISA alertava sobre os perigos da infiltração do PCB em diversos setores, inclusive nas FFAA:

(...) O PCB não descurou das Forças Armadas no seu planejamento subversivo e, muito mais ainda, reconhece na sua coesão o maior empecilho para o prosseguimento da sua escalada política.

⁵²⁹ CHIRIO, Maud. Op. Cit., p. 180-181

⁵³⁰ Ibidem, p. 182 e ss.

⁵³¹ Relatório Periódico de Informações nº 10/75, apud BAFFA, Ayrton. Op. Cit., p. 97

Deduz-se dessa conscientização que o PCB envidará todos os esforços para penetrar no dispositivo militar, buscando uma cunha no seu bloco monolítico, como última tentativa de tomada do poder. (...) em recente resolução, o PCB recomendou aos seus quadros, que os militares não deveriam ser atacados indiscriminadamente e que deveriam concentrar esforços numa campanha de desmoralização dos oficiais-generais.

Essa campanha visa desacreditar os chefes militares perante os seus subordinados e gerar uma crise de liderança que, na hipótese de deteriorização política, não haveria quem mantivesse a coesão nas Forças Armadas.⁵³²

Esse era um discurso próprio da chamada “segunda linha-dura”, dando destaque para temas como o da “infiltração comunista”, neste caso a infiltração do PCB no dispositivo militar; e alertando para as campanhas dos comunistas contra os militares e o Brasil. Esse palavrório anticomunista da extrema-direita representava um discurso que era produto das próprias contradições de um regime que encontrava dificuldades de se institucionalizar devido às disputas intestinas entre as facções militares dominantes, suas manifestações decorrem do próprio lugar que ocuparam nos aparelhos repressivos do Estado.⁵³³

A comunidade de informações, por meio de seus principais serviços de inteligência, servia como porta-voz das opiniões militares conflitantes. Em outubro de 1975, o CISA difundiu para a AC-SNI e demais órgãos de informações, os famosos panfletos conhecidos como “A novela da traição”, uma série de manifestos dividida em doze “capítulos” de defesa da “revolução” contra os traidores à serviço do comunismo. Eram documentos em resposta direta ao projeto distensionista de Geisel e Golbery, recheados de uma retórica anticomunista grosseira até mesmo para o padrão de anticomunismo militar no ocidente da Guerra Fria.

No primeiro panfleto produzido, os “leais defensores dos princípios revolucionários de 1964” afirmavam que tinham como objetivo denunciar a traição que estava sendo tramada “por um punhado de maus brasileiros”. No início há um questionamento do porquê da abertura, tendo em vista que desde 1964 não havia necessidade de uma mudança nesse sentido e o Brasil havia se desenvolvido economicamente. Após essa indagação, o panfleto se volta contra o alvo preferido da extrema-direita militar: Golbery do Couto e Silva.

Golbery seria o principal articulador da “traição”, estaria atuando para tumultuar a vida nacional mancomunado com velhos inimigos da “revolução”. No primeiro panfleto se denunciava que o ministro estava articulando com um advogado do ex-presidente João Goulart a formação de um partido trabalhista inspirado no antigo PTB e “apoiado pelos comunistas e corruptos, visando finalmente a anistia de Jango, Jucelino (*sic*), Jânio Quadros e

⁵³² ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, Informação nº: 0384/CISA-RJ, 14 de julho de 1975. p. 4-5

⁵³³ CHIRIO, Maud. Op. Cit., p. 235

de outros cassados, no mais curto prazo. Estamos assim diante de um novo e atroz "retorno" realizado em pequenas doses". O ministro é acusado de ser um traidor sem escrúpulos que trabalhava, contraditoriamente, para os grandes trustes capitalistas internacionais (Dow Chemical) e para o comunismo internacional. É visto pela extrema-direita como "senhor absoluto do novo governo", como alguém que utilizava seu prestígio junto a Geisel para instalar na administração pública seus "amigos, cupinchas e anti-revolucionários, todos empenhados em desfazer a revolução de março". De modo geral, os seus atos de traição teriam como pano de fundo a distensão.⁵³⁴

O reatamento das relações diplomáticas com a República Popular da China em 1975 gerou uma grande crise política e militar. A extrema-direita apelava para um anticomunismo confuso, que Geisel não aceitava. Os Ministros do Exército e da Marinha eram os principais opositores do reatamento das relações com o país comunista, contudo, o ditador os questionou: se Brasil mantinha relações com a União Soviética, por que não poderia com a China? Nas palavras de Geisel, registradas em entrevista concedida em 1993, "estávamos liberalizando o país, que já era adulto, não se justificando o complexo de inferioridade. Tínhamos o próprio exemplo dos Estados Unidos, o campeão do anticomunismo, que mantinha relações com a China".⁵³⁵ O reconhecimento do país comunista foi utilizado pelos anticomunistas convictos instalados nos órgãos de informações como prova de que o MCI estava acelerando sua infiltração no Brasil, tema que exaltou os ânimos na caserna e jamais foi superado pelos opositores do projeto geiselista. O primeiro capítulo da "novela da traição" classificou como "inadmissível e injustificável a política de aproximação com os países comunistas", afirmando que o Brasil nada lucrava com o reconhecimento da China.⁵³⁶

Golbery, "o novo Silvério dos Reis desonesto", continuou sendo alvo prioritário dos panfletos seguintes. No segundo documento, as denúncias contra Golbery visavam "esclarecer os verdadeiros revolucionários":

- Você sabia, prezado revolucionário, que Golbery continua sendo o principal **agente de favorecimento da campanha movida pelos comunistas** e seus aliados (MDB-CNBB, etc) contra o regime instaurado pela Revolução de 64? (...)
- que Golbery vem manobrando com todo seu maquiavelismo, auxiliado por sua numerosa "gang" espalhada em postos chaves do governo e **com apoio dos comunistas para realizar no Brasil o que foi feito em Portugal? Esta é a tal "abertura" ... para eles e para nós, o fim da Revolução!**

⁵³⁴ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica. Encaminhamento nº 024/AFA/75, 15 de outubro de 1975. Panfleto: Traição à Revolução de 1964, Capítulo 1. p. 2-3

⁵³⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Op. Cit., p. 363-364

⁵³⁶ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica. Encaminhamento nº 024/AFA/75, 15 de outubro de 1975. Panfleto: Traição à Revolução de 1964, Capítulo 1, p. 2

- Abaixo Golbery "Dow Chemical" - o novo Silvério dos Reis!
- Está na hora de reagir, coragem!
- **Por um Brasil livre de comunistas**, pelegos e traidores!⁵³⁷

Golbery e o grupo palaciano eram encarados como agentes de favorecimento da campanha movida pelo comunismo contra o regime instaurado em 1964. Seus objetivos, de acordo com os panfletos, eram inspirados no que ocorreu em Portugal com a Revolução dos Cravos que pôs fim à ditadura salazarista.⁵³⁸ Portanto, a distensão significava o fim da “revolução”, e pior, poderia instalar uma “Democracia Popular, tão ao agrado dos tiranos de Moscou”. Resumidamente, Golbery seria o grande responsável por infiltrar “anti-revolucionários” no Planalto e pactuar com o PCB um projeto de “Abertura, Distensão, ou outro nome que tome a traição”, eles eram em realidade "apátridas a soldo da Rússia Soviética”. O terceiro panfleto termina em tom ainda mais agressivo:

- Nós não deixaremos nossa pátria ser uma Checo-Slováquia (*sic*), Hungria, **Portugal** ou uma imensa **Cuba!**
- Nós não seremos um novo Vietnam (*sic*), traído e julgado pelos sanguinários aliados de Golbery!
- Nós lutaremos. Lutaremos de porta em porta, de casa em casa, mas **não entregaremos jamais o Brasil à sanha do urso vermelho!**
- Fiquem certos os traidores que as cabeças deles serão as primeiras a rolar! Se quiserem guerra nós saberemos fazer.
- Abaixo o golpe da Abertura ou distensão!
- **Morte aos traidores e seus aliados comunistas!**⁵³⁹

A citação acima é um exemplo cristalino dos níveis exagerados de paranoia e obsessão anticomunista da extrema-direita militar. Diversos países são mencionados como se todos tivessem o mesmo regime político e respondessem diretamente ao MCI. Dos países do leste europeu mencionados, a “Checo-Slováquia” (Tchecoslováquia) era de fato uma república soviética; mas a República Popular da Hungria era um país independente que diferia do modelo de comunismo soviético, embora sob a órbita socialista. Cuba, que animava o imaginário anticomunista do Ocidente, é um país americano que, mesmo sendo parceiro da URSS, tinha substanciais diferenças e críticas ao seu modelo de comunismo. O nível de histeria fica ainda mais evidente quando se coloca o Portugal pós Revolução dos Cravos ao lado desses países, como se após a derrubada da ditadura salazarista ele tenha se tornado um país comunista. Enfim, como já vimos, a mistura irrefletida das referências históricas e a

⁵³⁷ Ibidem, Capítulo 2, p. 1 [grifo nosso]

⁵³⁸ CF. AUGUSTO, Claudio de Farias. **A Revolução Portuguesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2011; POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁵³⁹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica. Encaminhamento nº 024/AFA/75, 15 de outubro de 1975. Panfleto: Traição à Revolução de 1964, Capítulo 3, p. 1 [grifo nosso]

tentativa de homogeneizar o comunismo como uma coisa só é estratégia frequente entre os anticomunistas para deslegitimar todas as lutas populares, de esquerda, socialistas ou comunistas. Ao final do panfleto seus produtores fazem ameaças de morte aos traidores (aqueles que apoiavam a distensão) e seus “aliados comunistas”, advertindo que eles jamais entregariam o Brasil “à sanha do urso vermelho”, ou seja, à União Soviética.

A repercussão dos panfletos e suas violentas ameaças, de acordo com o documento do CISA que estamos examinando, foi crescendo na caserna e nos órgãos de informações que faziam circular esses documentos. Houve uma resposta a essa repercussão no 4º capítulo da “novela”, onde os extremistas se defendiam das acusações, acusando seus acusadores:

[divisionistas são aqueles:]

- que traindo a confiança dos companheiros - a custa dos quais galgaram o poder - **realizam a chamada abertura, distensão, détente ou outro disfarce qualquer para cumprir a linha estratégica do comunismo internacional;**

- que esquecidos dos mártires de 1935, para os quais carpem todos os anos a 27 de novembro, favorecem e **cooperam com a infiltração maciça de comunistas de todos os matizes nos diversos setores da administração pública.**⁵⁴⁰

Os defensores da distensão e da volta dos militares à caserna são constantemente acusados de traidores da confiança de seus companheiros de farda. Como fica claro na citação acima, o argumento da “traição comunista”, tão mobilizado para se referir aos militares envolvidos nos levantes de 1935, foi também muito utilizado contra os proponentes da distensão e da abertura política nos anos 1970. Na visão desses militares extremistas, a proposta governista era um disfarce para cumprir a “linha estratégica do comunismo internacional”, desse modo a retórica anticomunista estabelecia relações entre aquelas duas conjunturas. Em suma, assim como setores das FFAA traíram seus companheiros de farda ao participarem dos levantes de 1935, alguns setores militares também estavam traindo seus companheiros ao defenderem a distensão e cooperar com a “infiltração maciça de comunistas de todos os matizes nos diversos setores da administração pública”.

Os documentos produzidos pelos militares de extrema-direita e divulgados com a chancela indireta dos órgãos de informação, não faziam críticas diretas ao ditador Ernesto Geisel, que, além de chefe de Estado e de governo, era Comandante Supremo das Forças Armadas. Contudo, a reprovação ao alto escalão do governo era uma rejeição ao seu projeto como um todo, e, portanto, indiretamente a ele. Além das tradicionais críticas de caráter anticomunista a Golbery, outros ministros e políticos aliados eram classificados como “pessoas com vida pregressa seriamente comprometida por atividades comunistas, ou

⁵⁴⁰ Ibidem, Capítulo 4, p. 1 [grifo nosso]

contrárias à revolução”.⁵⁴¹ Os nomes mais recorrentes eram dos senadores Petrônio Portela e Magalhães Pinto, e de ministros como Dirceu Nogueira, Ney Braga, Arnaldo Prieto, Severo Gomes e Maurício Rangel Reis. De acordo com Chirio, na visão desses militares extremistas “a decrepitude moral e o antipatriotismo da equipe ministerial levaram a suprema traição: a adesão ao comunismo”, e embora outros nomes sejam recorrentes, com o passar do tempo o próprio Geisel será diretamente acusado de “traidor”.⁵⁴²

Os panfletos não eram datados, também não tinham autoria ou qualquer identificação de grupo, mas era notório que tinham sido produzidos por militares de extrema-direita - da ativa e da reserva - especialmente aqueles lotados nos órgãos de inteligência militares. Gaspari traz a hipótese de que os panfletos tenham sido produzidos no apartamento do general Octávio Moreira Borba, que havia trabalhado na DSI do Ministério do Interior, e que dois oficiais da AC-SNI teriam contribuído na produção e difusão dos panfletos. O jornalista afirma que o CIE investigou e atribuiu a autoria a “grupos inconformados”, que tinham acesso a informações sobre a conjuntura nacional e personalidades citadas, e reforçava que o assunto dos documentos era o “abandono do governo dos objetivos revolucionários”. Esse foi o máximo que se averiguou sobre os panfletos, uma vez que, ainda segundo Gaspari, o Ministro Sylvio Frota teria sido contrário a uma investigação mais aprofundada, deixando os documentos circularem livre e impunemente.⁵⁴³

Diferentemente dos outros documentos internos da Comunidade de Informações que estamos utilizando como fonte nessa pesquisa, os panfletos citados tinham um caráter informal e despreocupado com os critérios de produção de informações estabelecidos pelo SNI, tais como objetividade, oportunidade, segurança, clareza, simplicidade e imparcialidade. Conforme a análise de Carlos Fico, se nem mesmo os documentos de inteligência do SISNI conseguiam atender a tais critérios, os panfletos escritos pelos militares radicais sequer se preocupavam com tais fatores.⁵⁴⁴ Portanto, o nível de paranoia anticomunista era muito mais evidente, escrachado e hiperbólico nos panfletos escritos pelos opositores da distensão, deixando explícito todo seu desprezo por integrantes do governo Geisel e seus projetos de abertura política, encarados como parte de uma maléfica trama do comunismo internacional.

Ainda de acordo com Fico, se tratando da difusão das informações entre os diversos órgãos da comunidade, cabe destacar a função de autoconvencimento por retroalimentação

⁵⁴¹ Ibidem, Capítulo 1, p. 2

⁵⁴² CHIRIO, Maud. Op. Cit., p. 192

⁵⁴³ GASPARI, Elio. Op. Cit., 2014c. p. 79-80

⁵⁴⁴ FICO, Carlos. Op. Cit., 2001, p. 97

que esses documentos desempenhavam.⁵⁴⁵ Mesmo que setores dos órgãos de inteligência discordassem dos conteúdos veiculados, fazia parte da estratégia de funcionamento desses órgãos fazer circular todo tipo de matéria que auxiliasse na legitimação de suas ações e na defesa ou negação de determinada pauta. De acordo com Chirio, desse modo, os órgãos da comunidade de informações transformaram-se em fóruns de debate e às vezes instrumento de ação política.⁵⁴⁶ Mais adiante, veremos de que forma a estratégia de distribuição dos panfletos anticomunistas entre os militares fazia parte do arsenal de armas dos opositores da distensão.

Mas as maiores crises entre Geisel e essa “segunda linha dura” ocorreram entre 1975 e 1976, com as mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho no DOI-CODI do II Exército; e com a demissão do Ministro Sylvio Frota (Exército) em 1977. Cabe algumas palavras sobre esses conflitos em que os serviços de inteligência estiveram diretamente envolvidos e sobre a presença do anticomunismo em documentos referentes por eles elaborados.

A Operação Radar de caçada aos comunistas do PCB, que veremos detalhadamente mais adiante, teve uma ramificação importante no estado de São Paulo por meio da Operação Jacarta.⁵⁴⁷ De acordo com a análise feita por Motta:

A partir do final de 1974, a tendência dominante foi o retrocesso na distensão e o aumento da repressão. (...) Pela mesma época, ao longo de 1975 e 1976, a iniciativa principal coube ao polo repressivo, que seguiu reagindo contra a vitória do MDB com base no argumento de que os comunistas tinham ganhado terreno e se “infiltrado no partido”. Com a derrota das esquerdas armadas, as agências repressivas passaram a ter mais tempo e recursos para golpear os comunistas que apostavam na ação institucional e na luta democrática. Nesse período foi intensificada a operação de desmonte do PCB, que levou a detenção de centenas e ao assassinato de mais de vinte pessoas.⁵⁴⁸

O escancaramento da nova onda repressiva se deu em outubro de 1975, no mesmo mês em que foram recolhidos os panfletos acima apresentados, quando o jornalista da TV Cultura

⁵⁴⁵ Ibidem, p. 99-100

⁵⁴⁶ CHIRIO, Maud. Op. Cit., p. 184

⁵⁴⁷ Há poucas referências sobre a operação anticomunista em São Paulo. Depois do golpe de Estado e do massacre dos comunistas (ou supostamente comunistas) cometidos pela ditadura militar indonésia (1965-1998) entre 1965-1967, referências à Jacarta tornaram-se chavão entre os militares para designar a repressão anticomunista. Em São Paulo, sob o comando do general Ednardo Pereira Davila e com auxílio do ministro Sylvio Frota, ocorreu uma onda de prisões, torturas e assassinato de comunistas entre 1975 e 1976, que no marco da Operação Radar, foi chamada por alguns de “Operação Jacarta”. Cf. NORGAARD, Lara. Apresentando: Operação Jacarta. **História da ditadura**. 08 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.historiadaditadura.com.br/post/apresentandooperacaojacarta>>; Livro retrata influência da ditadura indonésia pelo mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/06/livro-retrata-influencia-da-ditadura-indonesia-pelo-mundo.shtml>>; BEVINS, Vincent. A cruzada anticomunista da Guerra Fria continua moldando nosso mundo. [entrevista]. **Jacobin Brasil**, 25 de maio de 2020. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2020/05/a-cruzada-anticomunista-da-guerra-fria-continua-moldando-nosso-mundo/>>

⁵⁴⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2021, p. 260

de São Paulo, Vladimir Herzog, foi assassinado nas dependências do DOI paulista após ter se apresentado para prestar esclarecimentos, devido à acusação de pertencer ao PCB. Após o assassinato de Herzog, um dirigente do DOI teria afirmado que o jornalista era em realidade um membro da KGB (serviço de inteligência da URSS) ao mesmo tempo em que atuava junto ao governador paulista, Paulo Egydio, no trabalho de infiltração comunista no Brasil, e que ao ser descoberto pelos órgãos de informação e repressão, cometera suicídio.⁵⁴⁹

De acordo com Napolitano, a sequência de assassinatos e prisões de militantes comunistas pela Operação Radar e outras operações repressivas consternava e preocupava parte da sociedade, mas foi a morte do respeitado jornalista de classe média, e a divulgação da esdrúxula versão de suicídio a gota d'água para uma grande manifestação de descontentamento, como não se via desde 1968. Esse assassinato ainda gerou um “profundo mal estar” entre Geisel e donos de jornais em um momento em que o governo apostava em um afrouxamento da censura e maior de liberdade de opinião, para, desse modo, “construir pontes com a opinião pública utilizando a imprensa liberal como canal”.⁵⁵⁰

Em janeiro de 1976, poucos meses após o assassinato de Herzog e das manifestações públicas contra a repressão política, outro militante comunista foi morto em circunstâncias semelhantes. O operário Manoel Fiel Filho foi preso em 16 de janeiro sob acusação de pertencer ao PCB. Após ser submetido a intensas seções de tortura, o militante morreu na prisão. A versão oficial é que Fiel Filho teria se suicidado utilizando suas meias, o que foi prontamente contestado por seus companheiros.⁵⁵¹ A repercussão de mais uma morte nas dependências do Exército foi imediata. Geisel considerou o ocorrido como um questionamento da sua autoridade e patrocinou um fato inédito: demitiu o comandante do II Exército, general Ednardo Pereira D'Avila.

Um memorando de abril de 1974, produzido pelo chefe da CIA William Colby, revelou detalhes de uma reunião ocorrida em 30 de março daquele ano entre o ditador Ernesto Geisel, João Figueiredo (chefe do SNI), e os generais Milton Tavares de Souza (então chefe do CIE) e Confúcio de Paula Danton Avelino (que assumiria o comando do CIE no lugar de Tavares). Nessa reunião, o general Tavares enfatizou que a “subversão comunista” continuava sendo um problema no país e que os métodos de combatê-la deveriam continuar, destacando que

⁵⁴⁹ MARKUN, Paulo. **Meu querido Vlado: a história de Vladimir Herzog e o sonho de uma geração.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. p. 117

⁵⁵⁰ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., 250-251

⁵⁵¹ MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado.** São Paulo: Boitempo; Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 429-430

104 militantes haviam sido executados pelo CIE no ano anterior. De acordo com o memorando, o general Figueiredo apoiava as recomendações de Tavares e Avelino, Geisel também concordou com a continuidade das execuções, que deveriam ficar restritas a “subversivos perigosos” e comunistas confessos, e, principalmente, só poderiam ocorrer com a autorização do Ministro-Chefe do SNI, general Figueiredo.⁵⁵² De acordo com Matias Spektor, pesquisador da FGV e primeiro estudioso a localizar e divulgar o documento em 2018, o memorando da CIA “é a evidência mais direta do envolvimento da cúpula do regime (Médici, Geisel e Figueiredo) com a política de assassinatos”.⁵⁵³

A descoberta do documento e as pesquisas posteriores (como esta) ao analisarem o ciclo repressivo iniciado em 1975 contra os partidos comunistas que sobreviveram ao trucidamento da esquerda revolucionária, deixam evidente que o projeto de distensão de Geisel-Golbery não era democrático ou preocupado com os direitos humanos dos cidadãos brasileiros opositores do regime. O que levou Geisel a decidir pela demissão de um general de Exército de um posto de comando foi o descumprimento de uma ordem, a quebra da hierarquia e o questionamento do seu projeto distensionista. De acordo com Motta, com esse episódio o ditador mandou um recado claro para o núcleo duro da repressão: “aceitava o assassinato de lideranças comunistas consideradas perigosas, mas era menos tolerante no caso de militantes comuns, principalmente se isso acarretasse repercussão pública negativa”.⁵⁵⁴

Talvez o mais grave dos episódios que evidenciam as contradições da distensão, é a crise no alto escalão das FFAA devido aos embates entre Geisel e o ministro Sylvio Frota. De acordo com Maud Chirio, as tensões entre a Presidência da República e o Alto Comando do Exército podem ser percebidas desde início dos anos 1970, mas o período Médici soube manter a coesão na caserna devido à luta ferrenha contra um inimigo comum que, em sua visão paranoica, ameaçava até mesmo a instituição militar. Foi com a chegada de Geisel ao poder e a insatisfação dos oficiais dos órgãos de informação e repressão que tornou ainda mais instável a relação entre as instituições. A partir de 1975, o Ministro do Exército “impõe-se como porta-voz e chefe do aparelho repressivo, em guerra urdida contra a Presidência.

⁵⁵² COLBY, William. **99. Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger.** Decision by Brazilian President Ernesto Geisel To Continue the Summary Execution of Dangerous Subversives Under Certain Conditions. Documento disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.

⁵⁵³ CIA revela que Geisel autorizou execuções de presos políticos. **Arquivo Nacional: Memórias Reveladas.** Brasília, 10 de maio de 2018. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/ultimas-noticias/530-cia-revela-que-geisel-autorizou-execucoes-de-presos-politicos>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022

⁵⁵⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2021, p. 261

Mais do que os próprios membros do aparelho repressivo, ele é a verdadeira ameaça para Geisel”.⁵⁵⁵

Sylvio Frota tinha sido nomeado para substituir o ministro Vicente Dale Coutinho, morto logo após a posse em junho de 1974. Segundo Chirio, Frota era um oficial respeitado e que fez carreira em torno dos órgãos de informações, especialmente do CIE. No comando do I Exército - durante o governo Médici - mostrou-se um militar apegado aos regulamentos, chegando a se opor aos métodos de tortura. Ao chegar ao cargo de Ministro do Exército promoveu reformas substanciais nos regulamentos militares e reuniu o alto comando mais do que qualquer outro ministro, mostrando grande independência em relação ao Planalto.⁵⁵⁶

Alfred Stepan, ao fazer uma análise do poder político do SNI durante a ditadura, afirma que o serviço era muitas vezes utilizado pelos oficiais militares para levar adiante seus projetos pessoais, impedir ou patrocinar uma candidatura presidencial ou promoção de oficiais hostis aos princípios do aparelho de inteligência.⁵⁵⁷ Luciano Martins, analisando o processo de “liberalização” da ditadura, vai na mesma direção quando afirma que as relações entre os militares e a estrutura de autoridade foi agravada no caso brasileiro pela “criação de uma estrutura paralela de poder no interior da burocracia militar e do governo, a chamada comunidade de informações”.⁵⁵⁸ Essas questões são perceptíveis na estreita relação do Ministro Frota com o aparelho de inteligência, especialmente o CIE, que ele utilizava como arma política contra a Presidência da República e seu projeto de distensão.

As hostilidades entre Geisel e Frota ficam mais explícitas ao final de 1975, quando o ministro defende abertamente as ações do aparato repressivo contra os comunistas do PCB, especialmente nos casos Herzog e Fiel Filho. De acordo com ele, a repercussão negativa tratava-se de uma campanha difamatória dos comunistas contra o aparato repressivo, e as medidas anticomunistas deveriam continuar a despeito desses “acidentes”. No episódio da demissão do comandante do II Exército, Frota convocou o alto comando para discutir a crise, questionando, desse modo, a hierarquia. Conforme explica Chirio, ele atuava como um “chefe e representante da força militar terrestre junto ao poder”.⁵⁵⁹ Tornou-se assim eventual candidato à sucessão de Geisel, como um “verdadeiro defensor dos princípios da revolução de 1964”. Segundo Chirio, desde o final de 1976 Frota recebia apoio de muitos

⁵⁵⁵ CHIRIO, Maud. Op. Cit., p. 196

⁵⁵⁶ Ibidem, 198-199

⁵⁵⁷ STEPAN, Alfred. Op. Cit., p. 36

⁵⁵⁸ MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (orgs). **Transições do regime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 121

⁵⁵⁹ CHIRIO, Maud. Op. Cit., p. 199

parlamentares, e em outubro de 1977 o “grupo frotista” já estava formado no Congresso, recebendo também apoio de importantes setores militares, como os “radicais históricos”: Odílio Denis, Jayme Portella e Augusto Rademaker.⁵⁶⁰

Geisel a essa altura já havia escolhido seu sucessor, não havia outro nome a não ser o do Ministro-Chefe do SNI, general João Figueiredo. De acordo com Alves, a luta entre os dois candidatos “estendeu-se à comunidade de informações, e cada um tratou de explorar suas próprias bases de poder”. Esse conflito entre as facções militares e os órgãos de inteligência revelava “uma luta mais profunda pelo poder no quadro do próprio aparato repressivo do Estado”, uma vez que a Comunidade de Informações vinha sendo “*de facto* a principal fonte de poder de Estado, desde a fundação do Estado de Segurança Nacional”.⁵⁶¹

Vimos anteriormente um conjunto de panfletos anticomunistas datados de julho de 1975, e o número de panfletos e manifestos anônimos de adeptos do grupo frotista, ferrenhamente contrários à distensão, crescia cada vez mais. A historiadora Maud Chirio destaca que ao longo dos anos de 1975 e 1976 os protestos dos extremistas se intensificaram, a ponto de boletins do SNI mostrarem-se deveras preocupados com esses grupos responsáveis pela panfletagem anônima e com a coesão nas FFAA.⁵⁶² O CIE, por sua vez, além de fazer circular esses documentos e panfletos, produzia suas informações que alarmavam ainda mais sobre a infiltração comunista e os riscos que a distensão representava. Frota continuou desafiando a presidência e tecendo elogios à comunidade de informações e repressão pela sua “ádua missão” velando pela tranquilidade do país “a despeito de incompreensões, levadas muitas vezes ao extremo da perfídia, contrapondo-se à insidiosa campanha de subversão internacional, que busca nos submeter ao imperialismo comunista”.⁵⁶³

Na visão de Geisel, registrada em entrevista, Frota foi convencido pelos anticomunistas fanáticos de que ele seria o “salvador da pátria contra o comunismo” e que ele, Geisel, estava transigindo com o MCI e “para evitar que o país caísse na mão dos comunistas, tinha que haver um chefe que tomasse para si o problema. Que esse chefe só poderia ser ele”.⁵⁶⁴

Após permitir que o Ministro do Exército “se afundasse na campanha” e garantir que a maioria dos generais do Exército mantinham a lealdade ao Planalto, Geisel realizou outro fato inédito: a demissão do ministro no dia 12 de outubro de 1977. Após ser comunicado da demissão, Frota resolveu convocar outra reunião do Alto Comando, a fim de conseguir apoio

⁵⁶⁰ Ibidem, p. 201

⁵⁶¹ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 222

⁵⁶² CHIRIO, Maud. Op. Cit., p. 184

⁵⁶³ Apud: FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 278

⁵⁶⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Op. Cit., p.402-403

dos generais, contudo esse apoio não veio e a maioria foi constrangida a ir diretamente ao Palácio do Planalto. Frota tentou então uma reação por parte dos seus apoiadores no CIE, alguns realmente falavam em pegar armas e depor Geisel via golpe de Estado. Contudo, devido às próprias precauções de Geisel, a tentativa golpista também não é concretizada.⁵⁶⁵

A última cartada de Frota contra Geisel foi a divulgação de um virulento manifesto, de caráter fortemente anticomunista e condenando a distensão como uma arma do MCI contra a “revolução de 64”. Segundo Chirio, “a visão maniqueísta do mundo político termina por se aplicar aos conflitos intramilitares, no âmago mesmo da “revolução”: quem não é aliado é comunista”.⁵⁶⁶ O ministro se recusava admitir a saída da excepcionalidade da ditadura, alegava que a ameaça comunista permanecia e que existia um “complô dentro do governo, urdido pela “Sorbonne” castelista, cujo objetivo, em última instância, seria uma guinada do Brasil para o leste comunista”.⁵⁶⁷ A nota do general Frota foi enviada para oficiais militares via telex e divulgada pela imprensa no mesmo dia da demissão. Dias antes, Frota já havia denunciado que 97 comunistas estavam infiltrados no governo articulando a distensão.

Nessa nota, em sua derradeira ação contra Geisel, o ex-ministro afirma que desde que chegara ao Ministério do Exército havia estranhado “comportamentos desajustados da conduta revolucionária”, porém atribuía tais condutas ao “assessoramento defeituoso do chefe da nação”. Afirma que com o passar do tempo só foi confirmando que as atitudes dos governantes não se coadunavam com os “propósitos revolucionários” e ele percebia que o “edifício revolucionário” estava ruindo fragorosamente. Em suas palavras, “a deformação e o abandono dos objetivos revolucionários tornaram-se patentes”.⁵⁶⁸ Logo faz uma lista de acontecimentos que comprovavam a tomada do governo pelos comunistas e seus aliados:

- O estabelecimento de relações com a República Popular da China, que defende, precisamente, valores antagônicos aos nossos (...) constitui o primeiro passo na **escalada socialista que pretende dominar o país**
- O voto de abstenção, quanto ao ingresso de Cuba na OEA, que esconde, na omissão, a **simpatia a um país comunista, exportador da subversão**
- o reconhecimento precipitado do governo comunista de Angola, só explicável pela **ânsia ideológica de prestigiá-lo**
- as reuniões de políticos brasileiros em Paris para fundar um partido socialista, orientados por organização paulista de auxílio financeiro alienígena. Suas ligações com os socialistas europeus e a Internacional Socialista têm sido confirmadas.⁵⁶⁹

⁵⁶⁵ Detalhes sobre o episódio da demissão: Cf. GASPARI, Elio. Op. Cit., 2014c, pp.469-477; CARVALHO, Aloysio Castelo de. Op. Cit., 2019, pp. 204-211; CHIRIO, Maud. Op. Cit., pp. 196-204

⁵⁶⁶ CHIRIO, Maud. Op. Cit., p. 203

⁵⁶⁷ Ibidem, p. 234

⁵⁶⁸ Nota do ex-ministro do Exército General Sylvio Frota, 12 de outubro de 1977. Apud: SILVA, Hélio. **O poder militar**. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 523

⁵⁶⁹ Ibidem, p. 523-524 [grifos meus]

A política externa do pragmatismo responsável desde o início foi vista pela extrema-direita como uma complacência aos regimes comunistas ou aliados. Tal política externa baseava-se no multilateralismo e promoveu uma maior aproximação com países da Europa Ocidental, com os vizinhos latinoamericanos e com o Oriente Médio; mas o que alarmava os extremistas de direita era o afastamento da maniqueísta política estadunidense e a aproximação com países socialistas (por motivos comerciais).⁵⁷⁰ A importância dada a essa política pragmática pode ser percebida na nota que cita o estabelecimento de relações diplomáticas com a China (1974) como o “primeiro passo na escalada socialista que pretende dominar o país, ou o reconhecimento do governo de Angola (1975) como “ânsia ideológica” de prestigiar o Movimento Popular pela Libertação de Angola, frente de caráter marxista; e não poderia faltar também a crítica ao voto de abstenção em relação a Cuba, “um país comunista exportador de subversão”. Esses e outros fatos elencados na nota seriam provas das “tendências esquerdistas” do governo.

Como não podia deixar de ser, Frota também faz a defesa do aparelho repressivo e denuncia a infiltração comunista em diversas áreas:

- As investidas constantes para destruir ou tornar inócua a estrutura de segurança nacional. Questionam-se esferas de competência, sugerem-se modificações doutrinárias e permitem-se maldosas campanhas de descrédito dos órgãos de informações e segurança, visando apresentar seus componentes como bestiais torturadores para desmoralizá-los perante a nação.⁵⁷¹

O general ainda acusa a “complacência criminoso com a infiltração comunista e propaganda esquerdista que se revitaliza, diariamente, na imprensa, nos setores estudantis e nos próprios órgãos administrativos do Estado”. Finaliza afirmando que sua demissão foi por “motivo meramente político” e por ele se opor ao projeto de Geisel. Finaliza com uma ameaça velada, alertando as gerações futuras que se o Brasil caísse sobre as “pesadas algemas do totalitarismo marxista”, não o poderiam acusar de omissão.⁵⁷²

De acordo com o General Rego Reis - chefe da Casa Militar após a demissão de Hugo Abreu em 1978 -, em entrevista concedida na década de 1990, Geisel acertou em autorizar a divulgação do manifesto, pois deixaria claro as obsessões e o irracionalismo do ex-ministro, além de evidenciar o conflito irreconciliável entre os dois. O general afirma que “ali Frota declarou franca e frontalmente sua posição contra a abertura” expressando “sua posição pessoal e o ponto de vista daqueles que ainda achavam que uma política radical era

⁵⁷⁰ VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 197-203

⁵⁷¹ Ibidem, p. 524

⁵⁷² Ibidem, p. 525

necessária no país”. Os objetivos do documento eram patentes, “esperavam que tivesse um grande impacto favorável, que provocasse uma tomada de posição, militar e política, contra o presidente Geisel, enfim que houvesse uma reação favorável a Frota”.⁵⁷³

Geisel obteve êxito nas suas investidas contra a oposição liberal e contra a extrema-direita. O episódio da demissão de um Ministro do Exército, além do resultado prático de demonstrar o poder do Palácio era também simbólico: não aconteceria com Geisel o mesmo que aconteceu com Castelo Branco. Com Frota descartado, no início do ano seguinte Geisel anunciou Figueiredo como seu sucessor, apesar de alguns contratempos com outras candidaturas, mais uma vez a vontade do ditador prevaleceu, e pela segunda vez um chefe do serviço de inteligência comandaria o país por longos seis anos.⁵⁷⁴

Nesse tópico apresentamos elementos que nos permitem entender o sinuoso processo de distensão patrocinado pela cúpula do governo Geisel. O Planalto buscou neutralizar todas as frentes de oposição ao seu projeto. Uma das fontes de preocupação vinha da esquerda, que almejava um acelaramento da distensão e a transição para a democracia, mas com o estabelecimento de pacotes de reformas - como o Pacote de Abril - e a intensificação da repressão anticomunista após a vitória da oposição consentida nas eleições de 1974, o governo conseguiu conter esse segmento da sociedade. Mais difícil foi conter a oposição vinda da extrema-direita militar, especialmente a da Comunidade de Informações, que utilizou muitos recursos contra o projeto de distensão e a volta dos militares à caserna. A distensão era vista por eles como uma arma do Movimento Comunista Internacional contra o Brasil, representava que a infiltração dos comunistas ainda se fazia presente, portanto deveria continuar sendo combatida ferrenhamente. Esse setor não admitia que o país saísse da excepcionalidade da ditadura e utilizou as informações produzidas pelos serviços de inteligência, os panfletos produzidos e distribuídos pelos extremistas da reserva e da ativa e também a intensificação da repressão, desaparecimentos e assassinatos de militantes de esquerda para combater aquilo que entendiam ser uma “traição à revolução de 1964”. Esses perigosos adversários estavam em todos os órgãos de repressão e informação, mas encontraram guarida no CIE e no ministro do Exército, general Sylvio Frota, que se apresentou como antagonista radical do Planalto, ocasionando uma enorme crise política e militar que levou a sua demissão.

⁵⁷³ REIS, Gustavo Moraes Rego. Depoimento cedido aos pesquisadores em julho de 1992 e julho de 1994. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A.D; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 70-71

⁵⁷⁴ KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 54-56

4.4 A VIGILÂNCIA AO PCB PELOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÕES

Antes de analisarmos com mais profundidade as operações de informação contra o PCB desencadeadas a partir de 1975 e a forma como esse novo ciclo repressivo afetou o projeto de institucionalização da ditadura, é importante que se destaque a maneira como o anticomunismo paranoico dos órgãos de informações foi dirigido contra o velho partido comunista e seus militantes ou supostos simpatizantes e aliados.

A vigilância ao PCB, como já frisamos, foi uma constante desde o golpe de 1964 (períodos anteriores não são foco da pesquisa) e se acentuou com a derrota dos grupos de esquerda radical no início da década de 1970, sendo fortalecida ainda mais a partir da vitória da oposição em 1974. Diversos foram os IPMs contra o PCB, os mais conhecidos são o IPM 709, realizado pelo Coronel Ferdinando de Carvalho, e outro contra Luiz Carlos Prestes, com base nas suas famosas cadernetas, ambos logo após o golpe.⁵⁷⁵ O IPM das “cadernetas de Prestes”, por exemplo, levou ao indiciamento de 74 militantes do partido e a suspensão dos direitos políticos de 69 comunistas.⁵⁷⁶

Uma informação produzida pelo CENIMAR e difundida para a AC-SNI em dezembro de 1969 analisava as atividades do PCB desde o seu VI Congresso de 1967 e avaliava a situação de outros três IPMs abertos contra o partido naquele ano. Antes de avaliar o resultado dos IPMs, o documento reconhece que o partido, diferente de outras organizações de esquerda, defendia um “processo político que vise conscientizar as massas, contra a opressão que lhes é imposta pelos agentes do imperialismo”, privilegiando a formação de uma frente antiditatorial. Ou seja, o perigo que ele representava estava essencialmente nas suas ideias e projetos. O documento inicia enfatizando que após o impacto do golpe o partido foi fortemente atingido, mas com os anos “a máquina política foi se rearticulando de tal forma que passou a merecer sérias atenções dos órgãos ligados à Segurança Nacional”.⁵⁷⁷

Ainda de acordo com o documento de informações, o 1º IPM instaurado em março de 1969 tomou depoimento de 34 militantes, “nesse Inquérito atingiu-se basicamente a estrutura do Comitê Secundarista do PCB, nos idos de 1963 e 1964, cujos militantes ascenderam, nos

⁵⁷⁵ A historiadora Sandra Regina Souza realizou em sua tese de doutorado uma importante análise dos IPMs contra o PCB, especialmente p. 709. CF. SOUZA, Sandra Regina B. S. **Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis**. 2009. Tese (doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

⁵⁷⁶ CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 143-144

⁵⁷⁷ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº: 1751/SNI/ARJ/69. p. 1-2

dias atuais, a outros escalões partidários”. O 2º foi instaurado em junho e tomou depoimento de 21 pessoas das quais “pode-se caracterizar atividades subversivas de vinte e três (23) outros militantes, perfazendo portanto um total de trinta e cinco indiciados dos quais sete (7) encontram-se presos”. A informação prossegue relatando que nessa investigação atingiu-se o “Comitê Municipal do PCB em Brasília/DF, membros do Comitê Secundarista, Comitê Universitário, Comitê estadual da GB e inclusive quadros dirigentes do Comitê Central”. Por fim, o 3º IPM, de julho de 1969, tomou o depoimento de 26 militantes, sendo “fixadas as atividades subversivas de ex militantes do PCB, ora atuantes no Partido Comunista do Brasil (linha chinesa), estruturados em Organizações de Base de Bancários e uma outra, de funcionários da CTC (Companhia de Transportes Coletivos da Guanabara)”.⁵⁷⁸

Dois anos depois, em 1971, outro extenso relatório apurando as atividades do partido circulou pela comunidade de informações, difundido pela Agência do Rio de Janeiro do SNI (ARJ-SNI). De acordo com o documento, durante a realização do 6º IPM contra o PCB (considerando os dois de 1964 e os três de 1969 já mencionados) foram presos e interrogados diversos militantes “de passado bastante conhecidos dos setores responsáveis pela Segurança Nacional” e, com eles, foi apreendido um farto material de divulgação e propaganda do Partido. Tal apreensão contemplaria “parte do material de divulgação a ser distribuído amplamente em todo Território Nacional, mostrando o firme propósito daqueles indiciados em ampliar cada vez mais a extensa rede de subversão já existente”. A realização desses IPMs e a apreensão dos materiais do partido, de acordo com a avaliação do relatório, reafirmava “os prognósticos da Marinha [CENIMAR] sobre as *atividades subterrâneas do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, que continua ameaçando e colocando em risco a Segurança Nacional*”.⁵⁷⁹ Prossegue o documento:

O grande número de depoimentos tomados, bom como o volumoso material subversivo apreendido, vem permitindo a este Encarregado bem caracterizar por diversas vezes **a ação subterrânea do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, que embora marginalizado oficialmente do nosso meio político, continua de fato estruturado e atuante.** [...]

Várias são as organizações de grupos subversivos atuantes em nosso país, entretanto, este inquérito, concentrou-se apenas, nas atividades políticas do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, **visto se tratar, de uma organização política esquerdista, das mais importantes em todo o mundo, contando com uma estrutura orgânica impressionante, onde militam apreciável número de ativistas comunistas.**

O Partidão, como é chamado, obedecendo as palavras de ordem da Internacional Comunista, continua adotando uma linha política pacífica, contrária ao radicalismo, **sendo todavia, de maior periculosidade,** visto pregar "que para se chegar ao poder

⁵⁷⁸ Ibidem, p. 2-3

⁵⁷⁹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Encaminhamento nº: 513/71/ARJ/SNI, 09 de fevereiro de 1971, p. 3 [grifo nosso]

Constitucional da República, somente poderá ser a longo prazo e com a comunicação das massas operárias, estudantis, intelectuais, o Clero e o povo em geral”.⁵⁸⁰

Chama a atenção o superdimensionamento do poder de atuação atribuído ao PCB, considerado pelo agente de informação uma das mais importantes organizações políticas do mundo (!), com “estrutura orgânica impressionante” e de “apreciável número de atividades comunistas”. Em verdade, conforme bibliografia já citada sobre a atuação do PCB durante a ditadura, o partido estava desestruturado, com grande parte de seus dirigentes vivendo no exílio - inclusive Prestes, desde 1970 exilado na URSS -, fragmentado devido à disputas internas e sofrendo com as cisões desde 1962. Essa enorme importância dada ao PCB também pode ser notada pelo alto nível de detalhamento sobre a história, estrutura e organização do partido. São descritas todas as suas comissões, setoriais e secretarias, bem como as atividades de cada uma delas. Conforme avaliava o documento de informações, o PCB havia conseguido superar a crise oriunda do golpe de 1964 e embora marginalizado do meio político continuava organizado e atuante. O partido também teria conseguido elaborar nova tática política que resultaria em uma “campanha destrutiva contra o Governo Revolucionário Brasileiro visando ainda, a formação de uma "Frente Única de Luta", com todas as correntes políticas de oposição, e inclusive, os grupos Radicais”.⁵⁸¹ Em suma, apesar de atuar na clandestinidade e as debilidades causadas pela situação, o partido continuava articulado e atuante, especialmente através da oposição consentida, do meio estudantil e do clero progressista. O relatório conclui afirmando que:

Pelos documentos apreendidos em poder dos indiciados, e em suas declarações perante este IPM, verifica-se o empenho do Partido, em procurar por todos os meios recrutar e Organizar todas as categorias de intelectuais, como objetivo de, através dos mesmos, **aplicar o programa político MARXISTA-LENINISTA, visando a destruição do REGIME DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, para implantar um regime Comunista, principalmente, através da Imprensa falada e escrita, setor artístico, científico e classe estudantil em geral.**⁵⁸²

Nota-se que, mesmo naquele contexto de início da década de 1970 com forte atuação das esquerdas revolucionárias na luta armada contra a ditadura, o PCB seguia sendo um dos alvos prioritários dos órgãos de informação e repressão, por se tratar de um partido que visava “aplicar o programa político marxista-leninista” contra o “regime democrático brasileiro”. Não custa reforçar que, desde o VI Congresso de 1967, a ação tática do PCB se resumia a organizar e unir o maior conjunto possível de forças políticas (desde setores da

⁵⁸⁰ Ibidem, p.6 [grifo nosso]

⁵⁸¹ Ibidem, p. 30

⁵⁸² Ibidem, p. 40 [grifo nosso]

burguesia até os liberais descontentes) para a luta antiditatorial. Em suma, de acordo com Milton Pinheiro, “o partido pregava a luta pelas liberdades democráticas naquilo que dizia respeito ao direito de reunião, associação, manifestação, liberdade de imprensa e liberdade partidária”.⁵⁸³ Muito embora alguns documentos de inteligência reconhecessem essa nova linha política do partido - sem deixar de demonstrar certas desconfianças em relação à ela -, outros, como o supracitado, entendiam ser mais conveniente acusar os comunistas do PCB de tentar destruir a democracia brasileira e lutar pela ditadura do proletariado e pelo “regime comunista”.

De fato, como já mencionamos, a vigilância e a perseguição aos comunistas é notada durante todo o período ditatorial e até mesmo pós-ditatorial, mas é no período pós eleições de 1974 e com o ciclo repressivo contra os dois PCs inaugurado em 1975 que a perseguição se intensifica e se especializa, culminando nas operações de caça aos comunistas nesse período.⁵⁸⁴

De acordo com José Paulo Netto, a repressão aos partidos comunistas evidentemente não foi algo casual, mas sim “obedeceu a uma clara estratégia do núcleo do regime para liquidar as direções de esquerda de maior consistência ideológica e mais fortes em termos de organização partidária”.⁵⁸⁵ A Operação Radar foi desencadeada para eliminar o Comitê Central do PCB, e já estava sendo planejada e executada episodicamente desde fins de 1973, quando alguns militantes foram assassinados e desaparecidos, como David Capistrano de Abreu, João Massena de Mello, Luis Inácio Maranhão Filho e Célio Guedes. De acordo com o levantamento de mortos e desaparecidos realizado por Nilmário Miranda e Carlos Tiburcio, João Massena de Mello foi o primeiro dirigente do PCB a ser preso e morto pela Operação

⁵⁸³ PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton (org.) **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 27

⁵⁸⁴ Embora não seja objeto desta pesquisa, é importante destacar que o PCdoB continuou sendo fortemente reprimido pela ditadura, episódio marcante é a tristemente famosa Chacina da Lapa, quando agentes do Exército, DOI-CODI e DOPS-RJ, prenderam, torturaram e executaram dirigentes do partido no dia 16 de dezembro de 1976. Cf. POMAR, Pedro. **Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o comitê central do PCdoB**. São Paulo: Busca e Vida, 1987.

⁵⁸⁵ NETTO, José Paulo. Op. Cit., p. 164

Radar em 1973. Segundo declarações do ex-sargento Marival Chaves,⁵⁸⁶ após ser preso e torturado, o dirigente foi executado com “injeção para matar cavalo”.⁵⁸⁷

Para Mariana Joffily, a ofensiva anticomunista desencadeada com maior força a partir de 1975 possui três aspectos diferentes e complementares. Em primeiro lugar, de acordo com a historiadora, tratou-se de uma estratégia para completar o trabalho de extermínio das organizações de esquerda antes de um aprofundamento da “abertura política”. Essa necessidade de combater os partidos comunistas, estava, desse modo, intimamente ligada à vitória da oposição em 1974, visto que muitos eleitos eram de fato ligados ao PCB. Os outros dois aspectos levantados pela autora são igualmente relevantes:

Em segundo lugar, essa ofensiva teve como principal objetivo justificar a permanência do aparelho repressivo, uma vez que a ameaça da guerrilha urbana não podia mais servir como argumento legítimador. Ao exacerbar o perigo representado pelos comunistas, esse setor valorizava, ao mesmo tempo, a importância e a necessidade de sua atuação. [...]

Em terceiro lugar, o recrudescimento da repressão dirigida aos comunistas e aos políticos que possuíam ligações com eles adquiriu uma conotação de desafio ao projeto de distensão política de Geisel, visto que os setores ligados aos sistemas de repressão e de informações eram partidários de um regime mais fechado.⁵⁸⁸

As questões levantadas pela historiadora são importantes para que possamos compreender a lógica da ofensiva anticomunista de meados da década de 1970. Esses aspectos serão melhor trabalhados no decorrer deste capítulo, mas vale frisar que essas três explicações - finalização do extermínio das esquerdas antes da abertura, justificativa para a permanência do aparelho de repressão e informação, e o “desafio” da extrema-direita ao projeto geiselista - estão no centro explicativo dessa conjuntura política repressiva e irão delinear as ações e reações no período de distensão até o final do período Geisel em 1979.

Podemos afirmar que a justificativa para a permanência do aparelho de repressão e informação baseou-se essencialmente em uma “indústria de anticomunismo”, servindo-se da fabricação constante de um inimigo interno, o tão perigoso comunista. Com a “senha” dada pelo ministro da Justiça em janeiro de 1975, atribuindo ao PCB a vitória da oposição e indicando a descoberta das gráficas clandestinas do partido, a caçada a esse velho inimigo se intensificou e todos os passos dos militantes e dirigentes partidários foram acompanhados

⁵⁸⁶ Marival Chaves do Canto é um ex-sargento do Exército que trabalhou no DOI-Codi e no CIE durante toda a ditadura, se aposentando em 1985. Em 1992, deu sua primeira declaração pública na Revista Veja, denunciando os assassinatos políticos cometidos pela ditadura e detalhando sobre o funcionamento de seus principais órgãos repressivos e de informação. Em 2012 colaborou com a Comissão Nacional da Verdade, prestando longos depoimentos. Tanto em suas entrevistas quanto nos depoimentos à CNV, o ex-sargento nega a participação direta em torturas e assassinatos, mas denunciou diretamente seus parceiros. Cf: <<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/marival-chaves-canto/>>.

⁵⁸⁷ MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. Op. Cit., p. 404

⁵⁸⁸ JOFFILY, Mariana. Op. Cit., p. 87

ainda mais de perto pelos espiões dos serviços de inteligência. Além das prisões, assassinatos, desaparecimentos e operações de caça aos comunistas, podemos avaliar a paranoia anticomunista desse período a partir das centenas de indivíduos que foram acusados de ser comunistas em investigações e a cassação de parlamentares acusados de ligações com o PCB, como Marcelo Gato e Nelson Fabiano Sobrinho em janeiro de 1976, além de muitos outros que foram acusados e amplamente investigados e espionados como Alberto Goldman e Tales Ramalho. Vamos destacar alguns exemplos dessa vigilância ao partido a partir desse momento.

Em maio de 1975, a ARJ-SNI acompanhou de perto a nova reestruturação dos quadros do comitê estadual PCB diante da unificação dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro - que originou o atual estado carioca -, procurando levantar todos os nomes de atuais e possíveis dirigentes partidários.⁵⁸⁹ Nesse mesmo mês, outros documentos circulavam alertando sobre o desconhecimento de novos nomes que militavam no partido. De acordo com uma informação produzida pelo CIE e difundida para a AC-SNI, o PCB sofria forte influência política e filosófica da União Soviética, mas também de outros países como Cuba e Tchecoslováquia, enviando muitos de seus quadros para cursos de formação nesses países. Entre esses quadros muitos “líderes são jovens, [que são] preparados para a luta revolucionária e inteiramente desconhecidos dos Órgãos de Informação e Segurança”.⁵⁹⁰ Esse apontamento acerca do desconhecimento sobre os militantes comunistas dava a senha para que as investigações e espionagem continuassem, reforçando o empenho dos órgãos de inteligência.

Como não poderia deixar de ser, inúmeros documentos de informação trataram sobre a “infiltração comunista no MDB” ou “infiltração do PCB no MDB”. Um informe do CIE de junho de 1975 foi encaminhado para a ARJ-SNI e para AC-SNI tratando justamente sobre a atuação de militantes comunistas dentro da oposição consentida. A informação, baseada em depoimentos de comunistas presos na Operação Radar, avalia como os comunistas auxiliaram o MDB a vencer as eleições de novembro do ano anterior.

Esta agência, tendo em vista as recentes prisões de membros do PCB, obteve os dados abaixo, extraídos de depoimentos de militantes que, de forma direta ou indireta, participaram da política de apoio do PCB a candidatos do MDB, nas eleições de novembro de 1974.⁵⁹¹

⁵⁸⁹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informe nº: 0011/16/75/ARJ/SNI, 12 de maio de 1975.

⁵⁹⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Centro de Informações do Exército, Informe nº: 127/S-102-A5-CIE, 09 de maio de 1975.

⁵⁹¹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Encaminhamento nº: 046/16/75/ARJ/SNI, 18 de junho de 1975. p. 1

O extenso documento de informações avaliou a tática de frente única democrática defendida pelo PCB para atuar institucionalmente contra a ditadura através da oposição consentida. De acordo com a informação, entre 1974 e 1975, o partido defendia aquela linha de atuação, e, de acordo com a avaliação do depoente em questão (militante comunista), o PCB e MDB tinham muitos pontos em comum, como o programa básico mdbista. O depoente ainda teria admitido que na realidade o PCB tinha pouca projeção, mas isso era desconsiderado pelos órgãos de inteligência obcecados com o partido. Mais adiante o documento apresenta uma lista dada pelo depoente com oito deputados eleitos com ligações ao PCB e suas respectivas biografias políticas.

Em cada uma das unidades da federação, as agências regionais também preocuparam-se em avaliar o nível de aproximação de seus deputados estaduais e federais eleitos com os comunistas. Em Goiás, por exemplo, houve uma investigação sobre o deputado eleito Tobias Alves Rodrigues. O Núcleo da Agência de Goiânia do SNI (NAGO-SNI) afirmava que o investigado era “prontuariado nos OIs [órgãos de informação] da área, com registros de suas posições contrárias ao regime e de seus ataques ao mesmo, bem como de seu envolvimento nas atividades do PARTIDO COMUNISTA, BRASILEIRO (PCB), apuradas no IPM realizado em GOIÁS”. A informação do SNI tem como anexo os prontuários (fichas) do deputado no Serviço de Informações do DPF e do DOPS-GO, com todas as atividades parlamentares e de campanha do referido, especialmente aquelas que “provariam” suas ligações com o comunismo, como as denúncias sobre o aumento do custo de vida dos brasileiros, desvalorização do salário mínimo, medidas autoritárias do AI-5, entre outros temas recorrentes da oposição.⁵⁹²

Nas assembleias legislativas, a presença de deputados supostamente comunistas ou aliados dos comunistas preocupava os órgãos de informações. Em Sergipe, um deputado mdbista foi acusado de ter recebido apoio do PCB, tornando-se o deputado mais votado na capital. O investigado estava sob a mira da espionagem desde seus tempos de líder estudantil na faculdade de direito em 1968; em 1970 foi um dos milhares de detidos na Operação Gaiola, sendo eleito finalmente em 1974. Cita-se na informação produzida pela DSI do Ministério da Justiça e difundida para a AC-SNI, que, enquanto líder do MDB na Assembleia de Sergipe, o deputado tinha “agressivo palavreado” o que estaria “desgastando deputados da ARENA” e “causando preocupações, mesmo, entre os que compõem a bancada que ele lidera”. A crítica do deputado à censura em “violento pronunciamento” seria indício de sua

⁵⁹² ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº: 0346/NAGO/SNI/74, 09 de dezembro de 1974.

ligação com o comunismo.⁵⁹³ Um dos anexos desta informação é especialmente interessante, pois se trata de uma carta-denúncia enviada ao ministro da Justiça. Nesse documento de delação escrito por um cidadão comum, se lê o seguinte:

Sr Ministro há aqui em Aracaju um Deputado Estadual de nome Jackson Barreto Lima do **MDB mais que de MDB não tem nada e sim comunista**, (*sic*) e como prova disto dito Deputado foi denunciado a meses passado conforme se vê neste recorte do jornal da Baía que segue anexo a onde o mesmo foi depor na VI região Militar em Salvador isto no dia 30 de abril do corrente ano pois Sr Ministro este Deputado continua sem nenhuma punição liderando vários Municípios [...] outra coisa Sr Ministro aqui na Capital ele teve quase cinco mil votos para Deputado foi o mais votado do MDB todos os comunista (*sic*) votaram com ele, e já está se preparando para candidatar-se a Deputado Federal portanto Sr Ministro este homem futuramente vai ser um perigo se não houver uma providência por parte das autoridade (*sic*) a quem compete o assunto.⁵⁹⁴

Essa carta de delação enviada ao Ministério da Justiça, explicita o quanto o pensamento conservador e anticomunista estava presente na sociedade brasileira, não somente restrito aos meios políticos ou militares. O temor que o autor tinha era de que o referido deputado, “que de MDB não tem nada mas sim comunista”, fosse eleito futuramente para uma cadeira no Congresso Nacional e levasse a ideologia comunista consigo, o que representava um enorme perigo para a sociedade. Esse é um exemplo de denúncia dos chamados “informantes espontâneos”, ou seja, aqueles que “possuíam certa cumplicidade com o regime e que voluntariamente se dispunham a cooperar, fosse por convicção, fosse para receber algum apoio de caráter pessoal”.⁵⁹⁵ Conforme a pesquisa de Rodrigo Pereira da Silva, sobre o papel central do anticomunismo nas delações dos informantes da polícia política do Paraná, entre os diversos motivos que poderiam levar alguém a delatar, estava o entendimento de que aquele era seu “dever” enquanto cidadão. Ou seja, alguns segmentos da população foram convencidos, como desejado pela DSN, que todos eram responsáveis pela segurança nacional do país. Em suma, delatar os comunistas era um “dever moral” de todos os cidadãos.⁵⁹⁶

Em Minas Gerais, a situação da suposta infiltração comunista no MDB também gerou inúmeros documentos de informações. De acordo com uma informação produzida pela AC-SNI em decorrência de um inquérito aberto sobre as tentativas de rearticulação do PCB no estado, evidenciava-se muitos “aspectos decorrentes das atividades clandestinas daquela organização, no sentido de doutrinar e arregimentar adeptos e ampliar as áreas de penetração

⁵⁹³ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Divisão de Segurança e Informações - Ministério da Justiça. Informação nº: 784/76/DSI/MJ, 29 de setembro de 1976. p. 1-2

⁵⁹⁴ Ibidem, p. 3 Carta anexa da Divisão de Comunicações do Ministério da Justiça, de 20 de agosto de 1976.

⁵⁹⁵ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*. v. 17, n. 34, 1997.

⁵⁹⁶ SILVA, Rodrigo Pereira da. **Os informantes da polícia política e o anticomunismo durante a ditadura civil-militar (Paraná, 1964-1985)**. Maringá, 2017. Dissertação (mestrado em História) Universidade Estadual de Maringá. CCHLA. Programa de Pós-graduação em História, Maringá-PR, 2017. p. 91-92

das idéias de cunho marxista-leninista”. Ainda de acordo com a informação, foram estabelecidos recorrentes contatos com a oposição institucional “para o estabelecimento das vias de penetração mais acessíveis e do grau de comprometimento daqueles que seriam apoiados na campanha eleitoral para o pleito de Nov/74”, definindo “as linhas de infiltração na "Ala Jovem" do MDB”.⁵⁹⁷ Conclui-se na análise que:

Vários elementos, cujas atividades foram plotadas pelos Órgãos de Segurança, na época em que eram universitários ou secundaristas, integrantes da "Juventude Comunista" e/ou incentivadores da "Frente Juvenil", atualmente, fazem parte do CE/PCB de MINAS GERAIS; compõem Organizações de Base - OB, alguns dos quais, confessos, são **comunistas convictos**; ou, ainda, pertencentes aos quadros do PCB, encontram-se, alguns, **ministrando aulas nas Universidades, das quais se servem para pregações esquerdistas, dando-lhes enfoque marxista.**

Não obstante a inquirição dos 17 indiciados no Inquérito Policial instaurado em MINAS GERAIS para apurar as atividades ilegais do PCB e a evidência dos aspectos acima mencionados, verificou-se, ainda, que, apenas uma insignificante parcela das atividades do PCB, naquele Estado, veio ao conhecimento dos Órgãos de Segurança.⁵⁹⁸

Conforme percebemos, a reestruturação do PCB em Minas Gerais era uma preocupação não somente daquele momento, mas era algo que já vinha orientando o trabalho dos órgãos de informações desde a atuação de alguns “comunistas convictos” do CE/PCB no movimento estudantil secundarista e na Juventude Comunista. Nota-se também a constante preocupação com a infiltração comunista na educação, pois, segundo o agente de inteligência, os comunistas do PCB estariam ministrando aulas com “pregações esquerdistas” e com “enfoque marxista” nas universidades brasileiras. Essa incessante vigilância aos militantes comunistas do PCB se justificava uma vez que, de acordo com o documento, apenas uma parcela insignificante de informações sobre as atividades do partido e seus militantes chegavam ao conhecimento dos órgãos de repressão e informação.

A preocupação com a rearticulação do PCB nos estados se tornou tema recorrente na produção dos serviços de inteligência, especialmente porque o PCB poderia se articular com outros segmentos da sociedade além do MDB. Em 1978, a Agência de Porto Alegre (APA-SNI) produziu um relatório sobre a “situação atual da subversão no Rio Grande do Sul”, dando destaque para a organização (ou reorganização) do PCB no estado. De acordo com a avaliação da agência gaúcha:

O Partido Comunista Brasileiro, paciente e perseverante, procura sempre reorganizar-se a cada golpe que sofre. Assim aconteceu em 1964, e em 1967. **Em 1975, em razão de diversas ações em âmbito nacional, o partido sofreu novo golpe em sua estrutura.** Da mesma forma, como das vezes anteriores, o **PCB está,**

⁵⁹⁷ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº: 433/16/AC-SNI/76, 17 de setembro de 1976.

⁵⁹⁸ Ibidem.

certamente, reorganizando os seus quadros, ativando as suas lideranças, recrutando novos militantes, com a finalidade de tornar o Partido uma entidade forte que possa, em razão de conchavos políticos, pressões políticas e através de movimentos de massas, sair da clandestinidade e, como **objetivo principal, implantar a ditadura do proletariado**.⁵⁹⁹

Percebe-se que o balanço realizado pela agência destaca os períodos anteriores em que o partido foi atingido pela repressão da ditadura e apesar de enormes percalços conseguiu se reerguer devido a sua paciência e perseverança. Por isso, na sua avaliação, o PCB merecia a atenção dos órgãos de inteligência e de repressão, pois novamente estaria se rearticulando em busca de novas lideranças e militantes após o ciclo repressivo iniciado em 1975. A ditadura recorre ainda à expressão que atemoriza os anticomunistas, a “ditadura do proletariado” contra a democracia ocidental. Em resumo, o PCB é perigoso pois seria uma das poucas organizações que “apresenta condições de atuar, tanto no presente como no futuro, uma vez que sua tradição na subversão [existe] como uma realidade e não uma suposição”.⁶⁰⁰

Ainda de acordo com o relatório da agência de Porto Alegre, o PCB estava trabalhando no sentido de se aproveitar das eleições de 1978 para consolidar seu espaço dentro do partido de oposição consentida e angariar apoio da sociedade ao seu projeto de poder. Essa tática era preocupante pois, após tantos golpes de quase-morte, suas bases estavam se articulando no estado e com grande capacidade de “torná-lo ativo, operante, capaz de influenciar nos mais variados aspectos da vida pública brasileira”. No Rio Grande do Sul o partido tinha duas bases de apoio: o movimento estudantil e a UFRGS:

A atuação do PCB no Movimento estudantil do RIO GRANDE DO SUL se faz sentir, principalmente, dentro da Universidade Federal do RIO GRANDE DO SUL, onde, por intermédio do grupo denominado 'UNIDADE e LIBERDADE', propaga as suas ideias. (...)

O PCB está presente, também, na vida política do país e o RIO GRANDE DO SUL, considerado como um dos Estados do BRASIL com a população mais politizada, **também sofre ação do partido nos "conchavos" políticos que são feitos, principalmente, com políticos da oposição**.⁶⁰¹

Além da infiltração comunista no Movimento Estudantil, nas universidades federais, no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas ou câmaras municipais, enfim participando dos “conchavos políticos” especialmente com os políticos da oposição (MDB), outro tema recorrente na produção de documentos de informações se referia às atividades partidárias dos militantes do PCB, sejam cursos de formação ou atividades cotidianas

⁵⁹⁹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº: 027/116/APA/78, 31 de julho de 1978. [grifo nosso]

⁶⁰⁰ Ibidem.

⁶⁰¹ Ibidem, p. 7-9 [grifo nosso]

diversas. Há também uma forte vigilância sobre os materiais de divulgação partidária, especialmente os jornais do partido, como o Voz Operária. Deve se destacar que boa parte das fontes para a produção de documentos de informações sobre o PCB e suas atividades vinham dos próprios materiais produzidos pelo partido, por isso a vigilância sobre seus jornais estava sempre atenta.

Em julho de 1978, a Agência de São Paulo do SNI (ASP-SNI) produziu uma longa informação analisando as relações do Movimento Comunista Internacional com o PCB e seu jornal Voz Operária. A ênfase da informação era sobre o “editorial número 149”, de agosto de 1978, em que o PCB se pronunciava sobre as eleições legislativas daquele ano. O que o documento de informações trata como editorial, em realidade é uma entrevista do jornal oficial do partido com seu secretário-geral, Luiz Carlos Prestes. De acordo com a avaliação da ASP-SNI, o PCB estava interessado em aumentar o grau de organização das massas populares, bem como aumentar as correntes parlamentares mais agressivas para combater a ditadura no Congresso Nacional. Destaca ainda a “importância fundamental do MDB nesse movimento”, e que “a candidatura da oposição à Presidência [de 1978] possui, acima de tudo, a função de pólo ativo de aglutinação daquelas forças que lutam contra o regime”.⁶⁰²

Outra informação, também da ASP-SNI, repercutia a posição do PCB diante das eleições parlamentares. Conforme o documento, o partido iria agir da mesma forma que em 1974, infiltrando-se no partido de oposição consentida e financiando candidatos comunistas. A agremiação pretendia “eleger parlamentares que no Congresso votem leis que favoreçam a implantação do comunismo no país, no período de transição, cuja duração os comunistas compreendem que depende de sua atuação”.⁶⁰³ Na visão do SNI, o comunismo poderia ser implantado no Brasil via projetos de lei ou emendas parlamentares.

Podemos afirmar que os períodos que antecedem eleições parlamentares passaram a ser ainda mais intensos para os órgãos de inteligência a partir da vitória do MDB em 1974. As eleições de 1978, apesar dos "casuísmos" do governo para impedir nova vitória da oposição, como o Pacote de Abril e a Lei Falcão, representaram um novo momento para que a população se manifestasse, embora mais *contra* o governo do que *a favor* do MDB. Os documentos de informações produzidos pelos órgãos de inteligência abordavam fortemente o papel da “subversão comunista” nessa conjuntura.

Em outubro de 1978, o CENIMAR elaborou um documento de informações avaliando a

⁶⁰² ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº: 4835/116/ASP/78, 25 de julho de 1978.

⁶⁰³ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº: 5176/116/ASP/78, 13 de outubro de 1978.

“situação atual da subversão”, em resposta a um pedido de busca feito pela AC-SNI em agosto do mesmo ano. Considerado o grande “especialista” em assuntos relacionados ao PCB, a análise do CENIMAR inicia avaliando o papel desempenhado pelo partido naquele contexto. Sobre a ausência de lideranças no país, devido a prisões, desaparecimentos ou assassinatos por parte da ditadura, o documento destaca somente o exílio:

Política e organicamente, não há uma participação efetiva da Direção Nacional do PCB, no País. Sua cúpula permanece no exterior enfrentando as naturais dificuldades causadas pelo exílio e os perigos de possíveis dissidências.

A influência exercida no BRASIL, pelos quadros dirigentes, ora na EUROPA, é levada a cabo através de Delegados, em número reduzido, distribuídos pelas regiões geográficas mais importantes politicamente. Tais Delegados, além de tentar assegurar a ligação do "Comitê Central - CC" com os escalões subordinados, procuram dinamizar os trabalhos de reconstrução orgânica e de recriação do ambiente legal, favorecendo uma atuação mais desenvolvida.⁶⁰⁴

O documento destaca também que o partido passava por momentos difíceis desde o ciclo repressivo iniciado em 1975, especialmente no que se refere à formação de novos dirigentes aptos para a difícil atuação na clandestinidade. De acordo com a análise do CENIMAR, merecia destaque “que o número de quadros partidários, formados a partir de 1964, é considerado insuficiente, para o preenchimento dos quadros decorrentes das "quedas", principalmente, dos anos 1974/75”. Nesse cenário havia duas importantes exceções: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Nesses dois importantes e estratégicos estados, a reorganização partidária estava mais avançada, especialmente no estado sulino, onde o CE do PCB-RS “permaneceu intacto”.⁶⁰⁵

Não obstante essas considerações, o trabalho de massas e a relação do partido com o movimento operário - que estava se rearticulando - mereciam atenção dos órgãos de informação e repressão, o que é mais uma das contradições da avaliação da força do PCB e do perigo representado pelo comunismo. Ao mesmo tempo em que o documento de inteligência do CENIMAR reconhece as fragilidades do partido (muitas quedas, quadros insuficientes, apenas dois estados melhor organizados), recomenda que a sua influência no movimento de massas e no sindicalismo seja acompanhada de perto pelos órgãos de informação. O novo sindicalismo que ressurgia deveria ser melhor vigiado, uma vez que:

A área sindical é considerada propícia para o desenvolvimento das tarefas partidárias, mesmo sendo realizadas através de simples contatos (...)

Categorias profissionais que há muitos anos não se manifestavam, em caráter unitário, dentro de seu Sindicato, hoje já se manifestam, tomam decisões. Essas movimentações, no entanto, não têm contado com uma participação efetiva do

⁶⁰⁴ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Centro de Informações da Marinha. Informe nº: 00358/78, 24 de outubro de 1978.

⁶⁰⁵ Idem.

Partido, sob o ponto de vista orgânico, por assim dizer. A orientação das massas, de uma maneira geral, vem sendo dada pelas próprias direções classistas (sindicatos), contando, em alguns casos apenas, com a assessoria de elementos do PCB, de forma individual, não estruturada.⁶⁰⁶

Sabe-se que na área sindical, à essa altura, o PCB não parecia contar com uma presença forte e organizada, e o próprio documento de inteligência reconhece essa fragilidade do partido, o mesmo não poderia se dizer sobre sua força e presença no meio político, especialmente no MDB. De acordo com o documento de informações, o principal objetivo do PCB naquela eleição era formar uma fração dentro da oposição consentida para atuar de forma mais incisiva contra a ditadura:

Será tarefa, dessa Fração, entre outras, dentro de um quadro de abertura política, que possibilita mais espaço de manobra para a esquerda, trabalhar com vistas à organização de um partido legal, de caráter trabalhista, o que facilitará, em muito, as tarefas da Organização.

O PCB considera o clima eleitoral favorável à sua reestruturação orgânica, pois permite novos contatos, a criação de condições de trabalho para elementos desligados, que voltam a cumprir tarefas, de forma organizada, nos Comitês Eleitorais, legais. Tudo isso com o objetivo maior de reorganização partidária.⁶⁰⁷

Naquela altura do processo de distensão, já se aventava a possibilidade de uma reforma partidária para estancar a sangria que vivia a ARENA desde 1974.⁶⁰⁸ Nesse sentido, os órgãos de inteligência já estavam atentos para as movimentações do PCB em relação a essa possível mudança do cenário partidário, muito embora os membros do partido continuassem privilegiando a atuação institucional via MDB.

Vimos nessa seção do capítulo que, à medida que novas prisões de militantes comunistas eram efetuadas ao longo de 1975, novos documentos de informações, relatórios e dossiês eram produzidos pelos órgãos de inteligência da ditadura e esse ritmo continuou durante todo o período posterior de distensão e abertura. Como já afirmamos, não se tratava apenas de estourar gráficas ou reuniões do partido, nem somente de prender seus militantes e dirigentes ou aumentar a vigilância a suas publicações partidárias, mas também as execuções

⁶⁰⁶ Idem.

⁶⁰⁷ Idem.

⁶⁰⁸ Entre as pautas liberalizantes, a reforma partidária e a anistia política passaram a ser temas centrais em meados da década de 1970. Desde a derrota de 1974, o bipartidarismo passou a ser questionado, especialmente porque a ARENA não estava conseguindo fazer frente à oposição do MDB. Desse modo, em outubro de 1979 o governo Figueiredo encaminhou o projeto de reforma partidária, o objetivo era evidentemente fracionar a oposição (formaram-se o PMDB, PDT, PT) e fortalecer o partido governista (futuro PDS). Apesar dos protestos da oposição, em novembro o projeto foi aprovado extinguindo o MDS e a ARENA e estipulando um prazo de 180 dias para formação de novos partidos. CF. GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. pp. 218-223; BATISTELLA, Alessandro. O fim do bipartidarismo e o retorno do pluripartidarismo no Paraná (1979-1982). *Diálogos*, Maringá-PR, Brasil, v. 25, n. 2, p. 142-167, mai./ago. 2021.

e/ou desaparecimentos forçados de seus quadros foram métodos utilizados sem escrúpulos. Além das centenas de militantes presos e barbaramente torturados, o objetivo central da repressão era a eliminação do CC do partido, e de fato muitos dirigentes importantes foram assassinados e desaparecidos a partir de 1975, como Elson Costa, Hiram de Lima Pereira, Itair José Veloso, Walter Ribeiro, Jaime Miranda, Orlando Bonfim Júnior, Nestor Veras e José Montenegro de Lima.⁶⁰⁹

4.5 ACARAJÉ, BARRIGA VERDE E MARUMBI: ANTICOMUNISMO E AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO CONTRA O PCB

Em 26 de abril de 2021, o Ministério Público Federal de São Paulo ofereceu denúncia contra dois ex agentes da repressão, em razão do assassinato de Elson Costa, ex dirigente do PCB. Foram denunciados Audir Santos Maciel, então comandante do DOI-CODI de São Paulo e um dos principais coordenadores das operações anticomunistas contra o partido, e Carlos Setembrino da Silveira, agente de buscas do DOI-CODI e responsável pelo local clandestino de repressão onde ocorreram as torturas e assassinatos. De acordo com o divulgado pelo MPF, os denunciados “tiveram intensa participação nas ações da chamada Operação Radar, executada entre 1973 e 1976 para o extermínio de lideranças do PCB em todo o país, entre elas Elson Costa”.⁶¹⁰ Conforme a denúncia do MPF de São Paulo:

O homicídio de ELSON COSTA foi cometido por motivo torpe, consistente na busca pela preservação do poder usurpado em 1964, mediante violência e uso do aparato estatal para reprimir e eliminar opositores do regime e garantir a impunidade dos autores de homicídios, torturas, sequestros e ocultações de cadáver. O homicídio praticado pelos denunciados foi cometido com o emprego de tortura, consistente na infligência intencional de sofrimentos físicos à vítima.

Dentro do mesmo contexto e em data próxima, os denunciados contribuíram para a ocultação do cadáver da vítima, uma vez que, após sua morte, seu corpo foi esquartejado e jogado no Rio Avaré. As condutas acima imputadas ocorreram no contexto de um ataque à população civil, consistente, conforme detalhado na cota introdutória que acompanha esta inicial, na organização e operação centralizada de um sistema semiclandestino de repressão política, baseado em ameaças, invasões de domicílio, sequestro, tortura, morte e desaparecimento dos inimigos do regime. A investida foi particularmente dirigida contra os opositores do regime, matando oficialmente 219 pessoas e desaparecendo com outras 152, dentre estas ELSON COSTA.⁶¹¹

⁶⁰⁹ Para os nomes e detalhamento dos casos de mortes e desaparecimentos de militantes do PCB durante a ditadura, Cf. MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. Op. Cit., p. 384-439

⁶¹⁰ MPF oferece nova denúncia contra agentes que participaram de operação para extermínio do PCB na ditadura, 26 de abril de 2021. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/mpf-oferece-nova-denuncia-contra-agentes-que-participaram-de-operacao-para-extermínio-do-pcb-na-ditadura>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

⁶¹¹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República em São Paulo, **Procedimento Investigatório Criminal nº 1.34.001.007779/2011-10**, Denúncia: nº /2021. p. 2-3.

Elson Costa, que desde 1973 havia adotado o nome de Manoel de Souza Gomes, era responsável pelo setor de agitação e propaganda do PCB, trabalhando na produção do jornal *Voz Operária*. Após a descoberta pela repressão das gráficas clandestinas que imprimiam os jornais, diversos militantes foram localizados, entre eles Elson, que foi preso em um bar próximo à sua casa no dia 15 de janeiro de 1975. O ex sargento e agente de informações do DOI-CODI, Marival Chaves, afirmou em depoimento à CNV que Elson foi levado para a Casa de Itapevi, local clandestino de prisão e tortura reservado especialmente para os comunistas do PCB e sob responsabilidade do DOI-CODI/II Exército e do CIE, localizado na região metropolitana de São Paulo. Nesse local o preso teria sido submetido a diversas sessões de tortura e executado.

O relatório da CNV afirma que as circunstâncias exatas da morte do militante comunista não foram devidamente esclarecidas, restando apenas a versão do ex-sargento. De acordo com as entrevistas cedidas à imprensa e os seus depoimentos à CNV, Chaves afirma que, após ser brutalmente torturado, o corpo do militante comunista foi queimado e jogado no Rio Avaré, e até hoje seu paradeiro é desconhecido.⁶¹² Desse modo, a denúncia do MPF destaca que a morte de Elson Costa é “imprescritível e impassível de anistia, uma vez que ocorreu em um contexto de ataque sistemático e generalizado do Estado brasileiro contra a população e, por isso, constitui crime contra a humanidade”.⁶¹³

Como já mencionamos, a Operação Radar foi planejada e executada pelo Exército Brasileiro entre 1973 e 1976, por meio dos DOI-CODIs de cada região militar e com auxílio indispensável do Centro de Informações do Exército (CIE), com objetivo central de sequestrar e assassinar quadros do PCB. De acordo com Eliton Souza, a Operação Radar foi articulada em nível nacional, enquanto outras operações anticomunistas de menor escala foram desencadeadas nos estados brasileiros, como a Operação Barriga Verde em Santa Catarina, pesquisada pelo autor.⁶¹⁴ Souza destaca que dois motivos serviram de “bode expiatório” para que a repressão se voltasse contra o PCB. Mesmo que a operação já estivesse em curso desde 1973, ela ficou em segundo plano diante da repressão à esquerda armada,

⁶¹² BRASIL, **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório, Volume 3, Mortos e Desaparecidos. Brasília: CNV, 2014, p. 1744-1749; MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. Op. Cit., p. 409-410

⁶¹³ MPF oferece nova denúncia contra agentes que participaram de operação para extermínio do PCB na ditadura, Op. Cit.

⁶¹⁴ SOUZA, Eliton Felipe de. **“Eu também fui torturado”**: as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro. 2015, 159 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2015. p. 64

especialmente diante da Guerrilha do Araguaia. Mas foi a partir da vitória do MDB em 1974 e a descoberta das gráficas no ano seguinte, que o CIE teve pretextos plausíveis para se voltar mais fervorosamente contra o PCB. Ainda de acordo com Souza:

Esta operação é desencadeada, inicialmente em fogo brando, em 1973, ainda sob o governo Médici. Pretendia, como se sabe, alcançar o PCB. A ditadura dava início à última etapa de sua escalada. Acreditava, com boa dose de acerto, estar na fase final de destruição das tantas organizações defensoras da luta armada. Sabia dos rescaldos a fazer e, sobretudo, do combate, ainda em andamento, à Guerrilha do Araguaia dirigida pelo PCdoB, sobre a qual, o quanto pudesse, não pretendia deixar sobreviventes.⁶¹⁵

Milton Pinheiro, em texto sobre o massacre do PCB pela ditadura, afirma que “o ódio de classe exercitado pela burguesia durante todo o século XX contra o PCB foi levado às últimas consequências pela ditadura militar: eles prenderam, torturaram e mataram”. O professor da UNEB (Universidade do Estado da Bahia) destaca que, mesmo que os comunistas do partido tenham sido perseguidos e mortos desde os momentos iniciais da ditadura, foi no período pós 1974 que se iniciou uma “longa perseguição, planejada para liquidar o PCB, cuja política de resistência democrática se consolidava na frente ampla contra o regime”. Complementa o autor:

O PCB foi massacrado de 1973 a 1976 por uma operação realizada pelo Exército, tratava-se da “Operação Radar”, que tinha como objetivo liquidar o histórico operador político dos comunistas brasileiros. Essa era uma das medidas impostas pela geopolítica arquitetada por Golbery do Couto e Silva, para flexibilizar a ordem política brasileira.⁶¹⁶

Pinheiro destaca a lógica palaciana do projeto de desestruturar o PCB, afinal o processo distensionista deveria garantir que os antigos participantes da política nacional depositos em 1964 continuassem proscritos na futura “abertura”. Resumidamente, para que o Brasil voltasse a ser um “Estado de Direito” e os militares pudessem voltar à caserna, a esquerda deveria estar completamente desmobilizada e incapacitada de ter participação efetiva na política nacional. Para tanto, “a perseguição ao PCB, antes episódica e pontual, passou a ser sistemática”.⁶¹⁷ Na avaliação de Jacob Gorender:

Uma vez que já não havia organizações da esquerda armada para justificar sua atuação sanguinária, os órgãos repressivos se voltaram para a “reserva de caça” que lhes oferecia o PCB. De 1968 a 1974, a repressão policial se concentrou no combate à guerrilha e se desinteressou de alvejar o PCB. Limitou-se a fazer o acompanhamento dos seus passos e eventuais prisões. Seis anos de fogo brando induziram o Partidão a baixar a guarda e descuidar da segurança clandestina. Abriu-se em excesso na campanha eleitoral de 1974, quando o MDB alcançou o primeiro

⁶¹⁵ SOUZA, Eliton Felipe de. Op. Cit., p. 96

⁶¹⁶ PINHEIRO, Milton. A ditadura militar no Brasil (1964-1985) e o massacre ao PCB. 2012. Disponível em: <http://www.aduneb.com.br/artigos.php?news_not_pk=2986>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2022.

⁶¹⁷ JOFFILY, Mariana. Op. Cit., p. 88

êxito significativo. Os órgãos policiais não tiveram dificuldade para desarticular o Partidão e paralisar sua alta direção. Juntando as quedas dos anos anteriores às de 1974-1975, metade do Comitê Central foi parar nas garras do inimigo.⁶¹⁸

É importante reforçar duas questões que nos ajudam a compreender a sanha anticomunista contra o PCB desencadeada a partir de 1974. Primeiro, podemos notar a partir da imensa produção de documentos de inteligência pelos órgãos de informações que a caçada aos comunistas do PCB - após a derrota dos projetos de luta armada - cumpria a tarefa de justificar a permanência e continuidade da prestigiada atuação dos órgãos de inteligência e repressão da ditadura no contexto de distensão e possível desmonte do aparelho repressivo (o que não era pretendido nem ocorreu). Em segundo lugar, dialogando diretamente com o primeiro, essa forte ofensiva anticomunista demonstrava a força política da extrema-direita militar e sua energética oposição ao projeto distensionista de Geisel-Golbery, que consideravam uma traição que favorecia o MCI. Os militares radicalmente anticomunistas desafiavam o Planalto com o recrudescimento da repressão, prisão e assassinato de militantes comunistas e o aumento vertiginoso da atividade de informações na busca paranoica por novos inimigos internos.⁶¹⁹

No período que vai do AI-5 até 1974, que coincidiu com o auge das ações armadas contra o regime, os órgãos de inteligência limitaram-se a acompanhar seus dirigentes e militantes realizando algumas ações esporádicas. Até a descoberta das gráficas clandestinas e início da caçada ao PCB com as diversas operações anticomunistas, os órgãos da comunidade de informações trataram de aumentar a vigilância a esses militantes.

Em junho de 1975 o CIE encaminhou à AC-SNI uma longa informação avaliando a política do partido, que, naquele momento, privilegiava a ação dentro do MDB, após a vitória da corrente que priorizava a *derrota* da ditadura, ao invés da *derrubada* dela.

A segunda corrente, isto é, os que preconizavam a “derrota da ditadura” julgavam que isto deveria ser feito através do trabalho de massa, conscientizando-se cada vez maiores parcelas da população em torno dos temas da restauração democrática e das liberdades individuais. Essa foi a corrente que sensibilizou a maioria do partido e que veio a ser vitoriosa no processo de luta interna então travada cujo desfecho ocorreu durante a realização do VI Congresso.⁶²⁰

De acordo com a informação, essa tendência do PCB foi posta em prática a partir de 1973 e teve como resultado a vitória do MDB no ano seguinte. Essas e outras inúmeras

⁶¹⁸ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. p. 265

⁶¹⁹ CF. FICO, Carlos. Op. Cit., 2001. pp. 211-215

⁶²⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº: 1539/75, 18 de junho de 1975, p. 3

avaliações sobre a “perigosa” atuação pcbista dentro do partido de oposição consentida serviram de pretexto para que os órgãos de repressão e informação começassem a planejar e executar as operações de eliminação do partido. Citamos acima que a Operação Radar, encabeçada pelo CIE e os DOI-CODI, originou outras operações a nível estadual. Vamos nos deter a três dessas operações: a Operação Marumbi contra o PCB do Paraná; Operação Barriga Verde contra o PCB de Santa Catarina e a Operação Acarajé contra o PCB da Bahia. O forte empenho dos serviços de inteligência auxiliando os órgãos de polícia política durante essas operações evidencia o quanto o discurso anticomunista produzido, reforçado e disseminado pela comunidade de informações teve peso significativo para justificar a permanência dos órgãos responsáveis pela manutenção da segurança nacional.

No marco do “Radar” contra o principal representante do Movimento Comunista Internacional no Brasil, o PCB, foi executada no Paraná a Operação Marumbi. Tratava-se de uma operação policial-militar executada pelo DOPS-PR, DOI-CODI e em estreita parceria com os órgãos de inteligência, especialmente o CIE. De acordo com Leandro Brunelo, as ações contra o PCB no Paraná começaram em 12 de setembro de 1975 e duraram até meados de 1977, com o propósito de prender militantes acusados de tentar rearticular o partido no estado. Nessa primeira onda contra o partido, que durou um pouco mais de um mês, mais de 100 acusados de serem comunistas foram presos; as ações se concentraram nas 13 maiores cidades do estado, entre elas: Curitiba, Londrina, Maringá, Apucarana e Ponta Grossa.⁶²¹

As operações estaduais contra o PCB foram baseadas principalmente no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional de 1969, então em vigência, que tratava sobre a proibição de reorganizar partido político extinto. Um artigo feito especialmente para impedir que partidos comunistas, como o PCB, ou mesmo partidos reformistas, como o PTB, fossem refundados:

Art. 43. Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso:

Pena: reclusão, de 2 a 5 anos.⁶²²

⁶²¹ BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na terra das Araucárias**. Maringá-PR: EDUEM, 2009. p. 67-68

⁶²² BRASIL, Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. **Define os crimes contra a Segurança Nacional, a ordem política e social e estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022

A Operação Marumbi foi acompanhada de perto pela Agência de Curitiba do SNI (ACT-SNI), que em 20 de novembro de 1975 difundiu para a AC-SNI um Relatório Especial de Informações (REI Nº 1/75) que analisava em 73 páginas de texto e mais 26 páginas de anexos como se desenrolou aquela operação anticomunista no estado.

Os REIs tinham caráter excepcional, geralmente tratavam de fatos específicos baseados em um grande conjunto de informações obtidas de diversos órgãos da comunidade de informações, por isso eram documentos mais extensos e detalhados do que informações ou informes. O REI nº 1/75 avaliava detalhadamente cada uma das fases da Operação Marumbi, bem como suas finalidades, o nome de cada um dos presos organizado por data da prisão e o histórico dos indiciados. Há um grande esforço para analisar a história do PCB no Paraná, com especial destaque para o período pós eleições de 1974, discorrendo sobre dezenas de reuniões de militantes do partido com candidatos do MDB e o apoio oferecido a cada um deles. Evidencia-se nesse REI, e em outros, a cerrada vigilância e o nível altamente profissional da espionagem feita pelos órgãos de inteligência da ditadura.

De acordo com o REI sobre a Marumbi, o acompanhamento (vigilância e espionagem) ao PCB no Paraná teria evidenciado que havia tentativas de fortalecer e reestruturar o partido no estado. Sabendo disso, em 6 de maio de 1975 os órgãos de informações e repressão, a pedido da 5ª Região Militar (sede em Curitiba), começaram a planejar a operação de caça ao PCB no Paraná. Os objetos eram cristalinos: “capturar os militantes e principais elementos de apoio ao PCB” bem como “desarticular e neutralizar” o partido.⁶²³

A operação foi dividida em 4 fases. A primeira, realizada entre 15 de julho e 27 de agosto de 1975, se concentrou na coleta de dados e informações junto aos órgãos de inteligência “objetivando o levantamento preliminar de elementos suspeitos de ligações com o PCB”. Na segunda fase, entre 28 de agosto e 11 de setembro, houve um aprofundamento das investigações “com ênfase no levantamento das ligações dos alvos selecionados, visando caracterizar a rede do PCB no PARANÁ”. Nessa fase houve, conforme o documento, uma estreita parceria entre o DOI-CODI do estado com o CIE e o CODI do II Exército. Na terceira fase, a partir de 12 de setembro, os agentes da repressão começaram o “serviço sujo”:

- Captura dos alvos selecionados;
- Interrogatório preliminar dos elementos presos;
- Prosseguimento das investigações, com ênfase sobre os novos dados obtidos no interrogatório preliminar;
- Prisão de outros elementos identificados a partir do interrogatório preliminar;
- Encaminhamento dos implicados à DOPS/PR- ainda dentro do período de incomunicabilidade previsto na LSN a fim de serem submetidos a Inquérito

⁶²³ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Relatório Especial de Informações nº: 1/75, p. 1-2

Policial, especialmente instaurado para apurar atividades subversivas do PCB no PARANÁ.⁶²⁴

Em 17 de setembro de 1975, o general Samuel Augusto Alves Corrêa, comandante da 5ª Região Militar, divulgou um comunicado oficial sobre a Operação Marumbi, da qual era responsável. Na nota se afirma que:

Como é do conhecimento público, diligências realizadas pelos Órgãos de Segurança durante o corrente ano, culminaram com a captura de elementos engajados em atividades de natureza subversiva em vários Estados da Federação, bem como ensejaram o levantamento de dados relacionados com a atuação ilegal e clandestina do proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Pode estar certa a Família paranaense de que as ações em curso visam a garantir sua tranquilidade e a ordem indispensável ao trabalho profícuo, fatores imprescindíveis ao progresso de nossa Pátria; ademais, vêm sendo - e continuarão a ser - conduzidas respeitando-se a pessoa humana, obedecendo-se a Lei e somente nos casos impostos pela Segurança Nacional.⁶²⁵

Nesta e em outras notas do general responsável pela operação Marumbi, há uma grande preocupação em tranquilizar a “família paranaense”. Nesse sentido, podemos relacionar a “captura de elementos engajados em atividades de natureza subversiva”, ou seja, militantes do ilegal e proscrito PCB, com o imaginário anticomunista de caráter moralista e nacionalista conservador, que percebia os comunistas como inimigos da família, dos bons costumes e da nação. Sendo assim, os responsáveis pelas operações contra o PCB afirmavam que a família paranaense poderia ficar tranquila já que os combates contra os comunistas visavam a tranquilidade, a ordem e o progresso da Pátria.

A quarta fase da operação, iniciada logo após as primeiras prisões em 12 de setembro, foi reservada para a entrega dos indiciados à Justiça Militar em razão de seus supostos crimes contra a Segurança Nacional. Ao fazer uma análise da história do PCB no estado do Paraná, o REI afirma que o partido sempre foi forte e bem articulado na região. Após a derrota infligida pelo golpe de 1964, o partido teria conseguido se reorganizar em 1967, sofrendo novas baixas com o AI-5. A partir do final de 1969 o partido estaria novamente tentando se reerguer e ampliar suas bases para a década de 1970. Segundo o documento:

Alentado por tais reforços, o PCB/PR desenvolveu intensa atividade durante a campanha eleitoral do ano passado, trabalhando ativamente em favor de candidatos a Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual que aceitaram o apoio em troca de compensações materiais e políticas. O êxito alcançado na campanha eleitoral de Nov 74, com a eleição de todos os candidatos apoiados pelo "PARTIDO", estimulou os comunistas do PARANÁ, levando-os a decidirem-se pela reorganização, no mais curto prazo possível, do PCB no Estado.⁶²⁶

⁶²⁴ Ibidem, p. 2-3

⁶²⁵ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Relatório Especial de Informações nº: 1/75. Anexo 6, Comunicado da 5ª Região Militar, 17 de setembro de 1975. p. 60

⁶²⁶ Ibidem, p. 8-9

Logo após essa indispensável ligação do PCB com o MDB do Paraná, o REI faz uma lista de dezenas de reuniões de membros do partido com seus correligionários e também com filiados ao partido da oposição consentida. São expostos data, hora, local, nomes dos participantes e assuntos debatidos em cada uma das reuniões. Tais informações provavelmente foram obtidas tanto por meio dos interrogatórios dos militantes presos, quanto via espionagem e agentes infiltrados no partido pelos órgãos de inteligência.

De acordo com a lista apresentada pelo REI e também a pesquisa de Brunelo, a Operação Marumbi indiciou 65 pessoas acusadas de tentar rearticular as estruturas partidárias do PCB-PR.⁶²⁷ O relatório apresenta detalhadamente cada uma das atividades que comprovariam a atividade comunista no estado, entre as principais acusações estavam: ser membro do Comitê Estadual do PCB no Paraná; participar de reuniões clandestinas; receber uma remuneração do partido e/ou fazer doações em dinheiro para ele; ter realizado cursos de formação política nos países socialistas, especialmente na URSS; ceder espaços privados para realização de reuniões, como residência particular, escritórios, salas; receber e/ou distribuir o jornal Voz Operária; engajamento no aliciamento de novos quadros para o partido, e, até mesmo acusação de ter dado apoio médico a militantes comunistas.⁶²⁸ De acordo com o historiador Leandro Brunelo:

O que se conseguiu depreender da leitura, a partir da relação de nomes apresentados, foi que todos os indiciados estavam envolvidos em maior ou menor grau com a reativação das bases comunistas no Paraná. Houve a construção de um discurso que priorizava a acusação de que a grande maioria das pessoas arroladas participou das reuniões do PCB ou, então, foram servidas da ideologia do partido a partir de seu jornal oficial Voz Operária.⁶²⁹

Com o desenrolar dos acontecimentos e intensificação das prisões com métodos extremamente autoritários e violentos, o Exército procurou acalmar a “família paranaense” (e brasileira) diante das notícias que já estavam circulando sobre o alto nível de repressão deflagrado contra cidadãos brasileiros acusados de serem comunistas do PCB. Os níveis de violência e arbitrariedade são marca dessas ações. As prisões ocorriam em qualquer local e horário, tanto nas casas dos militantes ou nos seus locais de trabalho, resultando em situações vexatórias e humilhantes desde os momentos iniciais, sendo potencializadas pelas torturas

⁶²⁷ BRUNELO, Leandro. Op. Cit., p. 93

⁶²⁸ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Relatório Especial de Informações nº: 1/75. Anexo 1, Principais atividades subversivas dos elementos presos. p. 39-49; Leandro Brunelo também apresentou uma lista dos 65 indiciados e suas atividades no processo de rearticulação do PCB. Cf. BRUNELO, Leandro. Op. Cit., p. 80-89

⁶²⁹ BRUNELO, Leandro. Op. Cit., p. 89

durante o período de prisão, como bem descrito nas pesquisas de Eliton Souza sobre o Paraná e Mateus Gamba Torres sobre Santa Catarina.

Apesar do escancaramento da repressão nessas operações anticomunistas, segundo os comunicados do Exército, elas visavam tão somente garantir a tranquilidade e a ordem necessárias para o progresso da pátria e a salvaguarda da segurança nacional, portanto, as denúncias de tortura e outros abusos não deveriam ser levadas em conta. Três dias depois em outra nota, com tom mais agressivo, volta-se a debater as denúncias de violência:

(...) saibam todos que esses pronunciamentos e comentários distorcidos se identificam com técnica muito conhecida, que consiste em difamar e desmoralizar os agentes da Lei perante a opinião pública, ao mesmo tempo que procura apresentar as pessoas detidas como cidadãos inocentes, vítimas de injusticável e cruel opressão, tudo com a finalidade da sensibilizar nosso povo e colocá-lo contra os Órgãos de Segurança. E mais, cabe reafirmar que somente estão sendo presas para averiguações pessoas contra as quais haja indícios veementes de estarem implicadas na trama subversivo-comunista articulada no Estado do Paraná. Portanto, quem nela não estiver envolvida, não terá porque (*sic*) temer.⁶³⁰

Ou seja, as denúncias de arbitrariedades e violências desmedidas contra os comunistas não deveriam ser consideradas, pois tratava-se apenas de difamações e tentativas de desmoralizar os órgãos de segurança. O tom ameaçador é percebido quando afirma-se que, só estavam sendo presos aqueles que tinham indícios de ser comunista. Aqueles que não estavam envolvidos nessa “trama subversivo-comunista” não deveriam temer a repressão.

Um terceiro pronunciamento da 5ª RM, de outubro de 1975, faz um balanço mais profundo da atuação do PCB no Paraná, descoberta pelos órgãos de informação e repressão, buscando assim justificar a Operação Marumbi. De acordo com o comunicado, o partido tinha algumas técnicas de atuação, tais como: aliciar novos adeptos para a causa comunista; se utilizar das “liberdades e franquias democráticas” proporcionadas pelo regime para aumentar a rede comunista no país; “investir aberta ou insidiosamente contra os valores morais e espirituais da população, suas crenças e convicções, a fim de corroer e deformar seu caráter”; e, especialmente, aquela que seria a principal tática do PCB no estado e no país como um todo: “infiltrar elementos seus em associações, meios de comunicação social, partidos políticos, etc, a fim de, aos poucos e subrepticamente, passar a influir nas decisões e exercer sobre eles domínio completo”.⁶³¹

Na nota acima mencionada, percebemos novamente que o anticomunismo de caráter moralista e conservador é mobilizado discursivamente para justificar a repressão aos

⁶³⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Relatório Especial de Informações nº: 1/75. Anexo 7, Comunicado da 5ª Região Militar, 20 de setembro de 1975. p. 61

⁶³¹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Relatório Especial de Informações nº: 1/75. Anexo 8, Comunicado da 5ª Região Militar, 4 de outubro de 1975. p. 63-64

militantes do PCB. Conforme vimos no capítulo anterior, os temas como “corrupção dos costumes” e “degradação moral” da nação eram vistos pela direita militar como a nova arma do comunismo contra o Brasil, por conseguinte essas questões, denunciando o ataque comunista aos “valores morais e espirituais da nação”, se tornaram recorrentes na produção de documentos de inteligência no decorrer de toda a década de 1970. Ainda de acordo com a nota, era justamente o contexto de distensão com suas “liberdades e franquias democráticas” que estavam favorecendo a atuação nefasta, desagregadora e imoral dos comunistas, por isso deveriam ser reprimidos em nome da segurança nacional.

Os eventos relacionados às operações anticomunistas nos estados movimentaram fortemente os órgãos de inteligência, intimamente ligados à repressão infligida diretamente por outros órgãos, como os serviços de inteligência militares e os DOI-Codis. De acordo com uma informação do SNI, tratava-se de impedir que o PCB alcançasse seus objetivos, que era “reorganizar o Partido no Paraná, visando uma ampliação de suas bases e por via de consequência uma maior atuação nos mais diversificados setores de atividades”.⁶³² Outra informação da ACT-SNI, datada de julho de 1978, cerca de três anos depois da explorada acima, avaliou os resultados da Operação Marumbi:

As atividades do Partido Comunista Brasileiro - PCB - no PARANÁ vem passando por um período de retraimento tendo em vista, principalmente, a ação repressiva realizada por ocasião da Operação Marumbi, iniciada em 1975, que colocou fim à uma tentativa de reestruturação do Partido no Estado. No processo referente a Operação Marumbi foram indiciados 65 (sessenta e cinco) elementos dos quais, 17 (dezesete) foram condenados por ocasião do julgamento em 03, 04 e 05 de out 77. (...)

Efetivo estimado:

Tendo em vista a linha de atuação do PCB (rusa) é difícil uma estimativa do seu efetivo, entretanto, baseando-se no processo recentemente instaurado face a sua tentativa de reestruturação, calcula-se em 150 (cento e cinquenta) o número de militantes ativos no estado, não podendo-se estimar o número de seus adeptos. (...)

Tendências e possibilidades de atuação futura:

A atuação do PCB no estado, a curto prazo, deverá restringir-se a uma difícil tentativa de contatos visando a sua rearticulação e, ainda de acordo com recomendação anterior, deverá procurar atuar nas próximas eleições apoiando os candidatos do partido oposicionista (MDB).⁶³³

Essas avaliações sobre as operações anticomunistas nos estados do país estavam mantendo em alerta todos os órgãos da comunidade de informações sobre o nível de periculosidade e articulação dos comunistas do PCB. Tratava-se, como já afirmamos, de manter constantemente atualizada uma “narrativa legitimadora dos atos repressivos” por parte

⁶³² ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação nº: 1710/116/ACT/75, 17 de novembro de 1975.

⁶³³ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8 Informação nº: 0762/116/ACT/78, 31 de julho de 1978, p. 2-3

dos órgãos de inteligência da ditadura.⁶³⁴ Além disso, havia uma grande preocupação com o nível de articulação do PCB para as eleições legislativas de 1978, pois deveria se impedir que o partido tivesse os mesmos êxitos de 1974 junto ao MDB.

Com o sucesso de outras operações estaduais contra os comunistas, os órgãos de repressão e informações de Santa Catarina também intensificaram a vigilância e começaram o planejamento da Operação Barriga Verde contra o PCB. Em dezembro de 1975, a ACT-SNI recebeu o Relatório Especial de Informações nº 2/75, avaliando os objetivos, desenvolvimento e conclusões da operação anticomunista naquele estado. O REI nº 2/75 possui basicamente a mesma estrutura do relatório sobre a Marumbi. Assim como o relatório anterior, a finalidade deste era relatar o desenvolvimento da operação e a estrutura do PCB em Santa Catarina, bem como sua tentativa de reestruturação:

O acompanhamento das atividades recentes do PCB em várias áreas do BRASIL, conduziram à suspeita de que o "PARTIDO" havia se reorganizado em SANTA CATARINA e que, a exemplo do que vinha ocorrendo em outros Estados, estaria desenvolvendo esforços para ampliar suas bases e expandir-se no território catarinense.⁶³⁵

Os objetivos e finalidades da Operação Barriga Verde eram também bastante claros: “capturar os militantes e principais elementos de apoio ao PCB” e “desarticular e neutralizar o PCB no estado de SANTA CATARINA”.⁶³⁶ A primeira fase da operação foi desenvolvida entre 15 de julho e 27 de outubro de 1975 - quase que paralelamente ao desenvolvimento da Marumbi - e também se concentrou na coleta de dados e informações junto aos órgãos de inteligência sediados em SC. O objetivo era fazer um levantamento preliminar de todos aqueles que tinham alguma ligação com o PCB. De acordo com o REI nº 2/75, também se levou em consideração os interrogatórios dos comunistas presos no Paraná, para saber se havia menções a militantes que atuavam em Santa Catarina.

A segunda fase se desenrolou entre 28 de outubro e 3 de novembro, quando houve um aprofundamento das investigações pelo DOI e sua 2ª Seção (Informações) com o objetivo de localizar os suspeitos e estreitar a vigilância sobre suas atividades. A partir desse levantamento exaustivo foi possível iniciar a 3ª fase a partir de 4 de novembro de 1975, com o início das prisões dos comunistas.

De acordo com Mateus Gamba Torres, em sua pesquisa sobre o processo judicial-militar contra os comunistas presos na Operação Barriga Verde, as prisões iniciadas em 04 de

⁶³⁴ FICO, Carlos. Op. Cit., 2004, p. 93

⁶³⁵ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Relatório Especial de Informações nº: 2/75. p. 5

⁶³⁶ Idem.

novembro, resultaram em 42 acusados de crimes contra a segurança nacional, que em sua maioria foram absolvidos. A violência extrema foi a marca registrada desta operação. De acordo com o historiador, logo após as capturas os presos eram levados para o 63º Batalhão de Infantaria da capital catarinense, e ali mesmo já se iniciavam as seções de torturas, visto que “nos cárceres os militantes já estavam passando por privações diversas: incomunicabilidade, medo, torturas, ameaças de fuzilamento”.⁶³⁷ Não obstante, o autor ressalta que:

As torturas já começavam no próprio Batalhão de Infantaria. Porém, os considerados horrores ocorreram com mais intensidade em Curitiba: queimaduras, choques elétricos, pau-de-arara, isso falando apenas das torturas físicas. No quesito psicologia também eram peritos os torturadores. Eram ouvidos pelos encarcerados gritos de crianças, lamentos de pessoas sendo torturadas. Durante a noite eram os encarcerados chamados mais de vinte ou trinta vezes, para prestar depoimento, impedindo-os de dormir.⁶³⁸

O arrastão contra os comunistas deixava claro que os órgãos de repressão e informação estavam atuando com um perigoso nível de autonomia naquele período de distensão, visto que dispositivos da própria ditadura eram desconsiderados, como a Lei de Segurança Nacional de 1969. Os presos pela operação ficaram em regime de incomunicabilidade, ou seja, suas prisões não foram comunicadas à Justiça Militar, como mandava o artigo 59 da LSN.⁶³⁹

De acordo com Eliton Souza, a operação iniciada no final de 1975 teve duração até 1977, resultando em 42 indiciados por pertencimento ao PCB de SC e por tentativa de reestruturá-lo. Os presos inicialmente ficavam nas dependências militares de Florianópolis e logo em seguida eram levados para Curitiba, sede da 5ª Região Militar, onde eram realizados longos interrogatórios, a maioria com utilização de torturas física e/ou psicológica.⁶⁴⁰

Conforme o REI nº 2/75, tais operações repressivas se justificavam devido ao grau de penetração do PCB no estado de Santa Catarina. De acordo com o relatório, o partido tinha longa história de atuação na região, passando por fases de maior ou menor atividade em função da qualidade dos seus quadros. Após a desarticulação provocada pelo golpe de 1964, o CC do partido teria deslocado alguns quadros de São Paulo para Santa Catarina a partir de 1967 e essa nova direção teria sido responsável por “intenso trabalho de aliciamento de

⁶³⁷ TORRES, Mateus Gamba. “**A justiça nem ao diabo se há de negar**”: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978). 2009, 188 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e Educação. Florianópolis, 2009. p. 18

⁶³⁸ Ibidem, p. 18-19

⁶³⁹ Ibidem, p. 19

⁶⁴⁰ SOUZA, Eliton Felipe de. Op. Cit., p. 64-65

jovens, notadamente na área universitária, visando, por um lado, renovar o PCB e, por outro, ampliar seus quadros e dar maior dinamismo ao "PARTIDO".⁶⁴¹ Com a crise do AI-5, um destacado dirigente teria sido afastado do CE do PCB/SC, o que provocou grandes baixas no partido. A recuperação da estrutura partidária, ainda de acordo com o REI nº 2/75, se deu a partir de 1972, com a volta deste dirigente mencionado e o retorno de uma política de “aliciar novos adeptos, concentrando esforços nos jovens - notadamente na área universitária - e empenhou-se em reagrupar os antigos militantes do "PARTIDO".⁶⁴² Tal estratégia política teria fortalecido o partido para sua atuação no contexto das eleições de 1974:

Estruturada a cúpula dirigente do PCB no Estado, as atividades do "PARTIDO" passaram a ter acentuado incremento. O grosso dos trabalhos foi concentrado na área litorânea - FLORIANÓPOLIS, CRICIÚMA e ITAJAÍ - e em JOINVILLE. Por outro lado, foi intensificado o aliciamento de jovens, utilizando-se, inteligentemente, da Juventude do MDB (JMDB) para esse fim. Essa Entidade - criada em 1973 - ficou dominada pelo "PARTIDO" e passou a ser utilizada como "órgão de fachada" para a ação deletéria do PCB no Estado.

Em 1974 o PCB/SC desenvolveu intensa atividade durante a campanha eleitoral, trabalhando ativamente em favor de candidatos do MDB a Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. À exceção do candidato a Senador, os demais nomes escolhidos pelo "PARTIDO" aceitaram o apoio em troca de compensações materiais e políticas.⁶⁴³

O relatório de informações afirma que havia um conluio entre MDB e PCB, e que candidatos da oposição consentida estavam se aproveitando pecuniariamente e politicamente do partido comunista em suas campanhas. Desse modo, pode inferir-se que os órgãos de informações e repressão não consideravam aquela uma vitória legítima, sendo necessário reprimir o partido comunista e manter o MDB sob estreita vigilância. Tendo em vista a suposta orientação de “infiltrar o maior número possível de comunistas no MDB”, e “utilizar o Partido de oposição como instrumento para a expansão do comunismo em SANTA CATARINA”, era mais do que necessário desarticular o PCB a nível nacional e estadual.⁶⁴⁴

Logo, o relatório faz uma extensa lista das reuniões dos comunistas com nomes do MDB, expondo a data e hora da reunião, quais assuntos foram tratados e o nome de cada um dos participantes. Há também uma parte reservada para analisar a atuação dos comunistas do PCB em cada uma das principais cidades catarinenses, destacando quais quadros atuavam ali e quais atividades eles desenvolveram.⁶⁴⁵ A relação dos candidatos do MDB/SC com o PCB também foi exaustivamente avaliada no REI nº 2/75. De acordo com o relatório, os

⁶⁴¹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Relatório Especial de Informações nº: 2/75. p. 10

⁶⁴² Ibidem, p. 11

⁶⁴³ Idem.

⁶⁴⁴ Ibidem, p. 12

⁶⁴⁵ Ibidem, p. 12-22

candidatos do partido de oposição consentida que buscavam apoio do partido comunista tinham que obedecer a algumas diretrizes em comum, como: redemocratização do país; eleições diretas para todos os níveis; extinção do AI-5; revogação do decreto-lei 477 e liberdade de imprensa.⁶⁴⁶

O relatório de informações sobre a Operação Barriga Verde traz, por fim, algumas conclusões. A primeira delas é que o PCB estava estruturado em Santa Catarina e vinha desenvolvendo intensos esforços para reforçar seus quadros e aliciar cada vez mais militantes para a causa comunista; esses esforços estavam sendo bem-sucedidos nas cidades de Florianópolis, Criciúma, Itajaí e Joinville, especialmente a partir de 1973; o partido comunista teria participado ativamente das disputas eleitorais de 1972 e 1974, sendo responsável pelos bons números do MDB. Outras conclusões são destacadas:

- Uma das características do PCB de SANTA CATARINA é o grande número de jovens - notadamente estudantes e professores - na cúpula dirigente do "PARTIDO", particularmente no Comitê Estadual e no CM [comitê municipal] de FLORIANÓPOLIS.

- [O PCB] Vinha mantendo sob controle a Juventude do MDB, que utilizava como fachada legal para a ação de proselitismo comunista e, por via de consequência, para a expansão do "PARTIDO" no Estado.

- A aceitação pelo MDB de ligações e acordos frequentes com o PCB, o controle da Juventude do MDB por comunistas e o livre trânsito no MDB de militantes do PCB, caracterizam, em SANTA CATARINA, a vulnerabilidade do Partido de oposição à infiltração e ao aliciamento; com isso, o PCB fica em condições de exercer influência, controle o até domínio, sobre a orientação, as técnicas de propaganda e as decisões do MDB, que podem resultar na conquista da opinião pública, na contestação aberta à Revolução de 31 de Março, ou mesmo na subversão.⁶⁴⁷

O que salta aos olhos nessas conclusões do relatório de informações é novamente o superdimensionamento do poder de atuação no PCB, partido que, não custa lembrar, estava na clandestinidade desde 1947 e acumulava uma lista de traumáticas cisões internas que originaram diversos outros agrupamentos e partidos de esquerda revolucionária. De acordo com relatório, o PCB poderia chegar ao ponto de controlar e dominar o MDB caso nada fosse feito, uma vez que o partido já dominava a Juventude do partido de oposição legal e tinha aceitação entre os jovens estudantes e professores. O desenrolar da Operação Barriga Verde e o grande número de prisões e de investigados demonstrava a vulnerabilidade do MDB frente ao "proselitismo comunista" bem como "à infiltração e ao aliciamento" por parte desses militantes. Desse modo estava justificada a onda repressiva que tomava conta do país.

Mateus Gamba Torres explica que, essas operações anticomunistas, notadamente a Barriga Verde, ocorreram em um contexto de crise política em que a situação para os donos

⁶⁴⁶ Ibidem, p. 24

⁶⁴⁷ Ibidem, p. 24-25

do poder voltava a preocupar e que, desse modo, “apelou-se uma vez mais para os antigos jargões e retóricas anticomunistas”. O historiador também destaca que o anticomunismo era “assunto cada vez mais presente no cotidiano da população, principalmente para o governo, sendo que a ameaça comunista, deveria ser combatida”. Portanto, com um recrudescimento do discurso anticomunista nessa conjuntura e o entendimento de que esses militantes deveriam ser combatidos, houve um esforço por parte do Exército de mostrar serviço e desarticular o PCB em Santa Catarina e outros estados do país.⁶⁴⁸

A terceira operação anticomunista contra o PCB que vamos tratar é a desenvolvida na Bahia, apelidada de “Operação Acarajé”, uma operação de menor escala se compara às duas anteriores e que ficou restrita basicamente à capital Salvador. Em setembro de 1975, a Agência de Salvador do SNI (ASV-SNI) encaminhou para a AC-SNI uma cópia do Relatório Especial de Informações nº 02/75, analisando os principais acontecimentos que haviam resultado na prisão de todos os dirigentes do PCB naquele estado, inclusive seus suplentes.⁶⁴⁹

De acordo com o REI nº 02/75, a Operação Acarajé foi coordenada pelo DOI-CODI do IV Exército em parceria com os órgãos de inteligência militares, especialmente a 2ª Seção do EMFA e o CIE. Tal operação foi pensada para Bahia, especialmente para a capital Salvador, a partir de informações do I e II Exércitos sobre pontos de entrada de comunistas do PCB na capital baiana, e também a partir de informações trazidas por elementos do CIE que participaram de operações anticomunistas em São Paulo e Rio de Janeiro.⁶⁵⁰

Segundo Eliton Souza, a Operação Radar ganhou mais força e atuou em ritmo mais acelerado a partir da viagem de membros do DOI-CODI do II Exército à Bahia para participar das operações de caça aos comunistas. O historiador afirma que o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado Sérgio Paranhos Fleury, ambos notórios torturadores, foram dois elementos presentes naquele estado nordestino, e que as suas incursões altamente repressivas renderam a prisão de centenas de pessoas:

A ida à Bahia rendeu aos agentes do DOI-CODI a prisão de mais de 300 pessoas. Entre elas, 42 foram relacionadas como dirigentes e colaboradoras do PCB. Vários foram julgados em 16 de março de 1976 e condenados a penas que variavam de dois a cinco anos de prisão; todos passaram por sessões de tortura na *fazendinha*, local para onde foram levados logo após a prisão.⁶⁵¹

⁶⁴⁸ TORRES, Mateus Gamba. Op. Cit., p. 57

⁶⁴⁹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Encaminhamento nº: 0500/116/ASV/75. 02 de setembro de 1975.

⁶⁵⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Relatório Especial de Informações nº 02/75, p. 1

⁶⁵¹ SOUZA, Eliton Felipe de. Op. Cit., p. 100

A primeira fase da operação, realizada entre 16 de junho e 3 de julho de 1975, caracterizou-se pela vigilância durante 24h do “ponto de entrada” dos comunistas em Salvador, objetivando o “acompanhamento dos elementos suspeitos e no levantamento da suas ligações entre si, a fim de possibilitar uma identificação global de toda a rede do PCB, na BAHIA”. Essa vigilância possibilitou a localização de nove dirigentes do partido.⁶⁵² Entre 3 e 4 de julho começou a se planejar o início das prisões, e embora a totalidade de dirigentes do partido comunista ainda não tivesse sido localizada, decidiu-se pelo início de fato da operação para às 18 horas do dia 4 daquele mês.

Conforme o relatório, entre os dias 4 e 11 de julho, foram capturados todos os integrantes do comitê estadual do PCB-BA localizados, totalizando 17 dirigentes. No dia seguinte ao início das prisões, já com informações obtidas nos interrogatórios dos presos, foi possível localizar um “aparelho de imprensa” do partido, onde foram apreendidos mimeógrafos utilizados para impressão de panfletos e jornais, tintas de impressora, uma prensa manual e diversos números do jornal Voz Operária. Em um bairro mais afastado da capital as forças da repressão também localizaram e “estouraram” um segundo local de reuniões do partido, onde apreenderam material de propaganda e uma máquina de escrever.⁶⁵³

Com o andamento da operação outros 13 dirigentes foram localizados e presos, além de mais dois “aparelhos” do PCB serem “estourados” pela repressão, possibilitando a apreensão de farto material de propaganda, tanto nestes “aparelhos” de reunião ou de imprensa, quanto nas próprias residências dos militantes presos. No mesmo dia do início das prisões já teria começado a ser produzido um IPM sobre o PCB na Bahia.⁶⁵⁴ Essas prisões e o desenvolvimento bem-sucedido da operação de modo geral, de acordo com a avaliação do REI, teria repercutido de “maneira positiva na opinião pública” graças a divulgação das notas oficiais do Comando da VI Região Militar “esclarecendo” os fatos. Contudo, o agente de informações lamenta que alguns setores da imprensa ainda assim se deixaram levar por “uma campanha em favor dos presos, buscando modificar a opinião pública, divulgando pronunciamentos políticos, da Ala Jovem do MDB, do clero, de intelectuais, de estudantes e de outras entidades de classe”.⁶⁵⁵

Uma nota oficial do comando da VI Região Militar sobre a Operação Acarajé, divulgada em 08 de julho de 1975, afirmava que:

⁶⁵² ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Relatório Especial de Informações nº 02/75, p. 1-2

⁶⁵³ Ibidem, p. 3

⁶⁵⁴ Ibidem, p. 4

⁶⁵⁵ Ibidem, p. 6-7

Os órgãos de Segurança do País, em Operação conjunta, mais uma vez obtém sucesso no desmascaramento da **atividade Comunista Internacional** no Território Brasileiro.

Nesta oportunidade, as investigações conduziram ao esfacelamento do ilegal Partido Comunista Brasileiro (PCB), no seu componente do Estado da BAHIA, como já ocorrera, há cerca de 5 meses, nos estados do RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO.

Os trabalhos até agora desenvolvidos permitiram confirmar a atuação antipatriótica de diversos elementos, inclusive um Vereador do Município de SALVADOR, SÉRGIO VEIGA SANTANA, que, como militante do Partido Comunista Brasileiro **seguindo a orientação do Movimento Comunista Internacional**, procuravam destruir as Instituições Democráticas do nossa Pátria, para entregá-la ao **domínio de interesses alienígenas e espúrios**.⁶⁵⁶

Recheada de velhos chavões anticomunistas que remetem a sua matriz nacionalista e ao imaginário anticomunista em torno da ameaça estrangeira, a nota oficial da VI RM, evidencia como a figura do “Movimento Comunista Internacional” ainda preocupava os órgãos de informações e repressão naquela conjuntura. A presença do MCI no Brasil era diretamente associada ao PCB, que na visão da comunidade de informações tinha o objetivo de entregar o Brasil aos “interesses alienígenas e espúrios” do comunismo internacional. Portanto, a repressão ao PCB nas operações anticomunistas significava o “desmascaramento da atividade comunista internacional”.

Por fim, o REI apresenta algumas conclusões sobre a Operação Acarajé:

A Operação Acarajé atingiu plenamente os objetivos fixados. Demonstrou a capacidade do DOI/CODI/III, a curto prazo, dispor e coordenar os seus elementos de operações. A captura de todos os elementos do CE/PCB, determinou um golpe decisivo no PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, no Estado da BAHIA. Evidenciou a premência na construção e no completamento dos quadros do DOI/CODI/III, o qual virá facilitar a execução de operações futuras.

Caracterizou um completo relacionamento entre a Comunidade de Informações da área. Comprovou a eficiência da criação de um Órgão Operacional, centralizado e executor das decisões do CODI.

O êxito da Operação Acarajé deve-se, ainda, a determinação do dia para o início das operações, uma vez que o Legislativo Estadual encontrava-se em recesso parlamentar, o setor estudantil achava-se em férias e a data escolhida coincide com o fim de semana e o término das comemorações do 2 DE JULHO data festiva no Estado.⁶⁵⁷

Tudo foi muito bem planejado e articulado pelos órgãos de informações daquela área para que a operação obtivesse êxito na captura dos elementos comunistas no estado, especialmente aqueles presentes na capital Salvador. A articulação entre os diversos órgãos da comunidade de informações e repressão “determinou um golpe decisivo” no PCB-BA com a prisão de todos os seus dirigentes. O êxito na operação também pode ser percebido pelo alto número de agentes de inteligência que participaram da operação, sendo sete do CIE, quatorze

⁶⁵⁶ Ibidem, Anexo 4. Notícias do Exército, Boletim nº 40/E5, 08 de julho de 1975. p. 20 [grifos meus]

⁶⁵⁷ Ibidem, p. 7-8

da 2ª Seção da VI Região Militar e seis da 2ª Seção do Distrito Naval; além dos seis agentes do DOI do IV Exército e vinte e cinco do DOI-CODI do III Exército, que, como vimos, tinham agentes que executavam ações mistas.⁶⁵⁸

Em resumo, as operações anticomunistas contra o PCB foram desenvolvidas em diversos estados brasileiros com o objetivo de eliminar o Comitê Central deste partido e seus principais membros e militantes. As operações fizeram parte de um conjunto de medidas pensadas para combater o partido após a vitória da oposição consentida em 1974, a qual atribui-se à infiltração comunista o resultado desfavorável ao governo. Nos estados do Paraná (Operação Marumbi) e Santa Catarina (Operação Barriga Verde) tiveram grande êxito ao prender e indiciar centenas de comunistas acusados de tentar rearticular o partido, o que era proibido pela LSN. Na Bahia a Operação Acarajé ficou restrita à capital, o que facilitou a prisão de todos os comunistas do Comitê Estadual baiano do PCB.

Embora não tenhamos localizado documentos sobre operações anticomunistas em outros estados, sabemos que elas ocorreram e tiveram os mesmos objetivos de eliminação dos quadros do partido. Em nota de julho de 1975 emitida pela VI Região Militar, há referência de que meses antes teriam ocorrido ações do mesmo tipo no Rio de Janeiro e em São Paulo.⁶⁵⁹ Há indícios também no Rio Grande do Sul, mas que o desenvolvimento da operação foi freado pela atuação do governo do estado, possivelmente devido à repercussão negativa das operações Marumbi e Barriga Verde.⁶⁶⁰ De acordo com Souza, a caçada ao PCB foi uma das estratégias criadas pelo Estado militarizado para garantir a manutenção do poder; e que a partir da Operação Radar foi “verdadeiro castelo de cartas, com a desarticulação do PCB no Rio, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Goiás, Rio Grande do Sul e Pernambuco, além do Distrito Federal”.⁶⁶¹ Em suma, o combate ao PCB fez parte do conjunto de ações da extrema-direita militar para convencer a sociedade e setores militares da necessidade da continuidade da repressão anticomunista e dos serviços de informações e repressão. Como bem resumiu Lucas Figueiredo: “a escolha da repressão tinha uma explicação lógica e cruel: se a abertura

⁶⁵⁸ *Ibidem*, p. p. 5

⁶⁵⁹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Relatório Especial de Informações nº 02/75. Anexo 4. Notícias do Exército, Boletim nº 40/E5, 08 de julho de 1975. p. 20

⁶⁶⁰ “Em 1975, a 5ª Região Militar do Exército, com sede em Curitiba, foi responsável por uma série de prisões numa “Operação denominada MARUMBI”, com grande sucesso no Paraná. Uma outra, realizada no Rio Grande do Sul, no mesmo período, teria tido o mesmo sucesso da anterior, se não fosse a intervenção do governador Sinval Guazzelli.” Apud. SOUZA, Eliton Felipe de. *Op. Cit.*, p. 99

⁶⁶¹ SOUZA, Eliton Felipe de. *Op. Cit.*, p. 102

política era realmente inevitável, pelo menos que o PCB não chegasse inteiro para usufruí-la”.⁶⁶²

Neste capítulo procuramos analisar como o anticomunismo foi instrumentalizado no contexto da distensão política proposta pelo governo Geisel, especialmente por parte da extrema-direita militar que se opôs fortemente ao projeto de abertura. Para tanto, analisamos inicialmente no que consistia o projeto de distensão iniciado em 1974, especialmente para mostrar como a oposição dos radicais de direita não se justificava, visto que não se tratava de um projeto democrático e muito menos “de esquerda”. Mostramos como o anticomunismo nesse período foi direcionado especialmente contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), notadamente após a vitória da oposição consentida nas eleições legislativas de 1974, pois a vitória do MDB foi atribuída principalmente à infiltração comunista no partido. De acordo com os anticomunistas fanáticos, a vitória da oposição era uma prova de que o PCB estava se rearticulando e infiltrando seus quadros na política nacional, aproveitando-se do clima de distensão e maiores liberdades para divulgar seu programa e difundir a sua “filosofia marxista-leninista”. Desse modo, aqueles que apoiavam uma abertura política e a volta dos militares à caserna foram vistos como traidores dos ideais da “revolução de 1964”, complacentes com o comunismo e até agentes do Movimento Comunista Internacional.

Neste capítulo tratamos da vigilância estreita ao PCB, com inúmeras informações e relatórios sobre suas ligações com o MDB, com o clero progressista, com os estudantes e entidades da sociedade civil. Esse conjunto de opositores foi classificado pela Comunidade de Informações como Movimento Comunista Brasileiro (MCB), que tinha no PCB seu principal representante e coordenador. Analisamos também as operações anticomunistas contra o partido a partir de 1975, especialmente as deflagradas no Paraná (Operação Marumbi), em Santa Catarina (Operação Barriga Verde) e na Bahia (Operação Acarajé). Essas operações de informações faziam parte da Operação Radar, deflagrada pelo Exército Brasileiro e seus órgãos como os DOI-Codi e CIE para eliminar o CC do PCB. Baseavam-se em alguns pressupostos. Primeiro, tratava-se de continuar o trabalho da repressão e eliminar da política nacional os agrupamentos de esquerda remanescentes da luta armada; em segundo tratava-se de justificar a permanência e ampliação do aparelho de repressão e informações, uma vez que o comunismo continuava a ser um mal a ser combatido e vigiado; por fim, e que consideramos ser o fator predominante, tratava-se de um questionamento do projeto de distensão de Geisel e Golbery, uma forma de mostrar que a segurança nacional deveria

⁶⁶² FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit., p. 257

continuar no cerne da política autoritária. Desse modo, o anticomunismo paranoico foi, novamente, a arma utilizada pelos defensores do fechamento do regime e de políticas ditatoriais duras contra todo e qualquer foco de oposição. Novamente, e como sempre, o anticomunismo fortaleceu a tirania e as ditaduras mais repressivas, jamais a democracia, a liberdade ou o progresso dos povos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa procuramos analisar a produção de documentos de inteligência de caráter anticomunista por parte dos órgãos de informações da Ditadura de Segurança Nacional brasileira (1964-1985), especialmente a produção documental do Serviço Nacional de Informações (SNI), principal órgão e coordenador da “comunidade de informações”. A partir das fontes oriundas do SNI e outros órgãos, como Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), tínhamos o objetivo de analisar as representações e os imaginários anticomunistas construídos e disseminados a partir das informações, dossiês e relatórios de inteligência acerca dos “inimigos internos” da ditadura, notadamente os comunistas.

A ditadura instaurada no Brasil a partir do golpe de 1964 estava inserida na política internacional de Guerra Fria (1945-1991), marcada essencialmente pelos conflitos entre comunismo e anticomunismo. Defendemos na pesquisa que a ditadura foi fortemente marcada pela Doutrina de Segurança Nacional (embora reconheçamos que não seja a única ideologia ou vertente político-militar seguida no período), especialmente no que se refere ao manancial político-ideológico que balizou a atuação do aparato de repressão e informações. As principais funções da DSN eram combater o avanço do comunismo no Ocidente e garantir o pleno e seguro desenvolvimento capitalista das nações. De acordo com a doutrina, o combate aos comunistas deveria se dar em várias esferas, inclusive militar, política, econômica e psicossocial. Reformularam-se, desse modo, as noções de “segurança interna” e de “inimigo”, este agora passava a ser interno, ou seja, estava infiltrado dentro das sociedades ocidentais e atuava para disseminar os ideais comunistas. Para combater esse inimigo interno foram realizados altos investimentos nos serviços de segurança e de inteligência.

Consumado o golpe e instaurada a ditadura, uma das grandes preocupações dos novos donos do poder era com a suposta ineficiência do Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI) e com a urgência da criação de um novo serviço de inteligência. Desse modo, foi criado em junho de 1964 o Serviço Nacional de Informações (SNI), como um órgão de inteligência diretamente subordinado à Presidência da República, com a missão de superintender e coordenar em todo território nacional as atividades de informação e contra-informação, especialmente nas questões atinentes à defesa da Segurança Nacional. Era competência do novo serviço produzir, coletar, avaliar e integrar as informações em proveito do presidente e do Conselho de Segurança Nacional. O chefe do SNI tinha status de Ministro

de Estado, com acesso direto ao Palácio do Planalto, ele também estava isento de publicar quaisquer informações sobre organização, funcionamento e efetivo. O novo órgão surgiu com uma enorme soma de poderes, que foi aumentando ao longo da sua existência.

Compreendemos o funcionamento do SNI enquanto um serviço de inteligência de segurança (*security intelligence*). Esse tipo de órgão se preocupa eminentemente com a vigilância interna aos movimentos sociais, populares e de esquerda, enfim com os contestadores do *status quo*. Entre as técnicas de vigilância estavam a infiltração, espionagem, recrutamento e interceptação de mensagens. O SNI assim atuou durante a ditadura, especialmente porque conceitos ligados a DSN e outras doutrinas militares estavam introjetados em seus agentes, determinando o funcionamento dos órgãos no sentido de combater a “ameaça” comunista. Em suma, o SNI e os demais órgãos da comunidade de informações, que atuavam na produção e disseminação de informações, relatórios, dossiês etc, baseavam-se em uma visão de mundo ferrenhamente anticomunista.

O anticomunismo, entendido nesta pesquisa como o conjunto de práticas, representações e imaginários que atuam ideologicamente em oposição ao comunismo, ou aquilo a que se atribui ser o comunismo, foi uma constante durante a história do século XX. No Brasil, o anticomunismo foi uma bandeira geralmente identificada com a direita política, que por duas vezes na história republicana (1937 e 1964) apoiou ditaduras de direita com a justificativa de “defender” o Brasil do comunismo. Durante a última ditadura, o combate à subversão comunista foi uma política de Estado, ou seja, o anticomunismo serviu não apenas como motivo deflagrador do golpe, mas como justificativa - especialmente em momentos de crise - para a permanência dos militares no poder por mais de duas décadas.

Um dos meios pelos quais a ditadura disseminava a ideologia anticomunista era pelos seus aparelhos de Estado, no caso dessa pesquisa analisamos o anticomunismo presente na documentação produzida pelos serviços de inteligência durante a década de 1970, especialmente entre 1969 e 1979, período em que os ditadores Emilio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979) ocuparam o posto de presidente da República.

A primeira metade da década de 1970, foi fortemente marcada pela presidência de Médici, ex Ministro-Chefe do SNI (1967-1969) e que foi escolhido para substituir Costa e Silva na presidência. Os anos Médici assinalaram a continuidade da chamada “linha-dura” no governo, sendo reconhecido como período mais repressivo da ditadura, em que os preceitos da DSN foram amplamente mobilizados para defender o Estado dos inimigos internos, especialmente os ligados à esquerda revolucionária que participou da luta armada contra o regime. O chamado “milagre econômico”, serviu não só para dar certa legitimidade ao poder

militar, mas também para financiar o aparato de repressão e informações que passou a atuar de maneira cada vez mais sofisticada e especializada. Os serviços de inteligência, tanto o SNI quanto os serviços das FFAA, receberam grandes investimentos e tiveram suas ações persecutórias amparadas pela extrema-direita militar no comando do país.

Analisando a produção de documentos de inteligência nessa conjuntura, percebemos que alguns temas eram mais recorrentes. Os comunistas, tanto os ligados à luta armada quanto os que optaram pela oposição institucional, como os militantes do PCB, eram taxados de agentes infiltrados pelo chamado Movimento Comunista Internacional. A famosa sigla MCI estava presente na grande maioria dos documentos pesquisados, de acordo com essas avaliações a “guerra psicológica” desencadeada pelo comunismo vinha de três frentes: União Soviética, China e Cuba. Embora houvesse certo esforço em diferenciar as táticas e estratégias de atuação de cada uma das linhas do comunismo internacional, na avaliação dos agentes todos tinham os mesmos e malignos objetivos: infiltrar seus quadros para destruir as estruturas sociais e econômicas do Ocidente cristão e capitalista; e assim permitir o crescimento das “ideologias alienígenas”, ou seja, dos ideais comunistas.

Em uma conjuntura onde a luta armada ainda era uma realidade e havia um grande esforço para reprimi-la rapidamente, os serviços de inteligência estiveram focados em manter os órgãos municiados de informações sobre as linhas de atuação do comunismo, especialmente as linhas chinesa e cubana, que se relacionavam mais diretamente a luta guerrilheira; mas também estavam atentos e vigilantes à linha pacifista orientada pela URSS, considerada perigosa devido a sua maior consistência ideológica e maior recepção no mundo. No caso do comunismo chinês e cubano, as avaliações de inteligência chamavam atenção para a defesa da luta armada, o emprego da violência revolucionária e a penetração entre as juventudes comunistas descontentes com o modelo soviético. O caso do comunismo cubano, ou castrismo, era o mais alarmado entre as avaliações sobre o MCI, especialmente por se tratar de um exemplo próximo e que defendia a aliança entre os nacionalismos latino-americanos com os ideais comunistas e de libertação-nacional.

Além das avaliações superficiais sobre o MCI e suas diferentes táticas de ação, outros temas eram recorrentes nessa produção anticomunista dos serviços de inteligência em todo período analisado. Procurou-se alertar sobre a diversidade de técnicas de infiltração comunista. De acordo com a vigilância exercida, os comunistas continuavam plenamente atuantes e se infiltrando nas escolas, universidades, na Igreja Católica, na imprensa, em entidades da sociedade civil e nos meios culturais (teatro, cinema, televisão). Inclusive se denunciava a infiltração comunista em Ministérios e mesmo nas Forças Armadas. Outro tema

recorrente, dentro do quadro das “novas técnicas” dos comunistas contra o Ocidente, foram as denúncias de cunho moralista e conservador. Ao guarda-chuva do anticomunismo brasileiro foram acrescentados temas onde os militantes eram responsabilizados por uma “degradação moral” ou “corrupção moral”, afrontadores dos bons costumes cristãos. Essa nova faceta do anticomunismo via nos movimentos contraculturais, como o movimento *Hippie*, e até mesmo no incipiente movimento LGBT, a insidiosa atuação do MCI para corromper e dominar as sociedades, afinal os comunistas eram vistos como imorais, drogados, vagabundos, degenerados, devassos, entregues à luxúria, à lascívia, defensores da homossexualidade ou do “amor livre”.

A partir de 1974, com a ascensão de Geisel ao Planalto e a volta dos “castelistas” ao poder, começou um lento, gradativo e seguro processo de distensão política, com o objetivo de eliminar as tensões sociais e retornar ao arranjo do liberalismo autoritário imposto com a Constituição de 1967 e que estava sendo “abandonado” desde o AI-5. Embora a ditadura estivesse no auge do seu poder e as crises econômica-militar ainda não fossem um problema grave, setores das FFAA e da política liberal defendiam que o regime necessitava de mudanças. As justificativas eram que o Brasil estava se desenvolvendo após o “milagre” e o perigo comunista havia sido derrotado, portanto, a violência da repressão poderia ser substituída por “salvaguardas”, um retorno ao Estado de Direito. Com a vitória da oposição nas eleições de 1974 esse processo de institucionalização da ditadura sofreu forte abalo, especialmente com o fortalecimento das posições contrárias à distensão vindas do aparelho de repressão, sobretudo da extrema-direita militar alocada na comunidade de informações.

A extrema-direita passou a instrumentalizar o anticomunismo para defender que o projeto distensionista não era viável nem seguro naquele momento. A vitória do MDB foi atribuída a uma “infiltração comunista” no partido, isto porque os comunistas do PCB haviam sido “poupados” da repressão diante da necessidade de combater as guerrilhas. Desse modo, os serviços de inteligência passaram a monitorar mais cerradamente os militantes do PCB, aumentando exponencialmente as informações, relatórios e dossiês sobre atividades partidárias, reuniões, supostas ligações dos comunistas com políticos de oposição. Essa era uma estratégia tanto para desqualificar o MDB quanto para mobilizar o aparato repressivo contra a suposta ameaça comunista que ainda preocupava e estava sendo negligenciada pelos defensores da distensão.

Embora os temas anteriormente tratados pelos órgãos, como o papel do MCI contra o Ocidente, não tenham sido abandonados na conjuntura pós-1974, outros temas tornaram-se mais urgentes para a espionagem. O PCB, visto como “berço” de todas as organizações

comunistas, passou a ser enquadrado como principal agente do chamado Movimento Comunista Brasileiro (MCB), que estava infiltrando militantes em diversos setores da sociedade, especialmente no MDB e outras entidades civis.

De acordo com os documentos de inteligência, os comunistas do PCB eram especialmente perigosos pois o partido conseguia se reestruturar a cada vez que era abatido pelas forças da repressão. Havia um claro superdimensionamento do seu poder de atuação, visto como uma das mais importantes agremiações comunistas do continente e até mesmo do mundo. Embora os documentos reconhecessem que a linha política do partido fosse pacifista, focando na luta institucional para a derrubada da ditadura, as avaliações dos agentes de informações destacavam que o partido continuava reivindicando o marxismo-leninismo e, portanto, a implantação de um regime comunista via ditadura do proletariado. Embora o contexto político fosse de distensão, essa instrumentalização do anticomunismo gerou uma nova onda repressiva que resultou em uma série de operações contra os comunistas do PCB. A Operação Radar, desencadeada pelo Exército Brasileiro em estreita parceria com os órgãos de polícia política e de informações, desenvolveu operações em diversos estados brasileiros. Analisamos os relatórios de inteligência sobre as operações Marumbi, contra o PCB no Paraná; Barriga Verde, em Santa Catarina; e Acarajé na Bahia. Essas operações levaram a prisão de centenas de militantes com base na Lei de Segurança Nacional, além do assassinato de pelo menos 20 dirigentes do partido entre 1974 e 1975.

Portanto, vimos a partir do terceiro capítulo como as avaliações de inteligência sobre o comunismo e os comunistas eram com temas mais gerais e difusos sobre o MCI, infiltração comunista, novas técnicas dos comunistas para “degradar” a civilização ocidental e cristã; e no quarto capítulo como a indústria do anticomunismo foi recorrente em um contexto em que os militares de extrema-direita temiam que a mudança nos rumos do regime pudesse lhes afetar. Seja por convicção ideológica seja por oportunismo, essa instrumentalização do medo do comunismo mais uma vez gerou uma onda repressiva responsável por diversos crimes contra os direitos humanos, como prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos.

Por fim, cabe destacar uma questão simples que me levou a estudar o anticomunismo nesse momento atual. Primeiro, decidi analisar o fenômeno em uma conjuntura política em que a retórica anticomunista voltou a ser constante no ambiente nacional e internacional. Marc Bloch considera a história a ciência dos homens no tempo, ciência que se refere tanto ao passado quanto ao nosso presente.⁶⁶³ O historiador, desse modo, ao fazer uma pesquisa

⁶⁶³ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

histórica parte de pressupostos do seu próprio tempo. No Brasil, sobretudo após a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder em 2003, o antipetismo e o ódio de classe contra as conquistas da classe trabalhadora se mesclaram com uma histórica tradição anticomunista no país. Essa instrumentalização do antipetismo aliado ao discurso anticomunista se cristalizou com o golpe de 2016 e na eleição de 2018, que elegeu um presidente saudosista da ditadura e que enxerga o fantasma vermelho em tudo que não lhe agrada.⁶⁶⁴

Esse “retorno” de um discurso anticomunista, seja contra a esquerda brasileira em geral ou no ambiente internacional contra a China, me fez ter interesse em estudar o fenômeno. Nesse sentido também cabem as considerações de Eric Hobsbawm sobre o papel do engajamento no desenvolvimento das ciências, notadamente das ciências humanas. De acordo com o historiador inglês, os homens são ou devem ser engajados na sua atitude com as ciências, porque as ciências em si mesmas são engajadas.⁶⁶⁵ O meu rechaço à instrumentalização do anticomunismo justifica essa pesquisa, especialmente aquele de caráter mais conservador que condena todas as experiências de esquerda, socialistas, comunistas, ou mesmo reformistas, ou que condena como utópico, absurdo, perigoso ou sinistro qualquer projeto de transformação que questione o *status quo*, como foi/é recorrente no Brasil.

Como bem mostrou o sociólogo Ralph Miliband, em antológico artigo escrito em 1984, o anticomunismo, que ocupou lugar central na política e nas políticas do mundo capitalista desde a Revolução de 1917, fortaleceu apenas as tiranias e ditaduras, jamais a democracia ou a liberdade. No Ocidente, o combate ao comunismo serviu especialmente para legitimar uma caça às bruxas aos militantes das causas sociais, requerendo a existência de caçadores eficientes e, desse modo, justificando a ampliação das funções de controle e vigilância do Estado. Para o sociólogo, o anticomunismo e a repressão de um “Estado forte” estão estreitamente ligados: “quanto mais difuso e extremo o primeiro, tanto mais forte o movimento em direção ao último”. Em suma, quanto mais o Ocidente proclamou e alarmou contra o “perigo” da subversão comunista mais fácil foi argumentar que os tempos “não admitiam o luxo de melindres libertários”.⁶⁶⁶

⁶⁶⁴ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, E; MOTTA, R. P. S; BOISARD, S. (orgs). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019; MORETO, Victor. **O antipetismo como valor simbólico de classe**. Le Monde Diplomatique Brasil, 14 de dezembro de 2020. Disponível em <<https://diplomatie.org.br/o-antipetismo-como-valor-simbolico-de-classe/>>.

⁶⁶⁵ HOBBSAWM, Eric. Engajamento. In: HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 139 e ss.

⁶⁶⁶ MILIBAND, Ralph. **O anticomunismo fortalece a tirania - não a democracia e a liberdade**. Jacobin Brasil, São Paulo, 21 de maio de 2021. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2021/05/o-anticomunismo-fortalece-a-tirania-nao-a-democracia-e-a-liberdade/>>.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Antimanual del mal historiador: o cómo hacer hoy una buena historia crítica**. Ciudad de México: Ed. Contrahistorias, 2011.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1970.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental: Nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- _____. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. **Dois revoluções: Rússia e China**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar**. 2014, 139 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História. Franca, SP: 2014.
- ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- _____. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: FICO, Carlos. [et. al.]. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 201-245.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de, [et. al.]. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. 2006. 175 f. Dissertação (mestrado em História).

Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2006.

ASSUNÇÃO, Vania Noeli Ferreira de. **O satânico Doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva**. 1999. 238 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 1999.

BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1989.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **A formação do império americano: da guerra contra Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História contemporânea**. São Paulo: Círculo do Livro, 1964.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. In: **Diálogos**. v. 9. nº 1. p. 125-141, 2005.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos: Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

BETT, Ianko. **A (re) invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010. Dissertação (mestrado em História). Programa de pós graduação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo-RS, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOITO JR, Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOUTENKO, A. **Anticomunismo e coexistência entre países socialistas e capitalistas**. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. **Tóxico-subversão: anticomunismo e proibicionismo na construção do “inimigo interno” durante a Ditadura Militar no Brasil**. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

BRASIL, Clarissa. **O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, 1968-1981**. 2010. 124 f. Dissertação (mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

BRITO, Antonio Mauricio. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, 2019.

_____. A subversão pelo sexo: representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 36, n. 71, pp. 859-888, set/dez 2020.

BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na terra das Araucárias**. Maringá-PR: EDUEM, 2009.

BUITRAGO, Francisco Leal. La doctrina de seguridad nacional: materialización de la guerra fría en América del Sur. **Revista de Estudios Sociales**. Bogotá. n. 15, junio de 2003, pp. 74-87. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/revestudsoc/26088>>.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CARR, E. H. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARDOSO, Ciro F; MALERBA, Jurandir. **Representações: contribuição a um debate interdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000.

CARONE, Edgard. **O PCB III (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **Liberalização e tutela militar: o governo Geisel**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

_____. **Inteligência e Segurança Nacional no Brasil pós-1964: a comunidade de informações**. São Paulo: Appris, 2021.

_____. As origens do SNI: a Escola Superior de Guerra. In: 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019, Caxambú-MG, *Anais ...* Caxambú: Hotel Glória, 2019. pp. 2-24. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st14-8/11711-as-origens-do-sni-escola-superior-de-guerra/file>>.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE 1960-1968)**. 2015. 225 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2015.

CEPIK, Marcos A. C. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2010.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e a longa noite dos generais (1970-1985)**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

_____. **Guerra nas estrelas: os bastidores das sucessões presidenciais (1964-1984)**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 11 (5), 1991.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. **Um olhar sobre a América Latina**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1998.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

COUTO, Renato Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. D; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: 12 depoimentos de militares que articularam o golpe militar de 1964.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

_____; **Os anos de chumbo:** a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____; **A volta aos quartéis:** a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

DEUSDARÁ, Pâmella Passos. **Vozes a favor do golpe!:** O discurso anticomunista do Ipês como materialidade de um projeto de classe. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DEUTSCHER, Isaac. **Marxismo, guerras e revoluções.** São Paulo: Ática. 1991.

DINGES, John. **Os anos do Condor:** uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DIOGO, José-Manuel. **As grandes agências secretas:** os segredos, os êxitos e fracassos dos serviços secretos que marcaram a história. São Paulo: Via Leitura, 2015.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

EAGLETON, Terry. **Ideologia:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2019.

ECO, Umberto. **Construir o inimigo e outros escritos ocasionais.** Rio de Janeiro: Record, 2021.

FAGUNDES, Ailton L. C. Do golpe à ditadura: a Doutrina de Segurança Nacional e a construção do regime militar. **OP SIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, jan-jun. 2014. p. 58-76..

FERNANDES, Ananda Simões. **Burocratas da dor:** as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985). 2018. 306 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. Porto Alegre, 2018.

_____. Registros de espionagem durante a ditadura brasileira: o caso do Centro de Informações do Exterior. **Sillogés**. v.3. n.1. jan./jun. 2020, pp. 131-157.

_____. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831-856.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

_____. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. São Paulo: Contexto, 2019.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito**: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4)

_____; _____. **O tempo do regime autoritário**: ditadura militar e redemocratização. (Quarta República, 1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4, 9ª edição revista e atualizada)

FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder**: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro. São Paulo: Annablume, 2005.

FERRO, Marc. **O Ocidente diante da Revolução Soviética**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar**: Espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **O Grande irmão**: da operação brother sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2016.

FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta M; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luis a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Lugar nenhum**: militares e civis na ocultação de documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FINE, Ben; SAAD FILHO, Alfredo (orgs). **Dicionário de economia política marxista**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FON, Antonio Carlos. **Tortura: história da repressão política no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1979.

- FONTANA, Josep. **Introdução ao estudo da História geral**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- _____. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- _____. **Por el bien del imperio: una historia del mundo desde 1945**. Madrid: Pasado y Presente, 2013.
- FRAGOSO, Heleno. **Lei de Segurança Nacional** (verbetes) In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>>.
- FROTA, Sylvio. **Ideais traídos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.
- _____. **A Ditadura Derrotada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.
- _____. **A Ditadura Encurralada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c.
- GIANNAZI, Carlos. **A Doutrina de Segurança Nacional e o “milagre econômico” (1969-1973)**. São Paulo: Cortez, 2013.
- GODOY, Marcelo. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar**. São Paulo: Alameda, 2014.
- GOMES, Paulo César. **Liberdade vigiada: as relações entre a Ditadura Militar brasileira e o governo francês: do golpe à Anistia**. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- _____. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- _____. **Brasileiros na França: o discurso da comunidade de informações sobre o exílio (1964-1968)**. *Anais...* XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, Rio de Janeiro, 2014.
- GONÇALVES, Joannisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. Niterói: Impetus, 2009.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GREEN, James N. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUAZZELLI, Cesar Barcellos. **História contemporânea da América Latina (1960-1990).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

GURGEL, José Alfredo do Amaral. **Segurança e democracia: uma reflexão política.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira.** São Paulo: Ática, 1992.

HIRSCH, Joaquim. **Teoria Materialista do Estado.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina.** São Paulo: Cortez, 1998.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E; SOUZA, Tereza E. de; **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. **China: socialismo e desenvolvimento sete décadas depois.** São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2020.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: EDUSP, 2013.

_____. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. In: **Dimensões**, vol. 32, 2014.

_____. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 129-148, janeiro-junho de 2012.

_____. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

KAMINSKI, Leon Frederico. “O movimento hippie nasceu em Moscou”: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. **ANTÍTESES**, v. 9, n. 18, p. 467-493, 2016.

KORNIS, Mônica. **Serviço Nacional de Informações** (verbetes) In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni>>.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **K. Relato de uma busca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LAGOA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. São Paulo: Forense, 1968.

LEFEBVRE, Georges. **O grande medo de 1789**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

LE MOS, Renato Luis do Couto Neto. **Ditadura, Anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. Contrarrevolução, Ditadura e democracia no Brasil. In: SILVA, Carla L; CALIL, Gilberto G; SILVA, Marco Antonio B. **Ditaduras e democracias: estudos sobre o poder, a hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)**. Porto Alegre: FCM Editora, 2014. pp. 71-89.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O que fazer? Questões candentes de nosso movimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **Democracia e luta de classes: textos escolhidos**. São Paulo: Boitempo, 2019

LEWIN, Moshe. **O século soviético: da revolução de 1917 ao colapso da URSS**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

LIMA, Alexandre Siqueira. **Primavera nos dentes: desbunde, anticomunismo e repressão na cidade em quadrinhos (1972-1973)**. 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

LIMA, Danielle Barreto. **O Comando de Caça aos Comunistas (CCC): do estudante ao terrorista (1963-1980)**. 2020. 279 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

LIMA, Hamilton Garcia de. **O ocaso do Comunismo Democrático: o PCB na última ilegalidade (1964-1984)**. 1995. 499 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. Campinas, 1995.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da História?: A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu e como pode renascer**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Liberalismo: entre civilização e barbárie**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

_____. **A questão comunista: história e futuro de uma ideia**. São Paulo: Boitempo, 2022.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2015.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

MARKUN, Paulo. **Meu querido Vlado: a história de Vladimir Herzog e do sonho de uma geração**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

MARTINS, Celso. **Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27, 1995.

MARTINS, Roberto R. **Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, jun. 2008.

_____. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra insurreição. **Revista de Sociologia e Política**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n. 12, p. 67-82, 1999.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luis Bonaparte**. In: A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papyrus, 1995.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. Marília, SP: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia. **História do Brasil recente (1964-1992)**. São Paulo: Ática, 2006.

MILIBAND, Ralph. **O anticomunismo fortalece a tirania - não a democracia e a liberdade**. Jacobin Brasil, São Paulo, 21 de maio de 2021. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2021/05/o-anticomunismo-fortalece-a-tirania-nao-a-democracia-e-a-liberdade/>>.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. São Paulo: Boitempo; Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MONTEIRO JÚNIOR, Luis Otávio Ribeiro. **A cruz e a espada contra a foice e o martelo: anticomunismo católico e militar no Brasil (1917-1945)**. Rio de Janeiro: UFF, 2014. Dissertação (mestrado em Assuntos Estratégicos). Programa de pós-graduação em Assuntos Estratégicos da Defesa e Segurança. Instituto de Assuntos Estratégicos. Universidade Federal Fluminense, 2014.

MORAES, Dênis de. **Prestes com a palavra: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista**. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

MORAIS, Tais. **Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

MOREIRA, Waldicharbel Gomes. **A atividade de inteligência como ferramenta ideológica: um estudo sobre a atuação dos serviços secretos brasileiros, entre as décadas de 1940 e 1980**. 2016, 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Centro Universitário Unieuro, Curso de Mestrado em Ciência Política. Brasília, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

_____. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Niterói: EdUFF, 2020.

_____. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

_____. **As universidades e o regime militar:** Cultura Política e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Partido e sociedade:** a trajetória do MDB. Ouro Preto-MG: UFOP, 1997.

_____. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, E; MOTTA, R. P. S; BOISARD, S. (orgs). **Pensar as direitas na América Latina.** São Paulo: Alameda, 2019.

_____. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. **Locus:** Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007.

_____. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Contemporânea:** Historia y problemas del siglo XX, Montevideo (Uruguai), Ano 3, Volume 3, 2012.

_____. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional nº 5. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 38, nº 79, 2018. pp. 195-2016.

MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria:** história e historiografia. São Paulo: Appris, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. **História contemporânea 2:** do entreguerras a nova ordem mundial. São Paulo: Contexto, 2020.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. **Selvagens e incendiários:** o discurso anticomunismo do governo Vargas e as imagens da guerra civil espanhola. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2005.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014.

NEVES JÚNIOR, José Wilson Assis. **A ideologia de Segurança Nacional no arquivo de documentos do Serviço Nacional de Informações do estado do Paraná (1964-1985).** 2021, 209 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Marília-SP, 2021.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise.** Porto Alegre: PUCRS, 2009. Tese (doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica (RS). Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas:** política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia.** Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **“O inimigo mortal do sigma” O anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937).** Rio Grande: Pluscom, 2011.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985):** do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. 2005. 2 v. 875 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2005.

_____. Repressão e violência: segurança nacional e Terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos [et al]. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143-179.

PARENTI, Michael. **A Cruzada Anticomunista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

PASCUAL, Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983.** Brasília: Editora UnB, 2004.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História.** São Paulo. V.15. N. 29, 1995.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo - O Centro de Informações do Exterior (CIEx) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional.** v. 52, n. 2, 2009.

_____. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEx): o elo perdido da repressão. **Acervo,** Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 79-92, jul/dez, 2008.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. **Introdução ao estudo da História: temas e textos.** Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

PINHEIRO, Milton (org). **Ditadura: o que resta da transição.** São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO, Mayra do. **A atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEX) do Itamaraty de 1966 a 1986: a reexternalização do conflito ideológico.** 2017, 95f. Dissertação

(Mestrado em Relações Internacionais). UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2017.

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington: uma história da CIA, golpes e assassinatos**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Da Insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

PONS, Silvio. **A revolução global: história do Movimento Comunista Internacional (1917-1991)**. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2014.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O Congresso Brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RÉMOND, René. **O século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix, 1984.

REINHOLD, O; RYUZHENKO, F. **El Anticomunismo Moderno: Política. Ideología**. Moscou, Rússia: Editorial Progreso, 1976.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RESENDE, Pamela de Almeida. **Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela Anistia (1975-1983)**. 2013. 169 f. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, SP. 2013.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

_____; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007. Volume VI.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. **Capítulos sobre a história do século XX**. 281 f. 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2013.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. **A história da confederação anticomunista latino-americana durante as ditaduras de segurança nacional (1972-1979)**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

_____. Anticomunismo e inimigo interno: uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras no Conesul. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo-RS, v. 19, n. 3, set/dez 2019. pp. 384-401

RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. **Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

_____. **O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e a Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo: Editora UPF, 2003.

_____. Religião e patriotismo: o anticomunismo no Brasil e nos Estados Unidos nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488 2002.

_____. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura de 1945-1947. **MÉTIS: história & cultura** – v. 5, n. 10, p. 179-202, jul./dez. 2006.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiane. **Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SADER, Eder. **Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Editora Polis, 1982.

_____. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1990

SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. 2014. 253 f. Tese (doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

_____. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a comunidade de informações na ditadura militar brasileira. **Revista Angelus Novus**. São Paulo, n. 5, junho de 2013.

_____. Repressão além das fronteiras: o CIEEx e a espionagem brasileira em Portugal (1974-1979). **Diálogos**. Maringá-PR, v. 24, n. 2, mai/ago, 2020.

SAN SEGUNDO, Mário Augusto Correia. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande, 1949, 1950, 1952)**. 2009. 223 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Theotônio dos. **Evolução histórica do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

SANTOS, Valdir Erick dos. **“Lembra-vos de 35!”: o anticomunismo militar antes e depois do golpe de 1964 nas comemorações da “Intentona Comunista”**. 2019, 68 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, 2019.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SECCO, Lincoln. **História da União Soviética: uma introdução**. São Paulo: Maria Antonia Edições, 2020.

_____. **História do PT**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

_____. O anticomunismo preventivo. In: **Boletim do GMARX-USP**. São Paulo. Ano 1, nº 55. 2020.

SEGATTO, José Antonio. **Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. Mito, memória e História: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo. In: MELO, Demian Bezerra de. (org). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)**.

Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

SETEMY, Adrianna. **Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar:** as cores e as dores de um país em convulsão. São Paulo: Letra&Voz, 2019.

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha:** imaginários anticomunistas brasileiros. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita:** idéias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1999.

_____. **Enciclopédia das guerras e revoluções - vol. III: 1945-2014:** A época da Guerra Fria (1945-1991) e da Nova Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SILVA, Hélio. **O poder militar.** Porto Alegre: L&PM, 1987.

SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica.** Florianópolis: Insular, 2017.

SILVA, Rodrigo Pereira da. **Os informantes da polícia política e o anticomunismo durante a ditadura civil-militar (Paraná, 1964-1985).** Maringá, 2017. Dissertação (mestrado em História) Universidade Estadual de Maringá. CCHLA. Programa de Pós-graduação em História, 2017.

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil:** de propaganda anticomunista á instrumento de intervenção política (1961-1964). 248 f. 2008. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2008.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). **21 anos de regime militar:** balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **A intentona comunista de 1935.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

_____. **Vida e morte da ditadura:** 20 anos de autoritarismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

SILVEIRA, Helder Gordim; ABREU, Luciano Aronne; MANSAN, Jaime Valim(orgs.) **História e Ideologia:** perspectivas e debates. Passo Fundo: Editora UPF, 2009.

SOUZA, Eliton Felipe de. **“Eu também fui torturado”:** as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro. 2015, 159 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2015.

SOUZA, Sandra Regina B. S. **Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis**. 2009. Tese (doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2009.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à nova república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

STEPHAN, Cláudia. A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção da Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira. **Conjuntura Global**. Curitiba, vol. 5, n. 3, set/dez, 2016, pp. 537-565.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. 2006, 339 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre, 2006.

TAPIA VALDÉS, Jorge A. **El Terrorismo de Estado - La Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur**. México: Nueva Imagen, 1980.

THIESEN, Icléia. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.24, nº esp, p.06-22, jan./mar.2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 2021.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: EdUSP, 1996.

TRINDADE, Héliogio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1979.

_____. O radicalismo militar de 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio A. D.; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

TORRES, Mateus Gamba. **“A justiça nem ao diabo se há de negar”**: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978). 2009, 188 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e Educação. Florianópolis, 2009.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência**. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

- VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2008.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- _____. **As Guerras Mundiais (1914-1945)**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.
- _____. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____. **História do século XX**. Porto Alegre: Novo Século, 2000.
- _____. [et, al]. **Revoluções e regimes marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI - NERINT/UFRGS, 2013.
- VINHAS, Moisés. **O partidão: a luta por um partido de massas**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- WIAZOVSKI, Taciana. **O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)**. São Paulo: Humanitas, 2008.